Cap. QOBM NORTON ALEXANDRE KAPP

DEFESA CIVIL NAS ESCOLAS: EDUCANDO PARA A PERCEPÇÃO DOS RISCOS E VULNERABILIDADE

Monografia apresentada ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, em Convênio com a Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do Título de Especialista em Planejamento em Segurança Pública.

Orientador: Ten.-Cel. QOBM Fabio Mariano de Oliveira

VOLUME 1 de 2

CURITIBA
2009

O presente trabalho é dedicado aos meus netos, que ainda não nasceram, mas em quem eu tenho a esperança de colher os frutos do que se está tentando semear aqui.

Agradeço antes a Deus, por ter me possibilitado manter contato com pessoas e conhecimentos destes assuntos que julgo serem relevantes para a vida das pessoas. À minha esposa Raquel e meus filhos pelo amor incondicional e a paciência com minhas ausências neste período. Aos meus pais Maria da Conceição e Norberto, pelo exemplo de dedicação e por terem me conduzido no caminho do bem. A todos os professores que, com abnegação, buscam educar para a formação de cidadãos comprometidos com o processo de evolução de nosso país. A todas as pessoas que colaboraram na consecução deste trabalho.

"Escola é...
o lugar onde se faz amigos
não se trata só de prédios, salas,
quadros, programas, horários, conceitos...
Escola é, sobretudo, gente,
gente que trabalha, que estuda,
que se alegra, se conhece, se estima...
O diretor é gente,
O coordenador é gente, o professor é gente,
o aluno é gente, cada funcionário é gente...
E a escola será cada vez melhor
na medida em que cada um
se comporte como colega, amigo, irmão...
Nada de 'ilha cercada de gente por todos os lados'.
Nada de conviver com as pessoas
e depois descobrir que não tem amizade a ninguém
nada de ser como o tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só...
Importante na escola não é só estudar,
não é só trabalhar, é também criar laços de amizade,
é criar ambiente de camaradagem, é conviver,
é se 'amarrar nela'!
Ora , é lógico...
numa escola assim vai ser fácil
estudar, trabalhar, crescer,
fazer amigos, educar-se,
ser feliz."
Paulo Freire

RESUMO

O foco desta monografia é a inclusão no conteúdo programático das escolas de ensino fundamental da rede pública de ensino do Estado do Paraná de noções gerais de defesa civil e temas relacionados com a percepção de riscos. A questão norteadora deste estudo, é colher informações e subsídios para que venham a demonstrar a viabilidade, oportunidade e necessidade da implantação destes conteúdos, como temas transversais na parte diversificada da grade curricular nas escolas do ensino fundamental do Estado do Paraná. Para atingir esse objetivo, foi realizada uma extensa pesquisa junto à legislação de ensino e da defesa civil. Foram ainda analisadas diversas experiências em outros países, estado e municípios, bem como foram entrevistadas algumas autoridades ligadas a defesa civil com conhecimentos no meio educacional. Tal estudo permitiu confirmar que a inclusão dos temas de defesa civil e a percepção de risco nas escolas é uma das melhores maneiras de se aumentar a conscientização e uma melhor compreensão do entorno em que as crianças vivem com suas famílias e comunidade. Pode-se inclusive contribuir com o processo da mudança cultural, bem como fortalecer a sociedade para o enfrentamento dos desastres. Além dos benefícios para a defesa civil, a vivência das atividades de defesa civil pode contribuir muito com o processo educacional, no sentido de trabalhar a solidariedade e valores positivos junto aos adolescentes e jovens, além de propiciar aos discentes a vivência da cidadania passando de uma postura passiva para a atuação comunitária e voluntária, na busca de uma sociedade mais qualitativa.

Palavras-chave: Aluno. Currículo. Defesa civil. Educação. Ensino fundamental. Escola. Fatores de proteção. Percepção de risco. Redução de desastre. Resiliência. Segurança global. Vulnerabilidade.

ABSTRACT

The focus of this monograph is the introduction of civil defense and risk perception subjects in the curriculum of the Paraná State elementary public schools. The main purpose of this work is to gather facts and data to demonstrate the viability, suitability and necessity of the content establishment, as a cross-cutting topic, in the diverse part of curriculum of the Paraná State elementary schools. To achieve this goal, it was performed an extensive research on the educational system and civil defense system enforcement law. In addition, several experiments developed outside Brazil, in some Brazilian states and other municipalities were analyzed. Besides, some authorities concerned with the civil defense and the educational environment were interviewed. This study confirms that introducing civil defense and risk perception subjects in the elementary school curriculum encourage awareness and better understanding in the community where the children and their families live in. It can even promote the cultural change and make the civil society stronger to face disasters. Despite the benefits for civil defense system, experiencing civil defense activities can significantly contribute to the educational process, implement solidarity and positive values among adolescents and young people, and provide students the opportunity of shifting from a passive attitude to the voluntary and participative approach towards a better community life.

Key-words: Student. Curriculum. Civil defense. Education. Elementary. School. Protective factors. Perception of risk. Disaster reduction. Resilience. Global Security. Vulnerability

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – PAÍSES COM EDUCAÇÃO SOBRE OS RISCOS DE DESASTRES NOS PLANOS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO.....60

FIGURA 2 – BASE DA PROTECÇÃO CIVIL.....63

FIGURA 3 – CLUBE DE PROTEÇÃO CIVIL.....64

FIGURA 4 – SENSIBILIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE E PAIS.....66

FIGURA 5 – MAJOR MÁRCIO (DEDEC-SC) ENTREGA MATERIAL AO PREFEITO JOÃO PAULO KLEINÜBING DE BLUMENAU.....69

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA SEGURA NA ESCOLA 74

FIGURA 6 – PROJETO CONHECER PARA PREVENIR EM CURITIBA.....78

QUADRO 2 – CONTAMINADOS E ÓBITOS DO VIRUS INFLUENZA A (H1N1) 82

LISTA DE SIGLAS

APMG	- Academia Policial Militar do Guatupê
SEDEC	- Secretaria Nacional de Defesa Civil
ANPC	- Autoridade Nacional de Protecção Civil (Portugal)
CENAD	- Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres
COG	- Conselho de Órgãos Governamentais
CPM	- Colégio da Polícia Militar
CENG	- Conselho de Órgãos não Governamentais
CEDEC	- Coordenadoria Estadual de Defesa Civil
COMDEC	- Coordenadoria Municipal de Defesa Civil
COREDEC	- Coordenadoria Regional de Defesa Civil (Estadual)
SINDEC	- Sistema Nacional de Defesa Civil
PMPR	- Polícia Militar do Paraná
EIRD	- Estratégia Internacional para Redução dos Desastres
PROERD	- Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
QOPM	- Quadro de Oficiais Policiais-militares
ONU	- Organização das Nações Unidas
REDEC	- Regionais de Defesa Civil (Rio Grande do Sul)
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
GEACAP	- Grupo Especial para Assunto de Calamidades Públicas
CONDEC	- Conselho Nacional de Defesa Civil
QOBM	- Quadro de Oficiais Bombeiros-militares
GRAF	- Grupos de Atividades Fundamentais
CORDEC	- Coordenadoria Regional de Defesa Civil (Nacional)
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PNE	- Plano Nacional da Educação
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	- Fundo das Nações Unidas para a Infância
CNE	- Conselho Nacional de Educação
PIB	- Produto Interno Bruto
PPA	- Plano Plurianual
MEC	- Ministério da Educação
SESP	- Secretaria de Estado da Segurança Pública
FUNDEB	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
DCN	- Diretrizes Curriculares Nacionais
PCN	- Parâmetros Curriculares Nacionais
WDRC	- Campanha Mundial Para Redução dos Desastres
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ODM	- Objetivos do Milênio
NUDEC	- Nucleos Comunitários de Defesa Civil
CEPED	- Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres
UFSC	- Universidade Federal de Santa Catarina
DEDEC	- Departamento Estadual de Defesa Civil (Santa Catarina)
NEPED	- Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres
UFSCar	- Universidade Federal de São Carlos
OSCIP	- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PPEL	- Plano de Preparação para Emergências Locais
DST	- Doenças Sexualmente Transmissíveis
CB/PMPR	- Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná
IAP	- Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SRAG	- Síndrome Respiratória Aguda Grave
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
APMF	- Associação Pais, Mestres e Funcionários
CODAR	- Codificação de Desastre, Ameaças e Risco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12
2 OBJETIVOS 14
2.1 OBJETIVO GERAL 14
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 14
3 JUSTIFICATIVA 15
4 METODOLOGIA 17
5 REVISÃO DE LITERATURA 18
5.1 CONCEITUAÇÃO DE DEFESA CIVIL 18
5.2 HISTÓRICO DA DEFESA CIVIL 19
5.1.1 A defesa civil no mundo 19
5.1.1.1 Pré-história 19
5.1.1.2 Comunidades 20
5.1.1.2.1 As defesas do grupo 21
5.1.1.2.2 Paliçadas e palafitas 21
5.1.1.2.3 O início da fixação ao solo e a elitização da defesa da comunidade 22
5.1.1.3.1 Oriente 22
5.1.1.3.2 Ocidente 22
5.1.2 A defesa civil no Brasil 24
5.1.3 A defesa civil no Paraná 26
5.2 A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA CIVIL 27
5.3 O SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL 29
5.4 O SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL NO PARANÁ 30
5.5 A EDUCAÇÃO NO BRASIL 31
5.5.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB 32
5.5.2 Os Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação Brasileira - PNE . .34
5.5.2.1 Retrospectiva do PNE 34
5.5.2.2 Objetivos e desdobramentos PNE 38
5.5.2.3 O Plano Nacional de Educação e os compromissos internacionais 39
5.5.3 As Diretrizes Curriculares Nacionais 40
5.5.3.1 Situação atual das Diretrizes Curriculares Nacionais e do PNE 41
5.5.3.2 Currículo na educação Brasileira 44
5.5.3.3 Conceituação de currículo 44
5.5.3.4 O Currículo no ensino fundamental 46
5.5.3.5 Base Nacional Comum, áreas do conhecimento e Parte Diversificada 49
5.5.3.6 Áreas do conhecimento 50
5.5.3.7 Parte Diversificada 51
5.5.3.8 Ampliação da abrangência dos currículos 52
5.5.3.9 Novos temas e abordagens no currículo comum 53
5.5.3.10 Temas transversais 54
5.5.3.11 Interdisciplinaridade e transversalidade 55
6 ANÁLISE 56
6.1 A DEFESA CIVIL NA ESCOLA 56
6.2 O MARCO DE AÇÃO DE HYOGO 58
6.2.1 Campanha Mundial Para Redução dos Desastres – A Redução dos Desastres Começa na Escola 59

6.3 A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA 62
6.4 A EXPERIÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL 65
6.5 A EXPERIÊNCIA DE SANTA CATARINA 67
6.5.1 Percepção de Risco – A Descoberta de Um Novo Olhar 68
6.5.1.1 A Descoberta de Um Novo Olhar – Missão 70
6.5.1.2 A Descoberta de Um Novo Olhar – Valores e princípios norteadores 70
6.6 A EXPERIÊNCIA DE SÃO PAULO 71
6.6.1 A maquete interativa 71
6.6.2 O personagem Borbinha 72
6.6.3 A OSCIP Criança Segura 72
6.7 A EXPERIÊNCIA DO RIO GRANDE DO SUL 75
6.8 A EXPERIÊNCIA DO MATO GROSSO DO SUL 75
6.9 A EXPERIÊNCIA DA COMDEC CURITIBA 77
6.10 OUTRAS INICIATIVAS NO ESTADO DO PARANÁ 79
6.11 ANÁLISE DA VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO 80
6.12 RESULTADO DAS ENTREVISTAS 82
6.13 PROPOSTA DE PROJETO DE IMPLANTAÇÃO 84
6.13.1 Capacitação de professores 84
6.13.2 Material instrucional 85
6.13.3 Temas a serem ministrados aos discentes 86
6.13.4 Padronização dos planos de segurança das escolas 87
7 CONCLUSÃO 88
REFERÊNCIAS 90
GLOSSÁRIO 94
ANEXOS 98

1 INTRODUÇÃO

A dinamicidade dos acontecimentos e das transformações no planeta, exigem mudanças e readaptações constantes. Sempre existiram os fenômenos naturais, como os ciclones, os terremotos, os vendavais, as tempestades, as chuvas, as estiagens, os deslizamentos e as inundações. Novos ciclos destes fenômenos reiniciam-se a cada ano ou cada século, eles acabam por se transformarem em ameaças de novos desastres em face da dificuldade em se obter um equilíbrio harmônico na relação entre o ser humano e o meio ambiente. Além disso, o crescimento desordenado das cidades, sem planejamento adequado, o desrespeito às normas de urbanização e ordenamento territorial só faz aumentar as vulnerabilidades do sistema urbano aos fenômenos naturais e aos fenômenos gerados pelo próprio homem, tais como o transporte e manuseio de produtos perigosos, patologias das edificações, incêndios, convulsões sociais, doenças, problemas com a água e energia, além de outros.

Para fazer frente à problemática dos desastres a sociedade utiliza-se da Defesa Civil como "ferramenta" institucional, que tem por objetivo a redução dos desastres. A Atuação em defesa civil envolve os aspectos globais da reconstrução, prevenção e resposta aos desastres, além da necessária preparação para as emergências e desastres.

Segundo a doutrina nacional de defesa civil, a prevenção dos desastres é obtida com a avaliação e redução dos riscos, sendo que as ações de redução dos riscos se dividem em medidas estruturais e não estruturais. Dentre as medidas não estruturais encontra-se a promoção da educação pública sobre defesa civil.

A inclusão dos temas relacionados com os assuntos de defesa civil na educação pública é peça fundamental para a redução das vulnerabilidades socioculturais das comunidades em risco, porém dependem de uma extensa programação, com a finalidade da promoção de mudança cultural e comportamental na sociedade. Exemplos positivos desta mudança podem ser observados na educação para o trânsito e na conscientização para com o meio ambiente.

> A redução dos desastres depende da imensa participação de comunidades bem informadas, bem preparadas e facilmente mobilizáveis. É necessário o senso de percepção de riscos seja incrementado e que o nível de risco acei-

> tável pela sociedade brasileira seja substancialmente reduzido. (CASTRO, 1999, v. 1, p.102)

A conscientização da comunidade sobre a participação em sua defesa para uma segurança global, sua responsabilidade e direitos neste processo de identificação dos problemas e proposição de soluções, as consequentes políticas públicas que devem advir desta participação, é desafio que deve ser buscado por todos. A inclusão destes conteúdos no ensino fundamental, deve proporcionar esta conscientização. De tal forma que isto minimizará, futuramente, os custos econômicos e sociais gerados pela concretização dos desastres.

Portanto, neste trabalho monográfico será pesquisada a viabilidade da implantação da temática da defesa civil no conteúdo programático de escolas de ensino fundamental da rede estadual de ensino. Devido à impossibilidade deste estudo abranger toda a diversidade das escolas da rede de ensino do estado, será tratado do ponto de vista propositivo, seguindo por base a realidade de algumas escolas do município de Curitiba, com foco na sexta e sétima série do ensino fundamental de nove anos (5ª e 6ª séries do currículo antigo).

Enquanto para os órgãos vocacionados diretamente à defesa civil, com missão constitucional definida tanto na esfera federal quanto estadual, tratar assuntos de defesa civil está inserido prioritariamente em suas agendas, para os agentes da pasta da educação existem outras prioridades em suas atividades, o sucesso desta temática depende em grande parte do convencimento destes atores educacionais. Pois caberá aos educadores a execução desta conscientização.

Os dispositivos legais vigentes orientam para a inclusão de conteúdos relativos à defesa civil, nos currículos escolares. Estes mesmos dispositivos legais entrelaçam diversos órgãos da esfera federal, estadual e municipal, com atribuições específicas, por consequência o Ministério da Educação, Ministério da Cultura e Secretaria do Estado da Educação devem estar irmanados na busca dos objetivos relativos à formação da base cultural necessária ao desenvolvimento e evolução da defesa civil na sociedade brasileira, participando junto com os órgãos de defesa civil federal, estadual e municipais.

Diante do exposto, surge a necessidade de solucionar o seguinte problema de pesquisa. É oportuna a inclusão no conteúdo programático das escolas de ensino fundamental da rede pública de ensino do Estado do Paraná de noções gerais de defesa civil e temas relacionados com a percepção de riscos?

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Constitui objetivo geral do estudo verificar junto à legislação vigente, bem como às autoridades estaduais de defesa civil, a viabilidade técnica a necessidade e oportunidade da implantação dos conhecimentos relacionados com noções gerais de defesa civil e temas relacionados com a percepção de riscos no currículo das escolas de ensino fundamental da rede pública do Estado do Paraná.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Constituem objetivos específicos do estudo:

a) Verificar a existência de experiências similares na cidade de Curitiba, bem como os resultados obtidos por tais experiências.

b) Identificar ações similares e legislação específica adotadas por outras unidades federativas e países, relativas à implantação dos conteúdos relacionados à defesa civil e percepção de riscos nas escolas.

c) Propor uma metodologia para implantar a temática "Noções Gerais de Defesa Civil e Percepção de Riscos" no conteúdo curricular de todas as escolas de ensino fundamental da rede pública estadual.

3 JUSTIFICATIVA

Todos os anos, no Brasil, cerca de 6 mil crianças morrem e 140 mil são hospitalizadas por acidentes que poderiam ser evitados com adoção de políticas públicas, informação e simples atitudes de prevenção. Estimativas indicam que para cada 1 criança que morre, outras 4 ficam com sequelas permanentes. Segundo o Ministério da Saúde, as causas externas (acidentes, agressões, afogamentos, quedas, etc...) representam a principal causa de morte de crianças entre 01 e 14 anos. (DATASUS, 2007)

Percebe-se que a sociedade enfrenta uma crise de valores, que predomina o relativismo moral baseado no individualismo, na vantagem, na eficácia, sem referência a valores humanos como a dignidade, a solidariedade, a justiça, a democracia e o respeito à vida. É necessário para a escola buscar a sensibilização e a percepção para o coletivo, somado ao conhecimento científico e à preparação para um mundo tecnológico e extremamente informativo, proporcionando a difusão de conhecimentos socialmente úteis, como o desenvolvimento e a defesa do meio ambiente, a preservação da vida e a percepção dos riscos em geral.

Com a ampliação da perspectiva individual e coletiva do risco e do desastre, a partir da escola, pretende-se que a comunidade educativa venha a ter um conhecimento integral das condições geradoras de riscos, para que se iniciem processos de sensibilização e conscientização, que potencializem uma mudança cultural direcionada à responsabilidade social e necessidade de autoproteção frente às ameaças.

Acredita-se que o estudante, a médio e longo prazo, de acordo com a idade e nível de desenvolvimento, seja capaz de identificar as ameaças de seu ambiente, os níveis de vulnerabilidade e, a partir daí, construa comportamentos individuais e coletivos apropriados a permitir uma melhoria da segurança global da sociedade. A escola, como instrumento do desenvolvimento, constitui a base fundamental para a compreensão da dimensão social do desastre e, por consequência, se embasará o incremento dessa cultura de prevenção.

A inserção deste tema nos currículos escolares poderá trazer vantagens reconhecidas como fonte de alto valor educativo, quer na motivação, quer no interesse do jovem pela área de defesa civil, da proteção da vida humana e preservação do patrimônio e meio ambiente.

Durante o tsunami no Oceano Índico, que atingiu vários países da Oceania e Ásia em dezembro de 2004, a estudante britânica Tilly Smith de 10 anos de idade, conseguiu salvar pelo menos 100 vidas em uma praia da ilha de Phuket na Tailândia, quando convenceu as pessoas a saírem da praia. Suas lições de geografia na Grã Bretanha lhe permitiram reconhecer os primeiros sinais de um tsunami. Ao mesmo tempo um jovem da ilha de Simeleu, chamado Anto, havia aprendido com seu avô, sobrevivente de um tsunami de 1907, o que fazer no caso de perceber um terremoto. Ele e todos os outros ilhéus buscaram locais mais elevadas antes do tsunami arrasar a ilha. A ilha de Simeleu fica em frente a costa de Sumatra tem uma população de 83.000 habitantes, apenas 8 pessoas morreram em consequência do tsunami, na zona continental de Aceh; próxima a ilha 100.000 pessoas pereceram vítimas das ondas gigantes. (EIRD/ONU, 2006)

A população de Simeleu desenvolveu seu próprio conhecimento local sobre os terremotos e tsunamis, que chamam de smong. Cada geração instruí a geração seguinte sobre os sinais de alerta que indicam as ameaças naturais. A respeito desta experiência o Sr. Darmili Bhupati, sobrevivente da Isla de Simeleu, declarou o seguinte:

> Em 1907 havia ocorrido um tsunami aqui em Simeleu, assim nossas avós sempre nos deram o seguinte conselho: Se houver um tremor de terra, devemos ir observar a praia, se a maré estiver muito baixa, o smong (tsumani) está chegando e devemos rapidamente buscar locais mais elevados. (EIRD/ONU, 2006)

A abordagem dos problemas que possam afligir as comunidades, sob este novo enfoque e nova perspectiva, desperta os jovens para a criatividade e para a busca dos meios de preveni-los, criando espaço para que eles canalizem sua energia em prol da comunidade local.

Colocados frente a este desafio, os jovens motivam-se em procurar soluções e formas de participação das mais variadas. O jovem deve experimentar, questionar, dividir opiniões e envolver-se em ações práticas.

O ambiente mais adequado para implantar-se tal projeto, destinado a divulgar a importância das ações de defesa civil, dentro do público jovem, é a ESCOLA, organismo social, integrante da comunidade que dispõe de recursos físicos, humanos e materiais, que poderá cooperar de forma eficiente para o sucesso do Projeto.

4 METODOLOGIA

O presente estudo foi centrado na pesquisa bibliográfica sobre a inclusão dos temas relativos a defesa civil e percepção de riscos, nos currículos das escolas estaduais de ensino fundamental, com foco na metodologia da implantação destes assuntos como temas transversais.

Também se valeu de uma pesquisa documental, junto à Secretaria Nacional de Defesa Civil, Ministério da Educação, Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, Secretaria de Estado da Educação, Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Curitiba.

Junto aos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul e Distrito Federal foi feito um *benchmarketing,* pesquisando os procedimentos adotados por tais unidades da federação frente à implantação dos temas de defesa civil nas escolas.

Foram realizadas entrevistas junto à duas autoridades do setor da defesa civil no município de Curitiba, visando perceber a aceitabilidade e relevância com que a proposta é encarada por estas autoridades.

No capítulo seguinte são apresentadas e discutidas as informações coletadas na literatura e documentação pertinente.

No capítulo 6 da análise dos resultados, são relatadas as informações obtidas no estudo das experiências em outros países, estados e municípios bem como das opiniões coletadas junto às autoridades. Este capítulo incluí ainda uma proposta de implantação da temática "Noções Gerais de Defesa Civil e Percepção de Riscos" no conteúdo curricular de todas as escolas de ensino fundamental da rede pública estadual.

5 REVISÃO DE LITERATURA

Este estudo tem o envolvimento de duas áreas distintas a saber: A defesa civil e a educação, mais especificamente os currículos escolares em sua formação e definição de temas e relacionamentos entre os diversos saberes ministrados aos educandos. Portanto, esta revisão de literatura estará segmentada nestas duas vertentes, inicialmente situando a defesa civil em sua evolução para posteriormente buscarmos a forma mais adequada de incluí-la na grade curricular do ensino fundamental.

5.1 CONCEITUAÇÃO DE DEFESA CIVIL

Segundo o Glossário da SEDEC, Defesa Civil é o "Conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social" (CASTRO, 2002). Este conceito reveste-se de caráter oficial na esfera federal pois é repetido nos demais documentos doutrinários do Sistema Nacional de Defesa Civil, bem como na legislação federal e de alguns estados.

Já no Site da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Paraná (CEDEC-PR) o conceito é ampliado sendo conceituada defesa civil como sendo "o conjunto de medidas permanentes que visam evitar, prevenir ou minimizar as consequências dos eventos desastrosos e a socorrer e assistir as populações atingidas, preservando seu moral, limitando os riscos de perdas materiais e restabelecendo o bem-estar social"(CEDEC-PR, 2009).

Estes conceitos carecem em considerar um aspecto fundamental do tema que é a atuação integrada dos órgãos de governo e não-governamentais em prol dos objetivos principais, pois são princípios básicos da defesa civil duas ideias principais: (a) nenhum ente federativo por meio de organismo público ou privado tem condições de sozinho, fazer frente aos eventos adversos e calamitosos, e (b) é indispensável a participação coletiva.

Mais próximo de um conceito que abrangesse os principais atores presentes nas missões afetas à defesa civil, é observado na Autoridade Nacional de Protecção Civil Portuguesa, naquele país o termo defesa civil é usado para todas as ações não militares da defesa nacional, ficando a "Protecção Civil" com a seguinte definição:

> É a actividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas, com a finalidade de prevenir riscos colectivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos, proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram (sic) (ANPC,2009).

Portanto, no entender deste estudo, um conceito mais completo foi alcançado pelo doutrinador paranaense que conceituou defesa civil como sendo:

> A atuação integrada de órgãos do governo, com a participação dos segmentos organizados não-governamentais e da comunidade em geral adotando medidas preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas, visando evitar ou minimizar consequências danosas dos eventos desastrosos, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social. (KRETSCHMER, 2008).

5.2 HISTÓRICO DA DEFESA CIVIL

5.1.1 A defesa civil no mundo

5.1.1.1 Pré-história

Não se tem notícia do início do uso deste mecanismo de defesa na História da humanidade. Apesar de muito se ter falado e escrito, as informações são contraditórias. A família humana, acredita-se, tem vários milhões de anos, e a espécie humana remonta de centenas de milhares de anos.

No início da sua existência sobre o planeta os humanos sobreviviam pela coleta e caça de alimentos. Eram nômades, perambulando sempre atrás de alimento e água. Armavam acampamentos e ao rarear os meios de subsistência iam-se para

outras paragens. Acredita-se que os homens caçavam e as mulheres coletavam, esta divisão e as atribuições de responsabilidade entre ambos era equidistante. Provavelmente os grupos eram compostos por parentes consanguíneos e viviam em clãs compostos por dezenas de indivíduos.

Os meninos na adolescência caçavam pequenos mamíferos e pássaros com o uso de arcos e flechas além de pequenas armadilhas. Os machos adultos já utilizavam técnicas de aproximação furtiva e ataque combinado para o abate da presa. Os caçadores ao observar os rastros dos animais sabiam o que eram, a quantidade e outros dados necessários para efetuar a observação e o planejamento do ataque. Neste ponto é importante para a sobrevivência do bando o trabalho em equipe e principalmente a comunicação.

Pode-se dizer que a cultura pré-histórica foi baseada em parte pela habilidade de observação, comunicação e ataque combinado pelo trabalho em equipe dos componentes do bando. Logo, a caça passou a ser a garantia por muitas gerações da defesa dos humanos de morrer por inanição.

Pode-se deduzir que bons caçadores com o passar do tempo acabariam por se transformar futuramente em bons guerreiros.

5.1.1.2 Comunidades

Pela própria pré-disposição humana à caça, à coleta de alimentos e ao trabalho em grupo, iniciou-se provavelmente o sentimento de comunidade. Esta tinha a necessidade da proteção dos indivíduos e da prole para poder sobreviver. No início os humanos revezavam-se ao cuidar dos aglomerados contra agentes que causavam danos à comunidade, estabelecendo-se estrategicamente de forma a proteger-se de ataques de animais e de situações de risco.

Sempre havia alguém "em guarda", em algum local estratégico. Isto é biológico, muitos animais agem desta forma para proteger a espécie de ataques, de inundações, incêndios entre outros perigos. Nas culturas silvícolas, principalmente nas regiões mais afastadas na Selva Amazônica, interior do Brasil, muitas nações indígenas ainda usam deste artifício para proteger as aldeias, segundo Roger Fouts

(1998), os chimpanzés também possuem mecanismos de defesa e vigilância em suas comunidades.

5.1.1.2.1 As defesas do grupo

Acredita-se que os conflitos entre grupos sempre existiram, desde fases muito anteriores aos humanos, principalmente quando a escassez de alimentos forçava os grupos atacarem-se mutuamente, havendo inclusive, o fenômeno da antropofagia, como detectado em alguns grupos silvícolas nas Américas, Africa e Oceania (Neste caso, há que se separar a antropofagia por necessidade alimentícia, proteica, da ritualística), havendo muitas vezes a necessidade de uma atenção maior na prevenção aos ataques.

Com o advento do uso de armas para a caça, estas também começaram a ser usadas nos conflitos entre grupos que muitas vezes disputavam território, desta forma, os seres humanos inventaram provavelmente a guerra armada, logo, iniciou-se um ciclo de catástrofes não naturais que punham a sobrevivência do grupo em xeque.

5.1.1.2.2 Paliçadas e palafitas

Em virtude de uma defesa mais eficiente provavelmente surgiram as paliçadas, palafitas, e outros artifícios para a proteção da comunidade. Sempre quando se tinha uma comunidade, havia aqueles que eram os responsáveis para dar o alarme em caso de algum tipo de calamidade, seja natural, ou não. Estas ações foram observadas nas populações indígenas Xavantes, Jurunas e Caiabis, cuja cultura tecnológica estava ainda na era pré histórica, em 1950 pelos indigenistas Villas Boas, no interior da Amazônia.

5.1.1.2.3 O início da fixação ao solo e a elitização da defesa da comunidade

Uma vez que os humanos deixaram a vida nômade, surgiram as aldeias, vilas e cidades, tendo a defesa do grupo se desenvolvido de tal forma, que acabou se tornando um sistema de ataque e defesa distanciando-se desta forma da população, pois começou a servir a quem detinha o poder. Desta forma, a população como um todo começou a deixar de ser protegida. A comunidade foi distanciada pelos detentores do poder por meio daqueles que deveriam ser os protetores desta.

5.1.1.3 Diferenças culturais de defesa civil

No Ocidente ao contrário do Oriente, a população começou a ser deixada à sua própria sorte, não tendo do poder público uma proteção adequada.

5.1.1.3.1 Oriente

No caso do Império Chinês, havia sistemas bem delineados de defesa civil, as cidades eram planejadas de forma a proteger os colonos em caso de guerra, e, em caso de calamidades públicas os imperadores chineses juntamente com sua administração tinham uma completa rede de informação e socorro à população comum.

5.1.1.3.2 Ocidente

Já no ocidente não era bem assim, nas Grécia e Roma antigas, a população externa ao aglomerado urbano, era relevada a sua própria sorte, pois, com as cidades cercadas por muralhas, uma vez fechadas, em caso de ataques ou catás-

trofes, somente eram abertas após a cessação do perigo, o envio de ajuda era muito escasso.

Com o surgimento das vilas e cidades os procedimentos de defesa foram progressivamente sendo aperfeiçoados. Nas guerras os exércitos estavam preparados para o combate, mas a proteção da população civil não empenhada na luta, continuava relegada a segundo plano. Para o enfrentamento dos fenômenos naturais não havia sistemas organizados pelo poder público. Somente na Idade Média, é que os franceses organizaram um sistema de combate ao fogo.

As calamidades que antes eram raras, tornaram-se mais frequentes com prejuízos ampliados pelas concentrações populares, o que veio despertar na sociedade uma mudança relativa à preocupação com a vida, a integridade física e o bem-estar de cada um, surgiram como bens de valor imensurável, necessitando serem protegidos por uma rede de defesa.

As populações foram percebendo a necessidade de organizarem um sistema de defesa mais amplo, não só para a proteção contra efeitos decorrentes de eventos catastróficos oriundos da natureza, como também os resultantes de situações de guerra. Surgiu o então sentimento de responsabilidade pública, conscientizando os governantes que ao Estado cabe o dever de proteger os cidadãos contra os fenômenos adversos.

Após o início da Segunda Guerra Mundial, é que se evidenciou a necessidade de que a Defesa Civil fosse estruturada, como responsabilidade governamental, uma vez comprovada a eficiência dos sistemas organizados para atender as populações dos grandes centros industriais e populacionais dos países envolvidos no conflito, a despeito dos incêndios, escombros, milhares de mortos e feridos, milhões de desabrigados, como consequência dos repetidos bombardeios.

Como exemplo, bastaria citarmos a grandiosa reação havida em Hiroshima-Japão, após a explosão da bomba atômica, quando de um total de 300.000 pessoas, 100.000 foram evacuadas, 75.000 morreram e 75.000 ficaram feridas, e já no 10º dia as indústrias estavam trabalhando com 70% de sua capacidade. (CEDEC/PR,2009)

5.1.2 A defesa civil no Brasil

Apesar de ter sido citada a garantia dos socorros públicos no Artigo 179º, da Constituição Política do Império do Brasil, de 24 de março de 1824, e posteriormente em 1891, no Artigo 5º, da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, estabelecer-se que a União deveria prestar socorros ao Estado que, em caso de calamidade pública, os solicitar, somente na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de Julho de 1934, observa-se algo mais próximo a uma estrutura de defesa civil.

Porém com o advento da Segunda Guerra Mundial, quando em fevereiro de 1942, depois do ataque japonês à base de Pearl Harbour, e a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, e principalmente, após o afundamento em agosto do mesmo ano, na costa brasileira, dos navios de passageiros Arará e Itagiba, totalizando 56 vítimas, o Governo Federal , preocupado com a segurança global da população, principio básico no tratamento das ações de defesa civil, estabelece medidas tais como a criação do Serviço de Defesa Passiva Antiaérea, a obrigatoriedade do ensino da defesa passiva em todos estabelecimentos de ensino, oficiais ou particulares, existentes no país, entre outras. Mediante outros diplomas legais, ocorreram modificações e, por fim, em 1943, a mudança da denominação para Serviço de Defesa Civil sob a supervisão da Diretoria Nacional do Serviço da Defesa Civil, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e extinto em 1946, bem como, as Diretorias Regionais do mesmo Serviço, criadas no Estado, Territórios e no Distrito Federal.

Terminado o conflito mundial, com a euforia da paz, houve um relaxamento, culminando com a extinção do serviço em 1946. Posteriormente o Estado Maior das Forças Armadas e a Escola Superior de Guerra elaboraram trabalhos justificando e propondo a criação do Sistema Nacional de Defesa Civil, os quais, por vários motivos, não vingaram.

Durante as situações catastróficas que se abateram no país, principalmente as secas e as inundações, a intervenção governamental se fez sentir apenas para amenizar o sofrimento das populações atingidas, eminentemente nas ações reativas.

Em 1966, no Estado do Rio de Janeiro, ocorreram inundações, deslizamentos de encostas e desabamentos, causando 1.200 mortos e 46.000 desabrigados, o que levou o governo do então Estado da Guanabara a baixar decreto criando a Comissão Estadual de Defesa Civil, pioneira no Brasil, sendo a primeira Defesa Civil Estadual. Este grupo de trabalho teve a finalidade de estudar a mobilização dos diversos órgãos estaduais em casos de catástrofes. Foi elaborado o Plano Diretor de Defesa Civil do Estado da Guanabara, definindo atribuições para cada órgão componente do Sistema Estadual de Defesa Civil. O Decreto Estadual nº 722, de 18.11.1966, que aprovou este plano estabelecia, ainda, a criação das primeiras Coordenadorias Regionais de Defesa Civil – REDEC no Brasil.

Em 1967, por intermédio do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro, em seu artigo 39, o Governo Federal atribuiu ao Ministério do Interior a responsabilidade de assistência às populações atingidas pelas calamidades públicas.

Em 05 de março de 1969, por intermédio do aviso nº 0067, o Ministério do Interior conclama os Governadores de Estado, no sentido de criarem um Sistema Estadual de Defesa Civil.

Na elaboração da Constituição do Brasil, promulgada em 24 de janeiro de 1967, o Governo demonstrou interesse pelo assunto quando estabeleceu no capítulo II, artigo 8º, item XII, que compete à União organizar a defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente a seca e as inundações.

Em 22 de maio de 1969, com base no artigo 1º do Decreto nº 64.568, foi criado um grupo de trabalho incumbido de elaborar o Plano Permanente de Defesa Contra as Calamidades Públicas, que concluiu pela necessidade de ser instituído o Grupo Especial para Assunto de Calamidades Públicas - GEACAP, subordinado ao Ministério do Interior.

Em 13 de outubro de 1969, por meio do Decreto-Lei nº 950, foi instituído no Ministério do Interior o Fundo Especial para Calamidades Públicas, fixando a dotação de recursos e outras providências. A regulamentação do fundo efetivou-se por intermédio do Decreto nº 66.204, de 13 de fevereiro de 1970 e prevê o atendimento às populações atingidas por calamidades, quando reconhecida pelo Governo Federal, para aquisição de medicamentos, alimentos, agasalhos e pagamento de transportes, reembolso de despesas com preservação de vidas humanas, efetivadas por entidades públicas ou privadas, prestadoras de socorro na área de flagelo; e 5% para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal para calamidades públicas.

Pelo Decreto-Lei nº 83.839, de 13 de agosto de 1979, foi criada a Secretaria Especial de Defesa Civil - SEDEC, vinculada ao Ministério do Interior, com a finalidade de orientar e coordenar em todo Território Nacional as medidas relativas à prevenção, assistência e recuperação quando da ocorrência de fenômenos adversos de quaisquer ordens.

A organização sistêmica da defesa civil no Brasil, deu-se com a criação do Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC, em 16 de dezembro de 1988, por meio do Decreto nº 97.274, com o objetivo de planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades (Art. 21, inciso XVIII da Constituição/88), integrando a atuação dos órgãos e entidade de planejamento, coordenação e execução das medidas de assistência às populações atingidas por fatores anormais adversos, assim como de prevenção ou recuperação de danos em Situação de Emergência ou em Estado de Calamidade Pública. O SINDEC foi reorganizado em agosto de 1993 e atualizado por intermédio do Decreto nº 5.376, de 17.02.2005.

Na nova estrutura do Sistema Nacional de Defesa Civil, destaca-se a criação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – CENAD, o Grupo de Apoio a Desastres e o fortalecimento dos órgãos de Defesa Civil locais. (SEDEC, 2009)

5.1.3 A defesa civil no Paraná

No Estado do Paraná, a defesa civil foi criada pelo Decreto Estadual nº 3.002, de 29 de dezembro de 1972, que vigorou até 1992, quando atendendo ao disposto no Art. 51, inciso II da Constituição Estadual, o Governo do Estado passou a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil para o âmbito da Casa Militar (conforme Lei nº 9.943, de 27 de abril de 1992, que deu nova redação ao Art. 17 da Lei nº 8.485, de 03 de julho de 1987), tendo o Decreto Estadual nº 1.308, de 04 de maio de 1992, aprovado o Regulamento do Sistema Estadual de Defesa Civil, que foi alterado por intermédio do Decreto Estadual nº 1343, datado de 29 de setembro de 1999. Em 16 abril de 1995, o Coordenador Estadual de Defesa Civil instituiu o Conselho de Órgãos Governamentais - COG e em 16 agosto do mesmo ano instituiu

o Conselho de Órgãos não Governamentais - CENG, com a participação de diversos segmentos da sociedade paranaense.

5.2 A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Órgão superior do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), o Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC) instituiu uma Política Nacional de Defesa Civil, um documento de referência para todos os órgãos de Defesa Civil, por meio da Resolução nº 2, de 12 de dezembro de 1994, publicada no Diário Oficial da União nº 1, de 2 de janeiro de 1995, sendo alterada em seus anexos pela Resolução nº 4 de 5 de agosto de 1999.

A Política Nacional de Defesa Civil é constituída de nove partes e dois anexos. As partes que a constituem são:

a) **Condicionantes:** são 14 situações que norteiam a Política Nacional;
b) **Objetivos:** dividido em finalidade, objetivo geral, que abrange 4 aspectos globais e objetivos específicos;
c) **Instrumentos:** Sistema Nacional de Defesa Civil, Planejamento em Defesa Civil e os Recursos Financeiros;
d) **Conceituação, Classificação Geral dos Desastres e Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos:** apresenta os conceitos dos principais termos técnicos empregados na defesa civil e a classificação geral dos desastres e codificação de desastres, ameaças e riscos que são detalhadas nos anexos;
e) **Diretrizes:** são 15 estabelecidas para a defesa civil, destas a última interessa especialmente para os fins deste estudo:
   - A Diretriz nº 15 da Política Nacional de Defesa Civil orienta promover a inclusão de conteúdos relativos à redução de desastres e outros temas de defesa civil e valorização da vida humana nos currículos escolares. (BRASIL, 1994, p.16).

a) **Metas:** são seis metas prioritárias que pretendiam ser atingidas até o ano 2000;

b) **Planos:** aborda aspectos sobre a elaboração dos planos diretores de defesa civil;

c) **Programa:** são quatro programas e oito subprogramas estabelecidos em coerência com a doutrina de defesa civil;

d) **Projetos:** são vinte e três projetos:

- Projeto de Avaliação de Riscos de Desastres;
- Projeto de Mapeamento de Áreas de Riscos;
- Projeto de Redução das Vulnerabilidades às Secas e às Estiagens;
- Projeto de Redução das Vulnerabilidades às Inundações e aos Escorregamentos em Áreas Urbanas;
- Projetos de Redução das Vulnerabilidades aos demais Desastres Naturais;
- Projetos de Redução das Vulnerabilidades aos Desastres Humanos e Mistos;
- Projeto de Desenvolvimento Institucional;
- Projeto de Desenvolvimento de Recursos Humanos;
- Projeto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- Projeto de Mudança Cultural;
- Projeto de Motivação e Articulação Empresarial;
- Projeto de Informações e Estudos Epidemiológicos sobre Desastres;
- Projeto de Monitorização, Alerta e Alarme;
- Projeto de Planejamento Operacional e de Contingência;
- Projeto de Proteção de Populações contra Riscos de Desastres Focais;
- Projeto de Mobilização;
- Projeto de Aparelhamento de Apoio Logístico;
- Projeto de Socorro às Populações;
- Projeto de Assistência às Populações;
- Projeto de Reabilitação dos Cenários dos Desastres;
- Projeto de Relocação Populacional e de Construção de Moradias para Populações de Baixa Renda;
- Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas;
- Projeto de Recuperação da Infra-Estrutura de Serviços Públicos.

Nos anexos A e B da Política Nacional de Defesa Civil são apresentados, respectivamente, a Classificação Geral dos Desastres e a Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos. (BRASIL, 1999)

5.3 O SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Instituído por meio do Decreto nº 97.274, em 16 de dezembro de 1988, com o objetivo de planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades, conforme a exclusividade prevista no Artigo 21, inciso XVIII da Constituição Federal em vigor, integrando a atuação dos órgãos e entidade de planejamento, coordenação e execução das medidas de assistência às populações atingidas por fatores anormais adversos, assim como de prevenção ou recuperação de danos em Situação de Emergência ou em Estado de Calamidade Pública. O SINDEC foi reorganizado em agosto de 1993 e atualizado por intermédio do Decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, sendo que este Sistema é formado por órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados e dos Municípios, as entidades privadas e a comunidade em todo território nacional. Cada órgão ou entidade tem suas competências definidas como ações de defesa civil, tanto em situação de normalidade quanto na anormalidade.

O SINDEC é integrado hierarquicamente pelos seguintes órgãos:

a) **órgão superior:** como já citado é o Conselho Nacional de Defesa Civil CONDEC;
b) **órgão central:** a Secretaria Nacional de Defesa Civil;
c) **órgãos regionais:** Coordenadorias Regionais de Defesa Civil – CORDEC;
d) **órgãos estaduais:** Coordenadorias Estaduais de Defesa Civil – CEDEC;
e) **órgãos municipais:** Coordenadorias Municipais de Defesa Civil – COMDEC;
f) **órgãos setoriais:** órgãos das administrações federais, estaduais e municipais, visando garantir a atuação sistêmica;
   - Sobre os órgãos setoriais cabe salientar o Artigo 15, conforme segue textualmente:

> Art. 15. Aos órgãos setoriais, em nível federal, por intermédio de suas secretarias, entidades e órgãos vinculados, e em articulação com o órgão central do SINDEC, além de outras atividades de acordo com as respectivas competências legais, caberá:
>
> ...
>
> VII - ao Ministério da Educação, cooperar com o programa de desenvolvimento de recursos humanos e **difundir, por intermédio das redes de ensino formal e informal, conteúdos didáticos relativos à prevenção de desastres e à defesa civil** (grifo nosso) e ...
>
> VIII - ao Ministério da Cultura, **promover o desenvolvimento do senso de percepção de risco na população brasileira** (grifo nosso)
>
> ...
>
> § 1º Os órgãos federais localizados nos Estados e nos Municípios estão autorizados a participar do SINDEC em nível estadual e municipal e a se fazerem representar em seus respectivos Conselhos, caso sejam solicitados pela autoridade competente.
>
> § 2º Nos Estados e Municípios, os **órgãos setoriais correspondem aos de nível federal e desempenharão atividades de defesa civil de acordo com suas atribuições legais, em articulação com os respectivos órgãos de defesa civil, nos âmbitos de suas jurisdições**.(grifo nosso)

g) **órgãos de apoio:** outros órgãos públicos, entidades privadas, associações, clubes de serviço, organizações não-governamentais e outros que possam a vir apoiar o sistema. (BRASIL, 2005)

Observa-se que existe uma ligação técnica entre os órgãos setoriais de todas as esferas de governo e as Coordenadorias de Defesa Civil Estaduais e Municipais. Esta ligação será explorada por este estudo para viabilizar o convencimento das autoridades da área da educação estadual e municipal.

5.4 O SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL NO PARANÁ

Regulamentado por meio do Decreto Estadual nº 1.308, de 04 de maio de 1992, que foi alterado por intermédio do Decreto Estadual nº 1343, datado de 29 de setembro de 1999, o Sistema Estadual de Defesa Civil no Paraná é constituído conforme a estrutura a seguir:

a) **órgão central :** Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC;

b) **órgãos regionais:** Coordenadorias Regionais de Defesa Civil - COREDEC;

c) **grupo de coordenação:** Conselho de Órgãos Governamentais - COG;

d) **grupos de execução:** Grupos de Atividades Fundamentais - GRAF;

e) **grupo de cooperação:** Conselho de Entidades Não-Governamentais - CENG.

A Secretaria de Estado da Educação tem participação tanto no Conselho de Órgãos Governamentais, quanto deve manter pelo menos um profissional indicado para o Grupo de Atividades Fundamentais. (PARANA,1999)

Interessante frisar que o Artigo 2º deste Decreto nº 1.343 determina para a Secretaria da Educação que sejam ministradas noções de Defesa Civil e sua organização, como tema transversal ao currículo, em todas as áreas do conhecimento, no Ensino Fundamental e Médio, da rede escolar do Estado.

As Coordenadorias Regionais de Defesa Civil (COREDEC), encontram-se articuladas no Estado com as áreas das unidades operacionais do Corpo de Bombeiros, sendo que os comandantes destas unidades acumulam a função de Coordenadores Regionais de Defesa Civil.

5.5 A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a sociedade brasileira instituiu a educação como o instrumento de formação da cidadania e dignidade humana, sendo esta responsável pelo pleno desenvolvimento da pessoa, do cidadão e do trabalhador.

No artigo 205 da Constituição Federal, o ordenamento estabelece:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Mais especificamente o ensino fundamental é garantido constitucionalmente a todos os brasileiros, independente da faixa etária, sendo que o art. 208, § 1º, da Constituição Federal afirma: "O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo", e seu não-oferecimento pelo Poder Público ou sua oferta irregular implica responsabilidade da autoridade competente.

As conquistas sociais da Constituição Federal não foram efetivadas na íntegra em várias áreas, sendo encaradas como metas a serem atingidas num processo progressivo. Com a educação nota-se um ritmo aquém do que convém a um país com a capacidade econômica do Brasil. O Ministério da Educação atualmente se guia neste processo tendo por base dois pilares fundamentais: A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e o Plano Nacional da Educação (2000). O financiamento dos gastos com a educação, com prioridade para o ensino fundamental, graças à Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, com alterações e regulamentação recente pelo Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007.

Seguindo o processo evolutivo da nação o Estado do Paraná está com seu Plano Estadual de Educação em construção; para fins deste estudo será usado como base a versão preliminar publicada em 2005. Este processo de construção do Plano Estadual ocorre por uma opção ética por um ideal de educação no Estado. Desta forma busca-se refletir um esforço colaborativo da sociedade paranaense, visando aos princípios da gestão democrática para que seja participativo, pactuado e realizador. (DIA-A-DIA,2009). Tal situação se apresenta oportuna para os objetivos deste estudo, pois abre oportunidade para propor a inclusão dos temas de defesa civil nos currículos.

5.5.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB

Apesar de seu aspecto genérico, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece diretrizes e bases da educação nacional, garantindo a centralização política e a descentralização administrativa e financeira.

Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Com relação aos currículos do ensino fundamental a Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece a organização curricular de modo flexível, relativamente aos seus componentes, consolidando o princípio de uma base nacional

comum – Diretrizes Curriculares Nacionais, podendo ser complementada por parte diversificada em cada sistema de ensino, conforme se observa a seguir:

> Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.
> § 1º. Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.
> ...
> Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).
> § 1º. O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio (sic) na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).
> ...
> Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:
> I - a **difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum** e à ordem democrática; (grifo nosso)
> II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
> III - orientação para o trabalho;
> IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.
> ...
> Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)
> I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
> II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
> III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
> IV - o fortalecimento dos vínculos de família, **dos laços de solidariedade humana** e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (grifo nosso)
> § 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.
> ...
> § 5o O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado. (Incluído pela Lei nº 11.525, de 2007).(BRASIL,1996)

Os temas relacionados com a defesa civil encontram respaldo no inciso primeiro do Artigo 27, inciso IV do Artigo 32, além dos demais dispositivos legais já citados anteriormente.

5.5.2 Os Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação Brasileira - PNE

Por outro lado, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) , determina nos artigos 9º e 87, respectivamente, que cabe à União, a elaboração do Plano, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e institui a Década da Educação. Estabelece ainda que a União encaminhe o Plano ao Congresso Nacional, um ano após a publicação da citada lei, com diretrizes e metas para os dez anos posteriores, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

5.5.2.1 Retrospectiva do PNE

Por volta de 1932, um grupo de homens e mulheres da elite intelectual, além de renomados educadores, lançou o "Manifesto dos Pioneiros", no qual destacaram a necessidade central de se elaborar um plano amplo e contextualizado visando promover e desenvolver a educação no País. Esse movimento tomou ampla dimensão e repercussão tão forte que, dois anos depois, quando da elaboração da Constituição de 1934, o art. 150 explicitava como uma das competências da União "fixar o Plano Nacional de Educação, compreensivo do ensino em todos os graus e ramos, comuns e especializados" (DIDONET, 2000).

As Constituições posteriores (1946, 1967, 1969 – Emenda Constitucional) mantiveram a necessidade de o País ter um Plano de Educação, exceto a Constituição de 1937, que omitiu esse tema. No entanto, somente em 1962 foi elaborado um primeiro Plano Nacional de Educação - PNE, sob a vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024 de 1961. Ele não foi proposto na forma de um projeto de lei, mas apenas como uma iniciativa do Ministério da

Educação e Cultura, iniciativa essa aprovada pelo então Conselho Federal de Educação. Era basicamente um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num prazo de oito anos (DIDONET, 2000).

Em 1965, o PNE sofreu uma primeira revisão, quando foram introduzidas algumas normas descentralizadoras e estimuladoras da elaboração de planos estaduais. Em 1966, uma nova revisão, que se denominou de Plano Complementar de Educação, introduziu importantes alterações na distribuição dos recursos federais, beneficiando a implantação de ginásios orientados para o mercado de trabalho e o atendimento de analfabetos com mais de dez anos.

A ideia de uma lei propriamente dita ressurgiu em 1967, novamente proposta pelo Ministério da Educação e Cultura e discutida em quatro encontros nacionais de Planejamento, sem que a iniciativa chegasse ser consolidada.

Com a emergência do processo de redemocratização do país, surgiram vários movimentos sociais em defesa do direito à educação, reivindicando inclusive, a ação planejada do poder público. Todo esse processo político desaguou na Constituição de 1988. Por esse motivo, cinquenta anos após a primeira tentativa oficial, a Constituição Federal, retomou a idéia de um plano nacional de longo prazo, com força de lei, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área da educação. O art. 214 da Constituição Federal contempla esta obrigatoriedade.

> A lei estabelecerá que o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e a integração das ações do poder público a conduzam à:
> I – erradicação do analfabetismo;
> II – universalização do atendimento escolar;
> III – melhoria da qualidade do ensino;
> IV – formação para o trabalho;
> V – promoção humanística, científica e tecnológica do país. (BRASIL,1988)

Nos anos seguintes, iniciam-se as discussões sobre as novas diretrizes e bases da educação nacional que duraram cerca de oito anos, culminando na nova LDB (Lei nº 9.394/96).

Por outro lado, no mês de março de 1990, foi realizada a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, promovida pela UNESCO, com uma grande quantidade de entidades internacionais participando do evento, que tinha o objetivo de erradicar o analfabetismo e universalizar a educação obrigatória (DIDONET, 2000).

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o Marco de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem foram aprovados e constituem documentos de compromissos dos países signatários, entre eles o Brasil (DIDONET, 2000).

Ainda na década de 90, precisamente nos anos de 1993 e 1994, o Ministério da Educação, em parceria com o UNICEF e a UNESCO, coordenou um movimento voltado para a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos. Alguns processos, denominados ascendentes, geraram planos municipais, estaduais e, finalmente, um plano nacional.

Em 10 de fevereiro de 1998, o Deputado Ivan Valente apresentou no Plenário da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 4.155, de 1998 que "aprova o Plano Nacional de Educação". A construção deste plano atendeu aos compromissos assumidos pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, desde sua participação nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, consolidou os trabalhos do I e do II Congresso Nacional de Educação - CONED e sistematizou contribuições advindas de diferentes segmentos da sociedade civil. Na justificação, destaca o Autor a importância desse documento-referência que "contempla dimensões e problemas sociais, culturais, políticos e educacionais brasileiros, embasado nas lutas e proposições daqueles que defendem uma sociedade mais justa e igualitária" (DIDONET, 2000).

Um segundo projeto de lei, encaminhado pelo Poder Executivo e elaborado pelo Ministério da Educação após consulta a várias entidades educacionais e realização de seminários regionais de estudos para coleta de sugestões, foi protocolado na Câmara dos Deputados, sob o nº 4.173/98.

Em 13 de março de 1998, o PL nº 4.173 foi anexado ao de nº 4.155, que tinha precedência por ter sido protocolado antes. Num processo único, foram distribuídos às comissões da Câmara dos Deputados para estudos e tramitação legislativa.

No final dos estudos e debates, o relator do Projeto de Lei optou em apresentar um substitutivo, em setembro de 1999, que foi entregue aos membros da Comissão de Educação, Cultura e Desporto para análise. Como resultado do recebimento de sugestões, uma nova versão foi apresentada à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, em 09 de novembro de 1999, e aprovada no dia 30 do mesmo mês. Em abril de 2000, foi aprovado requerimento de urgência ao Projeto do PNE,

conduzindo-o ao plenário da Câmara dos Deputados, deixando de tramitar nas duas comissões restantes (de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Redação).

O Parecer dos relatores dessas comissões seria dado em plenário. Em 23 de maio, a Sessão Plenária foi transformada em Comissão Geral com a finalidade de realizar um amplo debate do Projeto, com especialistas e dirigentes de entidades da educação.

Finalmente, o substitutivo da Comissão de Educação e Desporto ao PL nº 4.155 foi aprovado, com duas emendas incorporadas ao texto, e encaminhado ao Senado que aprovou na íntegra o Projeto de Lei que institui o PNE e seu anexo. Estava assim aprovado o Plano Nacional de Educação.

Em janeiro de 2001, o Presidente da República sancionou a lei que instituiu o Plano Nacional de Educação, com vetos a nove metas, que ainda não foram submetidas à votação do Congresso Nacional.

Ressalta-se que a maioria dos vetos recaiu sobre os recursos financeiros e três deles referem-se especialmente ao capítulo do financiamento da educação.

Os vetos implicaram no comprometimento da viabilização das metas e diretrizes explicitadas no plano, pois não se tem um indicador de prioridade conferida à educação; não permite comparações internacionais, isso no caso do "percentual de gastos públicos com educação em relação ao PIB"; não permitiu as três esferas governamentais a definição de parâmetros acerca do valor correspondente ao padrão mínimo de qualidade, no caso de "orientar os orçamentos nas três esferas, de modo a cumprir as vinculações e subvinculações constitucionais", entre outras restrições.

Após discussão política sobre este plano e a promulgação da Lei Federal nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que o aprovou. Esta Lei estabelece em seu artigo 2º que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deverão, em consonância com as disposições contidas no PNE, elaborar seus planos decenais de educação. Como já citado o Estado do Paraná está com seu Plano Estadual de Educação em construção mas já tem metas definidas na versão preliminar de 2005.

É importante ressaltar que o Planos Estaduais e Municipais de Educação constituem uma peça de planejamento prevista na constituição, tanto quanto o Plano Plurianual – PPA. Entretanto, a compatibilização deve ser feita com prevalência do Planos de Educação, uma vez que seu prazo de vigência é maior. Em âmbito

nacional a própria Lei nº 10.172/01 prevê que os PPAs dêem suporte às metas do PNE.

5.5.2.2 Objetivos e desdobramentos PNE

O Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado pela Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, tem como objetivos: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública; e a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais. Com vigência de dez anos, o PNE apresenta um diagnóstico e estabelece diretrizes, objetivos e metas para todos os níveis e modalidades de ensino, para a formação e a valorização do magistério e para o financiamento e a gestão da educação. Essa abordagem está direcionada para os seguintes temas:

- Educação Infantil;
- Ensino Fundamental;
- Ensino Médio;
- Educação Superior;
- Educação de Jovens e Adultos;
- Educação à Distância e Tecnologias Educacionais;
- Educação Especial;
- Educação Indígena;
- Magistério da Educação Básica;
- Financiamento e Gestão.

Embora esteja definido em relação ao acompanhamento e à avaliação do PNE que:

> "será preciso, de imediato, iniciar a elaboração dos Planos Estaduais em consonância com este Plano Nacional e, em seguida, dos Planos Municipais, também coerentes com o Plano do respectivo Estado. Os três documentos deverão compor um conjunto integrado e articulado. Integrados principalmente quanto aos objetivos, às prioridades, diretrizes e metas estabelecidas. E também articulados nas ações, de forma que, na soma dos esforços das três esferas, de todos os Estados, Municípios, o Distrito

> Federal e mais a União, chegue-se às metas aqui estabelecidas" (BRASIL, 2001).

O art. 2º da Lei nº 10.172/2001 determina que todos os entes federados elaborem seus planos decenais a partir da vigência da lei, evitando que os municípios aguardem eternamente a iniciativa da esfera estadual para iniciar o processo de elaboração dos seus planos.

Não obstante, é bom ressaltar que "a implantação e o desenvolvimento desse conjunto precisam de uma coordenação em âmbito nacional, de uma coordenação em cada Estado e no Distrito Federal e de uma coordenação na área de cada Município, exercida pelos respectivos órgãos responsáveis pela Educação" (BRASIL, 2001).

5.5.2.3 O Plano Nacional de Educação e os compromissos internacionais

A lei do PNE, em consonância com o que preceitua a Constituição Federal e com a LDB de 1996, considerou as transformações da realidade que vêm ocorrendo no País e no mundo. Nesse sentido, recebeu influência dos compromissos nacionais e internacionais pactuados pelo Brasil.

Entre esses compromissos internacionais, pode-se mencionar:

- A Conferência de Dakar sobre a Educação para Todos;
- A Declaração de Cochabamba, dos Ministros da Educação da América Latina e Caribe, sobre a Educação para Todos;
- A Declaração de Hamburgo, sobre a Educação de Adultos;
- A Declaração de Paris, sobre a Educação Superior;
- A Conferência de Durban, entre outros compromissos.

O Brasil de Todos sintetiza, hoje, um projeto de nação que busca o crescimento econômico com inclusão social e inserção soberana na economia internacional. Nesse projeto de nação, a educação tem papel estratégico. Trata-se de um projeto que expressa a construção histórica do querer do brasileiro e os compromissos internacionais dos quais o país é soberanamente signatário. Nesse contexto, o PNE é um balizador institucional fundamental e sua convivência e correlação com

os compromissos nacionais e internacionais permitem mais enriquecimento do processo de planejamento da educação.

Por esse motivo, as recomendações decorrentes do PNE, como plano de Estado, certamente balizam a elaboração dos Planos Municipais de Educação, sobretudo por intermédio de uma coordenação ampla que se efetive por meio do respeito à atuação da liderança governamental; da garantia de participação da sociedade civil organizada; do atendimento dos objetivos da Educação para Todos; da definição de indicadores e, finalmente, pela garantia de esforços comuns na direção do desenvolvimento humano, pautados em um processo de planejamento amplo que considere as necessidades educacionais da sociedade brasileira por meio de prioridades para educação nacional em seus diferentes níveis e modalidades.

5.5.3 As Diretrizes Curriculares Nacionais

Introduzida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação Básica corresponde a um direito social e a um requisito fundamental para o pleno desenvolvimento da pessoa como indivíduo, cidadão e sujeito social. Inclui três etapas que se sucedem: a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

A Lei 9.131/95 e a LDB ampliam para toda a Educação Básica a fixação de conteúdos mínimos (art. 210 da Constituição Federal de 1988) e delegam, em caráter propositivo, ao MEC e ao CNE, a responsabilidade de assegurar a formação nacional comum por meio de Diretrizes Curriculares Nacionais. Cabe à Câmara de Educação Básica do CNE exercer a sua função deliberativa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais, reservando-se aos entes federativos e às escolas a tarefa que lhes compete em termos de organizar e complementar as orientações curriculares por meio de parte diversificada que atenda às necessidades e especificidades regionais e locais e às necessidades de seus alunos, bem como de implementar os currículos.

Em decorrência dessas orientações, foram aprovadas, em 1998, pelo CNE, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Parecer CEB nº22/98;

Res. CEB nº 199), o Ensino Fundamental (Parecer CEB nº 04/98; Res. CEB nº 298) e o Ensino Médio (Parecer CEB nº 15/98; Res. CEB nº 398).

A LDB definiu responsabilidades descentralizadas em relação à educação escolar. Portanto, além da presença do Governo Federal e da presença normativa do Conselho Nacional de Educação, não podem deixar de ser considerados, nas definições de políticas educacionais e curriculares da Educação Básica, os Governos Estaduais e Municipais e seus respectivos Conselhos de Educação. Nessas definições, cabe reconhecer a flexibilidade na articulação entre União, Distrito Federal, Estados e Municípios como um dos principais mecanismos da LDB. Flexibilidade e descentralização de ações devem marcar as responsabilidades compartilhadas em todos os níveis (Parecer CEB nº 04/98).

5.5.3.1 Situação atual das Diretrizes Curriculares Nacionais e do PNE

Desde a definição das Diretrizes Curriculares Nacionais, têm sido significativas as conquistas na Educação Básica. De acordo com o Censo Escolar de 2007, 53.028.928 milhões de alunos estavam matriculados na Educação Básica, sendo 12,3% na Educação Infantil, 60,6% no Ensino Fundamental e 15,8% no Ensino Médio.

No que se refere ao acesso à Educação Infantil, os Censos Escolares de 2000 e de 2006 revelam um aumento de mais de 600.000 matrículas, sendo significativamente maior o atendimento em instituições públicas. No entanto, o percentual de crianças atendidas pelos estabelecimentos de Educação Infantil mantém-se ainda muito aquém das necessidades sociais.

A Educação Infantil atende a 6.509.868 milhões de crianças, entre 0 e 5 anos de idade, sendo 24,3% destas nas creches (crianças de 0 a 3 anos) e 75,7% na pré-escola (crianças de 4 a 5 anos). Em termos da rede de atendimento, 65,9% das matrículas em creches e 75,6% das matrículas nas pré-escolas são oferecidas por instituições públicas (Censo Escolar de 2007). Em função da importância que a Educação Infantil cada vez mais ocupa na formação da criança, a percentagem de crianças sendo acolhidas nos estabelecimentos de Educação Infantil precisa ser

urgentemente elevada, por corresponder a um dever do Estado, como afirma Cury (2005).

Quanto ao Ensino Fundamental obrigatório, cumpre lembrar que, como direito de todas as crianças e jovens entre 6 e 14 anos de idade, abrange hoje um total de 9 anos de escolaridade. Tal direito foi sendo progressivamente garantido a todos, pois 97,5% da população nessa faixa de idade já se encontram na escola. Ou seja, o acesso de todos ao Ensino Fundamental constitui praticamente uma realidade nacional. No entanto, se a entrada de todos na escola se efetivou nos sistemas educacionais brasileiros, ainda não se conseguiu, como seria de desejar, construir uma escola de qualidade que asseverasse a permanência e o sucesso de todos que nela se matriculam na idade devida ou, mesmo, fora da faixa etária usual.

Se praticamente se universalizou o acesso à escola dos 6 aos 14 anos, não foi possível garantir sequer que todos os sujeitos incluídos nessa faixa de idade cheguem a concluí-lo. Do total de ingressantes no 1º ano do Ensino Fundamental, apenas 54% chegam a completar esse nível de ensino (Censo Escolar 2006). Isso é um indicativo de quão modesto tem sido o processo de ampliação das oportunidades educacionais para o conjunto da população, a despeito dos avanços obtidos no que se refere ao acesso à escola, e de quão injusta permanece sendo a estrutura educacional brasileira.

Apesar dos avanços em termos da expansão da Educação Básica, ainda existem desafios a serem enfrentados, especialmente tomando-se por base as metas estipuladas pelo Plano Nacional da Educação para a década. Vale ressaltar algumas de suas principais metas para a Educação Básica:

a) Expansão do atendimento da Educação Infantil para 30% em creche e 60% em pré-escola até 2006 e para 50% e 80%, respectivamente, até 2011;
b) Atendimento de 100% das crianças de 6 a 14 anos no Ensino Fundamental;
c) Diminuição do analfabetismo entre jovens e adultos em 50% até 2006 e sua erradicação até 2011;
d) Atendimento de 50% da população de 15 a 17 anos no Ensino Médio até 2006 e 100% até 2011.

Em resumo, os progressos obtidos na expansão e nas mudanças dos diversos níveis de ensino no Brasil ainda não foram suficientes para assegurar a

necessária universalização da Educação Básica, bem como para superar o quadro de acentuada desigualdade educacional, marcado por uma situação ainda precária em relação à permanência e à aprendizagem dos alunos nas escolas. Em outras palavras, ainda não se conseguiu, como seria desejável, construir no país, para todos os alunos da Educação Básica, uma escola de qualidade, que pudesse lhes garantir: a continuidade na escola; o sucesso nos estudos; a aprendizagem de conhecimentos significativos e relevantes; o desenvolvimento de habilidades; a adoção de procedimentos éticos e a aquisição dos valores necessários ao comprometimento tanto com uma sociedade brasileira cada vez mais justa e democrática quanto com um mundo menos desigual e mais solidário, pautados, ambos, pela diversidade, pela solidariedade e pelo respeito entre os diferentes grupos sociais e entre os indivíduos.

Nesse contexto, faz-se mister enfrentar alguns entraves que se situam na escola e são de sua responsabilidade. Entre eles, vale destacar a formação e a valorização dos docentes, assim como a construção de currículos que se mostrem mais adequados à realidade de nossos estabelecimentos escolares e às necessidades de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo. Para isso, revela-se tarefa urgente a elaboração de subsídios para que a escola e os professores possam formular e desenvolver currículos atualizados, atraentes e capazes de facilitar o acesso de todos aos bens simbólicos produzidos na vida social. Além disso, urge que tais currículos tanto promovam a formação de uma base nacional comum quanto acolham a diversidade que caracteriza a sociedade e as escolas brasileiras.

Ainda conforme Cury (2005), é na escola, mas não só nela, que "se pode ajudar a desconstruir mentalidades, posturas e comportamentos que atingem a alteridade com preconceito e discriminação". Pode-se acrescentar que é na escola, mas não só nela, que se podem ajudar a formar crianças e jovens cuja auto-estima lhes propicie o respeito por si próprio e pelos outros com os quais se relacionam, condição necessária para o cumprimento de seus deveres e para a luta por seus direitos como cidadãos de nosso país e do mundo contemporâneo.

E mais: é na escola, mas não só nela, que crianças e jovens podem apreender os conhecimentos necessários para viverem, conviverem e sobreviverem em seus ambientes de origem, transcendê-los e, além disso, se engajarem na proposição e na efetivação de mudanças necessárias ao desenvolvimento desses ambientes e da sociedade. Como afirmou Miguel Arroyo (2006), "os currículos organizam

conhecimentos, culturas, valores e artes a que todo ser humano tem direito" . Para que esses currículos possam, então, ser formulados nas escolas, espera-se que as Diretrizes Curriculares venham a oferecer uma significativa contribuição.

5.5.3.2 Currículo na educação Brasileira

O objetivo da educação pública é, portanto, promover autonomia. A regra vale tanto para instituições de ensino como para indivíduos. O conceito de autonomia, contudo, tem se prestado a equívocos, com consequências danosas para a aprendizagem. A compreensão do conceito de autonomia do indivíduo exige a percepção da natureza dialética da relação entre socialização e individualização. Educar homens e mulheres autônomos é garantir a emergência de subjetividades críticas sobre o pano de fundo de uma tradição cultural gerada pela linguagem e pelo trabalho, o que só é possível pelo desenvolvimento de competências para se apropriar de conteúdos e da capacidade de tomar postura crítica frente a eles. O juízo crítico se desenvolve mais pela forma como se ensina do que pelo conteúdo do que se ensina.

Mas a falta ou o excesso de conteúdo, por exemplo, contamina a forma. A relação entre forma e conteúdo é igualmente dialética e é sua justa mediação que dá ao educando condições de, por um lado, aprender a agir autonomamente dentro de um marco de referência universalista para, por outro lado, habilitá-lo a se desenvolver na sua particularidade. É essa condição que permite ao indivíduo autônomo tanto sua autodeterminação quanto sua auto-realização, seja colocando-se da perspectiva ética de membro de uma comunidade, seja pela afirmação de seu próprio valor por meio de atividades criativas, como as ciências ou as artes.

5.5.3.3 Conceituação de currículo

Quando se fala em currículo, há que se considerar o caráter fortemente polissêmico da palavra. Ela designa várias coisas: pode ser um atalho em um

caminho ou o próprio caminho; pode ser uma corrida ou o ato de correr; pode ser a programação pedagógica do que é ensinado aos alunos; pode ser o documento que reúne os dados relativos a uma pessoa (em termos de sua formação, experiências, realizações etc.), o que usualmente tem sido denominado de *curriculum vitae*. Ou seja, o currículo é visto como um espaço físico, como uma ação, como um programa, como um documento e assim por diante.

Apesar de suas diferenças, todos esses sentidos situam-se em um mesmo campo semântico, cujo centro se encontra na palavra latina *curriculum*, que sugere a ação de percorrer uma determinada trajetória, ou seja, um curso. No final do século XVI e no início do século XVII as palavras currículo e curso começaram a ser usadas, um tanto indistintamente, para designar modos e recursos empregados para a organização das ações e representações espaçotemporais, no âmbito da educação escolarizada (VEIGA-NETO, 2002). Em outros termos, a palavra currículo passa, no campo pedagógico, a associar-se intimamente à ideia de organização.

Em documento elaborado por Moreira e Candau (2006), destacou-se que à palavra currículo têm sido associadas diversas concepções, que derivam dos distintos modos como a educação é entendida historicamente, bem como das influências que a afetam e se tornam hegemônicas em dado momento. Fatores sócio-econômicos, políticos e culturais, assim, têm contribuído para que o currículo tenha sido concebido como: (a) os conteúdos a serem ensinados e aprendidos; (b) as experiências de aprendizagem vividas pelo aluno na escola e pelas quais ela assume responsabilidade; (c) os planos pedagógicos formulados pelos profissionais da educação; (d) os objetivos a serem atingidos pelo processo educativo; (e) os processos de avaliação, que terminam por determinar o que será ensinado nos diferentes níveis de ensino. Em todas elas, pode-se encontrar a perspectiva de se organizar e de se tornar mais eficiente a educação escolar, por meio dos elementos enfatizados nas concepções apresentadas.

Embora nenhuma dessas concepções possa ser vista como a mais correta ou mesmo como a mais adequada, cabe afirmar que as discussões sobre currículo incorporam, necessariamente, discussões sobre os conhecimentos escolares, os procedimentos de ensino, as relações sociais que se desenvolvem na escola, os valores a serem adotados, as identidades a serem construídas por nossos estudantes, ou seja, os elementos que precisam ser considerados quando se intenta organizar a escola ou o sistema escolar.

Sugere-se, portanto, que se conceba a palavra currículo como as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio às relações sociais que se travam nos espaços institucionais, e que afetam a construção das identidades dos estudantes. Currículo, nesse enfoque, corresponde ao conjunto de esforços pedagógicos promovidos na escola, com o propósito de organizar e tornar efetivo o processo educativo (MOREIRA E CANDAU, 2006). Expressa o projeto político-pedagógico da instituição em que se desenvolve, englobando, como já se ressaltou, as experiências vivenciadas pelo estudante em seu tempo de formação acadêmica. Constitui, portanto, um instrumento político, cultural e científico formulado com base em uma construção coletiva.

5.5.3.4 O Currículo no ensino fundamental

No caso do Ensino Fundamental, o currículo também corresponde às experiências vividas pelos estudantes, nas quais se articulam os saberes que os estudantes aprendem na vivência e na convivência em suas comunidades com os conhecimentos sistematizados que a escola deve lhes tornar acessíveis. Assim, qualquer discussão sobre o currículo no Ensino Fundamental depara-se sempre com duas dificuldades complementares: de um lado, conhecer-se o que se costuma denominar "a realidade do aluno" e, de outro, conhecer-se o que se costuma denominar "saberes escolares". Ainda que isso seja verdadeiro também para as outras etapas, talvez seja justamente no Ensino Fundamental que elas pareçam ser mais complexas.

Soma-se a tais dificuldades o fato de que a permanência na escola, das crianças e dos jovens, em comparação com as demais etapas da Educação Básica, é a mais longa. Assim, é lícito supor que essa etapa seja a mais ampla, profunda e duradoura que deixa suas marcas nos sujeitos escolares.

Por ser direito público subjetivo, o Ensino Fundamental exige que o Estado determine a sua obrigatoriedade, que só pode ser garantida por meio da gratuidade de ensino, o que irá permitir o usufruto desse direito por parte daqueles que se virem privados dele.

Se essa etapa de ensino é direito do cidadão - uma vez que constitui uma garantia mínima de formação para a vida pessoal, social e política - é dever do Estado, dos sistemas de ensino e das escolas assegurar que todos a ela tenham acesso e que a cursem integralmente, chegando até à conclusão do processo de escolarização que lhe corresponde. Além disso, todos têm o direito de obter o domínio dos conhecimentos escolares previstos para essa etapa e de adquirir os valores, atitudes e habilidades, derivados desses conteúdos e das interações que ocorrem no processo educativo.

Cabe à instituição escolar, primordialmente, a distribuição social do conhecimento e a recriação da cultura. Uma das maneiras de se conceber o currículo é entendê-lo como constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento e que contribuem para construir as identidades dos alunos.

Os conhecimentos escolares podem ser compreendidos como o conjunto de conhecimentos que a escola seleciona e transforma, no sentido de torná-los passíveis de serem ensinados, ao mesmo tempo em que servem de elementos para a formação ética, estética e política do aluno. As diversas instâncias que mantêm, organizam, disciplinam, orientam e oferecem recursos à escola, como o próprio Ministério da Educação, as Secretarias de Educação, os Conselhos de Educação, assim como os autores de materiais e livros didáticos transformam o conhecimento acadêmico, segmentando-o de acordo com os anos de escolaridade, ordenando-os em unidades e tópicos e buscam, ainda, ilustrá-lo e formulá-lo em questões para as quais já se têm respostas. Esse processo em que o conhecimento de diferentes áreas sofre mudanças, transformando-se em conhecimento escolar, é chamado de transposição didática.

No mesmo sentido, também se diz que os conhecimentos produzidos em diversas áreas para adentrarem à escola são recontextualizados, de acordo com a lógica que preside as instituições escolares. Uma vez que as escolas são instituições destinadas à formação das crianças, jovens e adultos, os conhecimentos escolares das diferentes áreas, além do processo de didatização que sofrem, passam a trazer embutido um sentido moral e político. Assim, a história escolar está indissoluvelmente ligada ao exercício da cidadania; a ciência que a escola ensina está impregnada de valores que buscam promover determinadas condutas, atitudes e determinados interesses, como por exemplo, a valorização e preservação do meio ambiente, os cuidados com a saúde, entre outros. Este mesmo processo ocorre com

as demais áreas ou campos do conhecimento, porque devem se submeter às abordagens próprias aos estágios de desenvolvimento dos alunos, ao período de duração dos cursos, aos horários e condições em que se desenvolve o trabalho escolar, aos propósitos mais gerais de formação dos alunos. Conclui-se, daí, que o acesso ao conhecimento escolar tem dupla função: formar habilidades intelectuais e criar atitudes e comportamentos desejáveis para a vida em sociedade.

É o domínio do conhecimento escolar e o conhecimento da cultura da escola que possibilitam um bom desempenho do aluno. Ele precisa não apenas aprender os conteúdos escolares, mas também saber se movimentar nessas instituições pelo conhecimento que adquire de seus valores, seus rituais e normas, ou seja, pela familiaridade com a cultura da escola. O aluno demonstra dominá-la quando compreende não apenas aquilo que fica explícito no cotidiano escolar, como também o que está implícito, ou seja, tudo aquilo que não é dito, mas que é valorizado ou desvalorizado pela escola, em termos de comportamento, atitudes e valores que fazem parte de seu currículo oculto.

Sabe-se que a escola é a principal e, muitas vezes, a única forma de acesso ao conhecimento sistematizado para certos segmentos da população. Esse dado aumenta a responsabilidade do ensino fundamental na sua função de assegurar a todos a aprendizagem dos conteúdos curriculares capazes de fornecer os instrumentos básicos para a inserção mais plena na vida social, econômica e cultural do país.

Para isso, a escola deve acolher os alunos dos diferentes grupos sociais, buscando construir e utilizar métodos, estratégias e recursos de ensino que melhor atendam ao seu perfil cognitivo e cultural. Acolher significa, pois, propiciar aos alunos meios para conhecerem a "gramática da escola", oferecendo àqueles com maiores dificuldades e menores oportunidades, mais incentivos e outras oportunidades de se familiarizarem com o modo de entender a realidade que é valorizado pela cultura escolar.

Acolher significa, também, garantir a aprendizagem dos conteúdos curriculares para que o aluno desenvolva interesses e sensibilidades que lhe permitam usufruir dos bens culturais disponíveis na comunidade, na sua cidade, ou na sociedade em geral, e que lhe possibilitem ainda sentir-se como produtor valorizado desses bens. Ao lado disso, a escola é, por excelência, o lugar em que é possível ensinar e cultivar as regras do espaço público que conduzem ao convívio democrá-

tico com as diferenças, orientado pelo respeito mútuo e pelo diálogo. É nesse espaço que os alunos adquirem espírito crítico e têm condições de aprender a assumir responsabilidades em relação ao que é de todos.

Para muitos, a educação é considerada a mola propulsora das transformações do país. No entanto, o que se constata é que problemas econômicos e sociais repercutem na escola e dificultam o alcance de seus objetivos. A garantia do Ensino Fundamental de qualidade para todos está intimamente relacionada à redução da pobreza, ao mesmo tempo em que tem um papel importante nesse processo. As políticas educacionais só surtirão efeito se articuladas a outras políticas públicas no campo da saúde, da habitação, do emprego, dentre outras, porque essas políticas dependem umas das outras, pelo estreito relacionamento que mantêm entre si. Assim, se para obter emprego a educação se torna cada vez mais necessária, ela depende, por sua vez, das disponibilidades de emprego, tanto para que os pais consigam criar seus filhos com dignidade, como também para que os estudantes vislumbrem na educação escolar o aumento das possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Se os cuidados com a saúde dependem da educação, a educação também precisa que seus alunos tenham assistência para os problemas de seu bem-estar físico, os quais se refletem nas suas condições de aprendizagem.

A educação escolar comprometida com a igualdade de acesso ao conhecimento a todos e, especialmente empenhada em garantir esse acesso aos grupos da população em desvantagem na sociedade, estará assegurando a qualidade social da educação e contribuindo para dirimir as desigualdades herdadas historicamente de um regime social profundamente injusto.

5.5.3.5 Base Nacional Comum, áreas do conhecimento e Parte Diversificada

Os conhecimentos escolares que, por exigência da cidadania, têm caráter obrigatório, conforme o artigo 26 da LDB/96, são aqueles que dizem respeito à compreensão do mundo físico e natural bem como da realidade social e política, com destaque à vida social e política contemporânea e à história do Brasil; ao estudo da matemática; à aquisição de habilidades de expressão e comunicação e ao

desenvolvimento de linguagens que passam pelo domínio da língua portuguesa e pelas diversas manifestações artísticas e práticas corporais.

Voltados à divulgação de valores fundamentais ao interesse social e de preservação da ordem democrática (art. 27 da LDB/96), esses conhecimentos fazem parte da Base Nacional Comum a que todos devem ter acesso, independentemente da região e do lugar em que vivem, de forma a garantir a característica unitária das orientações curriculares nacionais, das propostas curriculares dos estados e municípios e dos projetos pedagógicos das escolas.

5.5.3.6 Áreas do conhecimento

Os conteúdos mencionados no artigo 26 da LDB/96 são chamados, nestas diretrizes aqui esboçadas, áreas de conhecimento.

As áreas de conhecimento reportam-se aos conhecimentos disciplinares, ou seja, aqueles que se originam nas disciplinas científicas e nas diversas linguagens, mas incorporam também outros saberes que fazem parte da cultura escolar: os saberes da experiência como o dos docentes, do cotidiano, das vivências dos alunos.

Figuram como áreas de conhecimento obrigatórias no currículo:

- Língua Portuguesa, assegurada as comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem;
- Matemática;
- História;
- Geografia;
- Ciências;
- Educação Artística (nos termos da LDB/96 e da lei 11769/2008, que torna obrigatório, mas não exclusivo o ensino da Música);
- Educação Física;
- Educação Religiosa (na forma do art. 33 da LDB/96).

Embora o Ensino Fundamental regular deva ser ministrado em língua portuguesa, às comunidades indígenas é assegurada "a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem" (LDB/96, art. 32, parágrafo 3º).

A Lei nº 11.645/08 altera a LDB/96 ao incluir parágrafos ao art. 26; torna obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira e indígena, cujos conteúdos serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística, de literatura e história brasileiras.

5.5.3.7 Parte Diversificada

Na Parte Diversificada do currículo pode ser encontrada maior diferenciação entre as orientações curriculares das diversas regiões, estados e municípios brasileiros e das escolas. É ainda nessa parte que ficam mais explícitas as realidades, as atividades e os valores que integram as culturas locais.

A perspectiva de trabalho da Parte Diversificada deve enfatizar questões de interesse para os diversos contextos sociais brasileiros, tais como:

- Vida familiar e em comunidade;
- Ciência e tecnologia;
- Saúde;
- Trabalho;
- Sexualidade;
- Diferentes manifestações da cultura;
- Preservação do meio ambiente
- Educação para o trânsito;
- Educação fiscal;
- Meios de comunicação e de informação; dentre outros considerados relevantes pelos sistemas.

Além disso, consta também obrigatoriamente da Parte Diversificada do currículo, o ensino de, pelo menos, uma língua estrangeira moderna nos anos finais do ensino fundamental, sendo facultada à comunidade escolar a sua escolha (LDB/96, art.26, parágrafo 5º).

5.5.3.8 Ampliação da abrangência dos currículos

Ao procurar aliviar o peso do individualismo que alimenta as sociedades contemporâneas, movidas predominantemente pelas forças do mercado, a possibilidade de uma cultura comum no ensino obrigatório tem de traduzir, atualmente, de alguma forma a tensão permanente entre a universalização e a individualização dos conhecimentos (DUSSEL, 2009).

A leitura e a escrita, a história, as ciências, as artes, propiciam aos alunos o encontro com um mundo que é diferente, mais amplo e diverso que o seu. Ao não se restringir à transmissão de conhecimentos apresentados como verdades acabadas, e levar os alunos a perceberem que essas formas de entender e de expressar a realidade possibilitam outras interpretações, a escola também oferece lugar para que os próprios educandos reinventem o conhecimento e recriem cultura.

O currículo não se esgota, contudo, nas Áreas de Conhecimento obrigatórias e naquelas que integram a Parte Diversificada. No currículo escolar, concebido como o conjunto das experiências organizadas e realizadas pela escola ou sob sua supervisão, os momentos de recreação, de festas e celebrações, nele necessariamente estão incluídos. As atividades como o "dever de casa", o recreio, as visitas e excursões, assim como as rotinas, as premiações, as reprimendas, as avaliações e recuperações, fazem parte igualmente do currículo.

As escolas devem levar o aluno a desenvolver a capacidade de aprender, como quer a LDB/96 em seu artigo 32, mas com o prazer e o gosto de aprender, tornando suas atividades desafiadoras, atraentes e divertidas. Isso vale tanto para a Base Nacional Comum como para a Parte Diversificada. Esta última, por estar voltada para aspectos e interesses regionais e locais pode incluir áreas de conhecimento e a abordagem de temas que proporcionem aos estudantes maior compreensão e interesse pela realidade em que vivem.

5.5.3.9 Novos temas e abordagens no currículo comum

Na perspectiva de construção de uma sociedade mais democrática e solidária, entre os elementos que integram a parte comum obrigatória do currículo, novas demandas, provenientes de movimentos sociais e de compromissos internacionais firmados pelo país, como os referentes à preservação do meio ambiente, à promoção dos direitos humanos, passam também a ser contempladas. Elas tendem a ser incluídas nas propostas curriculares pela adoção da perspectiva multicultural. Entende-se, atualmente, que os conhecimentos comuns do currículo criam a possibilidade de não mais alijar as diferenças que silenciaram as vozes de diferentes grupos como os negros, indígenas, as mulheres, crianças e adolescentes, homossexuais, portadores de deficiências, contribuindo para mantê-las em lugar subalterno.

Mais ainda: O conhecimento de valores, crenças, modos de vida de grupos sobre os quais os currículos se calaram durante uma centena de anos, sob o manto da igualdade formal, propicia desenvolver empatia e respeito pelo outro, pelo que é diferente de nós, pelos alunos na sua diversidade étnica, regional, social, individual e leva a conhecer as razões dos conflitos que se escondem por trás dos preconceitos e discriminações que alimentam as desigualdades sociais e étnicas e os processos de dominação que têm historicamente reservado a poucos o direto de aprender, que é de todos.

A perspectiva multicultural no currículo leva ainda ao reconhecimento da riqueza das culturas e à valorização das realizações de indivíduos e grupos e possibilita a construção de uma auto-imagem positiva a muitos alunos que vêm se defrontando constantemente com as condições de fracasso escolar, agravadas pela discriminação manifesta ou escamoteada no interior da escola.

Além de evidenciar as relações de interdependência e de poder na sociedade e entre as sociedades e culturas, a perspectiva multicultural tem o potencial de conduzir a uma profunda transformação do currículo comum.

Os temas transversais introduzidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997 possibilitaram a discussão sobre questões de grande relevância social na agenda educativa de todas as escolas do país, ao passo que anteriormente elas ocupavam espaço em apenas algumas redes e escolas. Isso não quer dizer que todos os estabelecimentos de ensino passaram a abordá-los. Como muitos desses

temas não derivam de corpos sistematizados de conhecimentos e como muitos professores não conhecem as suas implicações mais a fundo, os temas transversais continuam, no mais das vezes, como conteúdos periféricos no currículo.

5.5.3.10 Temas transversais

Os temas transversais são voltados para a compreensão e a construção da realidade social e dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva. A escola, cumprindo sua função social, pode incluir em seu currículo outros temas, além dos temas transversais presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais, tendo como referência as condições reais de sua comunidade.

Busquets (2000) entende que os conteúdos curriculares tradicionais formam um eixo longitudinal do sistema educacional e, em torno dessas áreas de conhecimento, devem circular, ou perpassar, transversalmente esses temas, mais vinculados ao cotidiano da sociedade. Assim, nessa concepção, se mantêm as disciplinas que estamos chamamos de tradicionais do currículo (como a Matemática, as Ciências e a Língua), mas os seus conteúdos devem ser impregnados com os temas transversais.

Diante do exposto, pode-se perceber que há diferentes formas de trabalhar com os temas transversais, mas o que há em comum é que todas elas mantêm disciplinas curriculares tradicionais como eixo principal dentro do sistema educacional, trabalhar os temas transversais em torno de cada área do conhecimento.

5.5.3.11 Interdisciplinaridade e transversalidade

Os Parâmetros Curriculares Nacionais diferenciam a transversalidade e a interdisciplinaridade. A interdisciplinaridade é definida como a dimensão que questiona a segmentação entre os diferentes campos do conhecimento produzida por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles, questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade sobre a qual a escola,

tal como é conhecida, historicamente se constituiu. Já a transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender a realidade da realidade).

Portanto, a transversalidade e a interdisciplinaridade são modos de trabalhar o conhecimento que visam reintegração de dimensões isoladas uns dos outros pelo tratamento disciplinar. Para Silva (2001), a interdisciplinaridade e transversalidade alimentam-se mutuamente, pois o tratamento das questões trazidas pelos temas transversais expõe as inter-relações entre os objetos de conhecimento, de forma que não é possível fazer um trabalho pautado na transversalidade tomando-se uma perspectiva disciplinar rígida.

6 ANÁLISE

6.1 A DEFESA CIVIL NA ESCOLA

> Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar
> os que vivem em torno da escola, e dentro da escola,
> no sentido de participarem, de tomarem um pouco
> o destino da escola na mão, também.
> Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido
> é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se
> põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.
> Paulo Freire

A percepção de que os assuntos de defesa civil devem fazer parte dos currículos escolares já é observada nos dispositivos legais desde o início da história nacional da defesa civil em 1942; como já foi citado, havia a obrigatoriedade do ensino da defesa passiva.

Em recente conturbação ocorrida na Coreia do Sul, com os riscos do recrudescimento das hostilidades com a Coreia do Norte, vemos nos noticiários a população executando treinamentos nacionais de defesa civil. Tal qual o Japão da década de 40 a Coreia conhece a importância da cultura da defesa civil.

A legislação tanto federal quanto estadual determina a inclusão dos conteúdos de defesa civil nos currículos das escolas de ensino fundamental. Porém ainda não ocorre na prática, embora as mudanças na educação têm ocorrido numa velocidade menor que o previsto nos dispositivos legais.

A educação constitui um dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, devendo ser assegurada pelo Poder Público, encarregado de fornecer as condições necessárias a sua efetivação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Igual importância tem assegurar esse direito da criança e do adolescente, quanto promover a difusão e democratização do conhecimento das ações de defesa civil, na escola, na busca das evoluções sociais.

A escola tem alguns conflitos ideológicos para vencer, neste mundo onde o neoliberalismo perde força frente a um maior controle estatal na economia, não se pode afirmar que seja uma volta à estatização nos moldes socialistas, mas que um novo entendimento está em construção, embora sem um nome político ideológico ainda definido. Qual será o papel da escola neste contexto?

Segundo Demo (1995), a agressividade é necessária à emancipação e formação do cidadão, para sobreviver futuramente num ambiente de mercado competitivo, é necessário encará-lo com seriedade, porém o autor contesta a educação focada apenas na formação de futuros operários ou comerciantes, mas indica que a escola deve formar cidadãos cônscios da necessidade de subordinar-se o desempenho à convivência social e à pluralidade. Nos dizeres deste autor "Se do ponto de vista do conhecimento, competência competente é aquela que todo dia se renova, do ponto de vista da educação é aquela coletivamente organizada em vista do bem estar comum e de qualidade de vida para todos."

A escola deve construir a consciência voltada para os interesses comunitários e para o espírito solidário, visando ao bem-estar de todos; transformando o jovem em agente multiplicador, consciente dos seus direitos e executor dos seus deveres, conhecendo os seus limites ante os demais (LIMA, 2006). O saber pensar e o aprender a aprender incluem a competência de conviver e construir o bem comum, agindo além de seus interesses individuais e familiares ou da ganância.

É muito relevante ter-se o mundo real presente na sala de aula, não só por meio de projetos pedagógicos, mas também por meio de projetos de mudança cultural. De acordo com a Política Nacional de Defesa Civil, a mudança cultural tem o seguinte fundamento: todos têm direito e deveres relacionados com a segurança global da população, contra desastres.

Neste sentido, serão apresentadas a seguir as resoluções internacionais a respeito deste tema, bem como experiências de outros países e entes federativos para que seja possível capturar ideias e iniciativas úteis para a implantação no Paraná.

6.2 O MARCO DE AÇÃO DE HYOGO

"Não podemos evitar as calamidades naturais,
mas devemos sim equipar as pessoas
e comunidades para que possam resistir a elas"
Kofi Annan,

Em Janeiro de 2005, durante a Conferência Mundial Sobre a Redução dos Desastres, promovido pela Secretaria Interinstitucional da Estratégia Internacional para Redução dos Desastres da Organização das Nações Unidas (EIRD/ONU), na cidade de Kobe, Hyogo, Japão, em face do agravamento e aumento de desastres provocados por eventos adversos, os governos de 168 países se comprometeram a adotar medidas para reduzir o risco de desastres, adotando o Marco de Ação de Hyogo, com a pretensão de se adotar um planejamento de 10 anos, procurando que em 2015, tenha-se reduzido consideravelmente os danos humanos, materiais e ambientais ocasionados pela incidência dos desastes.

Para tanto, foram estabelecidas 5 Linhas de Ação Prioritárias a Saber:

1) Conseguir que a redução dos riscos de desastres seja uma prioridade;

2) Conhecer os riscos e saber que atitudes tomar ao detectá-lo;

3) Desenvolver uma maior compreensão e conscientização, usando o conhecimento, a inovação e a educação para criar uma cultura de segurança e resiliência das comunidades;

4) Reduzir os riscos e seus fatores principais;

5) Manter-se preparado e pronto para atuar. (EIRD/ONU, 2005)

Para conhecimento mais aprofundado do Marco de Ação de Hyogo foi acrescentado no Anexo 1 deste estudo um documento mais detalhado, que referencia ainda os contatos e endereços eletrônicos dos diversos organismos componentes da iniciativa.

6.2.1 Campanha Mundial Para Redução dos Desastres – A Redução dos Desastres Começa na Escola

Procurando atingir a terceira linha prioritária do Marco de Ação de Hyogo, o Grupo Temático da EIRD/ONU sobre e conhecimento e educação; acionou a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) para em conjunto lançarem a campanha bianual conhecida como WDRC-2006-2007 (Word Disaster Reduction Campaign), sob a coordenação da EIRD/ONU. A finalidade desta campanha é informar e mobilizar os governos, comunidades e indivíduos para garantir que a redução do risco de desastres seja plenamente inserida nos planos de educação dos países que apresentam alto risco de desastres naturais, por meio dos dois objetivos que são os seguintes:

1) Promover a inclusão dos temas relativos aos riscos de desastres nos planos de educação dos países, e

2) Promover a construção segura e a modernização dos edifícios escolares para que possam resistir as ameaças naturais.

Os principais grupos focados pela campanha são os estudantes do ensino fundamental, os professores, os encarregados da formulação das políticas educativas, os pais de família, engenheiros e profissionais da construção. Dentre às autoridades a campanha visa atingir os ministérios ou entes governamentais encarregados de abordar assuntos relacionados com a gestão dos desastres, ministérios da educação, líderes políticos no nível nacional, autoridades locais e as instancias decisórias comunitárias.

A Campanha continuará após 2007 sob os auspícios do Decênio de educação para o Desenvolvimento Sustentável da UNESCO.

Na documentação da WDRC-2006-2007 observa-se a convicção de que um processo de aprendizagem sobre o risco de desastres nas escolas de ensino fundamental contribuí para que as crianças e adolescentes desempenhem um papel importante quando se trata de salvar vidas e proteger os membros da comunidade em tempos de desastres. A inclusão da educação sobre o risco de desastres nos planos nacionais de educação nas escolas contribuí para incrementar o nível de conscientização sobre estes temas em comunidades inteiras.

Além de seu papel fundamental na educação formal, os centros educativos também têm o dever de proteger seus alunos de uma possível ameaça natural. O investimento no fortalecimento das edificações escolares antes da ocorrência de um desastre reduz os custos a longo prazo, protege as gerações de adolescentes e crianças das nações e garante a continuidade da educação após o desastre.

A inserção da educação sobre os riscos de desastres nos planos nacionais de educação, tal qual a construção de instalações escolares mais seguras contribuem para o progresso dos países e ajudam a consecução dos Objetivos do Milênio (ODM). A Ilustração a seguir demonstra os países onde a EIRD/ONU reconhece a inserção da educação sobre os riscos de desastres nos planos nacionais de educação.

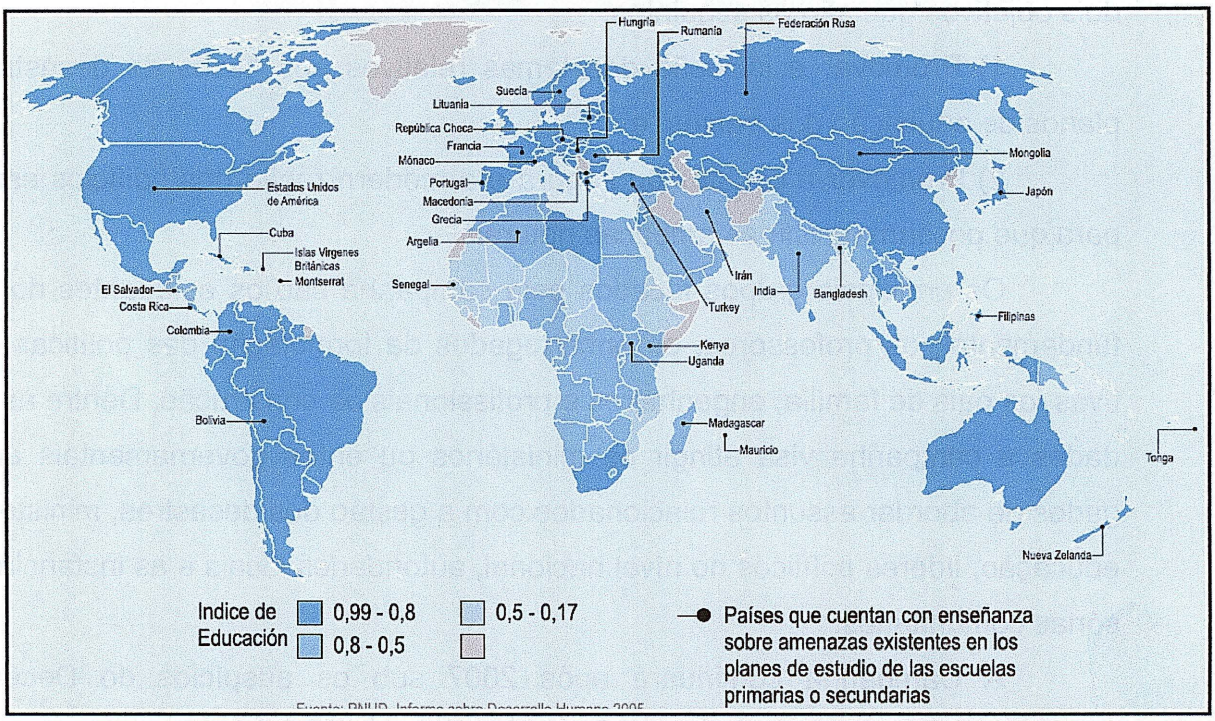


FIGURA 1 – PAÍSES COM EDUCAÇÃO SOBRE OS RISCOS DE DESASTRES NOS PLANOS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO.
FONTE: PNUD, Informe sobre Desarollo Humano, 2005.

O documento cita ainda que México, Romênia e Nova Zelândia são países que determinam por lei o ensino de temas relacionados com os desastres em suas escolas e que países como o Brasil e Venezuela informaram a existência de um ensino significativo nas escolas de ensino fundamental do nível municipal e estadual.(EIRD/ONU, 2006)

A Turquia, após a série de terremotos de 1999, iniciou em Istambul um intensivo processo de formação de instrutores para a conscientização sobre os desastres. Até o final de 2002 já haviam sido capacitados e titulados mais de 300 docentes em 32 distritos da cidade. Estes docentes, por sua vez capacitaram mais de 34.000 professores, 350.000 pais de família, consequentemente foram instruídos 826.000 estudantes. O processo se estendeu a outras províncias turcas atingindo assim outros 1.500.000 de alunos.

Apesar de o Brasil não ser considerado um país com alto risco de desastres naturais, portanto não constando como um dos países focados pela WDRC-2006-2007, as alterações climáticas relacionadas com os fenômenos ambientais têm aumentado no território nacional, haja vista o caso de Santa Catarina, o qual será mais detalhado em tópico específico neste estudo. Nosso Plano Nacional de Educação de 2001 já estabelece em seus objetivos e metas, que deverão ser elaborado no prazo de um ano os padrões mínimos da infraestrutura para o ensino fundamental, nestes padrões constam, entre outras exigências, a segurança dos imóveis. Para cumprir com esta determinação foi constituído o Grupo Ambiente-Educação (GAE), composto por profissionais de arquitetura, engenharia e pedagogos, sendo publicado no ano de 2006 os Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil.

Neste documento são citados os equipamentos de segurança, equipamentos contra incêndio; quando se esclarece sobre os desenhos e projetos estruturais, é também citada a segurança contra quedas nos brinquedos. Porém, o GAE orienta que, por motivo da legislação outorgar às esferas estadual e municipal, através de seus Conselhos de Educação, a responsabilidade de estabelecer critérios e padrões mais específicos, estes são orientados, em relação à definição de padrões de infra-estrutura, buscar parcerias com entidades como Corpo de Bombeiro, Vigilância Sanitária, Serviço de Abastecimento, além de outros, para contemplar aspectos relacionados a saúde e segurança. (BRASIL, 2006)

Entretanto, observa-se que, relativo à segurança das edificações nas escolas públicas, o Estado do Paraná precisa realizar algumas adaptações e reformas para atingir o mesmo padrão que é exigido pelo Corpo de Bombeiros às escolas particulares.

Quanto à inclusão dos temas relativos aos riscos de desastres nos planos de educação, não há explicitamente, todavia como já citado neste estudo é possível

sua inclusão como tema transversal na parte diversificada do currículo, sendo que serão citadas várias experiências neste sentido em outros entes da federação, além do Estado do Paraná.

6.3 A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA

Em Portugal, a organização que promove a prevenção e assistência designa-se Proteção Civil (*Protecção Civil* no original). Na doutrina daquele país, o termo Defesa Civil representa um conceito mais amplo, abrangendo todas as componentes não-militares da Defesa Nacional, incluindo não só a Proteção Civil, mas também a Segurança Interna, a Defesa Econômica, a Defesa Cultural, a Segurança Ambiental e outras.

O organismo responsável por planejar, coordenar e executar a política portuguesa de Proteção Civil é a Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC). Os domínios de atuação da Proteção Civil, no nível nacional, regional, distrital e municipal, são os seguintes:

- Levantamento, previsão, avaliação e prevenção dos riscos coletivos;
- Análise permanente das vulnerabilidades perante situações de risco;
- Informação e **formação** das populações, visando a sua sensibilização em matéria de **autoproteção** e colaboração com as autoridades (grifo nosso);
- Planejamento de soluções de emergência, visando à busca, ao salvamento, à prestação do socorro e de assistência, bem como à evacuação, alojamento e abastecimento das populações;
- Inventariação dos recursos e meios disponíveis e dos mais facilmente mobilizáveis, ao nível local, regional e nacional;
- Estudo e divulgação de formas adequadas de proteção de edifícios em geral, de monumentos e de outros bens culturais, de infra-estruturas, do patrimônio arquivístico, de instalações de serviços essenciais, bem como do ambiente e dos recursos naturais;
- Previsão e planejamento de ações atinentes à eventualidade de isolamento de áreas afetadas por riscos.

Dentre estes domínios de atuação, cabe destacar a informação e formação, que é realizada focada no ambiente escolar português. Os conceitos de proteção civil e autoproteção passados aos jovens portugueses mesclam os assuntos de defesa civil com o que no Brasil se observa em programas de redução da violência, com nota de louvor ao trabalho desempenhado pela Polícia Militar em muitos estados e em especial no Paraná com o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) e a Patrulha Escolar, somados à Educação Ambiental, Educação Para o Trânsito, vislumbrando-se que a Polícia Militar do Paraná também desempenha uma relevante atuação junto às escolas. Ainda se observa que os conceitos de autoproteção acabam por englobar temas da saúde, além da proteção contra incêndios e acidentes domésticos e no trabalho.

Conforme Lima (2006), a percepção que os portugueses construíram com relação à proteção civil está intimamente ligada com o conceito da autoproteção; foi baseada na percepção dos riscos e da necessidade de alianças positivas entre governo e comunidade. Observa-se na ilustração a seguir um esquema usado pelas entidades portuguesas de proteção civil, na época das pesquisas de Lima, para esta construção:

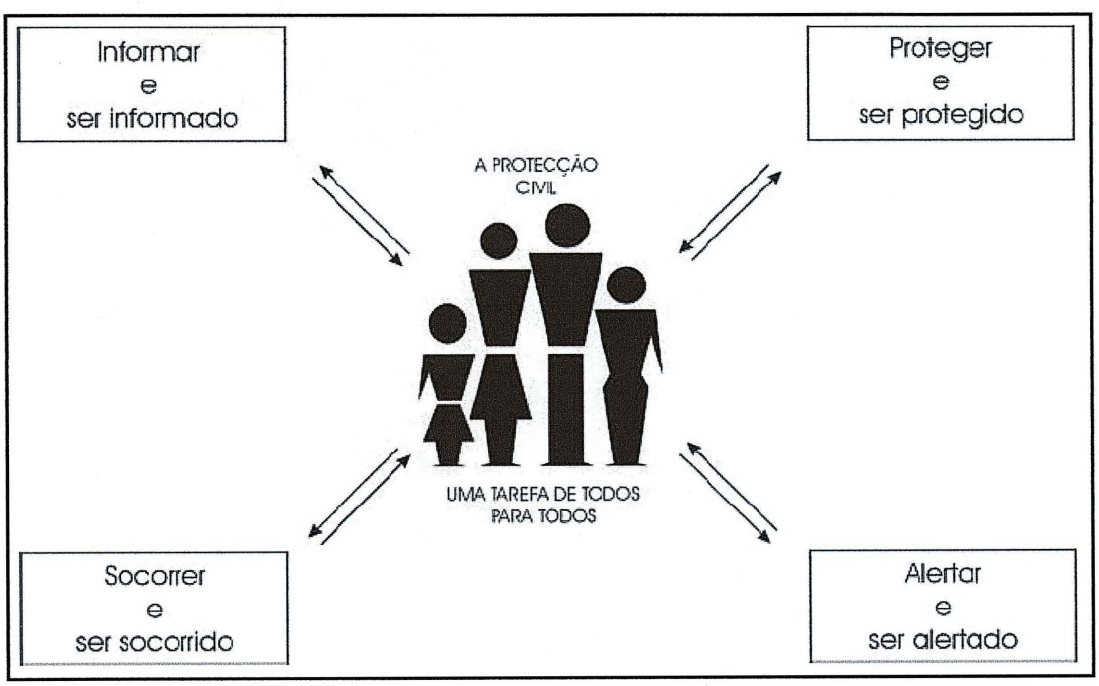


FIGURA 2 – BASE DA PROTECÇÃO CIVIL
FONTE: LIMA *apud* VILA NOVA, Elisa. *Educar para a protecção civil: projectos para a área-escola e actividades de complemento curricular.* 2. ed. Lisboa: Texto Editora, 1997.

O principal programa aglutinador destas iniciativas portuguesas pela ANPC é o Clube de Protecção Civil, pois a ação final é desempenhada diretamente pelos municípios, como se pode observar em vários exemplos que constam dos anexos deste estudo.

Na ilustração a seguir pode-se visualizar esta estratégia de formação das populações portuguesas em Proteção Civil.



FIGURA 3 – CLUBE DE PROTEÇÃO CIVIL
FONTE: ANPC, Folder e marcador do Clube de Protecção Civil. Lisboa, janeiro de 2005.

O Clube de Protecção Civil português tem a interessante estratégia de conscientizar os jovens por meio de de atividades lúdicas, mas que levem a perceberem

os riscos no ambiente escolar e familiar, com linguagem simples e programática, os temas relativos a proteção civil vão sendo inseridos no ambiente escolar. O projeto prevê ainda um planejamento de cada escola para casos de catástrofes, sendo definidas funções de agentes de defesa civil para os alunos adolescentes.

É lançado como desafio aos alunos para realizarem junto com seus familiares um planejamento similar ao da escola para as suas residências.

Os passos de aguçamento da percepção dos riscos nos jovens portugueses são visíveis na entrada da pagina da internet do Clube de Protecção Civil da ANPC. O simbolismo das etapas são cones que se interligam de forma sequencial, sendo que o passo inicial é conhecer o sistema de proteção civil português; a seguir passa-se pelo entendimento dos riscos e as ações possíveis para eliminá-los ou minimizar seus danos; sequencialmente a escola é o portal da vivência da proteção civil organizada em comunidade; após está vivência espera-se que a proteção civil adentre os lares; e, por fim, seja formado um clube de proteção civil. Os clubes de proteção civil portugueses em muito se assemelham ao que no Brasil se busca com os Nucleos Comunitários de Defesa Civil (NUDEC).

Anexo a este estudo (Anexo 3) serão apresentados para melhor compreensão da experiência portuguesa e do nível de refinamento alcançado pela ANPC, alguns materiais relativos aos planos de emergência dos estabelecimentos de ensino, e os folderes distribuídos nesta conscientização dos alunos nas escolas.

6.4 A EXPERIÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL

Em 2005, o então Subsecretário do Sistema de Defesa Civil do Distrito Federal, João Nilo Abreu de Lima, oficial da reserva do Corpo de Bombeiros, iniciou um projeto piloto intitulado Projeto Agente Mirim "Defensor da Vida", em três escolas do ensino fundamental do Distrito Federal, conforme detalhado no livro Defesa Civil na Escola, e serviu de Trabalho monográfico apresentado ao Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres – CEPED, como requisito para a conclusão do Curso de Especialização em Planejamento e Gestão em Defesa Civil junto à Universidade Federal de Santa Catarina (LIMA, 2006).

Com o sucesso deste projeto, foi promulgada a Lei Distrital nº 3.629 datada de 28 de julho de 2005, regulamentada pelo Decreto 26.783, datado de 09 de maio de 2006. Sendo atualmente um programa regular da defesa civil do Distrito Federal que tem por objetivo geral levar à comunidade educativa do Distrito Federal (professores, alunos, familiares, vizinhos e outras organizações que se relacionam com a escola) as noções gerais de defesa civil e percepção de riscos.

Os objetivos específicos são o desenvolvimento junto à comunidade escolar da Rede Oficial de Ensino do Distrito Federal dos seguintes quesitos:

a) SENSIBILIZAÇÃO - Despertar o corpo docente e discente das escolas envolvidas para as vantagens da prevenção de desastres de qualquer natureza como forma de preservação da vida e do meio ambiente;
b) CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES – Repassar conceitos básicos de Defesa Civil aos professores no sentido da implementação do tema transversal e suas relações interdisciplinares;
c) CAPACITAÇÃO DE ALUNOS - Desenvolver a capacidade dos alunos com faixa etária de 14 anos para a identificação de vulnerabilidades e ameaças que possam afetar a vida da população de sua comunidade, e ao mesmo tempo tornarem-se multiplicadores das ações preventivas de Defesa Civil.

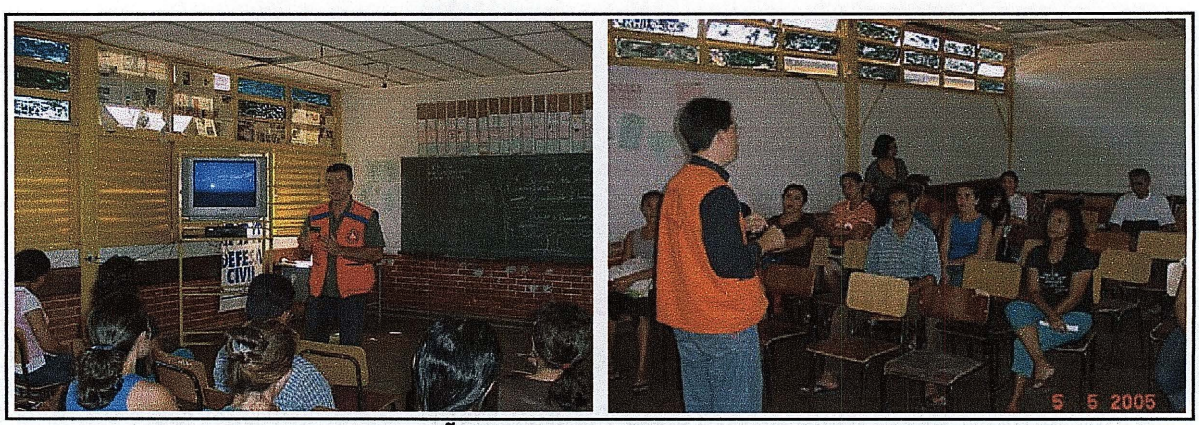


FIGURA 4 – SENSIBILIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE E PAIS
FONTE: LIMA, João Nilo de Abreu. Defesa Civil na Escola. 2006

Anexo a este estudo (Anexo 4) serão apresentados para melhor compreensão da experiência do distrito federal, alguns materiais relativos ao Projeto Agente Mirim "Defensor da Vida", bem como a legislação relativa ao assunto.

6.5 A EXPERIÊNCIA DE SANTA CATARINA

Situando-se geograficamente em área de fortes conflitos ambientais causados pelas mudanças climáticas, pois a umidade não retida pelo desmatamento da Floresta Amazônica e região Centro-oeste, conduzida pelas correntes de ar quente, se encontram com as frentes frias oriundas do sul, aumentam consideravelmente as precipitações sobre o território catarinense. Similares situações extremas sobre o Oceano Atlântico acabaram por propiciar o Furacão Catarina, desastre inédito no Brasil, que atingiu o litoral catarinense e gaúcho em 2004.

Para preparar-se para enfrentar estas adversidades a população catarinense demonstra algumas iniciativas interessantes.

Em 2007, no município de Rio do Sul, foi realizada uma interessante ação preventiva em parceria entre a 3ª Companhia de 5º Batalhão do Corpo de Bombeiros, a Escola Adventista de Rio do Sul e a empresa Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), o projeto chamado "Prevenir é Melhor que Remediar". Tal projeto foi aplicado aos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental (atual 6º ano), tendo por objetivo possibilitar aos alunos conhecer e reconhecer o meio social ao qual pertencem.

Foi um trabalho que se desenvolveu de forma interdisciplinar, transversal e global, foram desenvolvidas atividades teórico-práticas, de conhecimento dos riscos de incêndio, elaboração de rotas de fuga domiciliares e educação social para solidariedade, com campanha de doações para arrecadação de roupas, alimentos e utensílios domésticos para auxiliar um casal de idosos, vítimas de um incêndio. Ao final do projeto foram realizadas avaliações qualitativas e realizado um planejamento de evacuação de todo edifício da Escola Adventista.

Além desta iniciativa isolada a Secretaria Executiva da Justiça e Cidadania do Estado de Santa Catarina (SJC), por meio do Departamento Estadual de Defesa Civil (DEDEC), em parceria com o Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPED/UFSC) e Secretaria Estadual da Educação (SEE) mantém dois projetos educativos na área de defesa civil nas escolas de Santa Catarina. Segundo a Sra. Ana Paula Zenatti, Gerente de Apoio Logístico da DEDEC-SC; um dos projetos é de cartilhas educa-

tivas que prevê a entrega este ano de 2009 de cerca de quatro milhões de cartilhas aos alunos da rede pública de ensino.

Estas cartilhas são divididas em cinco edições que abordam: o que é a Defesa Civil; Produtos Perigosos; Prevenção; Comunicação; e Tempestades. O material tem aspecto gráfico atrativo às crianças das séries iniciais do ensino fundamental, pois usa como protagonista um super-herói meio atrapalhado, que acaba por conhecer a defesa civil. O material está sendo impresso pela Secretaria de Comunicação do Estado.

6.5.1 Percepção de Risco – A Descoberta de Um Novo Olhar

O segundo projeto, mais ambicioso e inovador, chama-se "Percepção de Risco – A Descoberta de Um Novo Olhar", tem por objetivo aumentar a percepção de risco de adolescentes e adultos frente aos desastres ocasionados por fenômenos naturais e pela ação humana.

Trata-se de uma abrangente campanha educativa para cultura de prevenção de desastres, em desenvolvimento nos anos de 2008 e 2009, alcançando todas as escolas públicas estaduais de Santa Catarina, comunidades em situação de vulnerabilidade social em Florianópolis, e a sociedade em geral.

O projeto é inédito no país e está orientado para referendar a participação de Santa Catarina e do Brasil na campanha mundial, lançada em 2006 pela Estratégia Internacional para Redução de Desastres – EIRD/ONU, já citado neste estudo.

A iniciativa para sua realização foi firmada entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a UFSC, durante o 4º Fórum Nacional de Defesa Civil, em outubro de 2007 em Jaraguá do Sul, SC.

Com o propósito de incluir o tema no ensino fundamental, e contribuir para a formação de cidadãos conscientes dos riscos existentes e da importância de ações simples para a redução das vulnerabilidades socioambientais, serão criados bens culturais com conteúdo específico sobre percepção de risco e prevenção de desastres causados por fenômenos naturais, como inundações, deslizamentos de terras, estiagens e vendavais e também os desastres que são resultantes da ação humana ou agravados por ela.



FIGURA 5 – MAJOR MÁRCIO (DEDEC-SC) ENTREGA MATERIAL AO PREFEITO JOÃO PAULO KLEINÜBING DE BLUMENAU
Fonte: DEDEC-SC, Blumenau, 24 de junho de 2009.

Atualmente na cidade de Blumenau, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, foram entregues 50 conjuntos compostos por 1 Livro do Professor, Gibis para os alunos e 1 DVD com filme documentário, visando atender todas as escolas do município; as demais escolas da rede estadual deverão receber os materiais do projeto em outubro deste ano.Serão produzidos 2 mil kits educativos, destinados a todas as escolas estaduais de ensino fundamental, compostos por: boletim informativo; livro didático para professores; gibi para alunos; DVD contendo um filme documentário, um filme curto e vinhetas de animação, e o making of da realização do projeto.

O material será distribuído gratuitamente a 1.324 escolas. Cada uma receberá o acompanhado de um lote de gibis, com um exemplar para cada aluno matriculado na 7ª série. Serão impressos 70 mil gibis. As 293 Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDEC) e as Gerências Estaduais de Educação (GEREIS), entre outras instituições, também serão contempladas com o material.

Os alunos terão ainda a oportunidade de participar de um concurso de desenhos e frases , que resultará num calendário de 2010. O filme documentário, dedicado aos professores e ao público em geral, tratará de aspectos da realidade mundial, mudanças climáticas globais, principais fenômenos naturais, reflexões sobre percepção de risco e redução de desastres, dicas de prevenção e autopreser-

vação, políticas públicas, o papel das comunidades, entrevistas com especialistas, e perspectivas para modos de vida mais sustentáveis, com destaque para Santa Catarina. Além de estar incluído no Kit Educativo, será disponibilizado gratuitamente para exibição na rede pública de televisão e demais emissoras parceiras.

O projeto é focado na educação e na comunicação, tem caráter de utilidade pública e deu início a uma Rede Cooperativa de Comunicação em parceria com veículos de mídia e redes sociais, que estão sendo estimulados a contribuir com a difusão de informações sobre cultura de prevenção de desastres.

Como forma de estimular a organização da comunidade catarinense para o empenho em ações preventivas, será realizado o Projeto Piloto de Capacitação, com oficinas teórico-práticas oferecidas a lideranças do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis, no segundo semestre de 2008.

O projeto tem como referências fundamentais a campanha A Redução de Desastres Começa na Escola, da Estratégia Internacional para Redução de Desastres – EIRD/ONU, o Marco de Hyogo, a Política Nacional de Defesa Civil, a Carta da Terra e a Agenda 21.

6.5.1.1 A Descoberta de Um Novo Olhar – Missão

Desenvolver a percepção de risco e a cultura de prevenção de desastres e contribuir para a redução das vulnerabilidades socioambientais.

6.5.1.2 A Descoberta de Um Novo Olhar – Valores e princípios norteadores

- Valorizar a solidariedade, a dignidade, a justiça e a cidadania, bases para promover a autopreservação, a resiliência, a liderança e a pró-atividade;
- Entender a percepção de risco como um conceito que existe desde a percepção individual até a percepção global, com diferentes graus de complexidade;

- Linguagem acessível nos materiais educativos, contendo informações que possam ser incorporadas à vida cotidiana;
- Propor o diálogo entre a cultura científica e a tradicional para a descoberta de um olhar planetário sobre percepção de riscos ambientais e sociais;
- Compreender que menor sustentabilidade representa maior vulnerabilidade;
- Contribuir para a tradução das vulnerabilidades das comunidades em força de ação e resiliência, através do exercício da cidadania e da sustentabilidade, respeitando o sagrado da vida;
- Colaborar para a emancipação das comunidades em direção à real conquista e manutenção do direito de viver com menos riscos.

A implementação de uma Cultura de Prevenção de Desastres pressupõe a articulação de uma teia intersetorial de atuação. Governo, universidade, comunidade, mídia, organizações do terceiro setor e setor privado, empenhados na conquista de um Valor Social que beneficia a todos. (DEDEC-SC, 2009)

Anexo a este estudo (Anexo 5) serão apresentados para melhor compreensão da experiência de Santa Catarina, alguns materiais relativos às experiências realizadas, bem como uma cópia o DVD do Projeto "Percepção de Risco – A Descoberta de Um Novo Olhar".

6.6 A EXPERIÊNCIA DE SÃO PAULO

6.6.1 A maquete interativa

O Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres da Universidade Federal de São Carlos – NEPED/UFSCar desenvolveu uma tecnologia de educação em desastres denominada Maquete Interativa. Trata-se de um material, específico para os fixos e fluxos e características de geografia física de cada cenário, que dá base a uma dinâmica de grupo junto ao público infantil que se revela, a um só tempo, lúdica e reflexiva no suporte à relação ensino-aprendizagem no tema dos

desastres. (VALENCIO, 2007) Tal experiência foi levada a cabo nas escolas do Município de São Carlos, SP constituindo na confecção com crianças de comunidades expostas ao risco de alagamentos e deslizamentos, de uma maquete do ambiente onde se situam suas residências.

O processo foi realizado com materiais simples e baratos, geralmente reutilizados, inicialmente se simula o ambiente anterior à ocupação humana; num segundo momento, os espaços são preenchidos de forma desordenada até chegar à situação atual das comunidades sob o risco.

Após a criação da maquete interativa, ela é submetida a uma simulação de precipitações elevadas, vendavais e escorregamentos de terra. Após vivenciarem esta simulação as crianças são inqueridas a respeito da situação de ocupação dos espaços, reforçando conteúdos das matérias formais como matemática, geografia, ciências e português.

6.6.2 O personagem Borbinha

De maneira similar ao que ocorre em Santa Catarina a Defesa Civil Paulista distribui cartilhas e cadernos de colorir para as crianças com temas relativos à defesa civil, o personagem Borbinha, em homenagem aos antepassados Bandeirantes que têm forte influência no desenvolvimento do Estado de São Paulo. Tal instrumento visa incutir nas crianças menores a cultura de atitudes seguras.

6.6.3 A OSCIP Criança Segura

Embora seja uma iniciativa não-governamental de abrangência nacional, iniciou-se em São Paulo. A Criança Segura é uma organização não governamental, qualificada como OSCIP (organização da Sociedade Civil de Interesse Público), dedicada exclusivamente à prevenção de acidentes (lesões não intencionais) com crianças e adolescentes até 14 anos. Seu enfoque é mais voltado à questão da

saúde que de defesa civil, mas suas ações são proativas e relevantes para este estudo.

Atuante no Brasil desde 2001, está presente nas cidades de São Paulo, São José dos Campos, Recife e Curitiba. Fundada nos Estados Unidos em 1987 pelo cirurgião pediátrico Martin Eichelberger, a organização colaborou com a redução de 40% no número de mortes de crianças por acidentes, desde sua criação. Hoje esta organização compõe uma rede mundial, Safe Kids Worldwilde, que somam mais de 15 países espalhados pelos 5 continentes.

Sua atuação se dá pelo monitoramento e articulação de políticas públicas; realização de ações e campanhas que visam à comunicação do tema para a sociedade em geral e a mobilização para a temática da prevenção de acidentes.

O Programa Criança Segura na Escola surgiu, em 2001 a partir de uma iniciativa de voluntários da empresa Johnson&Johnson de São José dos Campos, juntamente com líderes da comunidade local, educadores, profissionais ligados poder público e outras entidades. A ideia era elaborar um modelo de trabalho que pudesse ser reproduzido por todo o território nacional.

O Criança Segura na Escola tem como finalidade a promoção à cultura de prevenção de acidentes dentro e fora da escola com o intuito de reduzir o número de morbimortalidade de crianças e adolescentes até 14 anos por meio da adoção de comportamento seguro.

O trabalho está baseado em um processo contínuo de educação e informação de professores, alunos e familiares. Com o diagnóstico de acidentes com os alunos, da formação dos professores para trabalhar o tema em sala de aula, do envolvimento da comunidade na implantação de melhorias de meio ambiente na escola.

Em 2005, o Programa "Criança Segura na Escola" realizou uma pesquisa em parceria com a Liga do Trauma da Unifesp, com uma amostra 4.616 questionários respondidos pelas famílias de 23 escolas na cidade de São Paulo apontaram que:

- 50,1% das crianças já haviam sofrido algum acidente;
- Os acidentes mais comuns são: quedas (52,7%); acidente com patins, bicicleta e skate (19%) e queimaduras (11,2%);
- 55% dos acidentes ocorreram em casa;
- 78% das crianças estavam acompanhadas no momento do acidente;

De um modo geral, a sociedade brasileira não encara a problemática dos acidentes como algo possível de prevenir. Há uma dificuldade em se pensar nos acidentes como uma questão de saúde pública. É simplista dizer que uma lesão grave ocorrida com uma criança tenha como causa a fatalidade ou o descuido de uma única pessoa.

Os acidentes estão inseridos em contextos mais amplos de nossa sociedade; questões relacionadas à moradia, à carência de espaços de lazer, à precariedade dos nossos sistemas de saúde e educação devem estar interligadas para se buscar soluções para esse problema.

Diante desta situação é importante que haja um comprometimento, de todas as esferas da nossa sociedade, em lidar com a temática dos acidentes como uma questão de saúde pública na qual a solução está respaldada na cultura da prevenção, ou seja, na elaboração de políticas e ações, bem como a adoção de comportamentos seguros que estejam voltados para o desenvolvimento saudável e seguros de crianças e adolescentes.

Mais uma vez a Defesa Civil é o aglutinador natural para ações que necessitem ser multi-institucionais.

Nestes cinco anos, mais de 350 escolas (publicas e privadas) participam do Programa em cinco cidades: São Paulo, São José dos Campos, Recife, Curitiba e Jacareí.

Histórico da CS na Escola	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Professores Capacitados	30	246	667	1560	2867	3146
Alunos Sensibilizados	2400	9970	42700	68700	91650	94400
Escolas Participantes	3	20	111	154	268	316
Cidades	1	2	2	5	5	5

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA SEGURA NA ESCOLA
FONTE: Programa Criança Segura na Escola (2007)

Em 2006, o Programa intensificou suas ações com o objetivo de potencializar o papel das escolas em mobilizar ações e multiplicar informações nas comunidades em que estão inseridas. (CRIANÇA SEGURA, 2006)

Anexo a este estudo (Anexo 6) serão apresentados para melhor compreensão da experiência de São Paulo, alguns materiais relativos às experiências citadas.

6.7 A EXPERIÊNCIA DO RIO GRANDE DO SUL

O Projeto de Educação para Defesa Civil, "Preservando Vidas com Ações Preventivas", vem sendo desenvolvido desde 2005, no município de Canoas, por meio de cursos de capacitação para professores da rede municipal de ensino. Em 2006 foi implantado o projeto nas escolas. Ao final do ano realizaram-se simulados nas 10 escolas pilotos municipais com abandono de prédio em situação de risco, além da adesão de 09 escolas pilotos estaduais e 03 particulares. Em 2007, com 23 escolas se desenvolveu o projeto e com a previsão de aumento com a adesão de 29 escolas. O universo de atendimento atualmente ultrapassa 10.000 alunos, 1.000 professores, com a provável adesão de novas escolas este universo pode chegar a 30.000 alunos e 2.000 professores. Em 2006, o Programa intensificou suas ações com o objetivo de potencializar o papel das escolas em mobilizar ações e multiplicar informações nas comunidades em que estão inseridas.

Neste ano de 2009, o Projeto continuou suas atividades com simulados executados e divulgados no primeiro semestre, num total de 10 eventos no período de 28 de abril a 04 de junho.

Anexo a este estudo (Anexo 7) serão apresentados para melhor compreensão da experiência do Rio Grande do Sul, a legislação do município de Canoas, bem como alguns relatórios relativos à experiência citada.

6.8 A EXPERIÊNCIA DO MATO GROSSO DO SUL

Outra experiência bem sucedida está sendo realizada no Município de Ponta Porã, na fronteira com o Paraguai, o "Projeto Defesa Civil na Escola – Agente Cidadão" tem como meta o envolvimento dos alunos e da comunidade escolar, desenvolvendo noções básicas de defesa civil, tendo como prioridade: percepção de riscos e ações preventivas.

O criador do projeto, professor e Coordenador Municipal da COMDEC de Ponta Porã, Prof. Mauro Camargo relatou sua experiência durante o 5º Fórum

Nacional de Defesa Civil, em Camaçari na Bahia, e irá novamente contribuir com suas experiências no 6º Forum Nacional em Teresina no Piauí.

Segundo entrevista com Professor Mauro Camargo, este relatou: "Procuramos repassar às crianças, noções básicas de cidadania. Um dos resultados é que melhorou o rendimento escolar. Também foi possível envolver os familiares dos alunos em atividades cidadãs". Disse ainda que: "Procuramos os alunos da Rede Municipal de Ensino porque entendemos que a escola é a grande aliada na formação de uma sociedade capaz e participativa".(CONESUL, 2009)

O desafio lançado pelo projeto foi o de conscientizar as pessoas da comunidade escolar sobre a importância de sua participação nas ações preventivas da sua região. O objetivo geral do projeto foi inserir esta obra na comunidade escolar na esfera do município, (corpo docente, discente, organizações que poderiam se relacionar com a escola), na intenção de desenvolver um trabalho de conscientização numa visão abrangente sobre os problemas encontrados na escola e respectivamente em suas comunidades. tendo como resposta, desenvolvimento de projetos preventivos e recuperativos com a participação de todos.

Segundo Camargo (2009), o público-alvo do projeto são crianças e adolescentes de 10 a 15 anos, do 6º ano do ensino fundamental, por ser essa faixa etária a ideal para o desenvolvimento da percepção de riscos e da prevenção, na expectativa que esses agentes se tornassem multiplicadores das ações de defesa civil em prol da sua escola, de sua família e da comunidade em que vivem.

A metodologia utilizada são aulas ministradas por um agente de defesa civil com a presença do professor(a), com duração de uma hora aula por semana; durante o ano letivo, são realizadas avaliações nos alunos no decorrer do ano.

Como resultados observa-se que ficou evidenciada a importância da introdução do conhecimento de defesa civil na comunidade escolar (corpo docente e discente, familiares, vizinhos e entidades que se relacionam com a escola), tendo noção de percepção de risco, prevenção, preparação, socorro e reconstrução.

Ao final do ano letivo, é organizada uma formatura, tendo como convidados os pais dos alunos e autoridades dos municípios de Ponta Porã e de Pedro Juan Caballero, cidade vizinha do Paraguai. Os alunos recebem kit escolar, diplomas, carteirinhas, camisetas e um CD com as atividades do ano.

Anexo a este estudo (Anexo 8) serão apresentados para melhor compreensão da experiência do Mato Grosso do Sul, fotos e simbologia do projeto.

6.9 A EXPERIÊNCIA DA COMDEC CURITIBA

Na Capital do Estado, a defesa civil está inserida na Secretaria de Defesa Social, e está executando o Projeto "Conhecer para Prevenir", em parceria com a Secretaria Municipal da Educação, SEDEC e CEPED/UFSC.

Consiste na aplicação das noções básicas de defesa civil nas unidades de educação municipal , visando a despertar na população escolar os bons hábitos de prevenção em seu dia a dia, sobretudo preparando-os para enfrentar possíveis emergências que possam acontecer na escola, em casa ou em sua vizinhança.

A Secretaria Nacional de Defesa Civil, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, desenvolveu e disponibilizou para editoração local uma cartilha que será distribuída aos professores e alunos da Rede Municipal de Ensino.

A iniciativa dos trabalhos partiu dos Núcleos da Educação e da Defesa Social da Regional Matriz que reuniram as diretoras de suas unidades e os Órgãos parceiros para traçar as linhas de ação do projeto. Foi definindo que seria realizado em três fases. A primeira, com palestra, ministrada pelo Coordenador Técnico de Defesa Civil da SMDS, conscientizando funcionários e professores sobre os riscos potenciais e também orientando a elaboração do Plano de Preparação para Emergências Locais (PPEL), similar à experiência portuguesa, enquanto o Grupo de Teatro de Fantoches do Departamento de Promoção da Defesa Comunitária realizaria apresentações mais direcionadas aos alunos. Na segunda fase, com reuniões para sensibilização dos pais e responsáveis no tocante às ações de defesa civil e informação sobre os trabalhos que estão sendo desenvolvidos nas escolas, especialmente quanto ao envolvimento de seus filhos. E, por fim, na terceira fase, treinando e simulando a aplicação do PPEL diretamente na unidade, com acompanhamento pela Guarda Municipal, sendo convidados a participar a unidade mais próxima do Corpo de Bombeiros e Defesa Civil Estadual.



FIGURA 6 – PROJETO CONHECER PARA PREVENIR EM CURITIBA
Fonte: COMDEC, Curitiba, 2005.

As Secretarias da Educação e Defesa Social preparam o material didático (livro de colorir e cartilha), com apoio do CEPED/UFSC e SEDEC, para utilização da Rede Municipal de Ensino, contendo noções básicas de defesa civil, numa linguagem mais acessível às crianças, pretendendo que elas sejam multiplicadoras junto às suas famílias, amigos e comunidade.

Além da educação e orientação, a preparação da comunidade escolar para enfrentamento de possíveis desastres é uma das ações deste plano. As professoras e funcionárias estarão utilizando-se dos conhecimentos técnicos adquiridos durante as palestras para elaborar os próprios planos de escape das unidades em que trabalham, se houver emergência local. Estes planos serão acompanhados pela COMDEC e treinados periodicamente com auxílio do Núcleo Regional da Defesa Social.

A coordenação geral da Defesa Civil em Curitiba é feita pelo Cel Itamar dos Santos, Secretário da Defesa Social, que tem mantido relacionamento estreito com a Secretária de Educação, Eleonora Bonato Fruet, para que este importante projeto continue apresentando bons resultados, especialmente na prática do dia-a-dia da escola, com atenção aos bons hábitos de autoproteção na rede escolar de Curitiba.

Além deste projeto da COMDEC de Curitiba várias escolas públicas municipais e algumas entidades de ensino particular aderiram ao Programa Criança

Segura na Escola, da OSCIP Criança Segura, conforme se observa no Anexo 6. (CRIANÇA SEGURA, 2006)

6.10 OUTRAS INICIATIVAS NO ESTADO DO PARANÁ

As escolas estaduais contam com programas de educação para o trânsito, educação ambiental, o PROERD para prevenção das violências interpessoais e uso de drogas, educação sexual e orientação sobre prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST).

No Colégio da Polícia Militar (CPM) existe o curso Bombeiro na Escola, contando com conteúdos relativos à defesa civil. O objetivo deste curso é proporcionar conhecimentos das atividades bombeiro militar realizadas dentro do Paraná, fundamentando-os nos princípios básicos das rotinas exercidas pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Parana (CB/PMPR). São ministrados conhecimentos na área de atividades do CB/PMPR (rapéis, socorro de urgência, combate a incêndio, noções de salvamento aquático, defesa civil entre outras). As aulas são realizadas além do turno escolar, geralmente aos sábados, e ministradas por um sargento bombeiro militar. As atividades práticas são nas unidades do Corpo de Bombeiros.

Além deste curso que vem ocorrendo em caráter permanente existem outras iniciativas isoladas das unidades operacionais do CB/PMPR, como é o caso de Guaratuba, que neste ano promoveu junto às escolas daquele município, um concurso de redação, cujo tema foi "O Uso Responsável do Telefone de Emergências 193". A premiação foi além do Certificado e divulgação na imprensa local, passar um dia como Bombeiro Honorário, realizando as rotinas da caserna, inclusive acompanhando ocorrências.

Durante a Campanha Mata Viva, estando previsto no planejamento aos órgãos ambientais (IAP e IBAMA), desenvolver, em parceria com demais órgão do sistema ou por iniciativa própria, materiais preventivos para a distribuição a escolas, a 1ª Coordenadoria Regional de Defesa Civil (1ª COREDEC), sediada em Curitiba, deslocou, no Dia Mundial do Meio Ambiente, as viaturas de combate a incêndio, de seus postos às escolas estaduais mais próximas destes postos, para que as guarni-

ções, com autorização da direção das escolas fizesse um trabalho de distribuição de panfletos da Campanha Mata Viva.

Tal iniciativa foi orientação da CEDEC-PR, e ocorreu em 05 de junho de 2009, nos dois turnos escolares diurnos, atingindo o público estudantil que entrava para as aulas. A Nota de Serviço relativa ao planejamento desta atividade encontra-se no Anexo 9.

Apesar de as experiências paranaenses não terem sido programadas pelos órgãos dos grupos de coordenação e execução (COG e GRAF), da defesa civil estadual, portanto não tendo o respaldo compartilhado pela pasta da educação e da segurança, os resultados foram muito satisfatórios e a participação, tanto do corpo discente quanto docente, foi entusiasta.

6.11 ANÁLISE DA VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO

Diante da relevância do tema, indicado na legislação de todas as esferas de governo, além das orientações dos organismos internacionais, acrescido ao fato que as alterações climáticas do planeta estão intensificando e aumentando a recorrência dos desastres no território nacional, já não se pode afirmar que o Brasil ou Paraná sejam isentos de eventos adversos. Já houve desastres naturais, humanos e mistos em nosso estado que ceifaram várias vidas e trouxeram danos econômicos consideráveis, sejam aqueles de súbita ocorrência ou por somação de efeitos. Para exemplificar podemos citar os incêndios florestais de 1963, a queda do edifício Atlântico em Guaratuba, as inundações em União da Vitória, as recentes chuvas de granizo, e os tornados do oeste do estado nesta semana da pátria de 2009.

Nosso estado vizinho tem sofrido grandes impactos de eventos adversos, alguns inéditos como o Furacão Catarina em 2004, e mais recentemente as enchentes de 2008, quando foram registrados 135 óbitos, 02 desaparecidos e 12.027 desalojados e desabrigados. Provavelmente devido a esta situação, está investindo recursos e esforços buscando atingir os objetivos propostos pela EIRD/ONU.

Outro exemplo que reforça a inclusão da defesa civil nos conteúdos curriculares está sendo o enfrentamento da pandemia do virus Influenza A (H1N1), embora

ainda seja prematuro citar resultados, pois a comunidade acadêmica ainda não publicou pesquisas conclusivas sobre os impactos e consequências desta ameaça sobre as vulnerabilidades do sistema nacional e paranaense.

Houve o alerta antecipado, pois já se sabia que o evento adverso atingiria o território nacional, logrou-se êxito em adiar a contaminação sustentada por mais de 80 dias, o SINDEC atuou inicialmente junto às fronteiras e aeroportos, posteriormente em todo os níveis. Em nosso estado a CEDEC, COREDEC e COMDEC dos municípios foram testadas quanto a sua efetividade, tendo-se exemplos dignos de nota em várias cidades do Estado. Porém, a escola acabou por atuar mais passivamente neste processo, sendo afetada quanto ao calendário escolar, causando a necessidade de adaptação e esforços para cumprir com seus 200 dias letivos ainda este ano.

Outra observação importante, que está sendo comentada agora na mídia, é o fato dos cuidados preventivos amplamente difundidos para o enfrentamento da crise, serem na verdade conteúdo da educação infantil, ou anteriormente nos primeiros anos do ensino básico. A percepção de cuidados básicos de higiene como lavar as mãos antes das refeições tem reduzido neste ano a ocorrências de outras doenças infecto contagiosas, tais como meningite, tuberculose, pneumonia, influenza sazonal, dentre outras.

Também se tornou mais evidente a necessidade de serem reforçados os investimentos em saneamento e nos órgãos de vigilância sanitária. Os setores público e privados de ensino, tal qual o comércio, foram demandados pela exigência da colocação de aparelhos de álcool gel para assepsia das mãos. Espera-se que passado o impacto deste desastre a preocupação com a infraestrutura escolar continue presente na cultura da comunidade.

Até o ultimo Informe Epidemiológico, da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, emitido em 31 de agosto de 2009, o Paraná apresenta o maior índice de notificação de síndrome respiratória aguda grave (SRAG). É o segundo em casos confirmados de Influenza A (H1N1), sendo também o segundo em totais de óbitos decorrentes desta contaminação. Ao comparar-se os estados da região sul incluindo-se São Paulo, conforme a tabela a seguir, chama atenção a baixa contaminação e morbidade do Estado de Santa Catarina, apesar da infraestrutura estadual ainda estar se recuperando dos desastres de 2008 e em pleno enfren-

tamento de novos desastres nestas ultimas semanas de Agosto e Setembro de 2009.

Estados Afetados	Casos Confirmados		Óbitos		População (IBGE 2007)
	Total	Índice x 10.000 hab.	Total	Índice x 10.000 hab.	
São Paulo	2.940	0,738	261	0,066	39.827.570
Paraná	2.110	2,052	186	0,181	10.284.503
Santa Catarina	146	0,249	20	0,034	5.866.252
Rio Grande do Sul	491	0,464	100	0,094	10.582.840

QUADRO 2 – CONTAMINADOS E ÓBITOS DO VIRUS INFLUENZA A (H1N1)
FONTE: SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (2009,)

Apesar de ser prematuro conclusões sem embasamento de pesquisas específicas, levanta-se a questão se não haveria uma maior resiliência do Estado de Santa Catarina ao enfrentamento de desastres, mesmo tão antagônicos e prejudiciais entre sí. Todavia, o Paraná precisa rever sua forma de enfrentar estas questões.

Quando este estudo tratou da educação no Brasil e suas Diretrizes Curriculares Nacionais, observou-se que no Estado do Paraná o Plano Estadual ainda está aberto a inclusões colaborativas.

6.12 RESULTADO DAS ENTREVISTAS

Com relação aos currículos, existe a possibilidade da flexibilização dos conteúdos na parte diversificada, para a "difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum" como estabelece a LDB (BRASIL, 1996). Portanto a inclusão das noções gerais de defesa civil e temas relacionados com a percepção de riscos, é viável, pertinente e necessária, pois conforme estabelece a Conferência Geral Sobre Desastres da SEDEC (2007, p.5) "Defesa Civil é um dever de todo cidadão e um direito da comunidade (sociedade)".

Existe uma preocupação, no entanto, das autoridades mais pragmáticas com relação ao conteúdo curricular, de que o excesso de conteúdos possa macular o processo de ensino. Porém, para esta situação a sistemática da transversalidade,

pode ser usada para que os temas de defesa civil venham a reforçar os conhecimentos básicos.

Para o sucesso desta abordagem é mister que os docentes sejam capacitados tecnicamente sobre os temas de defesa civil, pois é mais produtivo a capacitação temática de um docente portador de didática, experiência e respaldo junto aos discentes, que o envio de profissionais da área da segurança pública e da defesa civil, ao complexo contato com os adolescentes.

Em entrevista com o Coordenador Regional da 1ª COREDEC, Ten.-Cel. QOBM Luiz Henrique Pombo do Nascimento, houve concordância que a idade mais adequada para o contato com os temas de defesa civil seria a atual 6ª série do ensino fundamental; foi comentado ainda que no passado foi tentada a implantação, porém alguns entraves relativos à carga horária, fechamento de ano letivo, e principalmente falta de pessoal capacitado para ministrar os temas. Perguntado se a inclusão destes temas no ensino fundamental contribuiria para a continuidade das atenções da COMDEC no período de normalidade, o entrevistado acredita que pode contribuir, mas só com a efetivação deste projeto que poder-se-á verificar tal hipótese.

Já em entrevista com o Chefe da Divisão de Defesa Civil, da CEDEC-PR, Major QOBM Osni José Bortolini, que além de atuar na Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, atua na função de professor, já tendo sido Subcomandante do Colégio da Polícia Militar, sendo atualmente Presidente da APMF deste Colégio que é referência, na qualidade de ensino do Estado. O entrevistado salientou que já existe no Colégio da Polícia Militar algo bem similar, que foi implantado inclusive pela participação dele na época em que esteve desempenhando a função de Subcomandante do CPM. Que seria o ensino da prevenção de incêndios além do Curso de Bombeiro na Escola, com conteúdos de defesa civil. Prosseguiu comentando que a cultura da população ainda só percebe a defesa civil na ocorrência de um desastre. Que na verdade a defesa civil está atuando todos os dias, pois as atividades são permanentes e os eventos adversos muitas vezes não são encarados como catástrofes, mas na somação, por exemplo dos acidentes de trânsito, tem-se muito mais mortos e feridos que num desabamento.

Quanto à melhor faixa etária para se ministrar os conteúdos relacionados à percepção de risco, o entrevistado afirmou que deve-se levar em conta os conhecimentos necessários para que o adolescente possa compreender as implicações dos

temas e seus relacionamentos. Citou ainda que a legislação estadual já prevê a inclusão dos assuntos de defesa civil dentro da parte diversificada, que corresponderia a vinte e cinco porcento da carga horária curricular, juntamente com os demais temas transversais.

Quando perguntado sobre a possibilidade do ensino destas temáticas, no ensino fundamental, contribuir para uma maior consciência e valorização da COMDEC dos municípios. Pois como já havia sido comentado, na ausência de desastres e calamidades, a população valoriza muito pouco os assuntos de defesa civil. Retornou ao entrevistador uma pergunta: "Com que idade este pesquisador tevê contato com o assunto defesa civil?"; foi-lhe respondido que, apenas em idade adulta ou seja mais de vinte e dois anos. Diante da resposta contextualizou dialeticamente, se não seria diferente se as pessoas aprendessem, ainda nos bancos escolares, perceber os riscos e receber lições valiosas com os exemplos de outros países e comunidades.

Por fim, emitiu parecer de que é na escola que se muda cultura de um povo, é na escola que se passa para os futuros cidadãos, uma visão humanitária, responsável, integração comunitária, e outras qualidades. Tal qual países como o Japão e Coreia do Sul executam milenarmente, tal qual ocorre hoje em cidades como União da Vitória, onde as cheias sazonais do Rio Iguaçu ainda ocorrem, porém a população não fica mais desabrigada, pois aprenderam a não ocupar áreas inadequadas.

6.13 PROPOSTA DE PROJETO DE IMPLANTAÇÃO

6.13.1 Capacitação de professores

Como proposta de temas a serem ministrados aos docentes, sugere-se algo similar ao que já é realizado nos cursos da SEDEC, principalmente o Curso de Operações de Defesa Civil, com abordagem direcionada aos professores.

Diante das experiências de outros estados sugere-se um curso de 30 a 40 horas/aula com a abordagem dos seguintes temas:

- Estrutura e Funcionamento do Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC;
- A Estrutura da Defesa Civil no Estado e Municípios;
- Política Nacional de Defesa Civil;
- O que é desastre e outros conceitos;
- Prevenção de Desastres: Avaliação de Riscos de Desastres e Redução de Riscos de Desastres;
- Preparação para Emergências e Desastres;
- Resposta aos Desastres e Reconstrução;
- Planejamento em Defesa Civil;
- Transversalidade dos Temas (Língua Portuguesa, Ciências, Geografia, História, Matemática, Educação Física, Educação Artística)
- Primeiros Socorros e Saúde Preventiva (DST);
- Prevenção de Incêndios e Pânico;
- Prevenção de Acidentes em Geral;
- Percepção de Riscos;
- Exercício Pratico de Planejamento voltado para a Escola (Plano de Preparação para Emergências Escolares).

Os conteúdos e materiais didáticos devem ser elaborados por grupo multi-disciplinar, com apoio técnico e pedagógico das Universidades para alcançar um nível de excelência e qualidade que o corpo docente faz jus no Paraná.

6.13.2 Material instrucional

Seguindo-se o exemplo da COMDEC de Curitiba pode-se realizar parcerias com outros estados e a SEDEC, ou ainda com as Universidades do Estado desenvolver-se os materiais didáticos adequados a serem distribuídos nas escolas para a conscientização dos alunos.

Anexo a este estudo segue variado material das experiências atualmente existentes, inclusive uma cópia do DVD usado pela DEDEC-SC.

6.13.3 Temas a serem ministrados aos discentes

Seguindo-se o exemplo do Distrito Federal, sugere-se que as aulas sejam intercaladas com o currículo comum da 6ª série do ensino fundamental, numa carga horária de uma ou no máximo duas horas semanais, podendo mesmo ser intercalada com apenas 2 encontros no mês. Desta forma, pretende-se reforçar o caráter transversal e interdisciplinar dos conteúdos, sendo que o total do conteúdo pode ser distribuído, a critério da orientação pedagógica da escola, durante todo ano letivo.

Indica-se para que seja realizado pelo menos um simulado, de acordo com o planejamento realizado como risco provável de catástrofe na escola. Quanto mais os alunos participarem do planejamento de segurança da escola, melhor será a conscientização em seu papel como sujeito atuante na cidadania.

Ainda seguindo por exemplo a experiência de Portugal, Distrito Federal, adequando-se sempre à realidade local do contexto da região que a escola estiver inserida, sugerem-se os seguintes conteúdos para as aulas:

- Conhecendo a Defesa Civil;
- Solidariedade e Participação Humanitária;
- Defesa Civil na Escola;
- Autoproteção;
- Autoproteção na Comunidade;
- Lar e Escola Seguro, Normas de CB/PMPR;
- Acidentes Domésticos;
- Primeiros Socorros;
- Plano de Evacuação em caso de Emergência;
- Queimadas e Incêndios Florestais;
- Higiene e Doenças Infecciosas;
- Acidentes de Trânsito, e
- O Meio Ambiente, Clima e os Desastres Naturais (enchentes, secas, granizo).

6.13.4 Padronização dos planos de segurança das escolas

Sugere-se que um dos produtos naturais resultantes da inclusão dos temas de defesa civil, bem como do aguçamento da percepção de risco, acabará por suscitar o desenvolvimento dos planos de segurança das escolas estaduais. Portanto, percebe-se ser prudente uma análise antecipada das instalações quanto à Infraestrutura de segurança, pelo Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária.

Tal qual ocorre com o Plano Mata Viva, será interessante uma padronização nos passos e itens necessários para a elaboração dos planejamentos de segurança das escolas. Neste sentido, sugere-se o modelo português, anexo a este estudo como ponto de partida para uma versão paranaense.

7 CONCLUSÃO

Apesar de não ter sido possível abordar este tema com os profissionais da educação como era pretendido no início dos trabalhos, devido ao período ampliado do recesso escolar, em consequência da pandemia do virus Influenza A (H1N1), um caso de atenção pela defesa civil classificada na Codificação de Desastre, Ameças e Risco (CODAR), sob o código alfabético "HB.IGR" e numérico "23.303", portanto, assunto da defesa civil, foi possível, diante do confronto obtido ante a pesquisa bibliográfica com as experiências de outros países, estados e município chegar a algumas conclusões e esclarecimentos.

Confirma-se a opção por uma definição da defesa civil que englobe a atuação integrada de órgãos do governo, com a participação dos segmentos organizados não-governamentais e da comunidade em geral, pois o que difere a defesa civil de todas as outras áreas governamentais é o caráter sistêmico e multidisciplinar das atividades.

Um exemplo claro desta estrutura multifacetada está sendo o enfrentamento da pandemia do virus Influenza A (H1N1), vulgarmente chamado de gripe suína. Seria lógico entender como sendo um assunto de saúde, tal qual a OSCIP Criança Segura. Por outro lado, a educação ambiental, a educação para o trânsito, educação sexual, mais recentemente a educação fiscal e a educação para a segurança (PROERD), tem seu espaço nos conteúdos curriculares. Logo, poderá haver ainda a inclusão da segurança no trabalho, da segurança e prevenção contra incêndios, da segurança e ergonimia das edificações. Todos assuntos com algum relacionamento com os desastres e portanto a defesa civil.

Neste preenchimento de assuntos pode-se pensar que não seria mais viável ou oportuna a inclusão da temática de defesa civil nos saberes curriculares do ensino fundamental, pois é justamente por sua característica multidisciplinar que a defesa civil deve ser incluída no currículo. Ela serve como um amalgama de disciplinas, conceitos e paradigmas. É nela que se percebem como os fatores ligados ao meio ambiente estão afetando o clima, consequentemente a saúde e economia da sociedade.

É usando-se da defesa civil como instrumento de solução de problemas, que saíram da normalidade e, portanto, necessitam de um tratamento cujo pressuposto

básico é a atuação cidadã, solidária e responsável, que o jovem e adolescente vai desenvolver sua percepção de sujeito atuante no meio social, isto acabará por elevar a sua autoestima. A psicóloga Graziela Bedoian, do Projeto Quixote comentou no documentário A descoberta de Um Novo Olhar (2009), que inicialmente deve-se levar o jovem à percepção próxima dele, a sua autoproteção, em seguida acrescenta-se os problemas do grupo, pois assim cada adolescente e jovem se torna um defensor da comunidade, pois não aceita mais o desrespeito àquilo que ele aprendeu a valorizar.

A metodologia proposta neste estudo é viável no atual estado de desenvolvimento da educação e da defesa civil paranaense, pois observa-se que mesmo sem uma estrutura onerosa, está havendo experiências no sentido deste estudo no estado.

Conclui-se que existe uma convergência de interesses entre a defesa civil e a educação, pois esta união de esforços acabará por propiciar resultados tanto na mudança cultural necessária à defesa civil, quanto na formação moral e ética prevista nas diretrizes da educação. A longo prazo, pretende-se que seja aumentada a resiliência da sociedade paranaense aos desastres.

REFERÊNCIAS

ANPC, Autoridade Nacional de Protecção Civil. **Protecção Civil**. Disponível em: <http://www.proteccaocivil.pt/SistemaNacional/ProteccaoCivil/Pages/default.aspx> Acesso em 22/8/2009.

ARROYO, Miguel G. **Os educandos, seus direitos e o currículo.** IN Brasil, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Indagações sobre currículo. (Versão preliminar). Brasília, 2006.

BLASIUS, Luciano. **A resiliência na formação do policial-militar.** 151 f. Dissertação, (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba 2008.

BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal,1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Defesa Civil, Resolução nº 2, de 12 de dezembro de 1994. **Política Nacional de Defesa Civil.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 2 jan. 1995. Sec I.

BRASIL. Conselho Nacional de Defesa Civil, Resolução nº 4, de 2 de julho de 1999. **Política Nacional de Defesa Civil, Anexos A e B.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 5 ago 1999. Sec I.

BRASIL. Decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005. **Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC e o Conselho Nacional de Defesa Civil**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 18 fev. 2005.

BRASIL. Lei nº 9.394. de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172. de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e da Outras Providencias**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 de janeiro de 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Documento norteador para elaboração de Plano Municipal de Educação – PME**. – Brasília : Secretaria de Educação Básica, 2005. 98p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil**. Brasília : MEC, SEB, 2006.

BRASIL. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Conferência geral sobre desastres: para prefeitos, dirigentes de instituições públicas e privadas e líderes comunitários.** Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil. Brasília – DF, 2007.

BRASIL, Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Histórico, Defesa Civil no Brasil. Disponível** em: <http://www.defesacivil.gov.br/historico/brasil.asp> Acesso em: 26/5/2009.

BUSQUETS, Maria Dolors et. al. **Temas transversais em educação: bases para uma formação integral.** Trad. Cláudis Schinlling. São Paulo: Ática, 2000.

CAMARGO, Mauro. **Defesa Civil na Escola: "Agente Cidadão".**Material didático em apresentação digital, Ponta Porã – MS, atualizado em ago 2009.

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. **Glossário de Defesa Civil Estudos de Riscos e Medicina de Desastres.** Ministério da Integração Nacional, Brasília-DF, 2002.

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. **Manual de Planejamento em Defesa Civil.** v. I, II, III e IV, Imprensa Nacional, Brasília-DF, 1999.

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. **Manual de Redução dos Desastres Tecnológicos de Natureza Focal.** Ministério da Integração Nacional, Brasília-DF, 2001.

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. **Segurança Global da População.** Ministério da Integração Nacional, Brasília-DF, 1997.

COMDEC, Secretaria Municipal da Defesa Social. **Projetos da Defesa Civil.** Disponível em <http://www.curitiba.pr.gov.br/publico/secretaria.aspx?idf=313&servico=15> Acesso em 12/9/2009.

CONESUL News. **Defesa Civil de Ponta Porã ganha destaque nacional**, Notícia de 04-11-2008 – 10:15, Disponível em: <http://www.conesulnews.com.br/leitura.php?can_id=6&id=99666> Acesso em 9/9/2009.

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL. **Defesa Civil O Que É.** Disponível em: <http://www.defesacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1> Acesso em: 19/6/2009.

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL. **Defesa Civil Como Surgiu.** Disponível em: <http://www.defesacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2> Acesso em: 26/5/2009.

CRIANÇA SEGURA, Safe Kids Brasil. **Programa CRIANÇA SEGURA na Escola: Educando para a Prevenção.** São Paulo – SP, 2006

CURY, Carlos Roberto J. **Políticas inclusivas e compensatórias na Educação Básica.** São Paulo: Cadernos de Pesquisa, 2005.

DEDEC-SC, Departamento Estadual de Defesa Civil. **Enchentes 2008: Resumo do Desastre.** atualizado às 14:26 dia 03/09/2009. Disponível em <http://www.desastre.sc.gov.br/> Acesso em 12/9/2009.

DEDEC-SC, Departamento Estadual de Defesa Civil. **Percepção de Risco - A descoberta de um novo olhar.** Disponível em: <http://www.percepcaoderisco.sc.gov.br> Acesso em: 2/5/2009.

DEMO, Pedro. **Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida.** Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

DIA-A-DIA Portal Educacional do Estado do Paraná. **Plano Estadual de Educação.** Disponível em: <http://http://www.seed.pr.gov.br/portals/portal/pee/principios.php> Acesso em: 27/5/2009.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 26.783, de 09 de maio de 2006. **Regulamenta a Lei nº 3.629, de 28 de julho de 2005, que "Dispõe sobre a inclusão do Tema Transversal Noções Gerais de Defesa Civil e Percepção de Riscos, nos currículos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e dá outras providências."**.Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília DF, de 10 mai 2006.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 3.629, de 28 de julho de 2005. **Dispõe sobre a inclusão do tema transversal, Noções Gerais de Defesa Civil e Percepção de Riscos, nos currículos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília DF, de 29 jul 2005.

DUSSEL, I. **A transmissão cultural sob assédio: metamorfoses da cultura comum na escola**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.137, maio/ago. (no prelo). Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 134,n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.

EIRD/ONU. **2006-2007 Campaña Mundial para la Reducción de Desastres. La reduccion de los desastres empieza en la escuela.** Secretaría Interagencial de la Estrategia Internacional de la Reducción de Desastres de las Naciones Unidas, Ginebra, Suiza, 2006.

EIRD/ONU. **Marco de Acción de Hyogo 2005-2015. Aumento de la resiliencia de las naciones y las comunidades ante los desastres: Introducción al Marco de Acción de Hyogo.** Secretaría Interagencial de la Estrategia Internacional de la Reducción de Desastres de las Naciones Unidas, Ginebra, Suiza, 2005.

FOUTS, Roger; MILLS, Stephen Tukel. **O parente mais próximo: o que os chimpanzés me ensinaram sobre quem somos.** Traduzido por M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

KRETSCHMER, Valdemar. **Doutrina de Emprego PM/BM.** Material didático em apresentação digital do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO 2007/2008, UFPR e APMG, São José do Pinhais – PR, atualizado em 18 mar 2008.

LIMA, João Nilo de Abreu. **Defesa Civil na Escola.** Ministério da Integração Nacional, Imprensa Nacional, Brasília-DF, 2006.

MOREIRA, Antonio Flavio B; CANDAU, Vera M. **Currículo, conhecimento e cultura. IN Indagações sobre currículo**. Brasil, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica . Brasília: 2006.

PARANÁ. Decreto nº 1.343, de 29 de setembro de 1999. **Aprova o Regulamento do Sistema Estadual de Defesa Civil**. Diário Oficial do Estado, Curitiba PR, de 30 set 1999.

ALVES, Sandra e Vera Longo. **Percepção de Risco, a Descoberta de um Novo Olhar.** Companhia de Artes Cabeça ao Vento, DVD (77 min), color. Florianópilis – SC, 2009.

PINHEIRO, Débora Patrícia Nemer. A resiliência em discussão. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 9, n. 1, 2004. Disponível em: <http://scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 11/09/2009.

PNUD. Programa de las Naciones Unidas para el Desarollo. **Informe Anual 2005. Tiempo de ambiciones audaces.** Oficina de Comunicaciones de las Naciones Unidas, New York, Estados Unidos, 2005.

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (SVS). **Informe epidemiológico Influenza A (H1N1).** Brasília – DF, Ministério da Saúde, Boletim Informativo, Ano 1, nº 7, agosto 2009, 10p. Disponivel em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1534> Avesso em: 13/9/2009.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva et. al. **Gestão de desastres na escola: Bases metodológicas para a utilização de maquetes interativas no Ensino Fundamental.** Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres da Universidade Federal de São Carlos – NEPED/UFSCar. São Carlos – SP, Janeiro 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo. **De geometrias, currículo e diferenças**. Campinas: CEDES, Educação e Sociedade, a. XXIII, n.79, 2002.

GLOSSÁRIO

ALERTA ANTECIPADO – Emitido por instituições identificadas, informa sobre a existência de uma ameaça e permite que a população exposta realize ações para reduzir o seu risco e prepare-se para uma resposta efetiva.

AMÁLGAMA – Termo que veio da química como sendo a liga de outros metais entre si, mas deriva em sentido figurando como sendo mistura, reunião ou ajuntamento de elementos diferentes ou heterogêneos, que formam um todo

AMEAÇA – Estimativa de ocorrência de um evento adverso, expressa em termos de probabilidade estatística de concretização do evento e da provável magnitude de sua manifestação.

ANTROPOFAGIA – Ato de consumir uma parte, várias partes ou a totalidade de um ser humano. O sentido etimológico original da palavra "antropófago" (do grego *anthropos*, "homem" e *phagein*, "comer") foi sendo substituído pelo uso comum, que designa o caso particular de canibalismo na espécie humana.

AVALIAÇÃO DE RISCO – Metodologia para indicar a natureza e o grau de risco através do estudo de ameaças potenciais e avaliação das condições de vulnerabilidade e capacidades existentes.

BENCHMARKETING – Busca das melhores práticas na indústria que conduzem ao desempenho superior. É visto como um processo positivo e pró-ativo por meio do qual uma empresa examina como outra realiza uma função específica a fim de melhorar como realizar a mesma ou uma função semelhante. O processo de comparação do desempenho entre dois ou mais sistemas é chamado de benchmarking, e as cargas usadas são chamadas de benchmark. Apesar do seu neologismo, "*Benchmarketing*" é mais do que uma simples combinação de palavras - exprime uma filosofia. Este processo não se limita na simples identificação das melhores práticas, mas, principalmente, na sua divulgação através das diversas técnicas do *Marketing*.

CAPACIDADE – É a soma de todas as forças e recursos disponíveis dentro de uma comunidade, sociedade ou organização, para que possam reduzir o nível de risco ou os efeitos de um evento ou desastres.

CICLONE – Área de concentração de energia cinética na atmosfera, ou seja, de ventos fortes. Essa energia vem da distribuição de massas de ar diferentes entre si em temperatura, pressão e densidade. Tipos: Frontais: são os que se formam ao longo das frentes; Orográficos: formam-se sobre as áreas montanhosas; predominam a sotavento das montanhas e cordilheiras e são sempre mais intensos no outono e inverno; Superiores: desenvolvem-se em níveis elevados (troposfera superior) e propagam-se para os níveis inferiores até a superfície; ocorrem com mais freqüência e intensidade no outono e inverno; Termais: são muito mais intensos e cobrem maiores áreas no verão, desaparecendo quase que por completo no inverno; ocorrem pelo aquecimento de certas regiões livres de atividades frontais; Tropicais: ocorrem no verão, sobre as latitudes tropicais marítimas, onde as temperaturas mais baixas ficam entre 27°C e 28°C, em média.; ocorrem em todos os oceanos e recebem diferentes denominações regionais, como é o caso do "furacão" (hurricane), para os que se formam sobre o Atlântico Norte; "tufão" (typhoon), no Pacífico Norte; "baguio", nas Filipinas; "willy-willy", na Austrália; "ciclone", no Oceano Índico; "El Cordonazo de San Francisco", na costa oeste do México; Extratropicais ou vendavais muito intensos: os ciclones tropicais, que no hemisfério Norte têm uma rota de formato parabólico e, quando originados em Cabo Verde, em função do efeito Coriolis, seguem uma derrota curva, inicialmente na direção noroeste e, ao atingirem latitudes médias, infletem para nordeste, acabam por se converterem em ciclones extratropicais, atingindo a Europa e a Sibéria. No hemisfério Sul, as trajetórias encurvam-se para sudoeste e depois para sudeste e, pelas mesmas causas, os ciclones tropicais podem ser continuados por cliclones extratropicais de menor intensidade.

CONTAMINAÇÃO SUSTENTADA – Fase de uma epidemia em que a transmissão da doença ocorre diretamente entre os indivíduos de uma população sem influencia de casos importados de outra população.

COOPERAÇÃO – A cooperação e a colaboração são elementos essenciais para a redução de risco de desastres. O Estado, a sociedade civil, os voluntários das organizações de base, a comunidade científica, os meios de comunicação e o setor privado são atores essenciais.

DANO – 1. Perda humana, material ou ambiental. 2. Intensidade das perdas humanas como conseqüência de um desastre.

DESASTRE – Resultado de eventos adversos, naturais e/ou provocados pelo ser humano, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais.

GESTÃO DE RISCO – São as atividades desenvolvidas por sociedades e comunidades para implementar políticas e estratégias e fortalecer sua capacidade para reduzir o impacto de ameaças e desastres.

MINIMIZAÇÃO – Medidas para reduzir o impacto adverso de ameaças naturais ou tecnológicas e da degradação ambiental.

PERCEPÇÃO DE RISCO – 1. Impressão ou juízo intuitivo sobre a natureza e a magnitude de um determinado risco. 2. Percepção sobre a importância ou gravidade de um determinado risco, com base no repertório de conhecimento acumulado durante o desenvolvimento cultural de um indivíduo, e sobre o juízo político e moral de sua significação.

PREPARAÇÃO – Atividades e medidas tomadas antecipadamente para assegurar uma resposta eficaz diante de ameaças, incluindo a emissão de alerta antecipado e a evacuação temporária da população de uma área ameaçada.

PREVENÇÃO – Atividades para evitar o impacto das ameaças e também os meios empregados para minimizar os desastres. A conscientização e a educação relacionadas com a redução de riscos contribuem para mudanças de atitudes e comportamentos, assim como promovem uma cultura de prevenção.

REDUÇÃO DE RISCO – Conjunto de ações para minimizar vulnerabilidades e riscos para evitar (prevenção) ou limitar (mitigação e preparação) o impacto de ameaças.

RESILIÊNCIA – Termo que veio da metalurgia e da medicina. É a resistência ante as adversidades. A capacidade de manter-se inteiro quando o organismo é submetido a grandes exigências e pressões. Capacidade de domar a dificuldade, aprender das derrotas e reconstituir-se, criativamente, transformando aspectos negativos em oportunidades e vantagens.

RISCO – Medida de danos potenciais expressa em termos de probabilidade estatística de ocorrência e intensidade.

VULNERABILIDADE – 1. Condição própria ao sistema, que, em interação com a magnitude do evento ou do acidente caracteriza os efeitos adversos. 2. Relação entre a magnitude da ameaça e a intensidade do dano conseqüente.

ANEXOS

ANEXO 1 – O MARCO DE AÇÃO DE HYOGO 99

ANEXO 2 – CAMPANHA WDRC-2006-2007 – IURD/ONU 106

ANEXO 3 – A EXPERIÊNCIA DE PORTUGAL 130

ANEXO 4 – A EXPERIÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL 219

ANEXO 5 – A EXPERIÊNCIA DE SANTA CATARINA 262

ANEXO 6 – A EXPERIÊNCIA DE SÃO PAULO 279

ANEXO 7 – A EXPERIÊNCIA DO RIO GRANDE DO SUL 317

ANEXO 8 – A EXPERIÊNCIA DO MATO GROSSO DO SUL 333

ANEXO 9 – NOTA DE SERVIÇO Nº 028-09 – 1º GB 337

ANEXO 1

O MARCO DE AÇÃO DE HYOGO

MAH

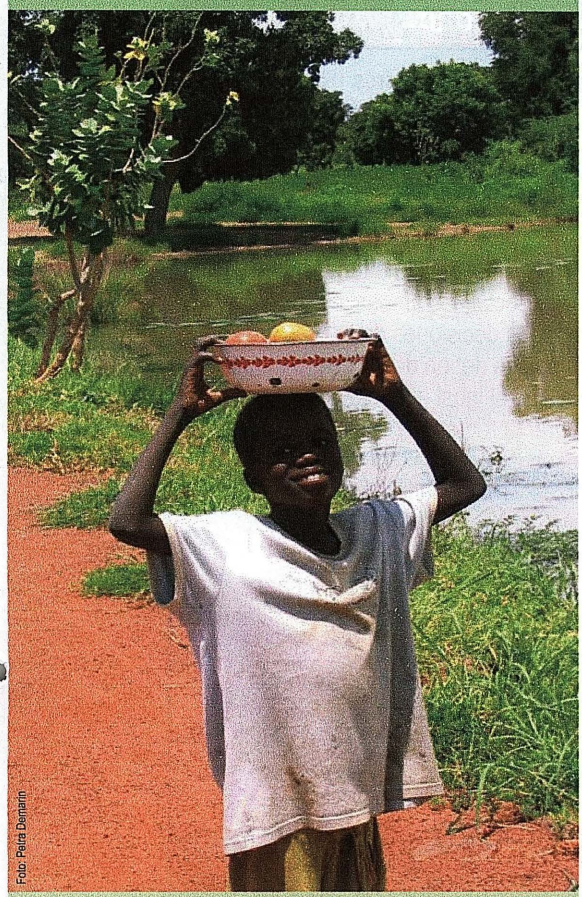


Foto: Petra Denaro

El 2005 ha sido un año de desastres. La pérdida de vidas y de fuentes de sustento pudo haberse reducido considerablemente: "Si hubiéramos tenido buenos sistemas de alerta temprana, menos personas hubieran muerto en el tsunami del océano Índico. Si hubiéramos tenido escuelas, viviendas y hospitales más seguros en el norte de Pakistán, decenas de miles no hubieran perdido la vida. Si hubiéramos tenido mejores diques en Nueva Orleáns, los que vivían en las partes bajas de la ciudad no hubieran visto sus vidas devastadas".

Jan Egeland, Subsecretario General para Asuntos Humanitarios

Estrategia Internacional para Reducción de Desastres

http://www.unisdr.org/hfa

Marco de Acción de Hyogo 2005-2015

Aumento de la resiliencia de las naciones y las comunidades ante los desastres: Introducción al Marco de Acción de Hyogo

Todos los años, más de 200 millones de personas resultan afectadas por las sequías, inundaciones, ciclones, terremotos, incendios forestales y otras amenazas. Además de la pobreza, la creciente densidad de la población, la degradación ambiental y el calentamiento global están logrando que el impacto de las amenazas naturales empeore aún más.

Los acontecimientos de los últimos años nos han recordado que las amenazas naturales pueden afectarnos a todos, en cualquier parte. Del tsunami del océano Índico al terremoto en el sur de Asia, de la devastación que produjeron los huracanes y ciclones en los Estados Unidos, el Caribe y el Pacífico, a las fuertes inundaciones en Europa y Asia, cientos de miles de personas han perdido sus vidas y millones sus fuentes de sustento debido a los desastres ocasionados por las amenazas naturales.

A pesar de que muchos conocen la miseria humana y las paralizantes pérdidas económicas que resultan debido a los desastres, lo que pocos se dan cuenta es que esta devastación puede prevenirse mediante iniciativas para la reducción del riesgo de desastres.

Los gobiernos en todo el mundo se han comprometido a tomar medidas para reducir el riesgo de desastres y han adoptado un lineamiento denominado el Marco de Acción de Hyogo (Marco de Hyogo) para reducir las vulnerabilidades frente a las amenazas naturales. El Marco le ofrece asistencia a los esfuerzos de las naciones y comunidades para volverse más resistentes a las amenazas que ponen en riesgo los beneficios del desarrollo y para enfrentarlas de mejor forma.

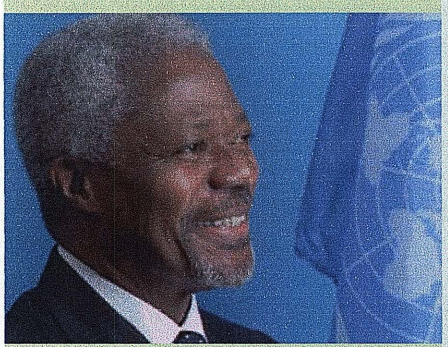
La colaboración es la base del Marco de Hyogo: los desastres pueden afectar a cualquiera y por lo tanto son un asunto de todos. La reducción del riesgo de desastres debe formar parte de la toma de decisiones cotidianas: desde la forma en que la gente educa a sus hijos e hijas hasta cómo planifican sus ciudades. Cada decisión puede hacernos más vulnerables o, por el contrario, más resistentes.

¿Qué es el Marco de Acción de Hyogo?

En enero del 2005, durante la Conferencia Mundial sobre la Reducción de Desastres (CMRD), celebrada en Kobe, Hyogo, Japón, 168 gobiernos adoptaron un plan de 10 años para lograr un mundo más seguro frente a las amenazas naturales. El Marco de Hyogo es un plan detallado para guiar los esfuerzos destinados a la reducción del riesgo de desastres durante la próxima década. Su objetivo principal es, para el 2015, haber reducido considerablemente las pérdidas que ocasionan los desastres en términos de vidas humanas y bienes sociales, económicos y ambientales de las comunidades y los países.

El Marco de Hyogo ofrece una serie de principios guías, acciones prioritarias y medios prácticos para lograr la resiliencia de las comunidades vulnerables frente a los desastres.

"No podemos evitar las calamidades naturales, pero sí debemos equipar a las personas y comunidades para que puedan resistirlas". Kofi Annan, Secretario General de la ONU.



"El Marco de Acción de Hyogo ofrece lineamientos concretos para reducir los efectos de los desastres durante la próxima década, tales como la forma de proteger las escuelas y los hospitales, y el establecimiento de sistemas de alerta temprana. Si se ponen en práctica, estas medidas reducirán el impacto social y económico de los desastres, incluyendo la cantidad de gente que fallece y resulta afectada cada año a consecuencia de las amenazas naturales. Por ello, es importante que los gobiernos implementen estas medidas y que lo hagan pronto".
Expresidente Bill Clinton, Enviado Especial de la ONU para la Recuperación después del Tsunami.

Prioridades de acción

Las acciones prioritarias se esbozan en el Marco de Acción de Hyogo para orientar a los Estados, organizaciones y otros actores a todo nivel en el diseño de sus enfoques para la reducción del riesgo de desastres:

1 Lograr que la reducción del riesgo de desastres sea una prioridad

Garantizar que la reducción del riesgo de desastres (RRD) sea una prioridad nacional y local con una sólida base institucional para su implementación.

Para salvar vidas y fuentes de sustento que las amenazas naturales ponen en riesgo, es necesario un sólido compromiso en los ámbitos nacional y local. De la misma forma en que actualmente se requiere de evaluaciones de impacto ambiental y social, las amenazas naturales deben tomarse en cuenta en la toma de decisiones de los sectores público y privado. Por lo tanto, los países deben desarrollar o modificar políticas, leyes y marcos organizativos, al igual que planes, programas y proyectos con el propósito de integrar la reducción del riesgo de desastres. Los países también deben asignar los recursos suficientes para brindar apoyo a estos esfuerzos y mantenerlos. Esto incluye lo siguiente:

- Crear plataformas nacionales multisectoriales y efectivas para orientar los procesos de formulación de políticas y para coordinar las diversas actividades;
- Integrar la reducción del riesgo de desastres a las políticas y la planificación del desarrollo, tales como las Estrategias para la Reducción de la Pobreza; y,
- Garantizar la participación comunitaria, con el fin de que se satisfagan las necesidades locales.

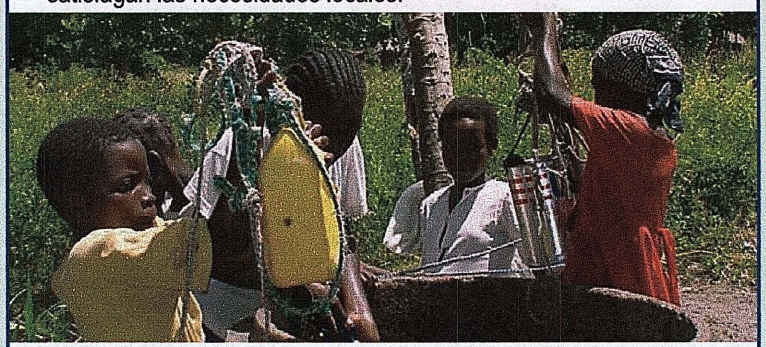


Foto: IFRC

La colaboración es esencial

Dentro de su composición, la Plataforma Nacional de Madagascar para la Reducción de Desastres incluye a diversos departamentos gubernamentales tales como Educación, Agua, Transporte y Comunicación, Agricultura y Ganadería, Tierras, y la Oficina del Primer Ministro; al igual que ONG, medios de comunicación, agencias donantes y las Naciones Unidas. La plataforma conduce sesiones de capacitación en materia de reducción de desastres y ha afianzado su capacidad de preparación en desastres mediante la construcción de refugios en caso de ciclones. Asimismo, la plataforma se encuentra finalizando el establecimiento del Sistema de Alerta Temprana de Madagascar y actualizando el documento de la Estrategia para la Reducción de la Pobreza (PRSP) del país, con el fin de establecer vínculos entre la reducción del riesgo de desastres y la reducción de la pobreza.

"Todos tienen la responsabilidad de reducir el riesgo de desastres. La instauración de sólidas alianzas entre las agencias gubernamentales, el sector privado y las organizaciones de la sociedad civil es esencial para desarrollar verdaderamente una cultura de reducción del riesgo y para integrar la reducción del riesgo de desastres a las políticas y la planificación".
Sr. Jacky R. Randimbiarison, Coordinador de la Plataforma Nacional.

Objetivos estratégicos

La integración de la reducción del riesgo de desastres en las políticas y la planificación del desarrollo sostenible.

El desarrollo y fortalecimiento de las instituciones, mecanismos y capacidades para aumentar la resiliencia ante las amenazas.

La incorporación sistemática de los enfoques de la reducción del riesgo en la implementación de programas de preparación, atención y recupe-ración de emergencias.

2 Conocer el riesgo y tomar medidas

Identificar, evaluar y observar de cerca los riesgos de los desastres, y mejorar las alertas tempranas.

Con el propósito de reducir sus vulnerabilidades frente a las amenazas naturales, los países y las comunidades deben conocer el riesgo que están enfrentando y tomar medidas con base en tal conocimiento. Esta comprensión del riesgo precisa de inversión en las capacidades científicas, técnicas e institucionales para observar, registrar, investigar, analizar, predecir, modelar y elaborar mapas de las amenazas naturales. También es necesario desarrollar y diseminar herramientas. En ese sentido, la información estadística en torno a los desastres, los mapas de riesgos y los indicadores de vulnerabilidad y de riesgo son esenciales.

Más importante aún, los países necesitan utilizar este conocimiento para desarrollar efectivos sistemas de alerta temprana, adaptados adecuadamente a las circunstancias singulares de la gente que enfrenta los riesgos. Se ha aceptado ampliamente que la alerta temprana es un componente vital de la reducción del riesgo de desastres. Si los sistemas de alerta temprana son efectivos, se brinda información a la población vulnerable sobre una amenaza y se ponen en marcha los planes necesarios para tomar medidas, se podrán salvar miles de vidas.



Foto: La Habana, Cuba

La alerta temprana salva vidas

Una alerta emitida con anticipación puede marcar la diferencia entre la vida y la muerte. En ese sentido, Cuba es uno de los países mejor preparados en el Caribe para enfrentar la época de huracanes.

Setenta y dos horas antes de que una tormenta llegue a tierra, los medios nacionales de comunicación emiten alertas y los comités de protección civil revisan los planes de evacuación. Cuarenta y ocho horas antes de la tormenta prevista, las autoridades se concentran en las alertas emitidas en las zonas de alto riesgo. Doce horas antes de la llegada de la tormenta, se protegen los hogares, se remueve cualquier escombro disperso en los barrios y se evacua a la gente.

Este sistema de alerta temprana ha mostrado ser eficiente. Durante el 2004, cuando el huracán Charley azotó, 70.000 viviendas resultaron dañadas y cuatro personas murieron. Al mes siguiente, cuando se produjo el huracán Iván, se evacuaron a más de 2 millones de personas y nadie perdió la vida.

3 Desarrollar una mayor comprensión y concientización

Utilizar el conocimiento, la innovación y la educación para crear una cultura de seguridad y resiliencia a todo nivel.

Los desastres pueden reducirse considerablemente si la gente se mantiene informada sobre las medidas que pueden tomar para reducir su vulnerabilidad y si se sienten motivados, para actuar. Las principales actividades dirigidas a desarrollar una mayor concientización sobre la prevención de desastres incluyen las siguientes:

- Brindar información relevante sobre el riesgo de desastres y medios de protección, en particular para aquellos ciudadanos que habitan en zonas de alto riesgo;
- Fortalecer las redes y promover el diálogo y la cooperación entre los expertos en desastres, los especialistas técnicos y científicos, los encargados de la planificación y otros actores;
- Incluir el tema de la reducción del riesgo de desastres en la educación formal y no formal, al igual que en actividades de capacitación;
- Desarrollar o fortalecer los programas de base para la gestión del riesgo de desastres; y,
- Trabajar conjuntamente con los medios de comunicación en actividades dirigidas a la concientización sobre la reducción del riesgo de desastres.



Foto: Claudia Castillo

El conocimiento local es esencial para la reducción de desastres

En la isla de Simeleu, situada al frente de las costas de Sumatra, de una población de 83.000 habitantes, sólo 7 perecieron durante el tsunami del océano Índico. En la cercana zona continental de Aceh, 100.000 personas fallecieron.

La gente de Simeleu ha mantenido su propio conocimiento local sobre los terremotos, que denominan smong. Cada generación instruye a la siguiente sobre las señales de alerta temprana de las amenazas naturales.

"En 1907 ya se había producido un tsunami aquí en Simeleu, así que nuestras abuelas siempre nos dieron el siguiente consejo: Si se va a producir un terremoto, debemos ir a observar la playa: si la marea está baja, el smong o tsunami se acerca y debemos buscar zonas más altas".
Sr. Darmili Bhupati, Isla de Simeleu.

4 Reducir el riesgo

Reducir los factores fundamentales del riesgo

La vulnerabilidad frente a las amenazas naturales se incrementa de muchas formas, por ejemplo:

- Al ubicar a las comunidades en zonas propensas a estas amenazas, tales como las planicies aluviales;
- Al destruir los bosques y los humedales, con lo cual se daña la capacidad del medio ambiente de hacerle frente a las amenazas; y,
- Al no contar con mecanismos de seguridad social y financiera.

Los países pueden desarrollar su resiliencia ante los desastres al invertir en medidas simples y muy bien conocidas para reducir el riesgo y la vulnerabilidad. Los desastres pueden reducirse al aplicar normas relevantes de construcción para proteger infraestructuras vitales, tales como escuelas, hospitales y hogares. Los edificios vulnerables se pueden modernizar para lograr un nivel más alto de seguridad. La protección de valiosos ecosistemas, tales como arrecifes de coral y manglares, permite que los mismos actúen como barreras naturales a las tormentas. Las iniciativas efectivas en materia de seguros y microfinanzas pueden contribuir a transferir el riesgo y ofrecer recursos adicionales.

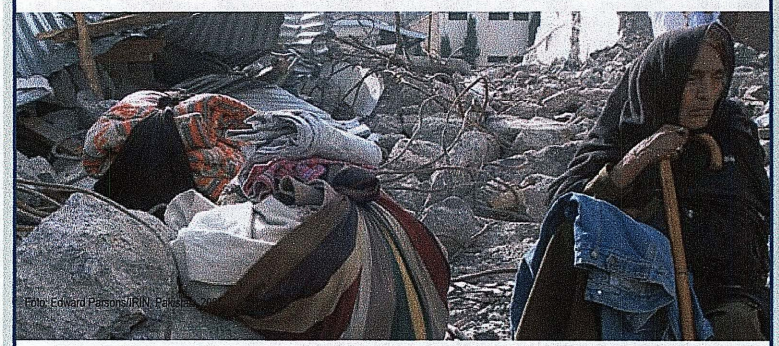


Foto: Edward Parsons/IRIN, Pakistán

El Desarrollo de la Resiliencia protege a las Comunidades

Por lo general, los edificios inseguros y la falta de códigos de construcción, o su incumplimiento, causan más muertes que las propias amenazas naturales. En Bam, Irán, más de 30.000 personas perecieron y otras 30.000 resultaron heridas cuando el 26 de diciembre del 2003 un terremoto se produjo en la ciudad. Uno de los principales factores que contribuyó a esta alta cifra de víctimas fue que los edificios tradicionales de ladrillo de barro se desmoronaron, asfixiando a la gente adentro. Prácticamente, todos los sobrevivientes se quedaron sin hogar, puesto que el 85% de los edificios se derrumbó.

"Las casas mataron a la gente, no el terremoto".
Mohamed Rahimnejad
Ingeniero Civil, Irán

5 Esté preparado(a) y listo(a) para actuar

Fortalecer la preparación en desastres para una respuesta eficaz a todo nivel.

El hecho de estar preparados, lo que incluye la conducción de evaluaciones del riesgo, antes de invertir en el desarrollo a todo nivel de la sociedad, le permitirá a la gente ser más resistente a las amenazas naturales. La preparación implica diferentes tipos de actividades, entre las que se encuentran:

- El desarrollo y puesta a prueba con frecuencia de los planes de contingencia;
- El establecimiento de fondos de emergencia para brindarle apoyo a las actividades de preparación, respuesta y recuperación;
- El desarrollo de enfoques regionales coordinados para una efectiva respuesta ante un desastre; y,
- Un diálogo continuo entre las agencias encargadas de las actividades de respuesta, los responsables de la planificación y los gestores de políticas, y las organizaciones de desarrollo.

Asimismo, los ejercicios frecuentes de preparación en desastres, incluyendo los simulacros de evacuación, también son esenciales para garantizar una rápida y eficaz respuesta ante los desastres.

La organización y los planes efectivos de preparación también ayudan a hacerle frente a muchos de los desastres de pequeña y mediana magnitud, los cuales se producen reiteradamente en muchas comunidades. Las amenazas naturales no pueden prevenirse, pero sí es posible disminuir su impacto al reducir la vulnerabilidad de la gente y de sus fuentes de sustento.



Foto: IRIN, Kyrgyzstan

La preparación en desastres requiere de práctica

En Japón se sienten orgullosos de estar muy bien preparados en caso de un terremoto. Durante el Día para la Prevención de Desastres, que se celebra todos los años en Japón, mucha gente de todas partes del país participa en simulacros de preparación en desastres y se incluyen tanto a los trabajadores de emergencias como al público en general.

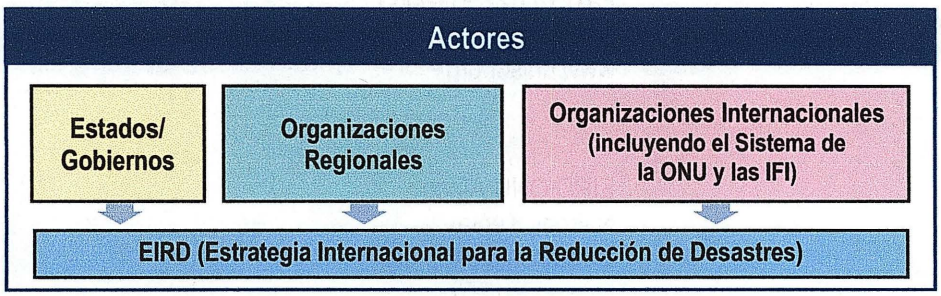
"Es extremadamente importante para todos nosotros prepararnos para tal ocasión [una amenaza natural]. No sólo las instituciones públicas, sino que cada uno de nosotros deben pensar en la preparación para la prevención de desastres y manifestarla en nuestras vidas cotidianas. El Gobierno hará todo lo que esté en su poder para que Japón siga desarrollando su capacidad de ser un país que pueda enfrentar los desastres. Pero, al mismo tiempo, le pido a cada uno de ustedes que haga lo que esté a su alcance, mediante la predicción de los daños que podrían ocurrir y al contemplar los esfuerzos de rescate que se requerirán para que puedan estar preparados para situaciones de emergencia".
Junichiro Koizumi, Primer Ministro de Japón.



Fotografía de Yann Arthus-Bretrand: viviendas inundadas, sur de Dhaka, Bangladesh

¿Quiénes son los encargados de la reducción del riesgo de desastres y de la implementación del Marco de Hyogo?

La colaboración y la cooperación son elementos esenciales para la reducción del riesgo de desastres: los Estados, los entes e instituciones regionales, y las organizaciones internacionales deben desempeñar un papel importante en esta tarea. Asimismo, la sociedad civil, incluyendo a los voluntarios y las organizaciones de base, la comunidad científica, los medios de comunicación y el sector privado son actores esenciales. La siguiente es una muestra de la variedad y diversidad de actores y de sus responsabilidades principales.



Los Estados se responsabilizan de:

- Desarrollar mecanismos nacionales de coordinación;
- Conducir evaluaciones de referencia sobre la situación de la reducción del riesgo de desastres;
- Publicar y actualizar resúmenes de los programas nacionales;
- Revisar el progreso nacional alcanzado en la consecución de los objetivos y las prioridades del Marco de Hyogo;
- Ocuparse de la aplicación de instrumentos jurídicos internacionales relevantes; e,
- Integrar la reducción del riesgo de desastres a las estrategias sobre cambio climático.

Las organizaciones regionales se responsabilizan de:

- Promover programas regionales para la reducción del riesgo de desastres;
- Emprender y publicar evaluaciones de referencia en los planos regional y subregional;
- Coordinar los procesos de revisión sobre progreso alcanzado en la implementación del Marco de Hyogo en la región;
- Establecer centros regionales de colaboración; y,
- Ofrecer su apoyo al desarrollo de mecanismos regionales de alerta temprana.

Las organizaciones internacionales se responsabilizan de:

- Fomentar la integración de la reducción del riesgo de desastres a los programas y marcos de asistencia humanitaria y del desarrollo sostenible;
- Fortalecer la capacidad del Sistema de las Naciones Unidas de brindar asistencia a los países en desarrollo propensos a los desastres mediante iniciativas para la reducción del riesgo de desastres;
- Brindar apoyo en la recopilación de datos y la elaboración de pronósticos, el intercambio de experiencias y los sistemas de alerta temprana;
- Respaldar los esfuerzos del Estado mediante una asistencia internacional coordinada; y,
- Fortalecer la capacitación y el desarrollo de capacidades en torno a la gestión de desastres.

El Sistema de la EIRD se responsabiliza de:

- Desarrollar una matriz de los papeles a desempeñar y de las iniciativas relacionadas con el Marco de Hyogo;
- Facilitar la coordinación de acciones tanto a nivel internacional como regional;
- Desarrollar indicadores del progreso alcanzado para prestarle asistencia a los Estados en la verificación del avance en la implementación del Marco de Hyogo;
- Ofrecer su apoyo a las plataformas y a los mecanismos nacionales de coordinación;
- Fomentar el intercambio de las mejores prácticas y lecciones aprendidas; y,
- Efectuar revisiones sobre el progreso alcanzado en la consecución de los objetivos del Marco de Hyogo.

Afianzamiento de la Estrategia Internacional para la Reducción de Desastres (EIRD-ONU)

La EIRD-ONU garantiza la efectiva promoción, coordinación y orientación de la reducción de desastres en el plano internacional.

Bajo el liderazgo del Subsecretario General de las Naciones Unidas para Asuntos Humanitarios (SSG/ONU), diversos actores han propuesto un sistema más afianzado de la EIRD-ONU. Una Junta Supervisora de Gestión, presidida por el SSG/ONU, se encargará de supervisar el sistema y le rendirá informes a la Asamblea General de la ONU. Se exhorta a todos los países a establecer plataformas u otros mecanismos nacionales de coordinación. A nivel regional, se está promoviendo la participación entre los órganos ya existentes. Los componentes internacionales del sistema son:

La Plataforma Global para la Reducción de Desastres

La Plataforma Global (conocida anteriormente como el Equipo de Trabajo Interinstitucional para la Reducción de Desastres, ETI/RD) incluye a los gobiernos, las agencias de las Naciones Unidas, las organizaciones regionales y de la sociedad civil. Ésta se encarga de abordar las brechas existentes y de ofrecer pautas y un apoyo coherente a los países para la implementación del Marco de Hyogo. Un Comité Consultivo de Programas establecerá las prioridades programáticas y le brindará orientación a la Plataforma Global. Las plataformas y grupos temáticos se encargarán de abordar temas específicos tales como cambio climático, educación, riesgo urbano, alerta temprana, recuperación y capacitación.

La secretaría de la EIRD

La secretaría la cual le rinde cuentas al SSG/ONU- funge como gestora, catalizadora y punto de enlace para la reducción del riesgo de desastres dentro de las Naciones Unidas y entre los miembros del sistema de la EIRD. Ésta promueve un compromiso hacia la reducción del riesgo de desastres y la implementación del Marco de Hyogo, y elabora informes sobre el progreso alcanzado al respecto.

Miembros del Equipo de Trabajo Interinstitucional para la Reducción de Desastres 2000-2005

- Asociación Iberoamericana de Defensa Civil y Protección Civil
- Ayuda en Acción Internacional
  www.actionaid.org
- Banco Mundial (Gestión del Riesgo de Amenazas)
  www.worldbank.org
- Centro Asiático para la Preparación en Desastres (ADPC)
  www.adpc.net
- Centro Asiático para la Reducción de Desastres (ADRC)
  www.adrc.or.jp
- Centro Conjunto de Investigación de la Comisión Europea (CCI/CE)
  www.jrc.cec.eu.int
- Centro de Aplicaciones y Predicciones Climáticas IGAD, Gran Cuerno de África (ICPAD)
  www.igad.org, www.dmcn.org
- Centro de Investigación sobre Epidemiología de Desastres (CRED)
  www.cred.be
- Centro de las Naciones Unidas para el Desarrollo Regional (CNUDR)
  www.uncrd.or.jp
- Centro Mundial para el Monitoreo de Incendios (GFMC)
  www.fire.uni-freiburg.de
- Comisión de Geociencias Aplicadas del Pacífico Sur (SOPAC)
  www.sopac.org.fj
- Comisión de la Unión Africana (UA)
  www.africa-union.org
- Comité Interamericano sobre la Reducción de Desastres Naturales de la Organización de Estados Americanos (CIRDN/OEA)
  www.oas.org/usde, www.paho.org/disasters
- Consejo de Europa (CE)
  www.coe.int
- Consejo Interestatal CIS
  www.emercom.on.ufanet.ru
- Consejo Internacional para la Ciencia (ICSU)
  www.icsu.org
- Consorcio ProVention
  www.proventionconsortium.org
- Convención de las Naciones Unidas de Lucha contra la Desertificación (CNULD)
  www.unccd.int
- Federación Internacional de Sociedades de la Cruz Roja y de la Media Luna Roja (FICR)
  www.ifcr.org
- Iniciativa sobre Terremotos y Megaciudades (EMI)
  www.earthquakesandmegacities.org
- Instituto de las Naciones Unidas para la Formación Profesional e Investigación (UNITAR)
  www.unitar.org, www.unosat.org
- Oficina de Coordinación de Asuntos Humanitarios (OCAH)
  http://ochaonline.un.org/, www.reliefweb.int
- Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO) www.fao.org
- Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO)
  www.unesco.org
- Organización Internacional del Trabajo (OIT)
  www.ilo.org
- Organización Meteorológica Mundial (OMM)
  www.wmo.int/disasters
- Organización Mundial de la Salud (OMS)
  www.who.org
- Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD)
  www.undp.org/bcpr/disred
- Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente (PNUMA)
  www.unep.org
- Programa de las Naciones Unidas sobre Asentamientos Humanos (Hábitat-ONU)
  www.unhabitat.org
- Programa Mundial de Alimentos (PMA)
  www.wfp.org
- Reasuguros Munich
  www.munichre.com
- Secretaría de la Nueva Asociación para el Desarrollo de África (NEPAD)/UA
  www.nepad.org
- Unión Internacional de las Telecomunicaciones (UIT)
  www.itu.int
- Universidad de las Naciones Unidas (UNU)
  www.unu.edu
- Voluntarios de las Naciones Unidas (VNU)
  www.unv.org

Estrategia Internacional EIRD para Reducción de Desastres

Secretaría Interinstitucional de la Estrategia Internacional para la Reducción de Desastres de las Naciones Unidas (EIRD/ONU).

Palacio de las Naciones
CH 1211 Ginebra 10, Suiza
Teléfono: +41 22 9172103/762/759
Fax: +41 22 9170563
isdr@un.org
www.unisdr.org

EIRD/ONU África

Nairobi, Kenia
isdr-africa@unep.org
www.unisdrafrica.org

EIRD/ONU Asia y el Pacífico

Bangkok, Tailandia, y Dushanbe, Tayikistán
rosec@un.org
www.unisdr.org/asia

EIRD/ONU América Latina y el Caribe

Ciudad de Panamá, Panamá
eird@eird.org
www.eird.org

Plataforma de la EIRD/ONU para la Promoción de la Alerta Temprana

Bonn, Alemania
isdr-ppew@un.org
www.unisdr-earlywarning.org

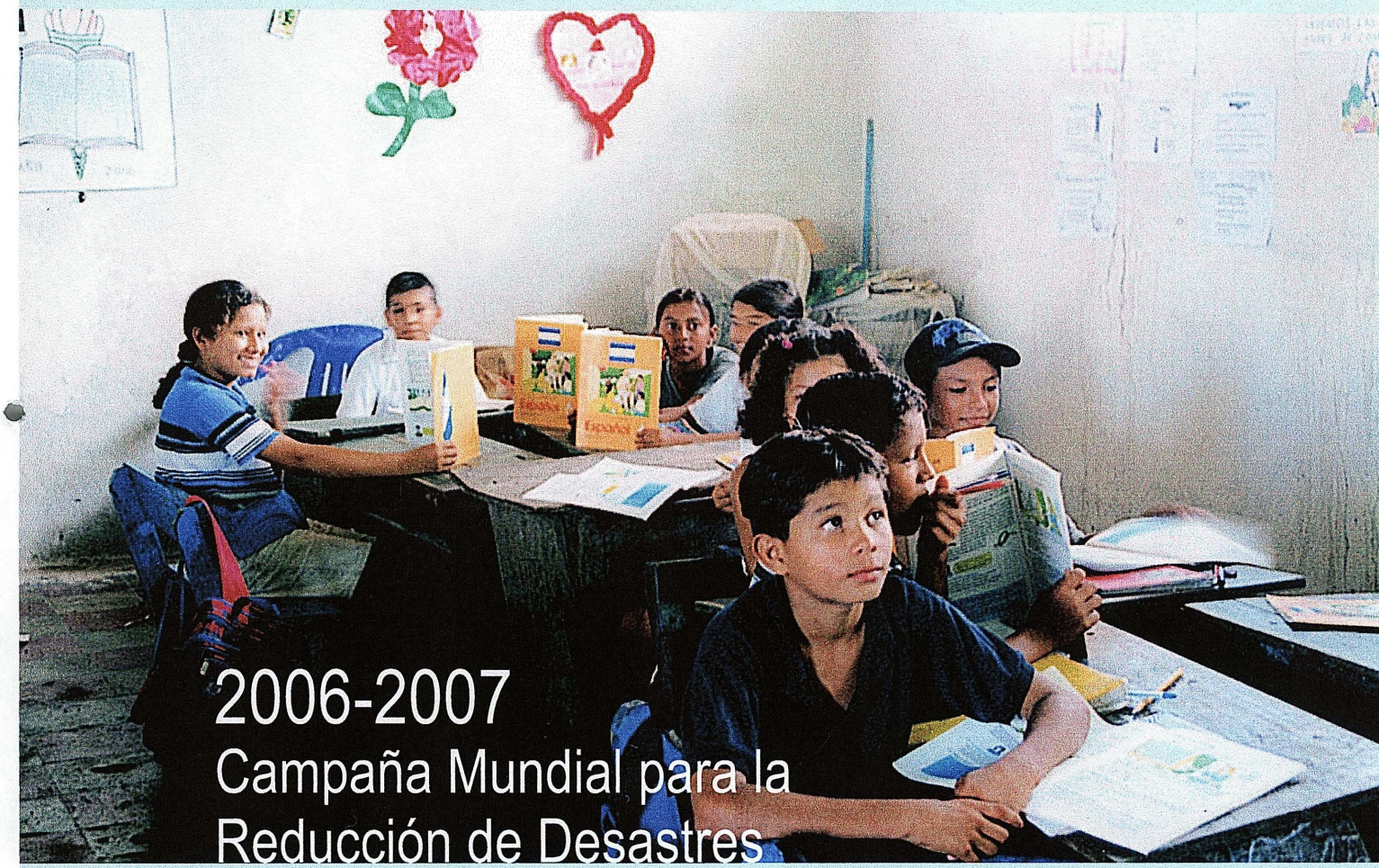
MAH

http://www.unisdr.org/hfa

ANEXO 2

CAMPANHA WDRC-2006-2007 – IURD/ONU

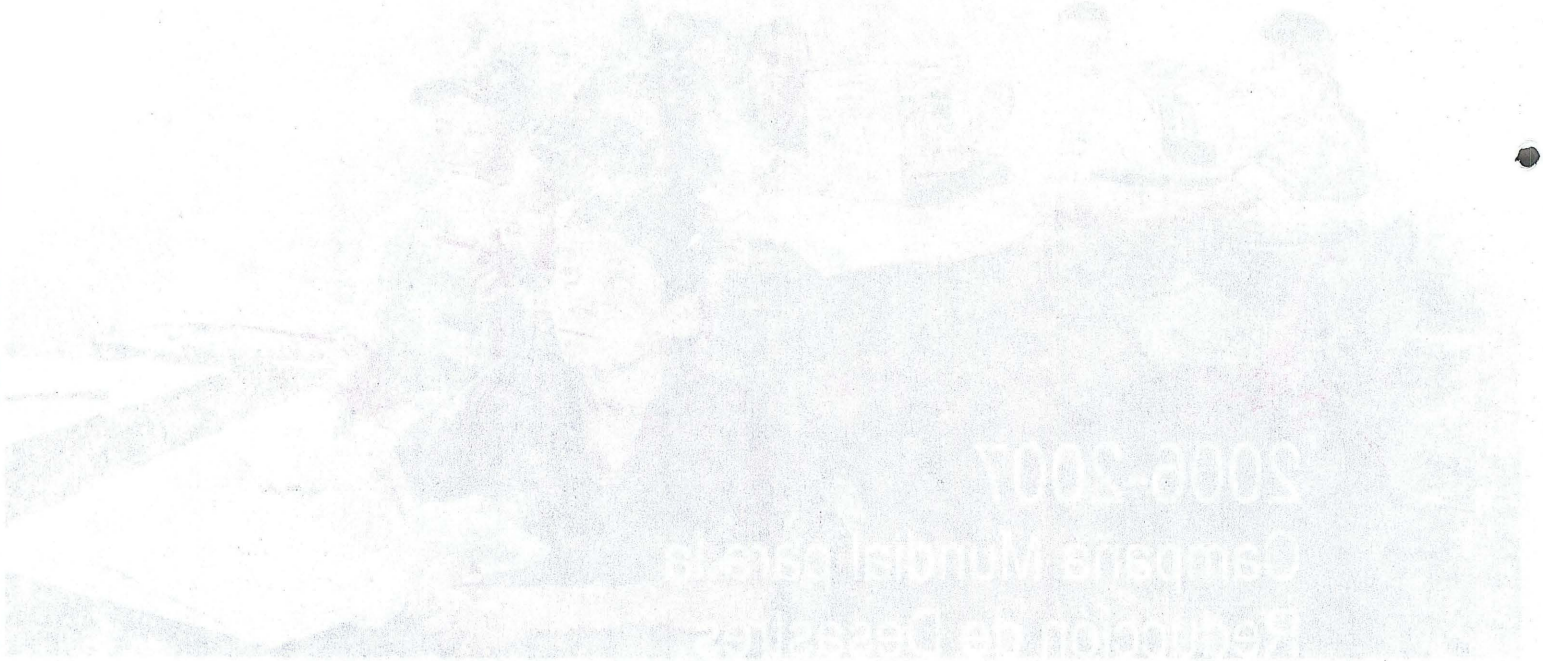
Estrategia Internacional
EIRD
para Reducción de Desastres



2006-2007
Campaña Mundial para la
Reducción de Desastres

La reducción de los desastres empieza en la escuela

Naciones Unidas



El grupo temático del sistema de la EIRD sobre conocimiento y educación ha sido convocado por

La Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO)
www.unesco.org

Para myor información sobre los miembros y las iniciativas del grupo temático, por favor visite:
www.unisdr.org/knowledge-education

La reducción de los desastres empieza en la escuela



Cuando surge una amenaza natural, los niños representan uno de los grupos más vulnerables, especialmente los que asisten a la escuela al momento de producirse un desastre. El terremoto de Pakistán en octubre del 2005 -en el cual más de 16.000 niños perecieron al desplomarse las escuelas- o bien, los recientes deslaves que produjeron las inundaciones en la isla de Leyte en Filipinas - donde más de 200 estudiantes fueron enterrados vivos- representan sólo algunos de los trágicos ejemplos que señalan que se deben dedicar muchos más esfuerzos para proteger a nuestros niños antes de que se produzca un desastre.

En todas las sociedades, los niños representan la esperanza del futuro. Como resultado, y debido a su vínculo directo con la juventud, se considera en todo el mundo que las escuelas son instituciones de aprendizaje para infundir valores culturales y transmitirles a las generaciones más jóvenes tanto el conocimiento tradicional como convencional. Por consiguiente, la protección de nuestros niños durante las amenazas naturales requiere de dos acciones prioritarias que, aunque distintas, son inseparables: la educación para la reducción del riesgo de desastres y la seguridad escolar.

La inclusión de la educación sobre el riesgo de desastres en los planes de estudio de las escuelas primarias y secundarias promueve la concientización y una mejor comprensión del entorno inmediato en el que los niños y sus familias viven y trabajan. Con base en experiencias previas, sabemos que los niños que tienen conocimiento sobre los riesgos de las amenazas naturales desempeñan un importante papel cuando se trata de salvar vidas y proteger a los miembros de la comunidad en momentos de crisis.

Cuando se produjo el tsunami de diciembre del 2004, la estudiante británica Tilly Smith logró salvar muchas vidas en una playa de Tailandia, puesto que instó a la gente a huir de la costa: sus lecciones de geografía en Gran Bretaña le permitieron reconocer las primeras señales de un tsunami. Al mismo tiempo, Anto, un joven de la isla indonesa de Simeulue había aprendido de su abuelo qué hacer en caso que se produjera un terremoto. Él y todos los otros isleños huyeron hacia tierras más elevadas antes de que el tsunami azotara la isla, logrando así que todos los miembros de su comunidad, a excepción de ocho, se salvaran.

En la mayoría de las sociedades, además de su papel fundamental dentro de la educación formal, en tiempos normales las escuelas sirven como punto de reunión de la comunidad y para la conducción de actividades colectivas y, en tiempos de desastres, como hospitales improvisados, centros de vacunación y lugares de refugio. A pesar de ello, varios miles de millones de niños, tanto de los países en desarrollo como del mundo desarrollado, asisten a escuelas ubicadas en edificios que no pueden resistir las fuerzas de la naturaleza.

Con el propósito de informar a las comunidades y asegurar su futuro, la secretaría de la EIRD/ONU y sus socios consideraron que la educación sobre el riesgo de desastres y las instalaciones escolares más seguras debían constituir los dos temas principales de la Campaña Mundial para la Reducción de Desastres 2006-2007. Esta campaña, titulada "La reducción de los desastres empieza en la escuela" tiene como fin informar y movilizar a los gobiernos, comunidades e individuos para garantizar que la reducción del riesgo de desastres se integre plenamente a los planes de estudio de las escuelas en los países de alto riesgo y que los edificios escolares se modernicen para que puedan resistir las amenazas naturales.

Debido a que la reducción del riesgo de desastres es tarea e interés de todos, le invitamos a unirse a la secretaría de la EIRD/ONU y a sus socios en esta campaña mundial. Juntos podemos ayudar a los niños a construir, con nosotros y para todos nosotros, un mundo más seguro. Las escuelas marcan la diferencia entre la desesperación y la esperanza. También pueden marcar la diferencia entre la vida y la muerte.

Sálvano Briceño
Director de la EIRD/ONU



Preguntas más frecuentes

¿Por qué es necesaria una campaña en educación sobre el riesgo de desastres y seguridad escolar?

- Los niños se encuentran entre los grupos más vulnerables durante la ocurrencia de un desastre, especialmente aquellos que se encuentran en la escuela al momento de producirse una catástrofe. Durante los desastres, se destruyen los edificios escolares, cobrando las preciadas vidas de los niños y los maestros, y paralizando el acceso a la educación tras la ocurrencia del desastre. La reconstrucción de estas escuelas puede durar años y es muy costosa
- Un proceso de aprendizaje sobre el riesgo de desastres en las escuelas primarias y secundarias contribuye a que los niños desempeñen un papel importante cuando se trata de salvar vidas y proteger a los miembros de la comunidad en tiempos de desastres. La integración de la educación sobre el riesgo de desastres a los planes nacionales de estudio en las escuelas contribuye a incrementar el grado de concientización sobre estos temas en comunidades enteras
- Además de su papel fundamental en la educación formal, los centros educativos también deben proteger a los niños en caso que surja una amenaza natural. La inversión en el fortalecimiento de las estructuras escolares antes de que se produzca un desastre reduce los costos a largo plazo, protege las generaciones de nuestros niños y garantiza la continuidad educativa después de ese desastre
- La educación sobre el riesgo de desastres y la seguridad de los edificios escolares son dos de las áreas prioritarias para la acción que definió el Marco de Acción de Hyogo para el 2005-2015: Aumento de la Resiliencia de las Naciones y las Comunidades ante los Desastres, que adoptaron 168 gobiernos durante la Conferencia Mundial sobre la Reducción de Desastres, realizada en enero del 2005
- La integración de la educación sobre el riesgo de desastres en los planes nacionales de estudio, al igual que la construcción de instalaciones escolares más seguras son dos prioridades que contribuyen al progreso de los países hacia la consecución de los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM)

¿Quién está organizando la Campaña?

- La secretaría de la EIRD/ONU encabeza la coordinación de las Campañas Mundiales para la Reducción de Desastres, las cuales son bienales. Estas campañas están dirigidas a concientizar, movilizar acciones y aprovechar las prácticas existentes para reducir la pérdida de vidas y los medios de sustento, al igual que las pérdidas sociales y ambientales de las comunidades a consecuencia de un desastre. Los temas de la Campaña reflejan las cinco prioridades que trazó el Marco de Acción de Hyogo para el 2005-2015: Aumento de la Resiliencia de las Naciones y las Comunidades ante los Desastres
- Los socios de la EIRD/ONU, tales como la UNESCO, UNICEF, la FICR, ActionAid e importantes organizaciones regionales dentro y fuera de las Naciones Unidas, contribuyen con su experiencia y conocimientos especializados, y establecen vínculos entre sus iniciativas y las campañas. La Campaña del 2006-2007 "La reducción de los desastres empieza en la escuela" cuenta con el apoyo de todos los socios de la EIRD/ONU, incluyendo el grupo temático del sistema de la EIRD sobre conocimiento y educación. Para consultar una lista detallada sobre quién se encarga de hacer qué, por favor visite nuestra página de Internet: www.unisdr.org/wdrc-2006-2007

¿Cuáles son los objetivos principales de la Campaña?

- Promover la integración de la educación sobre el riesgo de desastres en los planes nacionales de estudio en los países vulnerables a las amenazas naturales

- Promover la construcción segura y la modernización de los edificios escolares para que puedan resistir las amenazas naturales

¿Como podemos lograr los objetivos de la Campaña?

- Promoviendo las mejores prácticas para mostrar lo beneficioso que es para las poblaciones vulnerables contar con escuelas más seguras y una educación para la reducción de desastres
- Fomentando la participación de los principales protagonistas en diferentes niveles para lograr transmitir los mensajes de la Campaña
- Sensibilizando a los estudiantes, padres de familia, maestros, sindicatos de educadores, instancias decisorias, encargados de la formulación de políticas y profesionales en los ámbitos local, nacional e internacional, al igual que a las organizaciones de la sociedad civil para que apoyen y promuevan la educación para la reducción de desastres y las escuelas más seguras

¿Cuáles son los mensajes principales de la Campaña?

- La reducción del riesgo de desastres habilita a los niños y contribuye a una mayor concientización en torno a este tema en las comunidades
- Las instalaciones escolares seguras salvan vidas y protegen a las generaciones de los niños en caso de que surja una amenaza natural
- La educación sobre el riesgo de desastres y las instalaciones escolares más seguras contribuirán al progreso de los países hacia la consecución de los ODM

¿Cuáles son los principales grupos a los que se dirige la Campaña?

- Estudiantes de primaria y secundaria, maestros, encargados de la formulación de políticas educativas, padres de familia, ingenieros y profesionales de construcción
- El Ministerio/ente gubernamental encargado de abordar asuntos relacionados con la gestión de desastres, Ministerios de Educación, líderes políticos a nivel nacional, autoridades locales e instancias decisorias comunitarias

¿Cuáles son los resultados esperados de la Campaña?

- La inversión de los gobiernos locales y nacionales en instalaciones escolares más seguras y la plena integración de la reducción de desastres en los planes nacionales de estudio en las escuelas
- Un mayor nivel de concientización en torno a las incidencias positivas de la seguridad escolar y la educación para la reducción de desastres en las escuelas
- Más acciones y la utilización de prácticas adecuadas para movilizar a las coaliciones y alianzas de trabajo, facilitar los intercambios sur-sur, desarrollar las capacidades necesarias y ofrecer orientación para que otros tengan acceso a los recursos de capacitación existentes en educación sobre el riesgo de desastres y seguridad escolar

¿Quién puede participar en la Campaña?

- Se invita a estudiantes, maestros, líderes comunitarios, padres de familia, al igual que cualquier persona que esté interesada en la educación sobre el riesgo de desastres y escuelas más seguras
- ONG, organizaciones de base, organizaciones de las Naciones Unidas, asociaciones/instituciones nacionales, regionales y locales, y los sectores público y privado a unirse a la campaña

¿Cuánto dura la Campaña?

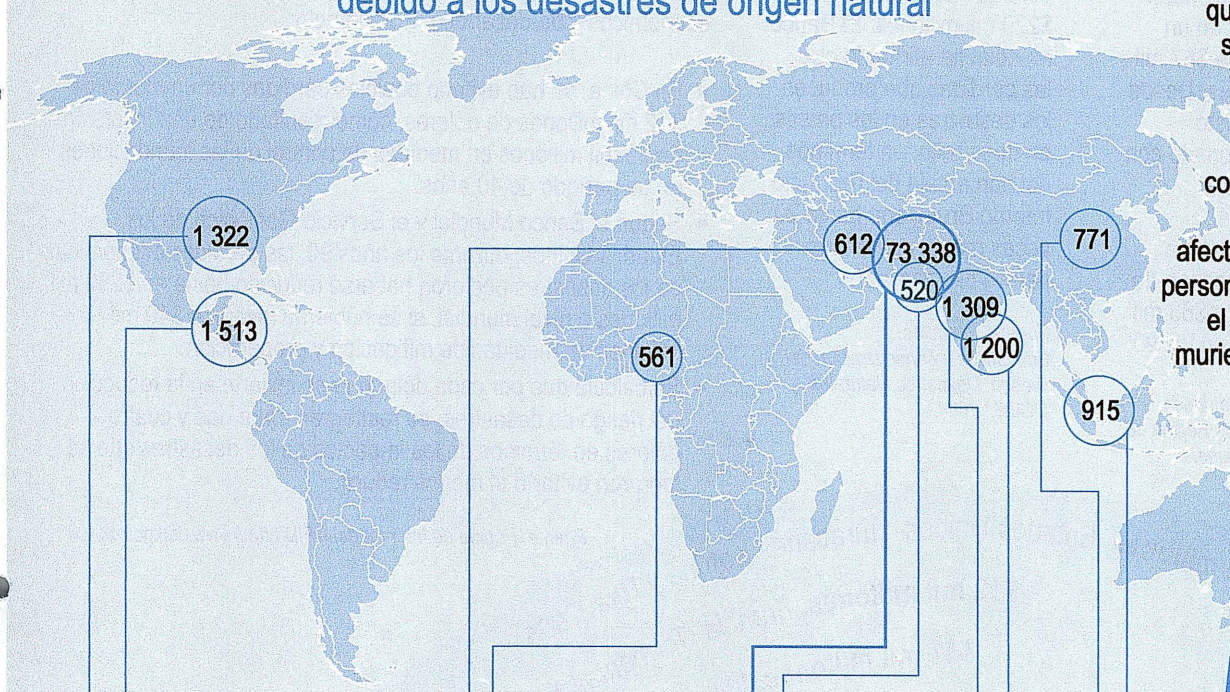
- La Campaña de la EIRD/ONU durará dos años, hasta finales del 2007, pero continuará a partir de entonces bajo los auspicios del Decenio de Educación para el Desarrollo Sostenible de la UNESCO

¿Dónde puedo leer más sobre este tema?

- La página de Internet de la EIRD/ONU ofrece una serie de vínculos electrónicos y contactos que le pueden ayudar a comprender mejor este tema. Por favor visite: www.unisdr.org/wdrc-2006-2007

Hoja informativa

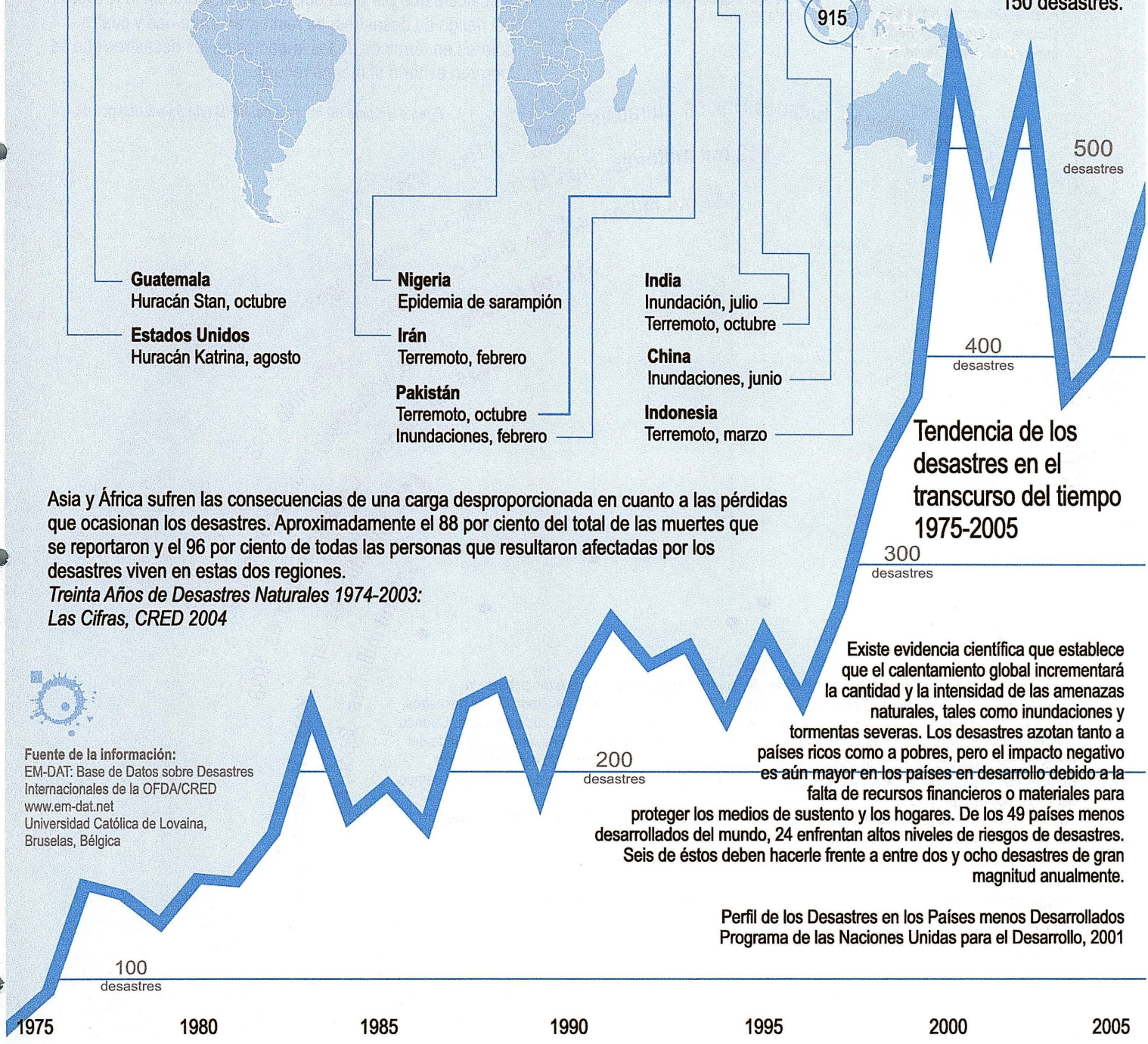
Cantidad de muertes durante el 2005 debido a los desastres de origen natural



Actualmente los desastres que el mundo enfrenta se sitúan en una escala sin precedentes. Desde la década de los 90, los desastres han venido cobrando un promedio de 58.000 vidas al año y afectando a 225 millones de personas. Solamente durante el 2005, 92.000 personas murieron a consecuencia de 150 desastres.

Asia y África sufren las consecuencias de una carga desproporcionada en cuanto a las pérdidas que ocasionan los desastres. Aproximadamente el 88 por ciento del total de las muertes que se reportaron y el 96 por ciento de todas las personas que resultaron afectadas por los desastres viven en estas dos regiones.
Treinta Años de Desastres Naturales 1974-2003: Las Cifras, CRED 2004

Tendencia de los desastres en el transcurso del tiempo 1975-2005



Existe evidencia científica que establece que el calentamiento global incrementará la cantidad y la intensidad de las amenazas naturales, tales como inundaciones y tormentas severas. Los desastres azotan tanto a países ricos como a pobres, pero el impacto negativo es aún mayor en los países en desarrollo debido a la falta de recursos financieros o materiales para proteger los medios de sustento y los hogares. De los 49 países menos desarrollados del mundo, 24 enfrentan altos niveles de riesgos de desastres. Seis de éstos deben hacerle frente a entre dos y ocho desastres de gran magnitud anualmente.

Perfil de los Desastres en los Países menos Desarrollados
Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2001

Fuente de la información:
EM-DAT: Base de Datos sobre Desastres Internacionales de la OFDA/CRED
www.em-dat.net
Universidad Católica de Lovaina, Bruselas, Bélgica

El costo de los desastres

Durante la última década, los desastres ocasionaron daños calculados en un promedio anual de $67 mil millones de dólares. Desde los años 50, el costo económico relacionado con los desastres que desencadenan las amenazas naturales ha incrementado, pasando de $3.9 mil millones a $63 mil millones anuales en los 90.

Fuente: Desastres Naturales, Calculando los Costos Página de Internet del Banco Mundial

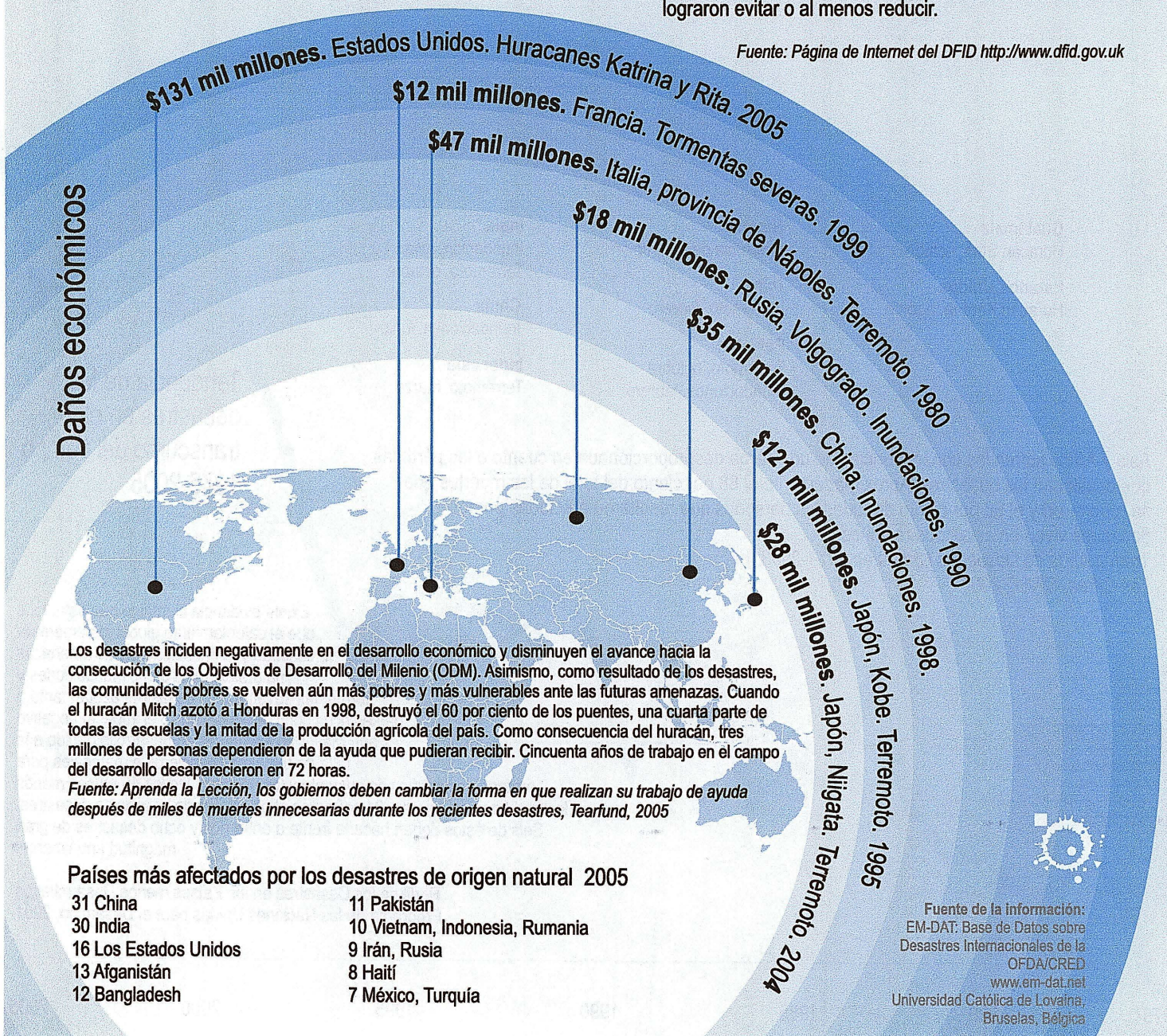
Sólo en el 2005, las pérdidas ascendieron a $220 mil millones. El Banco Mundial ha afirmado que las pérdidas que producen los desastres en los países en desarrollo, en términos del porcentaje del Producto Interno Bruto, son hasta 20 veces mayor que en los países desarrollados.

Fuente: Planteles Educativos y Administración del Riesgo: Desastres Naturales OCDE, 2004

Existe cada vez más evidencia de que la inversión en la reducción del riesgo de desastres produce beneficios económicos y de desarrollo. Por ejemplo:

- En China, se han evitado posibles pérdidas por un monto de $12 mil millones de dólares, como resultado de una inversión de $3 mil millones en medidas de control de las inundaciones en un período de 40 años.
- Según el Banco Mundial y el Servicio Geológico de los Estados Unidos, durante los años 90, las pérdidas económicas de los desastres pudieron haberse reducido hasta en $280 mil millones a nivel mundial, si se hubieran invertido $40 mil millones en medidas de mitigación y preparación.
- Se calcula que por cada dólar que se invierte en la reducción del riesgo de desastres, se reintegran entre dos y cuatro dólares en términos de los impactos de los desastres que se lograron evitar o al menos reducir.

Fuente: Página de Internet del DFID http://www.dfid.gov.uk



Los desastres inciden negativamente en el desarrollo económico y disminuyen el avance hacia la consecución de los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM). Asimismo, como resultado de los desastres, las comunidades pobres se vuelven aún más pobres y más vulnerables ante las futuras amenazas. Cuando el huracán Mitch azotó a Honduras en 1998, destruyó el 60 por ciento de los puentes, una cuarta parte de todas las escuelas y la mitad de la producción agrícola del país. Como consecuencia del huracán, tres millones de personas dependieron de la ayuda que pudieran recibir. Cincuenta años de trabajo en el campo del desarrollo desaparecieron en 72 horas.
Fuente: Aprenda la Lección, los gobiernos deben cambiar la forma en que realizan su trabajo de ayuda después de miles de muertes innecesarias durante los recientes desastres, Tearfund, 2005

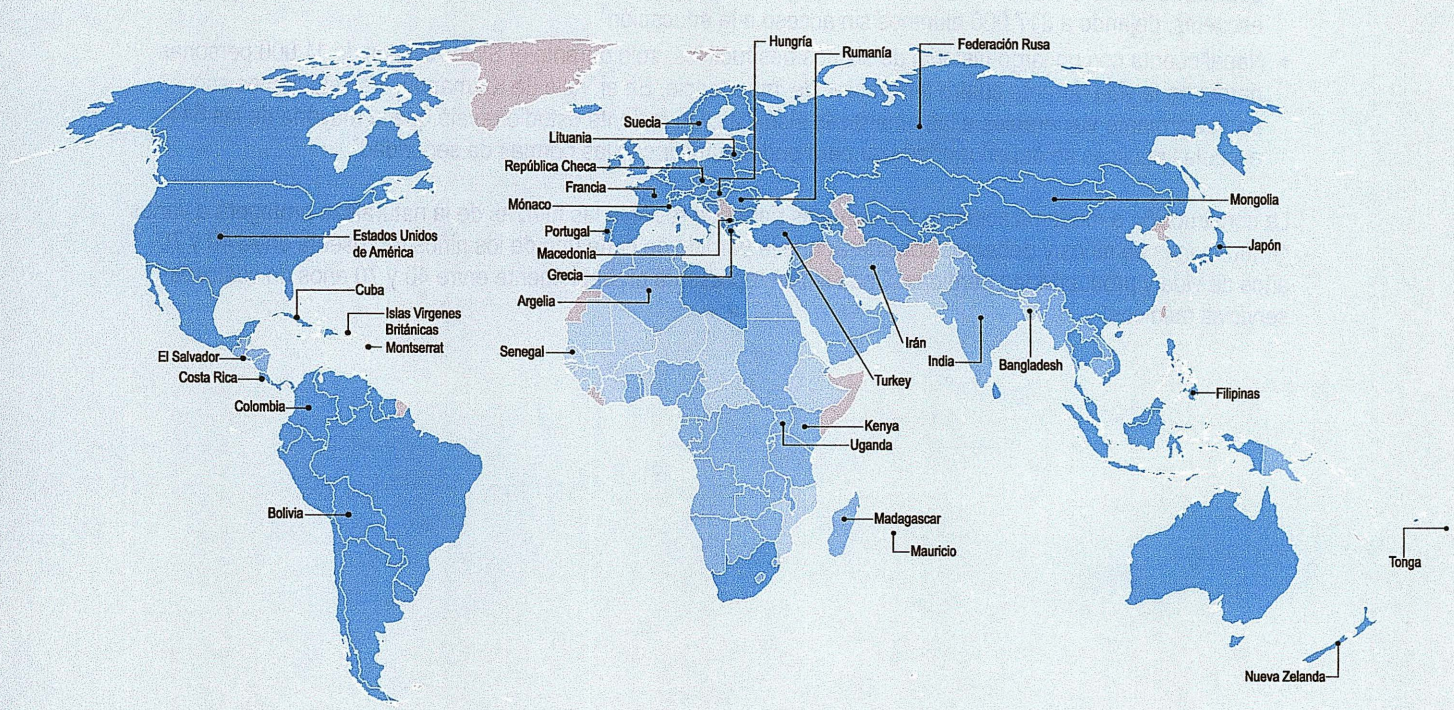
Países más afectados por los desastres de origen natural 2005

31 China
30 India
16 Los Estados Unidos
13 Afganistán
12 Bangladesh
11 Pakistán
10 Vietnam, Indonesia, Rumania
9 Irán, Rusia
8 Haití
7 México, Turquía

Fuente de la información:
EM-DAT: Base de Datos sobre Desastres Internacionales de la OFDA/CRED
www.em-dat.net
Universidad Católica de Lovaina, Bruselas, Bélgica

La educación sobre el riesgo de desastres y la seguridad escolar

Los niños a quienes se les enseña sobre los riesgos de las amenazas naturales desempeñan un papel muy importante cuando se trata de salvar vidas y proteger a los miembros de la comunidad en tiempos de desastres. La inclusión de la educación sobre el riesgo de desastres en los planes de estudio de las escuelas primarias y secundarias promueve la concientización y una mejor comprensión del entorno inmediato en el que los niños y sus familias viven y trabajan.



Fuente: PNUD, Informe sobre Desarrollo Humano 2005

Mapa de referencia: PNUMA/DEWA/GRID-Europa

México, Rumania y Nueva Zelanda son países que ordenan por ley la enseñanza de temas relacionados con los desastres en sus escuelas. Otros países tales como Brasil y Venezuela informan de la existencia de una enseñanza significativa en las escuelas primarias y secundarias a nivel municipal o estatal.

Turquía ofrece otro ejemplo: después de la devastadora serie de sismos que se produjeron en 1999, se llevó a cabo en Estambul un intensivo proceso de formación de instructores para la concientización sobre los desastres. Para finales del 2002, se habían capacitado y titulado a más de 300 docentes como instructores en 32 distritos de la ciudad. Éstos, a su vez, capacitaron a más de 34.000 maestros, 6.000 miembros de personal y más de 350.000 padres de familia. De esta forma, se instruyeron a unos 826.000 estudiantes. El proceso de formación se extendió a otras tres provincias turcas, llegando así a otros 1.5 millones de alumnos.[1]

Si la educación formal se desarrolla en las escuelas, éstas necesitan ser lugares seguros para el aprendizaje. A menudo los edificios escolares resultan destruidos en los países que enfrentan una alta cantidad de desastres, cobrando las preciadas vidas de los estudiantes y de sus maestros. Si las iniciativas de la UNESCO tituladas "Educación para Todos" tuvieran éxito en los 20 países en los que se han registrado los terremotos más mortales durante el Siglo XX, pero no se le presta especial atención a la seguridad sísmica en las escuelas, al menos otros 34 millones de niños enfrentarán los riesgos sísmicos mientras asisten a clases.[2]

[1] Fuente: Dejemos que Nuestros Niños nos Enseñen, B. Wisner/EIRD 2006
[2] Fuente: Seguridad Sísmica en las Escuelas: ¿Escapándose de las Manos? Wisner B, 2004

- Más recientemente, en marzo del 2005, los sismos que se produjeron al oeste de Irán destruyeron 130 escuelas, afectando directamente a 36.000 niños
- El terremoto que se produjo en el 2001 en Gujarat, India perjudicó directamente a unos 3 millones de estudiantes. En los distritos más fuertemente golpeados, el sismo destruyó el 55 por ciento de todas las escuelas, dejando a 317.000 alumnos sin acceso a la educación[3]
- Nepal cuenta con un largo historial de sismos destructivos; sólo durante el Siglo XX más de 11.000 personas perdieron la vida durante cuatro terremotos de importancia. En el Valle de Katmandú, los estudiantes son particularmente vulnerables a las amenazas sísmicas. Un reciente estudio reveló que la mayoría de las 644 escuelas públicas se deben modernizar para poder cumplir con las normas de seguridad[4]

La construcción o modernización de las escuelas para que resistan las fuerzas de la naturaleza protegerá a varias generaciones de niños y debemos considerar que la pérdida de cada uno de los niños representa entre 40 y 70 años de vida y productividad perdidas. Cada lesión representa probablemente entre 40 y 70 años de costosos servicios médicos[5].

[3] Fuente: www.seedsindia.org
[4] Fuente: Planteles Educativos y Administración del Riesgo: Desastres Naturales: OECD, 2004
[5] Fuente: Seguridad Sísmica en las Escuelas: ¿Escapándose de las Manos? Wisner B, 2004

Ejemplos de los impactos de los desastres en los esfuerzos para lograr los ODM

ODM	Impactos directos[1]	Impactos indirectos[1]	Ejemplos de las contribuciones de la reducción del riesgo[2]
1. Erradicar la pobreza extrema y el hambre	• Los daños a las viviendas, la infraestructura de servicios, los ahorros, los bienes productivos y la pérdida de vidas humanas reducen los medios de sustento y la sostenibilidad.	• Impactos macroeconómicos negativos, incluyendo incidencias fiscales a corto plazo e impactos más amplios y a más largo plazo en el crecimiento, el desarrollo y la reducción de la pobreza. • La venta forzosa de bienes productivos por parte de los hogares vulnerables empujan a muchos a la pobreza a largo plazo y aumenta las desigualdades.	• La reducción del riesgo de desastres y el ODM 1 son interdependientes. La reducción de la vulnerabilidad de los medios de sustento ante las amenazas naturales es fundamental para erradicar la pobreza, fomentar la equidad, mejorar la seguridad alimentaria y reducir el hambre. La reducción del impacto de los desastres en la macroeconomía promoverá el crecimiento, la estabilidad fiscal y el suministro de servicios estatales, beneficiando especialmente a los pobres. • La reducción del riesgo de desastres y el ODM 1 comparten estrategias y herramientas en común: esta coincidencia significa que los esfuerzos para brindarle seguridad al desarrollo con respecto a las amenazas naturales pueden ser muy efectivos en términos de costo.
2. Lograr la enseñanza primaria universal	• Daños a los planteles educativos. • El desplazamiento de la población interrumpe los estudios.	• Una mayor necesidad de mano de obra infantil para tareas domésticas, especialmente para las niñas. • La reducción de los bienes domésticos ocasiona que la educación sea menos asequible. Es probable que las niñas resulten más afectadas.	• En las zonas propensas a las amenazas naturales, las razones para construir escuelas y fomentar la asistencia a clases serían más sólidas si los edificios fueran seguros y los estudiantes y los docentes estuvieran capacitados en el campo de la preparación de emergencias. La promoción de estructuras más seguras también puede fomentar un mejor mantenimiento de éstas aún cuando no se produzcan desastres. • La reducción de la vulnerabilidad le permitirá a los hogares invertir en otras prioridades más allá de la simple supervivencia. Por lo general, la educación es una de estas prioridades. Las niñas (que constituyen el 60% de quienes no asisten a la escuela) podrían beneficiarse de forma dismil.
3. Promover la igualdad de género y la autonomía de la mujer	• A medida que los hombres emigran para buscar trabajos alternativos, las mujeres/niñas tienen que hacerle frente a una carga mayor en cuanto al cuidado familiar. • A menudo, las mujeres sufren la peor parte de las estrategias para "enfrentar" la angustia, reduciendo, por ejemplo, la ingestión de alimentos.	• Los programas de emergencia podrían reforzar ciertas estructuras de poder que marginan a la mujer. • La violencia doméstica y sexual podría aumentar después de un desastre.	• Una mejor reducción del riesgo contribuirá a la protección de las mujeres de los impactos desproporcionados que producen los desastres. • Las acciones colectivas de los hogares y las comunidades para reducir el riesgo les brindan motivos a las mujeres (y a otros grupos sociales marginados) para organizarse también para otros propósitos, fungiendo así como catalizador para la habilitación económica y social.
4. Reducir la mortalidad infantil	• A menudo los niños son los que enfrentan un mayor riesgo de, por ejemplo, ahogarse durante las inundaciones. • Daños a los planteles de salud, la infraestructura hídrica y los servicios de sanidad. • Las lesiones y las enfermedades que producen los desastres debilitan el sistema inmunológico de los niños.	• Aumento en la cantidad de niños huérfanos, abandonados y sin hogar. • El agotamiento de los bienes domésticos ocasiona que el agua limpia, los alimentos y las medicinas sean menos asequibles.	• La reducción del riesgo de desastres contribuirá a la protección de los niños de las muertes directas y las lesiones durante alguna situación provocada por una amenaza, y reducirá la tasa de mortalidad por enfermedades relacionadas con la desnutrición y las malas condiciones del agua y de la sanidad después de un desastre. • La infraestructura y el personal de salud en las zonas propensas a las amenazas naturales estarán mejor protegidos. Esto también podría promover un mejor mantenimiento de las infraestructuras.
5. Mejorar la salud materna	• A menudo, las mujeres embarazadas enfrentan un alto riesgo de morir/sufrir lesiones durante los desastres. • Daños a los planteles de salud. • Las lesiones y las enfermedades que producen los desastres pueden debilitar la salud de las mujeres.	• Un aumento de las responsabilidades y de la cantidad de trabajo ocasiona tensión en las madres que han sobrevivido. • El agotamiento de los bienes domésticos ocasiona que el agua limpia, los alimentos y las medicinas sean menos asequibles.	• Las enfermedades y las lesiones relacionadas con los desastres se podrán reducir. • El mejoramiento de los medios de sustento de los hogares y la seguridad alimentaria reducirán la cantidad de trabajo de las mujeres y mejorarán la nutrición familiar. • La infraestructura y el personal de salud en las zonas propensas a las amenazas naturales estarán mejor protegidos. Esto también podría promover un mejor mantenimiento de las infraestructuras.
6. Combatir el VIH/SIDA, el paludismo y otras enfermedades	• La mala salud y la nutrición inadecuada después de los desastres debilita la inmunidad. • Daños a los planteles de salud. • Aumento de las enfermedades respiratorias relacionadas con la humedad, el polvo y la contaminación del aire debido a un desastre.	• Aumento en el riesgo de contraer enfermedades de transmisión vectorial, como el paludismo y los padecimientos diarreicos después de las inundaciones. • El empobrecimiento y el desplazamiento después de un desastre pueden incrementar la exposición a las enfermedades, incluyendo el VIH/SIDA, e interrumpir la atención medica.	• Los riesgos a la salud pública, como las aguas de las inundaciones, se podrán reducir y la nutrición y las condiciones de salud mejorarán, fomentando así la resistencia a las enfermedades epidémicas. • La seguridad de los medios de sustento reducirá la necesidad de recurrir al trabajo en la industria del sexo. • Las organizaciones y las redes comunitarias que se dedican a la reducción del riesgo de desastres representan un recurso para promover la salud familiar y comunitaria, y viceversa.
7. Garantizar la sostenibilidad del medio ambiente	• Daños a los recursos ambientales esenciales y la exacerbación de la erosión del suelo o de la deforestación. • Daños a los sistemas de gestión hídrica y a otra infraestructura urbana. • A menudo, los pobladores de las barriadas/ refugios temporales resultan fuertemente afectados.	• Movimientos migratorios provocados por los desastres hacia zonas urbanas. También, los daños a la infraestructura incrementan la cantidad de pobladores en las barriadas sin acceso a los servicios básicos, exacerbando así la pobreza.	• La disminución de los movimientos migratorios hacia las barriadas urbanas, al igual que la reducción de los daños a la infraestructura urbana mejorará los entornos urbanos. • El énfasis en una buena gestión para la reducción del riesgo y los medios de sustento más seguros contribuirán a contener la degradación ambiental tanto rural como urbana. • Las alianzas que se establezcan en torno a la reducción del riesgo, que incluyan protagonistas y preocupaciones en el ámbito comunitario, ofrecerán una mayor planificación sostenible de la infraestructura y permitirán la ampliación de las contribuciones del sector privado a la reducción de desastres. • La vivienda es un bien esencial como medio de sustento para los pobres urbanos. Los programas para la reducción del riesgo de desastres que consideren que la vivienda es una prioridad también estarán ayudando a preservar los medios de sustento.
8. Fomentar una asociación mundial para el desarrollo	• Incidencias negativas en los programas para los pequeños estados insulares en desarrollo debido a las tormentas tropicales, los tsunamis, etc.	• Incidencias negativas en el compromiso necesario para una gobernabilidad adecuada, el desarrollo y la reducción de la pobreza, tanto en el ámbito nacional como internacional.	• La creación de un régimen de gobernabilidad internacional para reducir el riesgo del cambio climático y otros desastres contribuirá a superar las disparidades en existentes en los procesos nacionales de negociación. • Los esfuerzos dirigidos a establecer alianzas o asociaciones globales para la reducción de desastres basadas en la igualdad revestirán una importancia especial para los pequeños estados insulares en desarrollo y para los países pobres altamente endeudados. • Las iniciativas para la reducción del riesgo de desastres podrían promover alianzas más sólidas entre los sectores público y privado.
Todos los ODM		• Reasignación de recursos –incluyendo a la ODA- del desarrollo hacia tareas de ayuda y recuperación.	• La reducción de los impactos de los desastres liberará recursos, incluyendo la ODA, para la consecución de los ODM.

1 EIRD/ONU

2 Disaster risk reduction: a development concern. A scooping study on links between disaster risk reduction , poverty and development, DFID, 2005



¿Qué se puede hacer?

Los gobiernos

Todos los gobiernos deben comprometerse a capacitar a los maestros y a desarrollar planes de estudio que apoyen la enseñanza de la reducción del riesgo de desastres a gran escala.
En muchos países, los jóvenes y los niños se benefician de una amplia variedad de formas de abordar las amenazas naturales, la preparación y la prevención de desastres. Estas prácticas son muy variadas en cuanto a su enfoque, intensidad y calidad pero es probable que al menos la mitad de las naciones del mundo cuenten con alguna forma de enseñanza sobre las amenazas naturales y la seguridad en algunas de sus escuelas. En ciertos casos, las políticas educativas y el suministro de materiales didácticos se descentralizan a nivel subnacional. El desafío existente es fundamentarse en estas prácticas, promoverlas en escuelas vecinas y fomentar esta enseñanza en aquellas naciones en las que se imparte con poca frecuencia o es totalmente inexistente.

Todos los gobiernos deben revisar la seguridad de sus escuelas y desarrollar una política exhaustiva para la seguridad escolar, tomando en cuenta todas las amenazas locales más importantes y utilizando la ubicación de las escuelas, el mantenimiento de los edificios, el diseño y los métodos de construcción como herramientas de reducción.
Existe una tecnología efectiva y a bajo costo para fortalecer y construir escuelas seguras a un pequeño costo adicional. A pesar de que el peligro sísmico en las escuelas ha recibido cierta atención, muy poco se ha hecho con respecto a otras amenazas existentes. Estos incluyen fenómenos meteorológicos tales como fuertes vientos, oleadas debido a las tormentas, tornados, relámpagos, incendios forestales e inundaciones. Otros fenómenos geofísicos también representan amenazas para las escuelas: deslizamientos, deslaves y avalanchas, efectos de las erupciones volcánicas y sus posteriores caudales de lava, y los tsunamis.

Las Naciones Unidas y otras organizaciones internacionales

Las Naciones Unidas y otras organizaciones internacionales pueden trabajar con diversos profesionales, educadores, comunidades, niños y jóvenes ***para desarrollar una breve lista de acciones de "ganancia rápida" que pueden aumentar de forma acelerada la seguridad de las escuelas e incrementar el grado de concientización entre todas las partes interesadas en las escuelas.***

Las denominadas "ganancias rápidas" son acciones que se realizan en apoyo a los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM) y es casi seguro que éstas produzcan beneficios rápidamente. La lista del Proyecto del Milenio ya incluye la eliminación de las cuotas o tarifas de usuarios en las escuelas primarias y la ampliación de los programas de almuerzos escolares en apoyo a las iniciativas de la UNESCO tituladas "Educación para Todos", al igual que otras acciones para brindarle apoyo a los ODM, tales como la distribución masiva y gratuita de mosquiteros para combatir la malaria y la restauración masiva de los nutrientes del subsuelo.

Las Naciones Unidas y otras organizaciones internacionales pueden ***dinamizar las coaliciones y alianzas de trabajo, facilitar la creación de redes de conocimiento, incluyendo el intercambio sur-sur; desarrollar las capacidades existentes y ofrecer orientación para que otros tengan acceso a los recursos de capacitación existentes.***

Los donantes

Los donantes pueden vincular estos temas con todos los ODM, y no solamente con el ODM relacionado con la educación. Anteriormente, algunos pensaban que la reducción de desastres constituía una agenda separada que desviaría los recursos de la misión central del desarrollo. Actualmente, se considera que ambos aspectos son en realidad uno sólo. De manera similar, existen muchas sinergias posibles entre la educación, la reducción de desastres y los otros OMD. Éstos, a su vez, están relacionados con estrategias más integrales tales como los Documento de estrategia de lucha contra la pobreza (DELP). Las escuelas deben ser centros utilizados para el desarrollo de métodos comunitarios para la conducción de evaluaciones participativas del riesgo.

Es mucho más probable que una comunidad que se moviliza de esta forma encuentre soluciones locales para otros problemas de desarrollo relacionados con los ODM.

Los donantes ***deberían escoger a unos doce países "por la vía rápida"*** que tengan una cantidad considerable de escuelas ubicadas en sitios peligrosos o al menos estén en riesgo y demostrar ***el potencial existente para incrementar la protección escolar***. La asistencia que reciben estos países debería aumentarse considerablemente con el fin de avanzar en la ejecución de tales programas.

Aquellos países pobres altamente endeudados que tengan muchas escuelas en riesgo y no muestren un potencial de mejorar la situación por la "vía rápida", ***también requerirán de asistencia, pero ésta quizás podría combinarse con un intercambio de "deuda por seguridad" con el fin de que los recursos de los donantes en el país duren más.***

El sector privado

Se incluyen dentro del sector privado las ***muchas escuelas privadas que existen en el mundo.*** Cuando éstas son parte de redes y asociaciones nacionales y hasta internacionales - tales como los centros educativos Montessori, las acreditadas ante la Organización del Bachillerato Internacional (IBO), y las que se basan en la fe (por ejemplo, las escuelas de Aga Khan, las católicas y las yeshivas) sus ***organizaciones principales pueden ofrecer orientación y recursos para que sus alumnos también estudien temas de seguridad y sus escuelas también permanezcan seguras. En algunos casos, las escuelas privadas pueden hermanarse*** con las del sector público, ayudándoles a cumplir con normas de seguridad estructural que quizás sean más rigurosas que las dispuestas en el ordenamiento nacional, y enriqueciendo sus planes de estudio y recursos de enseñanza (bibliotecas, acceso a computadoras e Internet, etc.).

Las organizaciones de profesionales involucradas en las escuelas y en el campo de la construcción ***deben trabajar con los gobiernos para establecer y hacer cumplir estrictos códigos de construcción, con el fin de que se respeten las más altas normas de calidad en la edificación de las escuelas.***

Se debe establecer una nueva cultura de respeto hacia el establecimiento de códigos de conducta dentro de los entes profesionales que participan en la construcción de las escuelas.

Los educadores y otros profesionales

Los profesionales están trabajando arduamente para enriquecer la educación con conocimiento relevante para el desarrollo humano sostenible, la paz, la justicia y la seguridad. No obstante, existen medios para que sus esfuerzos puedan ***centrarse más claramente en las amenazas naturales sin restarle mérito a la labor que realizan en otras áreas importantes***. Si se tomara en consideración la pérdida de vidas, los daños y el trastorno que experimenta la educación y el desarrollo normal de los niños y los adolescentes a consecuencia de las amenazas naturales, se deduciría que una mayor cantidad de profesionales deberá buscar medios más rápidos y directos para comunicarse con los padres, instancias encargadas de la formulación de políticas y los propios niños y jóvenes. Profesionales tales como maestros, investigadores, ingenieros y periodistas podrían representar el primer punto de contacto.

Las comunidades y las escuelas

Las escuelas pueden iniciar sus procesos en este preciso momento al añadir algunas enseñanzas sobre seguridad y amenazas naturales. Esto es tan fácil como dedicar una hora a la semana a salir fuera del aula con su grupo escolar para empezar a observar detalladamente el entorno geográfico de los edificios y del recinto escolar. Lo único que se requiere es papel y lápiz para que los docentes y los alumnos empiecen a describir gráficamente las posibles amenazas. Aún en los casos en los que los grupos escolares sean grandes y existan pocos recursos o la presión de "enseñar para los exámenes", una hora a la semana que se dedique a esta actividad puede retribuirse enormemente en términos de las vidas que se salvarían y de la concientización que las futuras generaciones adquirirían en cuanto a los riesgos existentes.

Los Padres de Familia

Los padres que han perdido a sus hijos durante algún desastre pueden unirse como organización de base y hacer lo que esté a su alcance para impedir que otros padres sientan el dolor y la pena que ellos conocen tan bien. De forma similar, y sólo a manera de ejemplo, los padres de los niños que han sufrido ataques cardíacos repentinos en el Reino Unido han formado un grupo para abordar este tema. Además, en muchos países existen diferentes tipos de Asociaciones de Maestros y Padres de Familia. Éstas pueden convertirse en el espacio apropiado para discutir lo que los niños y los jóvenes aprendan sobre seguridad y amenazas, al igual que la forma de proteger las escuelas.

Fuente: "Let Our Children Teach Us" - A review of the Role of Education and Knowledge in Disaster Risk Reduction - Ben Wisner, desk study review for the ISDR system thematic cluster on knowledge and education



Estudio de caso

"A Prepararnos"

Fotografía: Save the Children

Proyecto educativo sobre desastres en Cuba

Introducción

Cuba está profundamente expuesta a los desastres de oriegen natural tales como ciclones, inundaciones, intensas lluvias y fuertes vientos. Durante una temporada promedio, por ejemplo, se forman hasta 10 huracanes. No obstante, en años recientes la concientización sobre los riesgos de las amenazas naturales ha incrementado y el Gobierno cubano ha implementado estrategias para reducir considerablemente la vulnerabilidad de la población ante los desastres lo que, a su vez, ha disminuido la pérdida de vidas, la agricultura y el ganando.

Cuba ha incorporado la concientización sobre el riesgo de desastres en diferentes programas escolares a través de actividades culturales, extracurriculares y extradocentes. Estas actividades se fundamentan en temas transversales tales como la prevención y preparación de desastres. A pesar de estos esfuerzos, los vínculos entre la educación sobre desastres y las comunidades todavía deben fortalecerse, y se debe considerar a los estudiantes como los protagonistas principales de este proceso.

El proyecto titulado "A Prepararnos" se ejecutó en la provincia de Holguín con el propósito de desarrollar una educación ambiental a través de medios formales, no formales e informales con la activa participación de los niños y de la comunidad en general. El proyecto centró su atención en la relación existente entre las escuelas y las comunidades. El cual estableció mecanismos para el seguimiento de resultados específicos y adaptó una serie de metodologías con base en las características y problemas locales existentes, y a los desastres de origen natural y antrópicos y su prevención. El proyecto se implementó en escuelas y comunidades piloto en todas las 14 municipalidades de Holguín.

Resumen del proyecto

Inicialmente, el proyecto se ejecutó durante el año escolar 2000-2001, pero posteriormente se extendió hasta el 2003. Un total de 400 personas de las 47 escuelas experimentales de Holguín participaron en el proyecto. Se llevaron a cabo aproximadamente 150 sesiones de capacitación en estas escuelas y comunidades, contando con la participación de más de 1000 maestros, estudiantes y miembros de las comunidades.

El proyecto inició con la conducción de una evaluación, la cual reveló que existía una falta general de conocimiento sobre el concepto de desastre, al igual que una débil participación de los niños. Por ello, fue fundamental iniciar un proceso de capacitación dirigido al personal escolar. Las actividades del proyecto generaron el interés y entusiasmo de los niños, maestros, padres de familia y miembros de las comunidades, ya que éstas se adaptaron a las características locales y no se realizaron durante el tiempo destinado al desarrollo de las actividades escolares normales.

Este proyecto está dirigido a fomentar la activa participación de las comunidades, estudiantes y maestros en la solución de los problemas ambientales locales, y en actividades para la prevención y mitigación de los desastres. Además, el proyecto contribuye al desarrollo de las capacidades existentes para la reducción del riesgo de desastres y para enfrentar situaciones de emergencia.

Secuencia de las actividades

- Una evaluación del conocimiento existente sobre la prevención y preparación de desastres en 30 escuelas experimentales
- Talleres de capacitación: diseño, preparación, desarrollo, organización, puesta a prueba y evaluación de los materiales
- Talleres municipales: diseño, desarrollo, organización y evaluación de los materiales
- La elaboración de mapas de riesgo y vulnerabilidad en diversas escuelas
- Campañas de comunicación para abordar temas relacionados con los desastres
- Actividades de reforestación, protección ambiental y cuidado del agua
- La conformación de brigadas escolares
- Diseminación y apoyo a las actividades programadas por la Defensa Civil o el Ministerio de Educación
- Actividades con padres de familia y mesas redondas con los miembros de las comunidades
- Simulacros y ejercicios de evacuación, al igual que sesiones de capacitación sobre lo que se debe hacer antes, durantes y después de un desastre
- La elaboración de vídeos y juegos didácticos

Lecciones aprendidas

Los resultados de este proyecto fueron posibles gracias a que Cuba ya contaba con políticas y estrategias al respecto. Además, las autoridades nacionales llevan a cabo actividades dirigidas a preservar la vida humana, lo que le permite a la población contar con alternativas integrales en caso de un desastre.

La participación de los estudiantes como principales protagonistas en la prevención y preparación en caso de emergencias, conjuntamente con los maestros, profesores y las comunidades - y el hecho que estas actividades se llevaron a cabo fuera de los horarios de las asignaturas escolares - produjo grandes resultados. Los niños y las comunidades participaron y abordaron temas relacionados con los desastres en el contexto de una serie de estrategias nuevas e innovadoras.

A lo largo de este proceso, se reconoció que la naturaleza es cada vez menos responsable de la ocurrencia de los desastres y que la protección ambiental es un aspecto fundamental para la planificación del desarrollo.

El proyecto demostró que el tema de la prevención de los desastres estimula las virtudes, sentimientos y valores de aquellas personas que han resultado afectadas por éstos. Finalmente, a través de este proyecto, también fue posible concientizar a los niños sobre su papel fundamental dentro de sus respectivas comunidades.

Resultados y logros principales

- Se desarrolló una metodología específica para evaluar el progreso de este proyecto y el conocimiento que se infundió en los maestros y los estudiantes
- Los alumnos y los docentes pudieron desarrollar sus capacidades en torno a la prevención y la preparación de desastres
- Se motivó a las comunidades mediante una serie de campañas educativas y participativas en el campo de la prevención de desastres. Esto condujo al fortalecimiento de las capacidades de respuesta
- Los aportes del proyecto se han incorporado a diversas políticas institucionales

Dr. Orestes Valdés Valdés
Especialista y Asesor Nacional Dirección de Ciencia y Técnica
Ministerio de Educación
Calle 17 y O. Vedado. C.P. 10400
Habana 4, Ciudad de la Habana, Cuba
ovaldes@rimed.cu

Sr. Pedro Ferradas Mannucci
ITDG, Soluciones Prácticas Pobreza
Gerente, Programa de Desastres
Av. Jorge Chávez, 275, Miraflores, Casilla 18-0620,
Lima 18, Perú
pedrof@itdg,org.pe



Estudio de caso

Gestión local del riesgo en las zonas sísmicas de Kazajstán

Fotografía: PNUD/Kazajstán, Almaty 2005

PNUD/Kazajstán
Ministerio para Situaciones de Emergencia de la República de Kazajstán
Sociedad de la Media Luna Roja de Kazajstán

Introducción

Debido a la diversidad del terreno, las condiciones climáticas y la infraestructura industrial, Kazajstán enfrenta altos niveles de riesgo de desastres de origen natural y antropogénicos, especialmente en cuanto a la ocurrencia de fuertes y devastadores terremotos. Aproximadamente el 30 por ciento (650.000 km2) del territorio kazajo alberga a más de 6 millones de habitantes y una gran concentración de plantas industriales (40%) está ubicada en zonas de alto riesgo sísmico.

Se calcula que al menos 200.000 residentes de Almaty viven en tipos de construcciones que se han reconocido como vulnerables ante las amenazas sísmicas y se prevé que hasta un tercio de todos los edificios residenciales se destruirían si se produce un sismo de magnitudes catastróficas. Esto no incluye edificios públicos tales como escuelas, hospitales, plantas eléctricas y otras instalaciones fundamentales, las cuales también enfrentan altos riesgos. Debido que es muy poco probable que las estructuras existentes se modernicen para protegerlas contra la vulnerabilidad sísmica, cualquier programa exhaustivo sobre seguridad sísmica deberá incluir el desarrollo de las capacidades de las organizaciones locales para responder ante las emergencias. El marco que se describe a continuación no solamente fomentará los mensajes educativos tan cruciales que se han venido comunicando bajo la Iniciativa de la Región de Asia Central para la Seguridad Sísmica (CARESI), sino que también promoverá la actual capacidad de respuesta de las principales organizaciones no gubernamentales de Kazajstán que han demostrado su trayectoria en cuanto al suministro de servicios de salud, respuesta y preparación de desastres.

En respuesta a la iniciativa de coordinación general de la Unidad de Reducción de Desastres de la Dirección de Prevención de Crisis y Recuperación del PNUD (URD/DPCR/PNUD), el proyecto conjunto entre el Gobierno de Kazajstán y el PNUD sobre "Gestión Local del Riesgo en Zonas Sísmicas" de este país, está diseñado para ofrecer apoyo a la gestión del riesgo en el ámbito local.

Resumen del proyecto

Este proyecto busca fortalecer las capacidades de las comunidades locales para participar en procesos de alerta temprana y preparación sísmica, al igual que ofrecerles el conocimiento y las habilidades necesarias para lograr una mitigación efectiva de los efectos que producen los desastres de origen natural.

Este proyecto logrará incrementar el grado de concientización de la población local, las instancias decisorias y el público en general en torno a los desastres de origen natural, tecnológicos y ambientales, con el propósito de que puedan comprender mejor los beneficios de la prevención y la preparación adecuada. El proyecto también promoverá el acceso de la sociedad civil a información relacionada con las respuestas ante los desastres y el proceso de la toma de decisiones.

El proyecto parte del establecimiento de alianzas de trabajo entre las organizaciones de base y diversos entes gubernamentales. Estas alianzas contribuirán a promover el desarrollo sostenible al forjar los vínculos existentes entre la mitigación de desastres y los objetivos más amplios del desarrollo. El proyecto se implementará a nivel nacional. La Agencia para Emergencias de Kazajstán fungirá como el órgano ejecutor y se encarará del control general de la implementación del proyecto. La Sociedad de Media Luna Roja de Kazajstán y la Oficina del PNUD del país, en colaboración con la DPCR, se encargaron de ciertas

actividades del proyecto, tal como se describieron en el plan de trabajo. Otros socios incluyen: el Programa de Pequeñas Donaciones (SGP)/GEF, la OCHA/ONU, la EIRD/ONU y el ADCR (Centro Asiático para la Reducción de Desastres).

Actividades del proyecto

- Sesiones de capacitación (folletos con documentos informativos y anexos) sobre la conducta adecuada de los estudiantes si se produce un sismo dirigida desde primeros grados hasta estudiantes universitarios
- Sesiones de capacitación para campamentos de verano, aldeas infantiles, orfanatos y escuelas para niños y adolescentes.
- Folletos sobre pautas de conducta en caso de un sismo
- Películas educativas de no ficción en ruso, inglés y kazajo sobre temas relacionados con las siguientes amenazas naturales: sismos, deslaves, inundaciones
- Una película sobre desastres
- Un cortometraje de dibujos animados dirigido a los niños, en torno a la forma de actuar ante la ocurrencia de un terremoto. Este cortometraje es una animación computarizada en ruso, kazajo e inglés. También se publicarán libros y afiches utilizando los modelos de estos dibujos animados
- Conjuntamente con el Programa de UNICEF sobre el "Cuidado de la Salud y Habilidades de Vida" y con el consentimiento del Ministerio de Educación y Ciencia de la República de Kazajstán, ya se ha elaborado la edición preliminar de los módulos educativos para el décimo y el onceavo grados de la serie titulada "aprendiendo a mantenerse a salvo si se produce un desastre", los cuales incluyen presentaciones en computadora, materiales varios y vídeos. Durante la elaboración de los módulos, se utilizaron métodos modernos e interactivos de capacitación
- Se condujo un taller-seminario en agosto del 2005, dirigido a instructores en las escuelas experimentales de Almaty (4) y los óblasts del Sur de Kazajstán

Lecciones aprendidas

La elaboración preliminar de los módulos educativos de la serie infantil "aprendiendo a mantenernos a salvo si se produce un desastre" está en una etapa inicial y se debe continuar su desarrollo. Además, la primera experiencia en las escuelas experimentales demostró que los temas relacionados con la seguridad son fundamentales y que los estudiantes y los maestros están interesados en trabajar en este programa. La cooperación con UNICEF en el marco del proyecto "Cuidado de la Salud y Habilidades de Vida" ha demostrado ser la forma más rápida para incorporar los módulos al proceso educativo. El Ministerio de Educación y Ciencia de Kazajstán le ha ofrecido su apoyo al proyecto y ha establecido la rápida ejecución de los resultados alcanzados. En setiembre del 2005, las escuelas experimentales comenzaron a utilizar los módulos educativos que se elaboraron entre junio y agosto del 2005

El Ministerio para Situaciones de Emergencia, conjuntamente con la Sociedad de la Media Luna Roja en Kazajstán, se encarga de coordinar las actividades nacionales sobre la preparación y la mitigación de desastres. La Sociedad de la Media Luna Roja en Kazajstán le ofrece apoyo al gobierno y a una serie de institutos pertenecientes al gobierno, al Ministerio de Educación y Ciencia, a UNICEF y al SGP/GEF. Sin embargo, es necesario ampliar la cantidad de organizaciones que participan en la reducción del riesgo y la mitigación de desastres

La evaluación de la preparación de desastres y el sistema de observación y seguimiento son componentes muy importantes dentro de la preparación de desastres. No obstante, actualmente, estos componentes no se desarrollan suficientemente. La auto organización de la población en el ámbito comunitario también es imprescindible para la preparación de desastres. En este sentido, es fundamental que la comunidad tome la iniciativa y haga uso de las habilidades individuales existentes. Las ONG pueden desempeñar un papel importante como catalizadoras de este proceso

Saule Ospanova, Coordinador de Programas
Unidad de Gobernabilidad y Desarrollo Sostenible
Teléfono: (+7 3272)582643 ext.1118
Fax.: (+7 3272) 582645
saule.ospanova@undp.org
www.undp.kz

Alexandr Kravchuk, Especialista Técnico Principal,
Proyecto "Gestión Local del Riesgo en Zonas Sísmicas de Kazajstán"
Teléfono: (+7 3272) 916437
kravchukalex@yahoo.com
www.undp.kz



Estudio de caso

Escuelas resistentes a los desastres

Fotografía: Edificio escolar resistente a los ciclones

Una herramienta para la enseñanza primaria universal

Fondo de Intervención para el Desarrollo (FID)

Introducción

La isla de Madagascar, propensa a los ciclones, ha tomado medidas para la consecución del Objetivo de Desarrollo del Milenio de lograr la Enseñanza Primaria Universal para el año 2015. En los últimos tres años, la tasa de asistencia escolar incrementó en un 80%, pasando del 53 por ciento en el 2002 al 95 por ciento a finales del 2005.

Los materiales escolares gratis, tales como libros de texto y bolígrafos, que el Gobierno malgache le suministra a las familias de bajos ingresos en zonas seleccionadas, el reclutamiento masivo y el posterior proceso de formación de maestros de primaria y la construcción de edificios escolares resistentes a los desastres son tres factores primordiales que han contribuido a fomentar la asistencia en las escuelas primarias.

Resumen del proyecto

Ubicada al sureste de la zona continental de África, la isla de Madagascar está expuesta a los ciclones tropicales durante seis meses al año, de noviembre a abril. Anualmente, al menos un ciclón produce daños significativos en regiones de la isla. Como respuesta, el Gobierno malgache ha iniciado el proyecto denominado Fondo de Intervención para el Desarrollo (FID[1] IV), dirigido a reducir el riesgo de los ciclones.

Bajo un componente del Proyecto FID IV conocido como "respuesta de choque", los edificios escolares y los centros de salud más importantes se construyen o modernizan mediante la utilización de códigos de construcción resistente a los ciclones. El Proyecto FID IV surgió a mediados del 2004, después de que dos fuertes ciclones (Gafilo y Elita) azotaran las costas oriental y occidental del país, dañando a unas 3400 escuelas, de las cuales 1420 resultaron completamente destruidas, y dejando a más de 200.000 personas desprotegidas. El éxito del Proyecto FID IV depende totalmente del liderazgo, gestión y tenencia de la comunidad local. Los miembros de ésta constituyen una asociación local que presenta solicitudes de fondos ante el FID para la construcción o la rehabilitación de un edificio público.

Posterior a la aprobación de la solicitud[2], se le otorga a la asociación de miembros comunitarios/padres de familia la condición de "gerente de proyecto" para que supervise los aspectos administrativos, técnicos, financieros y comerciales del desarrollo del edificio, incluyendo el diseño, los códigos de construcción, las ofertas, la selección de contratistas/subcontratistas, las negociaciones comerciales, el proceso de seguimiento y la finalización del trabajo.

Después que finaliza la construcción, la asociación local también se encarga del mantenimiento y la administración total del edificio. Desde mediados del 2004, el Proyecto FID IV ha contribuido al desarrollo de 2041 edificios escolares resistentes a los ciclones, los cuales pueden resistir vientos hasta de 250 kilómetros por hora.

---

[1] Las siglas del FID significan "Fonds d'intervention pour le développement" en francés (Fondo de Intervención para el Desarrollo en español). La palabra "FID" hace referencia tanto al proyecto - bajo el Programa de Ajuste Estructural impulsado por el Banco Mundial- como a la institución que lo administra.

[2] El Proyecto FID asigna fondos a las comunas para que lleven a cabo sus acciones prioritarias de desarrollo. Los lugares donde se realizarán las intervenciones se eligen con base en criterios muy bien definidos tales como lejanía, el ingreso del gobierno local, la tasa de asistencia escolar, el acceso al agua potable, etc. El actual FID IV (Fase 4) finalizará en el 2007.

El Ministerio de Educación Nacional de Madagascar se encarga de la formación y del reclutamiento de los docentes, proceso en el cual participan una gran cantidad de maestros "informales" a quienes las familias de las zonas rurales habían empleado con anterioridad bajo un esquema de "alimentos a cambio de enseñanza". Cuando finalizan su capacitación, los ex maestros de "alimentos a cambio de enseñanza" reciben salarios mensuales por parte del Ministerio de Educación. El Proyecto FID IV también ha contribuido a la modernización de 211 centros de salud, utilizando los mismos códigos de construcción resistente a los desastres. Ello ha incrementado el acceso de las comunidades a los servicios de salud hasta en un 50 por ciento en las zonas de interés.

Lecciones aprendidas

1. La construcción/rehabilitación de las escuelas mediante la utilización de normas para hacerlas resistentes a los desastres se llevó a cabo principalmente en las zonas costeras de Madagascar que son propensas a los ciclones y en las que la tasa de asistencia escolar era más baja. Ello contribuyó al aumento de esta tasa
2. El mejoramiento del aspecto de los edificios escolares, al igual que la gestión comunitaria del proceso, también contribuyó al aumento de la tasa de asistencia escolar
3. Las escuelas resistentes a los desastres se utilizaron ampliamente como puntos de reunión de la comunidad y como "refugios" antes, durante y después de los ciclones
4. La construcción de las escuelas resistentes a los desastres ha logrado incrementar el grado de concientización y comprensión de los miembros de las comunidades en torno a temas relacionados con los desastres
5. Las escuelas resistentes a los desastres ahora son lugares experimentales "listos para operar" en cuanto a la plena integración de la reducción del riesgo de desastres en las escuelas primarias y/o secundarias

Sr. David Rajaon,
Director General, FID,
Antananarivo, Madagascar
dirgen@fid.mg

Sr. Jacky Roland Randimbiarison
Secretario Ejecutivo, CNS
(Consejo Nacional de Ayuda)
Antananarivo, Madagascar
cnsmira@netclub.mg

Sr. Marson Raherimandimby
Director de Educación Secundaria
Ministerio de Educación Nacional e
Investigación Científica
Antananarivo, Madagascar



Fotografía: SEEDS, Bamiyán, 2004
Las prácticas de construcción que prevalecen en Afganistán están basadas en técnicas de autoconstrucción de barro no reforzado y carecen de suficiente solidez. Esto también sucede con los edificios escolares, lo que expone a los estudiantes a un grave riesgo, especialmente en las zonas nororientales del país, las cuales son propensas a los sismos.

Estudio de caso

La seguridad escolar como parte de la reconstrucción post conflicto

Una gestión comunitaria de desastres, Afganistán

Introducción

Con frecuencia, Afganistán experimenta desastres tales como terremotos, inundaciones, tormentas de arena e inviernos extremos. El factor que origina que los procesos de respuesta y recuperación sean tan difíciles es la baja capacidad existente después de más de dos décadas de guerras y conflictos internos. Como miembros de la comunidad, los estudiantes, al igual que las escuelas, sufren las consecuencias de los desastres y las penurias aún después del conflicto. Los edificios escolares son débiles, viejos y no se mantienen apropiadamente. La infraestructura tampoco es adecuada y casi no existen recursos para que los administradores locales mejoren la situación. Más grave aún, los recursos en cuanto al conocimiento para la mitigación y preparación de desastres son extremadamente escasos.

En el año 2003, mediante un convenio entre la Misión de Asistencia de las Naciones Unidas en Afganistán (UNAMA) y el Departamento para la Preparación de Desastres (DDP) del Gobierno de Afganistán, SEEDS desarrolló un proceso de consulta para la elaboración del Plan Nacional para la Gestión de Desastres en Afganistán. Durante los años siguientes, SEEDS trabajó conjuntamente con la UNAMA y el DDP para diseminar el Plan Nacional con el fin de establecer una Gestión Comunitaria de Desastres en Afganistán. Las actividades de diseminación incluyeron procesos de concientización y el desarrollo de las capacidades de los ministerios sectoriales, los gobiernos provinciales y distritales, y las escuelas. El componente escolar revistió especial importancia, ya que se consideró como uno de los vínculos fundamentales entre los planes gubernamentales y las iniciativas comunitarias.

Resumen del proyecto

Durante el 2005, se llevaron a cabo diversas actividades en torno a la seguridad escolar en la Escuela Secundaria de Nangarhar, ubicada en Jalalabad. Las actividades fueron parte de un programa más amplio sobre la gestión comunitaria de desastres. Éstas fueron efectivas en cuanto a la concientización general sobre temas de seguridad relacionados con los desastres y, de forma específica, sobre la seguridad sísmica en las escuelas. Más importante aún, la iniciativa generó mucho interés por parte de todo el sistema gubernamental, las ONG locales y el sector educativo. Posteriormente, SEEDS produjo una amplia variedad de materiales didácticos sobre seguridad escolar para que se utilicen ampliamente en Afganistán. Actualmente, los materiales se están diseminando a través del gobierno nacional y diversas ONG que trabajan con el mismo.

Los objetivos del proyecto fueron:

- Introducir conceptos sobre la gestión de desastres entre maestros y estudiantes
- Ofrecer orientación a los docentes y alumnos sobre su papel al momento de producirse un desastre
- Constituir un equipo de búsqueda y rescate con los estudiantes y ofrecerles capacitación sobre varios métodos de rescate
- Constituir un equipo de primeros auxilios con los estudiantes y ofrecerles capacitación sobre primeros auxilios
- Elaborar un plan de evacuación para las escuelas y capacitar a los docentes y alumnos para que puedan implementarlo

La secuencia de actividades que se siguió a nivel escolar fue:

- Inspección de los edificios escolares y elaboración de un plan de evacuación en caso de desastres
- Orientación y capacitación para docentes
- Orientación y capacitación para estudiantes
- Creación de un equipo de búsqueda y rescate con los estudiantes y capacitación de sus miembros sobre técnicas y herramientas apropiadas
- Constitución de un equipo de primeros auxilios con los estudiantes y capacitación de sus miembros

- Conducción de un ensayo general de la evacuación
- Una demostración final de los estudiantes sobre los procesos de evacuación, búsqueda y rescate y primeros auxilios

Se identificaron las amenazas estructurales y no estructurales de las escuelas y se discutieron con los administradores escolares, maestros y alumnos. Las principales amenazas identificadas en una escuela específica en Nangarhar fueron las siguientes:

1. El portón principal del edificio tiene postigos que se abren hacia adentro. Esto puede ocasionar muertes por aplastamiento en caso de que se produzca una salida masiva, ya que podría ser difícil abrir las puertas rápidamente
2. El portón principal del edificio es muy estrecho, lo que podría obstruir la salida masiva de personas
3. Existe una segunda puerta del edificio al final del pasillo, pero por lo general ésta se mantiene bajo llave y está bloqueada. Es necesario mantener esta puerta abierta y desbloqueada para utilizarla como salida de emergencia. En caso contrario, no funcionaría como tal
4. Las aulas están abarrotadas puesto que albergan a casi el doble de alumnos de su capacidad original. Esto produce un desequilibrio entre la cantidad de ocupantes y la capacidad del sistema de evacuación
5. Cada una de las aulas sólo tiene una puerta. Esto es inadecuado porque no habría forma de salir si los objetos caen y obstruyen la puerta
6. Las paredes exteriores tienen ventanas muy amplias. Las aberturas demasiado grandes en las paredes reducen su resistencia sísmica
7. En algunas aulas las vigas están ubicadas muy cerca de las ventanas, estas vigas son vulnerables a las sacudidas de un sismo



Se elaboraron afiches educativos y libros como parte de la amplia iniciativa para la seguridad escolar

Se identificaron y discutieron las debilidades estructurales y no estructurales del edificio. Una vez que se estableció la necesidad de entender estos aspectos, se condujo un programa de capacitación. Éste abarcó la identificación de amenazas y una respuesta rápida ante éstos. Unos 40 maestros y más de 1200 estudiantes participaron en este programa. Asimismo, se elaboró un plan de evacuación del edificio y se les brindó a los estudiantes capacitación sobre un tipo de evacuación sistemática. Finalmente, se capacitó a 10 estudiantes en búsqueda y rescate ligeros y a otros 10 en primeros auxilios. Se espera que la concientización que se infundió entre los estudiantes también llegue a sus padres.

Finalmente, se lanzó un programa más amplio de concientización para abordar las necesidades en torno a la seguridad escolar. Se elaboraron afiches y libros sobre seguridad escolar en diferentes idiomas locales y, actualmente, el material se está diseminando en unas 2000 escuelas en las provincias del país que enfrentan múltiples amenazas. También, se está produciendo un programa radial sobre "Concientización sobre Desastres para las Escuelas" con el propósito de transmitir el mensaje a un público más amplio.

Lecciones aprendidas

La gestión comunitaria de desastres representa la piedra angular de cualquier iniciativa para la gestión del riesgo de desastres en sociedades con poca capacidad de gobierno, como sucede en las situaciones post conflicto. La única forma en que Afganistán podrá responder mejor y prepararse más adecuadamente para enfrentar desastres es mediante el desarrollo de la capacidad de su población, junto con sus sistemas de gobierno. Las escuelas representan uno de los dos centros neurálgicos de la comunidad afgana. El otro es el consejo comunitario, denominado Shura. Los mensajes sobre preparación y mitigación de desastres dirigidos a las escuelas no solamente les ayudan a éstas a ser más seguras y a las comunidades a ser más prudentes, sino que también contribuirán al proceso de recuperación en general y ayudarán a las comunidades a surgir del trauma de más de dos décadas de conflictos violentos. Este proyecto abarcó solamente a 1200 estudiantes, que es una cifra muy pequeña si se toma en consideración la población a la que se necesita llegar. Sin embargo, este esfuerzo representa el principio de una promesa para el cambio. En ausencia de una labor como ésta, las escuelas continuarán sufriendo debido a los desastres y llevará décadas recuperarse de los efectos del conflicto. La participación del gobierno nacional y su voluntad de asumir la seguridad escolar como un programa a gran escala representa un elemento positivo.

SEEDS India
D-11, Panchsheel Enclave, Nueva Delhi - 110017, India
Teléfono: (+91-11) 26498371, 41748008
info@seedsindia.org
www.seedsindia.org



Estudio de caso

Los estudiantes participan en el aprendizaje de técnicas de búsqueda y rescate
Fotografía: SEEDS, Escuela Secundaria de Saraswati, Ahmedabad, 2005.

De la rehabilitación a la seguridad

Una iniciativa para la seguridad escolar en gujarat, India

Introducción

En el año 2001, un devastador terremoto se produjo en Gujarat, estado situado al oeste de India. La tragedia se caracterizó por la gran cantidad de estudiantes que resultaron muertos. Muchas escuelas se derrumbaron, atrapando a los niños y a sus maestros bajo los escombros. La muerte de 400 estudiantes en la ciudad de Anjar es uno de los muchos sucesos escolares que han quedado grabados en las mentes de quienes pudieron sobrevivir al desastre. Después del sismo, se ejecutaron extensos programas de rehabilitación, en los cuales se combinaron elementos de preparación y mitigación de desastres. La Autoridad del Estado de Gujarat para la Gestión de Desastres (GSDMA) y la ONG nacional SEEDS se ocuparon de desarrollar la Iniciativa para la Seguridad Escolar en Gujarat, esfuerzo único en su género en esta región.

Este proyecto aborda dos temas principales:

1. La comprensión y la preparación de los estudiantes, maestros y padres de familia para reducir el riesgo de desastres en las escuelas y estar listos para actuar de forma apropiada durante una emergencia
2. La comprensión de los docentes sobre lo que es la gestión del riesgo de desastres, para que la puedan impartir a los niños de una forma más efectiva

Actualmente, se están implementando actividades de preparación en 175 escuelas, al igual que sesiones de capacitación en 25 distritos.

Resumen del proyecto

Los objetivos del proyecto son:

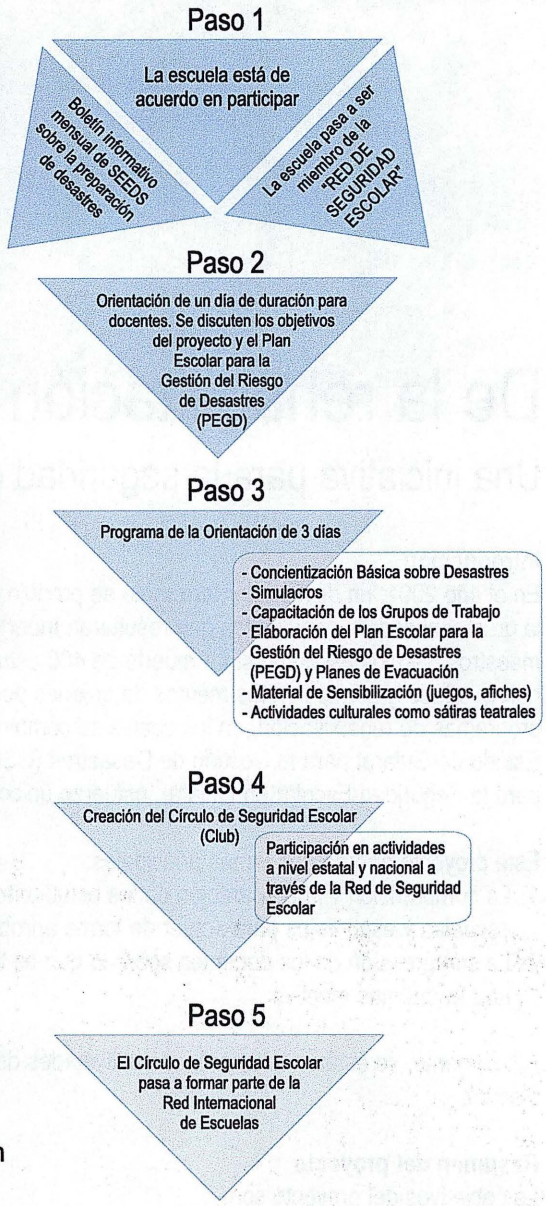
- Promover una cultura de seguridad frente a los desastres en las escuelas
- Reducir el riesgo de desastres en las escuelas mediante correcciones estructurales y no estructurales
- Elaborar Planes Escolares para la Gestión del Riesgo de Desastres (PEGD)
- Establecer círculos de seguridad escolar (clubes) con los alumnos, al igual que grupos de trabajo, y ofrecerles capacitación
- Elaborar herramientas tales como manuales, juegos y actividades para capacitar tanto a docentes como a estudiantes en torno a la gestión del riesgo de desastres
- Capacitar a los maestros para establecer una cultura de seguridad en las escuelas e institucionalizar el programa a través de la "formación de formadores"

La iniciativa se desarrolla según un proceso mediante el cual el equipo del proyecto se dirige a escuelas específicas para sensibilizar a los administradores de las mismas y buscar su participación. Posteriormente, se llevan a cabo diversas actividades para ofrecer orientación a los estudiantes, docentes, administradores y padres de familia sobre temas en torno a la gestión de desastres que sean relevantes para las comunidades escolares. El proceso de aprendizaje se desarrolla en un ambiente participativo y divertido, con el uso de juegos interactivos, demostraciones y actividades prácticas. Los estudiantes desempeñan un papel muy activo en la evaluación del riesgo y en la elaboración del Plan Escolar para la Gestión del Riesgo de Desastres. También se llevan a cabo simulacros para ensayar el plan y se establecen sistemas para ponerlo a prueba y actualizarlo de forma periódica. Posteriormente, se forma un círculo escolar (club) y se establecen vínculos entre éste y la red de seguridad escolar a nivel estatal, al igual que con otras redes fuera del estado. Esto garantiza que el impulso de la iniciativa se mantenga y que los programas de intercambio sean actividades de gran dinamismo para estos círculos escolares.

Las actividades del proyecto se llevan a cabo mediante la utilización de diversas herramientas educativas que los niños pueden emplear fácilmente. Estas herramientas incluyen modelos de trabajo, juegos de mesa, juegos con tarjetas de memoria, libros de actividades y materiales de demostración. Las herramientas formales y no formales se utilizan paralelamente y ya se han elaborado libros de estudios de caso para emplearlos en la educación formal, - dentro de los planes de estudio- y para que vayan de la mano con las actividades informales que promueven la planificación de la seguridad escolar. Además, ya se ha desarrollado un plan de capacitación para maestros y se están celebrando talleres en todo el estado, tanto para los formadores de maestros como para los propios docentes.

Las actividades escolares se están realizando en 150 escuelas de las ciudades de Ahmedabad, Vadodra y Jamnagar, al igual que en una escuela modelo en cada uno de los 25 distritos de Gujarat. Las actividades de capacitación incluyen a docentes provenientes de todos estos distritos. Se considera que el programa de capacitación de maestros es una herramienta útil para ampliar e institucionalizar las actividades que se han puesto en práctica a nivel experimental en las escuelas del proyecto. SEEDS India y la Autoridad del Estado de Gujarat para la Gestión del Riesgo de Desastres se encargan de implementar este proyecto cuya duración es de tres años, de enero del 2004 a diciembre del 2006. Éste está beneficiando directamente a más de 100.000 alumnos y a 9000 docentes en todo el estado.

Metodología del Proyecto



Lecciones aprendidas

Las escuelas son el futuro de la sociedad. La seguridad escolar es el punto de partida más eficaz para inculcar una cultura de seguridad. La Iniciativa para la Seguridad Escolar en Gujarat ha implementado una metodología experimental en torno a la seguridad escolar y ha demostrado la forma en que la misma puede ampliarse e incorporarse plenamente al sector educativo. El interés y la participación del gobierno estatal han garantizado que este proyecto experimental se convierta en una práctica estatal.

El proyecto ha beneficiado directamente a unos 105.000 estudiantes de 175 escuelas. De éstas, 150 están ubicadas en 3 ciudades del proyecto y una experimental en cada uno de los 25 distritos que constituyen Gujarat. El componente de capacitación de maestros del proyecto ha logrado contar con 100 docentes formadores y ha capacitado directamente a más de 9000 maestros. Este componente ha elaborado un contenido modelo que se puede duplicar fácilmente en otras escuelas. En otras zonas en las que todavía no se ha implementado el proyecto, éste sólo se ha introducido como una intervención formal a través de libros de texto dirigidos a los estudiantes de segunda enseñanza. Esto no produce el nivel deseable de incidencia en los estudiantes y los maestros enfrentan dificultades al enseñar este nuevo plan de estudios en ausencia de algún tipo de orientación o de capacitación.

> *"Mi escuela ha desarrollado muchas iniciativas en torno a la seguridad. Tenemos un Plan de Evacuación de Emergencia y hemos identificado y capacitado a diferentes grupos de trabajo para actividades de búsqueda y rescate, primeros auxilios, evacuación y concientización. Las actividades se realizan de forma tal que los niños las disfrutan pero también aprenden lecciones muy útiles a lo largo del proceso".*
> Sra. Nita Joshi, Directora, Kumkum Vidhyalaya, Ahmedabad, una de las escuelas del proyecto.

SEEDS India
D-11, Panchsheel Enclave, Nueva Delhi - 110017, India
Teléfono: (+91-11) 26498371, 41748008
info@seedsindia.org
www.seedsindia.org



Estrategia Internacional EIRD para Reducción de Desastres

Secretaría Interagencial de la Estrategia Internacional para la Reducción de Desastres de las Naciones Unidas (EIRD/ONU)
Palais des Nations
CH 1211 Ginebra 10, Suiza
Teléfono: + 41 22 917 2529/762/759
Fax: +41 22 917 0563
isdr@un.org
www.unisdr.org

EIRD/ONU África
Nairobi, Kenia
isdr-africa@unep.org
www.unisdrafrica.org

EIRD/ONU América Latina y el Caribe
Ciudad de Panamá, Panamá
eird@eird.org
www.eird.org

EIRD/ONU Asia y el Pacífico
Bangkok, Tailandia y
Dushanbe, Tayikistán
isdr-bkk@un.org
www.unisdr.org/asia

Plataforma de la EIRD/ONU para la Promoción de Alerta Temprana
Bonn, Alemania
isdr-ppew@un.org
www.unisdr-earlywarning.org



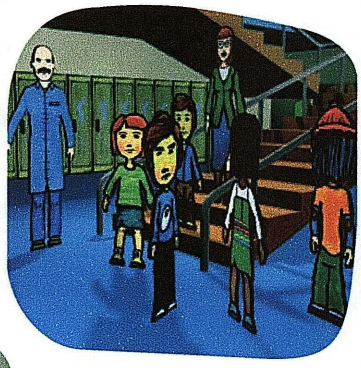
ANEXO 3

A EXPERIÊNCIA DE PORTUGAL

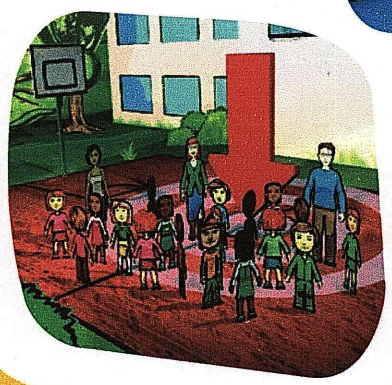
Plano

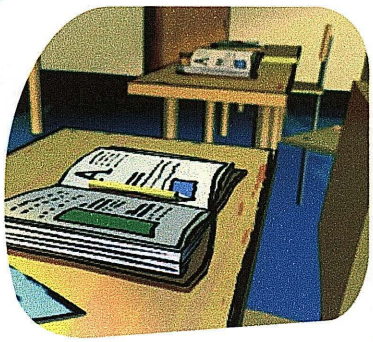
de Prevenção e Emergência
para Estabelecimentos de Ensino











lisboa

BOMBEIROS E PROTECÇÃO CIVIL PORTUGAL



"[...] só uma população informada pode ter um verdadeiro e indispensável protagonismo num sistema que visa, em última instância, a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos."

Plano

de Prevenção e Emergência
para Estabelecimentos de Ensino



Lisboa, Janeiro de 2005

07

09

09

09

09

10

10

11

11

11

12

13

13

13

15

15

15

16

17

18

19

21

23

25

26

28

30

32

33

35

48

49

50

51

52

53

56

59

Introdução

1. Plano de prevenção e emergência: conceito, objectivos e etapas

- Conceito
- Razões para a elaboração de um plano
- Objectivos gerais
- Objectivos específicos
- Etapas de elaboração

2. Plano de prevenção

- **2.1.** Caracterização do espaço
- **2.2.** Identificação de riscos
- **2.3.** Levantamento de meios e recursos
- **2.4.** Regras de exploração e comportamento
- **2.5.** Programas de conservação e manutenção
- **2.6.** Caderno de registo de segurança

3. Plano de emergência

- **3.1.** Organização de segurança
  - Estrutura interna de segurança
  - Plano de evacuação
  - Plano de actuação
- **3.2.** Instruções de segurança

4. Exercícios e simulacros

5. Apoio técnico

6. Recomendações gerais

Anexos

- **A -** Planta de localização da escola
- **B -** Planta de enquadramento das instalações escolares
- **C -** Planta de emergência
- **D -** Simbologia a aplicar em plantas de emergência
- **E -** Sinalização de segurança
- **F -** Fichas de caracterização
- **G -** Ficha de registo de alterações nas instalações
- **H -** Ficha de verificação das instalações técnicas e de segurança
- **I -** Ficha de registo de falsos alarmes, anomalias e incidentes
- **J -** Ficha de registo de acções de instrução e formação
- **L -** Estrutura interna de segurança
- **M -** Instruções de segurança
- **N -** Ficha de avaliação de exercícios e simulacros

Referências legislativas e bibliográficas

Introdução

É pressuposto básico da Protecção Civil que só uma população informada pode ter um verdadeiro e indispensável protagonismo num sistema que visa, em última instância, a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos.

De uma forma genérica pode-se dizer que, cada vez mais, as direcções dos estabelecimentos de ensino estão sensibilizadas para a questão da segurança e para a importância de uma atitude preventiva e de solidariedade. Este tem sido um processo gradativo, já que se trata fundamentalmente de mudar atitudes e interiorizar um novo conceito de segurança participado por toda a comunidade escolar. De facto, frequentemente, são os próprios órgãos de gestão a solicitar, aos respectivos serviços de protecção civil, apoio técnico para a elaboração do plano de emergência das suas instalações. Ter um plano elaborado e testado é uma exigência cada vez mais salientada por quem tem responsabilidades nesta matéria.

É nesta ordem de ideias que se torna fundamental fornecer instrumentos de trabalho conducentes a que as escolas tracem directrizes para uma actuação correcta e organizada, face a uma eventual situação de emergência.

A reedição deste manual, "Plano de prevenção e emergência para estabelecimentos de ensino", agora revisto, complementada pela produção de um vídeo sobre "Evacuação de uma Escola em Situação de Emergência" pretende dar resposta a essa necessidade crescente. Se o primeiro, integrando os aspectos preventivos (plano de prevenção) e de gestão operacional (plano de emergência), pretende constituir um modelo aplicável às diferentes realidades, o segundo visa a sensibilização de toda a comunidade escolar, professores, funcionários e muito especialmente os alunos. Além de ser obrigação de todos, contribuir para evitar o acidente, cada um deve saber exactamente o que fazer em situação de emergência e perceber a utilidade fundamental dos seus gestos. Assim se formam adultos mais exigentes e com uma nova atitude de segurança. É neste sentido que a Protecção Civil tem vindo a incentivar a realização de exercícios e simulacros, por forma a testar e consolidar conhecimentos adquiridos, visando uma optimização de atitudes e comportamentos.

Prevenimos quando criamos as condições para que os acidentes não ocorram, planeamos quando, antecipadamente, fornecemos informação sobre os procedimentos correctos a adoptar em situações de emergência.

Estamos certos, que a produção destes instrumentos pedagógicos serão contributos eficazes para que as escolas portuguesas se constituam cada vez mais em espaços seguros e de aprendizagem de cidadania, num processo de interacção entre toda a comunidade escolar, para uma tarefa que é de todos.

Plano de Prevenção e Emergência: Conceito, Objectivos e Etapas

Conceito

Um plano de prevenção e emergência pode definir-se como a sistematização de um conjunto de normas e regras de procedimento, destinadas a evitar ou minimizar os efeitos das catástrofes que se prevê possam vir a ocorrer em determinadas áreas, gerindo, de uma forma optimizada, os recursos disponíveis.

Assim, um plano de prevenção e emergência constitui um instrumento simultaneamente preventivo e de gestão operacional, uma vez que, ao identificar os riscos, estabelece os meios para fazer face ao acidente e, quando definida a composição das equipas de intervenção, lhes atribui missões.

Razões para a elaboração de um plano

- Identifica os riscos e procura minimizar os seus efeitos;
- Estabelece cenários de acidentes para os riscos identificados;
- Define princípios, normas e regras de actuação face aos cenários possíveis;
- Organiza os meios e prevê missões para cada um dos intervenientes;
- Permite desencadear acções oportunas, destinadas a limitar as consequências do sinistro;
- Evita confusões, erros, atropelos e a duplicação de actuações;
- Prevê e organiza antecipadamente a evacuação e intervenção;
- Permite rotinar procedimentos, os quais poderão ser testados, através de exercícios e simulacros.

Um plano de prevenção e emergência deve, por isso, ter as seguintes características:

- Simplicidade
Ao ser elaborado de forma simples e concisa, será bem compreendido por parte dos seus executantes;

- Flexibilidade
Um plano não pode ser rígido. Deve permitir a sua adaptação a situações não coincidentes com os cenários inicialmente previstos;

- Dinamismo
Deve ser actualizado em função do aprofundamento da análise de riscos, da evolução quantitativa e qualitativa dos meios humanos e materiais disponíveis e da realização de obras de remodelação ou ampliação das instalações;

- Adequação
Deve estar adequado à realidade da instituição e aos meios existentes;

- Precisão
Deve ser claro na atribuição de competências e responsabilidades.

Objectivos gerais

- Dotar a escola de um nível de segurança eficaz;
- Limitar as consequências de um acidente;
- Sensibilizar para a necessidade de conhecer e rotinar procedimentos de autoprotecção a adoptar, por parte de professores, funcionários e alunos, em caso de acidente;

- Co-responsabilizar toda a população escolar no cumprimento das normas de segurança;
- Preparar e organizar os meios humanos e materiais existentes, para garantir a salvaguarda de pessoas e bens, em caso de ocorrência de uma situação perigosa.

Objectivos específicos

- Conhecimento real e pormenorizado das condições de segurança do estabelecimento escolar;
- Correcção das situações disfuncionais detectadas;
- Maximização das possibilidades de resposta dos meios de 1.ª intervenção;
- Organização dos meios humanos, tendo em vista a actuação em situação de emergência;
- Elaboração de um plano de evacuação das instalações escolares;
- Elaboração do plano de actuação.

Etapas de elaboração

A elaboração de um plano de prevenção e emergência deve incluir os aspectos de natureza preventiva que, em conjunto com a organização interna e as instruções de segurança, constituem etapas sistematizadas e sequencialmente elaboradas, indispensáveis à sua operacionalidade, em qualquer situação de emergência:

Plano de Prevenção
- Caracterização do espaço
- Identificação de riscos
- Levantamento de meios e recursos
- Regras de exploração e comportamento
- Programas de conservação e manutenção
- Caderno de registo de segurança

Plano de Emergência
- Organização de segurança
  - Estrutura interna de segurança
  - Plano de evacuação
  - Plano de actuação
- Instruções de segurança
  - Instruções gerais
  - Instruções particulares
  - Instruções especiais

2.1. Caracterização do espaço

A caracterização do espaço implica um conhecimento rigoroso do espaço físico e humano de cada escola e diz respeito, quer aos aspectos físicos (descrição genérica das instalações), quer aos aspectos humanos (índices de ocupação ao longo do dia).

Incluem-se nos aspectos físicos:

- Localização geográfica
Pretende-se identificar claramente as vias de acesso dos socorros exteriores, a localização da Protecção Civil Municipal, o quartel dos bombeiros da área, a esquadra da PSP, a unidade de saúde, os locais externos de maior risco (planta de localização do edifício escolar, Anexo A);

- Enquadramento de edifícios e espaços livres
Deverá ser assinalada a disposição das construções escolares, as vias de circulação interna, saídas e locais de concentração ou pontos de reunião (planta de enquadramento, Anexo B);

- Descrição das instalações
Deverá evidenciar o número de pavilhões, pisos, salas de aula, gabinetes, laboratórios, cozinhas e outras instalações especiais;

- Identificação das fontes de energia
- Posto de transformação, quadros geral e parciais de electricidade;
- Depósito de gás;

- Localização de equipamentos de combate a incêndio
- Rede de incêndio armada (RIA);
- Extintores portáteis;
- Outros.

Os aspectos humanos referem-se a:

- Recenseamento da população escolar (alunos, professores e funcionários);
- Períodos de funcionamento da actividade escolar.

A Ficha de Caracterização da Escola (Anexo F) poderá ajudar a organizar e complementar esta informação.

2.2. Identificação de riscos

Este plano principalmente vocacionado para o risco de incêndio, já que tem por base a Portaria n.º 1444 de 7 de Novembro (*Normas de segurança contra incêndio a observar na exploração de estabelecimentos escolares*), é no entanto aplicável a outras situações de emergência.

Neste sentido, há a referir a existência de riscos internos e riscos externos.

Os riscos internos decorrem das próprias instalações, dos materiais existentes no estabelecimento e ainda da actividade escolar, pelo que se deverá proceder a:

- Levantamento, tão exaustivo quanto possível, de todos os locais que apresentem riscos potenciais. Este levantamento deverá ser feito por um técnico habilitado para o efeito;

- Previsão de efeitos, directamente relacionada com a necessidade de evacuação.

Quanto aos riscos externos estão intimamente relacionados com a localização do edifício escolar e podem classificar-se em:

- Riscos de origem natural (áreas de vulnerabilidade sísmica, inundação e outros);

- Riscos de natureza tecnológica, relacionados com a proximidade de instalações perigosas (bombas de gasolina, armazéns ou indústrias de produtos químicos e outros).

2.3. Levantamento de meios e recursos

Consideram-se meios e recursos os equipamentos existentes na Escola e que, numa situação de emergência, vão permitir às equipas internas intervir, com vista a minimizar os efeitos dos acidentes que eventualmente se venham a produzir.

Equipamentos de 1.ª intervenção;

- **Extintores**
- **Rede de incêndio armada**
  Além de uma capacidade e localização adequadas, deverá ser garantida a sua operacionalidade, através de revisões periódicas, nunca superiores a um ano.

Sistemas de iluminação e sinalização

- **Iluminação de emergência**
  A Escola deve estar dotada de blocos autónomos de iluminação que garantam um nível luminoso suficiente, condição para uma evacuação ordeira;

- **Sinalização de segurança**
  Os itinerários de evacuação e saídas, bem como os equipamentos de combate a incêndio e outros relacionados com a segurança, devem estar identificados com sinais próprios, existindo para o efeito modelos normalizados (Anexo E).

A iluminação de emergência e a sinalização de segurança são factores fundamentais para o reconhecimento dos obstáculos e identificação do percurso a seguir para uma evacuação correcta. Evitam acidentes pessoais e reduzem o pânico.

Meios de alarme e alerta

- **Campainha ou sirene**
- **Telefone**
  Consideram-se meios de alarme, os que permitem informar a população escolar da ocorrência de um sinistro e meios de alerta os que se utilizam para a chamada de socorros externos.

Deve ser definido um sinal sonoro de evacuação, audível em qualquer ponto das instalações e que possua uma tonalidade inconfundível com qualquer outro sinal, por forma a garantir o aviso atempado de todos os utentes. Isto implica a divulgação prévia para reconhecimento dos códigos utilizados.

Deve existir também um sistema de alerta, de fácil comunicação com os bombeiros da área (número de telefone bem visível).

Meios automáticos de detecção e extinção de incêndio

Se o estabelecimento de ensino tiver regime de internato de alunos, deve prever-se a instalação de um sistema automático de detecção de incêndios, que permita o conhecimento precoce da ocorrência e a activação do sistema de alarme e alerta ou outros equipamentos de protecção.

Em zonas de risco acrescido, devido à elevada carga de incêndio, tais como armazéns ou instalações de valor patrimonial significativo, é conveniente a instalação de um sistema automático de extinção de incêndios.

Para o dimensionamento e localização de meios, bem como para a identificação dos locais de risco, deverá ser solicitada a colaboração dos Bombeiros e da Protecção Civil da área.

2.4. Regras de exploração e de comportamento

Nos termos do n.º 2, alínea c) do Artigo 16º, Anexo à Portaria n.º 1444/2002 de 7 de Novembro, devem ser preocupações constantes do responsável de segurança alguns aspectos, nomeadamente:

- as acessibilidades dos meios de socorro;
- a desobstrução dos caminhos de evacuação e saídas;
- a operacionalidade dos meios de 1.ª intervenção e dos equipamentos de segurança em geral;
- a funcionalidade dos meios de alarme e alerta;
- o estado de conservação da sinalização de segurança e iluminação de emergência;
- as condições de limpeza e de arrumação dos diferentes espaços;
- a segurança na produção, na manipulação e no armazenamento de matérias e substâncias perigosas.

2.5. Programas de conservação e manutenção

Ainda nos termos do n.º 3, alínea b) do Artigo 16º, Anexo à Portaria n.º 1444/2002 de 7 de Novembro, devem ser estabelecidos "Programas de conservação e manutenção, com estipulação de calendários e listas de testes de verificação periódica de dispositivos, equipamentos e instalações, [...]".

2.6. Caderno de registo de segurança

Cada estabelecimento deverá promover a existência de um caderno de registo, destinado à inscrição de ocorrências relevantes e à guarda de relatórios relacionados com a segurança contra incêndio, [...] (n.º 3, alínea c do Artigo 16º, Anexo à Portaria n.º 1444/2002 de 7 de Novembro)

Os Anexos G, H, I e J, que constam no Caderno de Registo de Segurança elaborado pelo Ministério da Educação, podem constituir instrumentos úteis e eficazes para a sistematização destes dados.

Plano de evacuação

A evacuação deve ser decidida e ordenada, por norma, pela Direcção da Escola (chefe de segurança). Pode ser parcial, envolvendo apenas parte do edifício, já que uma evacuação geral poderá, não só ser desnecessária, como prejudicial ao desenvolvimento das operações.

No plano de evacuação há a considerar:

- Identificação de saídas

Devem ser assinaladas as saídas normais e as saídas de emergência que conduzem ao exterior dos edifícios. Devem ainda ser identificadas as saídas para fora do recinto escolar.

Consideram-se saídas normais as utilizadas em período de funcionamento regular do estabelecimento escolar e saídas de emergência as que são utilizadas cumulativamente com aquelas, no caso de ocorrência de um sinistro.

- Definição de caminhos de evacuação

Visa encaminhar, de maneira rápida e segura os ocupantes para o exterior ou para uma zona isenta de perigo. Deve, por isso, ser definido um itinerário normal (percurso a utilizar prioritariamente) e um itinerário alternativo (quando o itinerário normal se encontrar impraticável). A sinalização de segurança deve ter em conta este conceito.

- Programação da evacuação

- A evacuação deve ser programada, isto é, deve ser definida a ordem de saída, de acordo com o local de ocorrência do sinistro e a proximidade das saídas.
- Deve nomear-se para cada grupo de evacuação (turma) um "chefe de fila", escolhido de entre os alunos, que será encarregue de abrir a porta da sala, ao soar o sinal de alarme e seguir à frente e ainda um "cerra-fila", normalmente o professor que fechará a porta, depois de se certificar da saída de todos os alunos.
- Na eventualidade de existirem deficientes na população escolar, devem ser previamente designadas pessoas para orientarem a sua evacuação.

- Identificação dos pontos críticos

Consideram-se pontos críticos os locais de cruzamento de vias, escadas e de saídas para a rua. Neles deverão situar-se os "sinaleiros" que orientam as pessoas nos percursos e saídas, a utilizar em situação de emergência, por forma a evitar grandes concentrações, habitualmente geradoras de pânico.

- Selecção de locais de concentração

Designados de pontos de reunião, são espaços amplos e seguros, situados no exterior dos edifícios escolares, se os houver (por exemplo, campo de jogos), ou na proximidade da escola, para onde devem convergir e permanecer todas as pessoas.

3.1. Organização de segurança

A Organização da Segurança refere-se a aspectos distintos, mas complementares da preparação interna para a actuação na emergência e visa garantir que, de imediato, se tomem as medidas necessárias à preservação da vida e dos bens. Nela estão contidas:

- Estrutura interna de segurança;
- Plano de evacuação;
- Plano de actuação.

Estrutura interna de segurança

Deve ser constituído um sistema organizativo interno, a activar em situação de acidente, com a finalidade de o controlar, tão cedo quanto possível, por forma a proteger as pessoas e os bens.

Face às características de cada estabelecimento, nomeadamente número de edifícios e de ocupantes, pretende-se que sejam designadas pessoas (professores, funcionários e alunos) que, numa situação de emergência, desempenhem funções operacionais específicas, acumuláveis ou não com as funções do dia-a-dia.

Esta estrutura de dimensão e composição variável deve, basicamente e de acordo com o organograma sugerido (Anexo L), integrar os seguintes elementos, ainda que algumas tarefas possam ser exercidas cumulativamente pela mesma pessoa:

Um Órgão de comando, constituído por:

- **Chefe de segurança** avalia eventuais situações de emergência e coordena as acções a desenvolver;
- **Coordenador de piso ou bloco** coordena e orienta a acção das equipas de intervenção;

Equipas de Intervenção

- **Alarme** acciona o sistema de alarme acústico que denuncia a ocorrência;
- **Alerta** avisa os bombeiros;
- **1.ª intervenção** utiliza os extintores e/ou rede de incêndio armada;
- **Cortes de energia** procede ao corte de energia eléctrica e gás;
- **Evacuação** controla a evacuação e encaminha os ocupantes para as saídas;
- **Informação e vigilância** presta esclarecimentos aos socorros externos sobre o local do acidente e/ou sinistrados e regula a circulação de pessoas e viaturas;
- **Concentração e controlo** reune no ponto de reunião a população escolar e procede à sua conferência.

No dimensionamento da estrutura interna de segurança, devem ser nomeadas duas pessoas para cada cargo, tendo em consideração períodos de férias ou outro tipo de ausências.

ELABORAÇÃO DAS PLANTAS DE EMERGÊNCIA

Com base nas plantas de arquitectura e em todos os estudos efectuados anteriormente, elaboram-se as plantas de emergência por piso e por pavilhão, onde constem: vias de evacuação, localização de saídas, pontos de reunião, meios e recursos existentes, locais de corte de energia eléctrica, gás e água, e ainda outras informações consideradas convenientes. Deverão ser afixadas junto da entrada principal do estabelecimento escolar e outros pontos estratégicos (Anexo C).

Plano de actuação

O plano interno de actuação deve definir os procedimentos a adoptar, por forma a combater o sinistro e minimizar as suas consequências, até à chegada dos socorros externos.

Assim, os escalões de mobilização na eventualidade de ocorrência de um incêndio, por exemplo, devem incidir sobre as seguintes fases:

- Reconhecimento, combate e alarme interno:

- Qualquer pessoa que se aperceba de um foco de incêndio deve de imediato avisar a Direcção da escola (Delegado de Segurança). Verificar se existem pessoas em perigo, a fim de lhes prestar apoio, e utilizar os meios de extinção disponíveis;
- A Direcção da escola, responsável pela Segurança, deve certificar-se sobre a localização exacta, extensão do sinistro e se há vítimas a socorrer. De acordo com as características e dimensão da situação deve avisar os **coordenadores de piso**, accionar o alarme interno e alertar os bombeiros.

Os coordenadores de piso accionam as **equipas de evacuação** e **1.ª intervenção** que vão actuar em simultâneo, bem como as **equipas de corte de energia** e de **concentração e controlo**.

Evacuação

- Dada a ordem para abandono das instalações, a equipa de evacuação, (constituída pelos "chefes de fila", "cerra-fila" e "sinaleiros") orienta os ocupantes para as saídas. Compete ao "cerra-fila" (professor) conferir os alunos no ponto de reunião.

1.ª intervenção

- A equipa de 1.ª intervenção deve utilizar de imediato os extintores e/ou redes de incêndio mais próximas do local do sinistro;

- Se não for possível controlar o foco de incêndio, informa o coordenador de piso ou bloco e abandona o local.

Corte de energia

- De acordo com as instruções do coordenador, as pessoas nomeadas procedem ao corte geral ou a cortes parciais da energia eléctrica e fecho das válvulas de gás.

Concentração e controlo

- Esta equipa reúne as pessoas dispersas pela escola e procede à conferência de toda a população que abandonou o edifício.

- Caso se verifiquem desaparecidos, devem ser avisados o chefe de segurança e os bombeiros.

Informação e vigilância

- Ao ser accionado o sinal de alarme interno, esta equipa, de acordo com as instruções do chefe de segurança, deve dirigir-se para as portas de acesso à escola, a fim de informar os socorros externos sobre a localização exacta do sinistro e pessoas em perigo. Deve ainda, controlar e orientar a movimentação de pessoas e veículos;

- Para além dos procedimentos acima referidos, compete à Direcção da Escola determinar, após indicação dos Bombeiros, o regresso às instalações.

Como complemento do Plano de Emergência, devem ser elaboradas, distribuídas e afixadas junto das Plantas de Emergência e nas salas de aula as INSTRUÇÕES DE SEGURANÇA.

3.2. Instruções de segurança

As **instruções de segurança** são imprescindíveis para uma prevenção eficaz em qualquer tipo de instalações e devem ser elaboradas de forma simples e clara, tendo como base os riscos de incêndio e pânico, uma vez que situações tais como fuga de gás, explosões, sismos, ameaças de bomba ou outras, têm consequências semelhantes.

As **instruções escritas de segurança** devem incluir:

Instruções gerais

Destinam-se à totalidade dos ocupantes do estabelecimento e devem ser afixadas em pontos estratégicos, em particular junto das entradas e das plantas de emergência, por forma a assegurar a sua ampla divulgação;

Instruções especiais

Dizem respeito ao pessoal encarregado de pôr em prática o plano de emergência até à chegada dos socorros externos, nomeadamente composição das equipas, nomes e tarefas, meios disponíveis e procedimentos a adoptar;

Instruções particulares

São relativas à segurança de locais que apresentem riscos específicos (laboratórios, cozinhas, termoacumuladores...) e devem definir de forma pormenorizada os procedimentos a adoptar em caso de emergência. Devem, por isso, ser afixadas junto da porta de acesso aos respectivos locais.

O Anexo M procurou sistematizar algumas instruções que podem servir de modelo.

Exercícios e Simulacros

O plano de prevenção e emergência por mais bem concebido e elaborado que seja, perde toda a sua eficácia se não forem realizados exercícios práticos, destinados a verificar periodicamente a sua operacionalidade e a rotinar procedimentos. Os exercícios devem ser executados em função dos cenários mais prováveis.

Salienta-se, assim, a importância da realização semestral (1.º e 2.º períodos) de um exercício de evacuação das instalações. De 3 em 3 anos devem ainda ser realizados simulacros com a colaboração dos Bombeiros e da Protecção Civil que, em conjunto com a Direcção das escolas, definem o cenário mais adequado.
É aconselhável a realização de um simulacro logo após a elaboração do plano.

Apoio Técnico

Embora sendo da responsabilidade das direcções dos estabelecimentos escolares, os Serviços Municipais de Protecção Civil e os Bombeiros não se demitem do seu dever de apoiar tecnicamente a elaboração dos planos de prevenção e emergência, nomeadamente:

- na realização de vistorias ao estabelecimento de ensino, com vista a uma análise exaustiva das condições de segurança;
- no esclarecimento sobre aspectos de natureza técnica referentes a sinalização de emergência, percursos de evacuação, pontos de concentração, equipamentos de 1.ª intervenção e outros que, a seu tempo, sejam solicitados;
- na realização de acções de manuseamento e treino com equipamentos de combate a incêndio;
- no apoio à organização e implementação de exercícios, simulacros e treinos.

Recomendações Gerais

- Nos termos do Art.º 2º das *Normas de Segurança contra incêndio a observar na exploração de estabelecimentos escolares*, do Anexo à Portaria n.º 1444/2002, de 7 de Novembro, e de acordo com as directrizes do Ministério da Educação, o responsável pela segurança de cada estabelecimento de educação ou de ensino é o respectivo órgão de gestão, podendo este delegar competências (Delegado para a Segurança). Deverá este ter à sua responsabilidade a formação do serviço de segurança (equipas), bem como a implementação do plano de prevenção e emergência e seu treino periódico.

- É fundamental que se proceda a uma ampla divulgação do plano de prevenção e emergência junto de toda a população escolar, incluindo a sensibilização para os diferentes riscos (incêndios, inundações, sismos e outros).

- A formação contínua do pessoal que integra as equipas de intervenção, é indispensável à garantia da sua eficiência. Será de toda a conveniência que todos os funcionários saibam utilizar de modo correcto os extintores e redes de incêndio que devem estar sempre operacionais.

- Salienta-se a importância da realização de inspecções rigorosas e periódicas de todas as instalações e equipamentos, especialmente dos locais de maior risco.

- A revisão anual do plano de prevenção e emergência é condição indispensável à garantia da sua operacionalidade e eficácia.

Anexos

A - Planta de localização da escola
B - Planta de enquadramento das instalações escolares
C - Planta de emergência
D - Simbologia a aplicar em plantas de emergência
E - Sinalização de segurança
F - Fichas de caracterização
G - Ficha de registo de alterações nas instalações
H - Ficha de verificação das instalações técnicas e de segurança
I - Ficha de registo de falsos alarmes, anomalias e incidentes
J - Ficha de registo de acções de instrução e formação
L - Estrutura interna de segurança
M - Instruções de segurança
N - Ficha de avaliação de exercícios e simulacros

Localização Geográfica

Identificação em Planta de:

- Espaço escolar
- Vias de acesso a viaturas de socorro
- Quartel dos bombeiros mais próximo
- Esquadra da Polícia de Segurança Pública
- Unidade de saúde
- Ponto de reunião exterior

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

ESCOLA

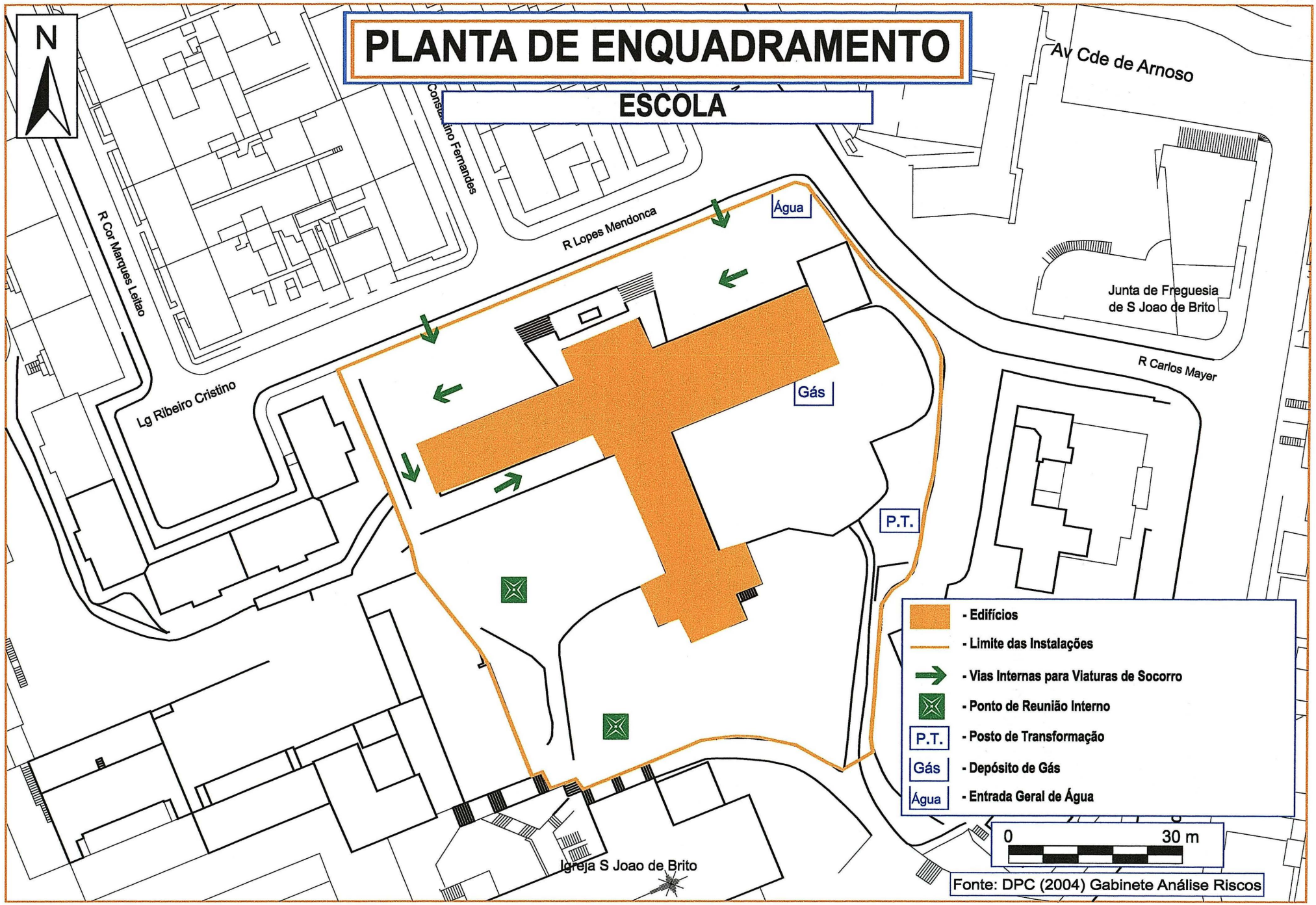


Fonte: DPC (2004) Gabinete Análise Riscos

Enquadramento de Edifícios e Espaços Livres

Identificação em Planta de:

- Construções escolares
- Vias de circulação interna para viaturas de socorro
- Pontos de reunião internos
- Posto de transformação
- Depósito de gás
- Entrada geral de água


PLANTA DE ENQUADRAMENTO
ESCOLA
N
Av Cde de Arnoso
Constantino Fernandes
R Lopes Mendonca
R Cor Marques Leitao
Lg Ribeiro Cristino
Junta de Freguesia
de S Joao de Brito
R Carlos Mayer
Água
Gás
P.T.
Igreja S Joao de Brito
- Edifícios
- Limite das Instalações
- Vias Internas para Viaturas de Socorro
- Ponto de Reunião Interno
P.T. - Posto de Transformação
Gás - Depósito de Gás
Água - Entrada Geral de Água
0
30 m
Fonte: DPC (2004) Gabinete Análise Riscos

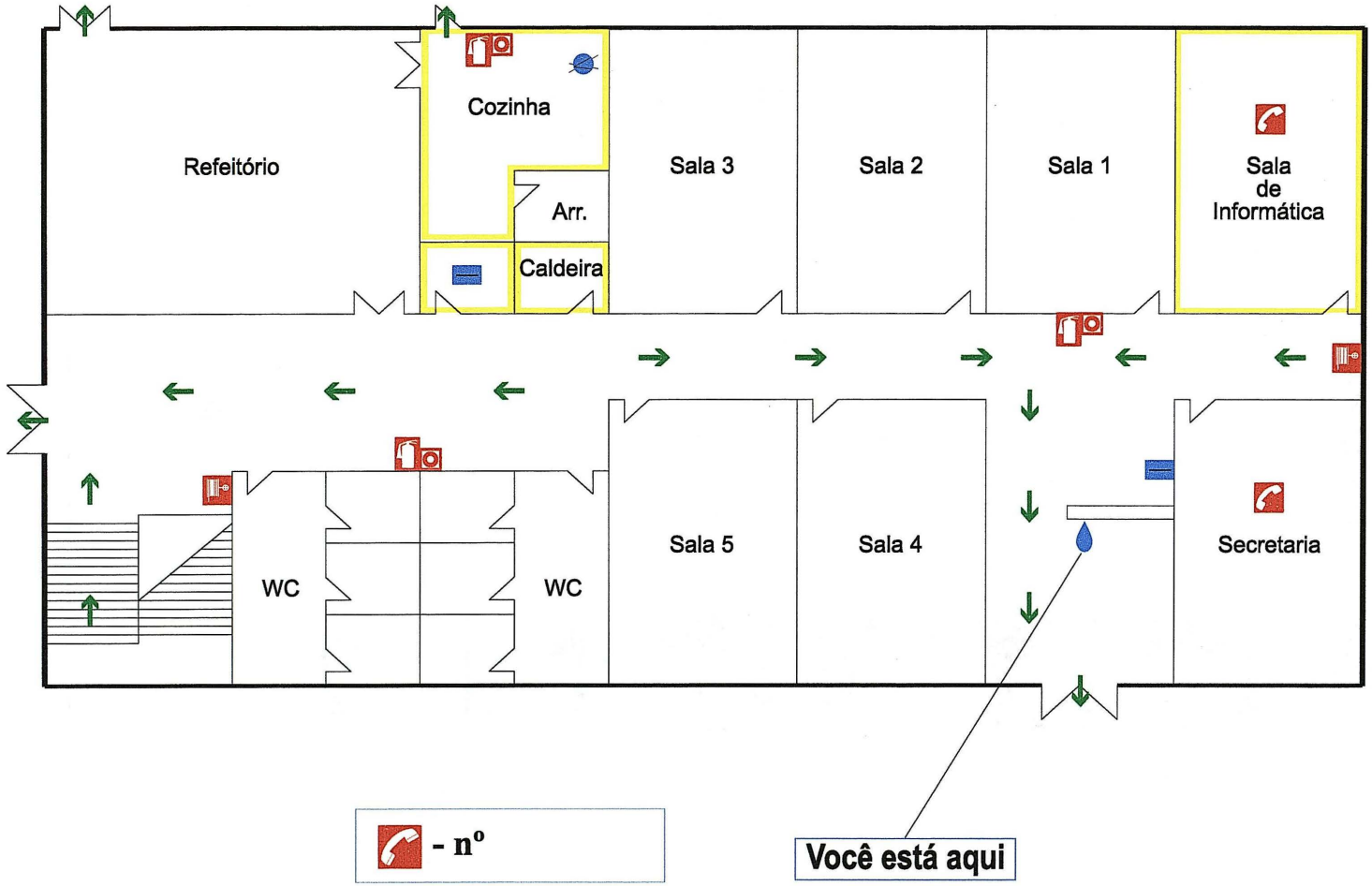
Descrição das Instalações

Identificação em Planta de:

- Meios de alarme e alerta
- Locais de risco
- Percursos de evacuação
- Saídas
- Locais de corte de energia eléctrica e gás
- Extintores e bocas de incêndio e outros equipamentos de protecção e salvamento

PLANTA DE EMERGÊNCIA

PISO 0



Fonte: DPC (2004) - Gabinete de Análise de Riscos

Simbologia a aplicar em Plantas de Emergência



- Você está aqui



- Extintor



- Boca de Incêndio



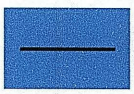
- Botão de Alarme



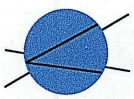
- Telefone



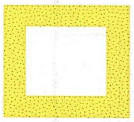
- Caminho de Evacuação



- Corte de Electricidade



- Corte de Gás



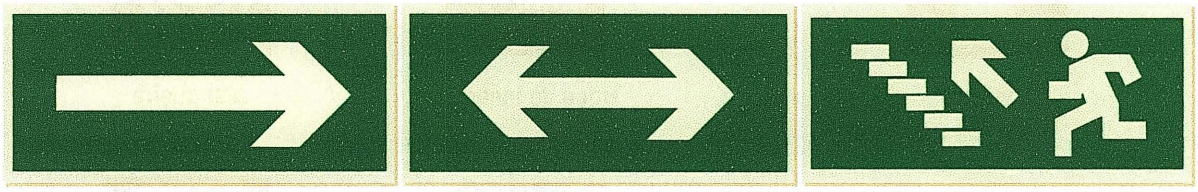
- Local de Risco

Sinalização de Segurança

para afixação em edifício

(exemplos)

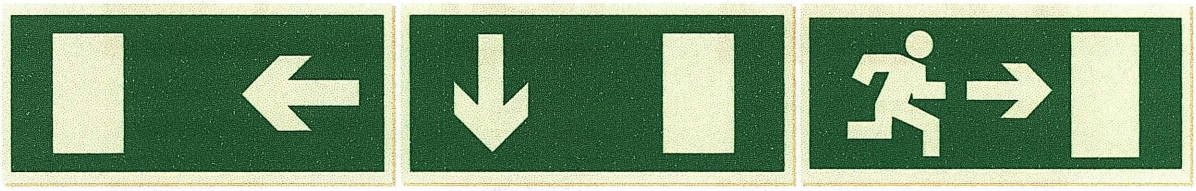
Identificação de caminhos de evacuação, saídas e equipamentos de emergência



Caminho de evacuação (à direita)

Caminho de evacuação (esquerda/direita)

Caminho de evacuação (subir escada à esquerda)



Saída de emergência (à esquerda)

Saída de emergência

Saída de emergência (à direita)



Saída de emergência (descer escada à esquerda)

Saída de emergência (deficientes)

Caminho de evacuação (deficientes)



Apoioar sobre a barra para abrir



Ponto de reunião

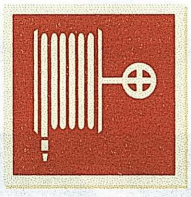


Primeiros socorros

Identificação de extintores, bocas de incêndio e equipamentos de segurança



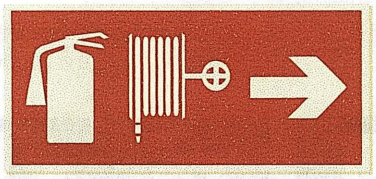
Extintor



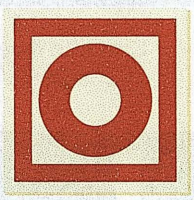
Boca de incêndio



Mangueira



Extintor e boca de incêndio
(à direita)



Botão de alarme



Telefone de emergência



Corte de energia
(quadro eléctrico)



Porta corta fogo
Manter fechada



Não usar em caso de incêndio



Válvula de fecho do gás



Quadro eléctrico
(perigo de electrocussão)

Ficha de Caracterização

Creches e Jardins de Infância

1 - IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

Escola: _____

Morada: _____

Freguesia: _____ Telefone: _____ Fax: _____

Responsável pela Segurança

Nome: _____ Cargo: _____

2 - CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO

2.1 - Aspectos Físicos

2.1.1 - Localização Geográfica

Norte: _____

Sul: _____

Leste: _____

Oeste: _____

2.1.2 - Tipo de Estabelecimento

Público ☐

Privado ☐

2.1.3 - Tipo de Ocupação do Edifício

Exclusivamente Educação ☐

Outras Funções:

Residencial ☐ Comércio / Serviços ☐

Outros _____

2.1.4 - Descrição das Instalações

Edifício Único ☐ → N.º de Pisos ☐

Pavilhões ☐ → N.º de Pavilhões ☐ → N.º Pisos ☐

N.º Salas de Aula ☐ N.º Gabinetes ☐

Cozinha ☐ Refeitório ☐ Ginásio ☐

Lavandaria ☐

Outras: _____

Parque Infantil ☐ ⟶ Área Aproximada _____ m2

Equipamentos Existentes:

Baloiços ☐

Escorregas ☐

Caixa de Areia ☐

Zona Livre ☐

Outros: _____

2.1.5 - Localização das Fontes de Energia

Equipamento	Bloco	Piso	Localização	Observações
Posto de Transformação				
Quadro Geral de Electricidade				
Quadro Parcial de Electricidade				
Depósito de Gás				
Válvula de Segurança (contador)				
Botijas de Gás				
Entrada Geral de Água				
Válvula de Segurança (contador)				

2.2 - Aspectos Humanos

2.2.1 - Tipo de Valências:

Creche ☐

Jardim de Infância ☐

ATL ☐

Outras: _____

2.2.2 - Recenseamento de Utentes

	Educadores	Vigilantes	A.S.G	Pessoal de Cozinha	Guarda	Crianças
Creche						
Jardim de Infância						
ATL						
Outros _____						

2.2.3 - Caracterização dos Grupos Etários da População Infantil

	Creche
Crianças dos 3 aos 12 meses	
Crianças dos 12 aos 24 meses	
Crianças dos 24 aos 36 meses	

	Jardim de Infância
Crianças dos 3 aos 4 anos	
Crianças dos 4 aos 5 anos	
Crianças dos 5 aos 6 anos	

	ATL

2.2.4 - Períodos de Funcionamento

Horário **Limite de** Ocupação: das _____ h às _____ h

Valência	Horário de Funcionamento
Creche	
Jardim de Infância	
ATL	
Outros _____	

3 - IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS

3.1 Internos (engloba edifícios e recinto envolvente)

Posto de Transformação ☐ _____
Quadro Geral de Electricidade ☐ _____
Quadro Parcial de Electricidade ☐ _____
Cozinha ☐ _____
Biblioteca ☐ _____
Outros ☐ _____

3.2 - Externos

Bombas de Gasolina ☐ _____
Instalações Industriais ☐ _____
Armazenagem de Combustíveis ☐ _____
Outros ☐ _____

Observações: _____

_____

4 - LEVANTAMENTO DE MEIOS E RECURSOS

4.1 - Equipamentos de 1ª Intervenção

Bocas de Incêndio

Bloco	Piso	Localização	Observações

Extintores

Bloco	Piso	Tipo	Localização	Observações

4.2 - Sistemas de iluminação e Sinalização

Sinalética ☐ _____

Blocos Autónomos ☐ _____

4.3 - Meios de Alarme e Alerta

4.3.1 - Alarme

Campainha ☐

Megafone ☐

Outro ☐ _____

4.3.2 - Alerta

Telefone dos Bombeiros ☐

4.4 - Vigilância

Diurna ☐

Nocturna ☐

5 - Acesso a Viaturas de Socorro

Normal Rua: _____

Alternativo Rua: _____

6 - Organismos de Apoio

Organismo	Telefone
PROTECÇÃO CIVIL MUNICIPAL	
BOMBEIROS	
HOSPITAL OU CENTRO DE SAÚDE	
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	

_____, _____ de _____ de 200_____

_____ _____

(Assinatura) (Cargo)

Ficha de Caracterização da Escola

1º Ciclo do Ensino Básico

1 - IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

Escola: _____

Morada: _____

Freguesia: _____ Telefone: _____ Fax: _____

Chefe de Segurança

Nome: _____ Cargo: _____

2 - CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO

2.1 - Aspectos Físicos

2.1.1 - Localização Geográfica

Norte: _____

Sul: _____

Leste: _____

Oeste: _____

2.1.2 - Tipo de Estabelecimento

Público ☐

Privado ☐

2.1.3 - Tipo de Ocupação do Edifício

Exclusivamente Escolar ☐

Outras Funções:

Residencial ☐ Comércio / Serviços ☐

Industrial ☐ Armazenagem ☐

Outros _____

2.1.4 - Descrição das Instalações

Edifício Único ☐ → N.º de Pisos ☐

Pavilhões ☐ → N.º de Pavilhões ☐ → N.º Pisos ☐

N.º Salas de Aula ☐ N.º Gabinetes ☐

Cozinha ☐ Refeitório ☐ Biblioteca ☐

Sala Informática ☐ Papelaria ☐

Outras: _____

2.1.5 - Localização das Fontes de Energia

Equipamento	Bloco	Piso	Localização	Observações
Posto de Transformação				
Quadro Geral de Electricidade				
Quadro Parcial de Electricidade				
Depósito de Gás				
Válvula de Segurança (contador)				
Botijas de Gás				
Entrada Geral de Água				
Válvula de Segurança (contador)				

2.2 - Aspectos Humanos

2.2.1 - Graus de Ensino Leccionados:

1º Ciclo ☐

Jardim de Infância ☐

Unidade Local ☐ Especificação: _____

ATL ☐

2.2.2 - Recenseamento da População Escolar

	Professores	Alunos	AAE
1º Ciclo			
Jardim de Infância			
Unidade Local			
ATL			
Outros _____			

2.2.3 - Períodos de Funcionamento

	Horário de Funcionamento
1º Ciclo	
Jardim de Infância	
Unidade Local	
ATL	
Outros _____	

3 - IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS

3.1 Internos (engloba edifícios e recinto envolvente)

Posto de Transformação ☐ _____
Quadro Geral de Electricidade ☐ _____
Quadro Parcial de Electricidade ☐ _____
Cozinha ☐ _____
Biblioteca ☐ _____
Outros ☐ _____

3.2 - Externos

Bombas de Gasolina ☐ _____
Instalações Industriais ☐ _____
Armazenagem de Combustíveis ☐ _____
Outros ☐ _____

Observações: _____

_____

4 - LEVANTAMENTO DE MEIOS E RECURSOS

4.1 - Equipamentos de 1ª Intervenção

Bocas de Incêndio Interiores

Bloco	Piso	Localização	Observações

Extintores

Bloco	Piso	Tipo	Localização	Observações

4.2 - Meios de Alarme e Alerta

4.2.1 - Alarme

Campainha ☐
Megafone ☐
Outro ☐ _____

4.2.2 - Alerta

Telefone N.º ☐

4.3 - Vigilância

Diurna ☐
Nocturna ☐

5 - Acesso a Viaturas de Socorro

Normal Rua: _____

Alternativo Rua: _____

6 - Organismos de Apoio

Organismo	Telefone
PROTECÇÃO CIVIL MUNICIPAL	
BOMBEIROS	
HOSPITAL OU CENTRO DE SAÚDE	
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	

_____, _____ de _____ de 200_____

_____ _____

(Assinatura) (Cargo)

Ficha de Caracterização da Escola

2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário

1 - IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

Escola: _____

Morada: _____

Freguesia: _____ Telefone: _____ Fax: _____

Chefe de Segurança

Nome: _____ Cargo: _____

2 - CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO

2.1 - Aspectos Físicos

2.1.1 - Localização Geográfica

Norte: _____

Sul: _____

Leste: _____

Oeste: _____

2.1.2 - Tipo de Estabelecimento

Público ☐

Privado ☐

2.1.3 - Tipo de Ocupação do Edifício

Exclusivamente Escolar ☐

Outras Funções:

Residencial ☐ Comércio / Serviços ☐

Industrial ☐ Armazenagem ☐

Outros _____

2.1.4 - Descrição das Instalações

Edifício Único ☐ → N.º de Pisos ☐

Pavilhões ☐ → N.º de Pavilhões ☐ → N.º Pisos ☐

N.º Salas de Aula ☐ N.º Gabinetes ☐

Cozinha ☐ Refeitório ☐ Biblioteca ☐

Sala Informática ☐ Papelaria ☐

Outras: _____

2.1.5 - Localização das Fontes de Energia

Equipamento	Bloco	Piso	Localização	Observações
Posto de Transformação				
Quadro Geral de Electricidade				
Quadro Parcial de Electricidade				
Depósito de Gás				
Válvula de Segurança (contador)				
Botijas de Gás				
Entrada Geral de Água				
Válvula de Segurança (contador)				

2.2 - Aspectos Humanos

2.2.1 - Graus de Ensino Leccionados:

5º ☐ 6º ☐ 7º ☐ 8º ☐ 9º ☐

10º ☐ 11º ☐ 12º ☐

2.2.2 - Recenseamento da População Escolar

	Períodos de Funcionamento		
	Manhã	Tarde	Noite
Alunos			
Professores			
Funcionários			

3 - IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS

3.1 Internos (engloba edifícios e recinto envolvente)

Posto de Transformação ☐ _____
Quadro Geral de Electricidade ☐ _____
Quadro Parcial de Electricidade ☐ _____
Cozinha ☐ _____
Biblioteca ☐ _____
Outros ☐ _____

3.2 - Externos

Bombas de Gasolina ☐ _____
Instalações Industriais ☐ _____
Armazenagem de Combustíveis ☐ _____
Outros ☐ _____

Observações: _____

_____

_____

_____

_____

4 - LEVANTAMENTO DE MEIOS E RECURSOS

4.1 - Equipamentos de 1ª Intervenção

Bocas de Incêndio Interiores

Bloco	Piso	Localização	Observações

Extintores

Bloco	Piso	Tipo	Localização	Observações

4.2 - Meios de Alarme e Alerta

4.2.1 - Alarme

Campainha ☐
Megafone ☐
Outro ☐ _____

4.2.2 - Alerta

Telefone N.º ☐

4.3 - Vigilância

Diurna ☐
Nocturna ☐

5 - Acesso a Viaturas de Socorro

Normal Rua: _____

Alternativo Rua: _____

6 - Organismos de Apoio

Organismo	Telefone
PROTECÇÃO CIVIL MUNICIPAL	
BOMBEIROS	
HOSPITAL OU CENTRO DE SAÚDE	
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	

_____, _____ de _____ de 200_____

_____ _____

(Assinatura) (Cargo)

Alterações nas Instalações

Descrição dos Trabalhos	Empreiteiro	Técnico Responsável	Data	Anexo

Fonte: *Caderno de Registo da Segurança*, Ministério da Educação

FalsosAlarmes / Anomalias / Incidentes

Anomalias / Incidentes		Data	Soluções Adoptadas		Data
Instalações	Humanas		Instalações	Humanas	

Fonte: *Caderno de Registo da Segurança*, Ministério da Educação

Verificação das Instalações Técnicas e de Segurança

Manutenção e Conservação

Bocas de Incêndio	Extintores	Instalações e Equipamentos Gás	Instalações e Equipamentos Eléctricos	Ascensores	Outras	Entidade Inspectora	Data	Soluções Adoptadas	Anexo

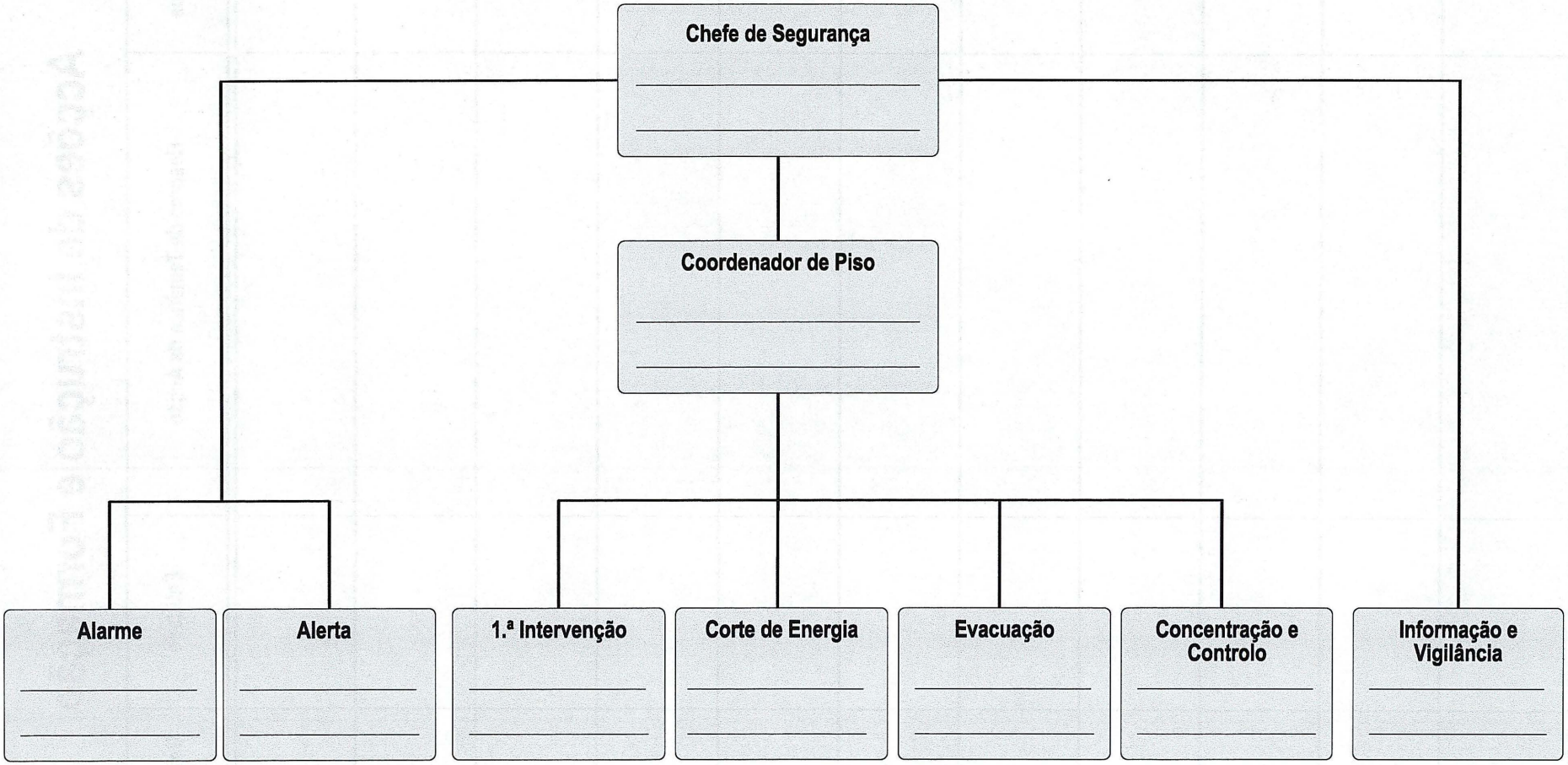
Fonte: *Caderno de Registo da Segurança*, Ministério da Educação

Acções de Instrução e Formação

Destinatários	Resumo da Temática da Acção	Entidade	Data	Anexo

Fonte: *Caderno de Registo da Segurança*, Ministério da Educação

Estrutura Interna de Segurança



INSTRUÇÕES GERAIS DE SEGURANÇA



1



2



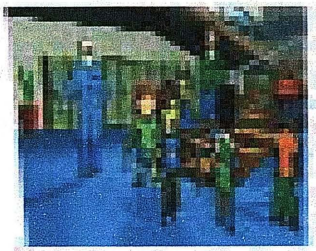
3



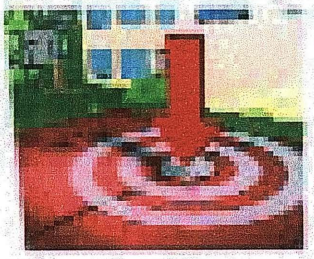
4



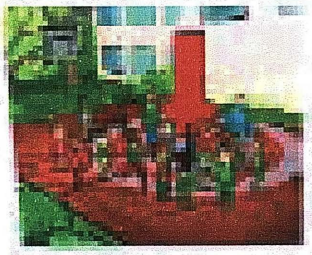
5



6



7



8





9

Instruções Especiais

CHEFE DE SEGURANÇA
- Avalia a situação de emergência e decide se é necessário efectuar a evacuação das instalações.
- Em caso de decisão de evacuação do edifício, avisa os coordenadores de piso.
- Dá ordem para avisar os bombeiros.
- Dá ordem para que sejam efectuados os cortes de energia.

COORDENADORES DE PISO OU BLOCO
- Coordena a actuação das equipas de intervenção.
- Dá ordem para que sejam efectuados os cortes parciais de corrente eléctrica e gás.
- Verifica se alguém ficou retido nas instalações e informa o chefe de segurança de eventuais anomalias.

EQUIPAS DE INTERVENÇÃO

Alarme
- Acciona o sistema de alarme convencionado

Alerta
- Avisa os bombeiros, cujo número de telefone deverá constar em local bem visível e de fácil acesso.

1.ª intervenção
- Utiliza os extintores e/ou bocas de incêndio.
- Caso não consiga dominar a situação, fecha as portas e janelas do compartimento e aguarda a chegada dos Bombeiros, acautelando a sua segurança pessoal.

Corte de energia
- Ao ouvir o sinal de alarme, desliga o quadro eléctrico geral e/ou quadros parciais e procede ao fecho das válvulas de gás.

Evacuação
- Coordena a evacuação de pessoas para o exterior, conforme definido nas instruções de segurança.
- Certifica-se da saída de todos os ocupantes.
- Dirige-se ao ponto de reunião e não permite o regresso ao local sinistrado.

Informação e vigilância
- Dirige-se para o local de acesso a viaturas de socorro a fim de indicar aos bombeiros o percurso para a zona acidentada e outras informações sobre eventuais sinistrados.
- Regula a circulação interna de viaturas, mantendo livres os acessos.

Concentração e controlo
- Desloca-se para o ponto de reunião de pessoas para recolha de informação sobre eventuais desaparecidos e informa o chefe de segurança e/ou os bombeiros da situação.

Instruções Particulares

COZINHAS

Se ocorrer um incêndio
- Avise a pessoa mais próxima
- Feche o gás na válvula de corte geral.
- Utilize o extintor instalado, de acordo com as instruções de actuação.
- Corte a corrente eléctrica no quadro parcial.
- Caso não consiga dominar a situação, feche as portas e janelas e comunique imediatamente o acidente à direcção da escola.

Se ocorrer uma fuga de gás
- Desligue a válvula. Não faça lume. Não accione nenhum interruptor.
- Abra as portas e janelas.
- Abandone o local
- Comunique o acidente à direcção da escola

LABORATÓRIOS

Se ocorrer um incêndio
- Actue sobre o foco de incêndio com o meio

de extinção adequado, de acordo com o seguinte quadro:

Fogo	Procedimentos Agente extintor
Matérias sólidas	Manta kevlar ou extintor instalado
Líquidos ou sólidos liquefeitos	Extintor instalado. Nunca utilizar água.
Gases	Corte da fonte. Extintor instalado.
Metais	Areia seca ou extintor instalado
Material eléctrico	Corte da corrente. Extintor instalado.

Caso não consiga dominar a situação
- Feche as portas e janelas.
- Comunique imediatamente o acidente à direcção da escola.
- Abandone a sala.

Se ocorrer uma fuga de gás
- Feche as válvulas de segurança.
- Areje a sala, abrindo portas e janelas.
- Não acenda fósforos ou isqueiros, nem accione interruptores.
- Comunique o acidente imediatamente à direcção da Escola.
- Abandone o laboratório.

Se ocorrer um derrame
- Recolha ou neutralize a substância derramada, de acordo com as recomendações presentes no Kit de Derrame ou Manual de Segurança.
- Abandone o laboratório.
- Proceda à contenção do derrame e à recolha do produto, utilizando material absorvente adequado (por exemplo, areia).

Cumpra as regras de 1.ºs socorros, afixadas no laboratório.
Comunique ao professor qualquer acidente que ocorra, mesmo que seja aparentemente de pequena importância.

QUADRO ELÉCTRICO

Medidas preventivas
- Verificar regularmente o funcionamento, providenciando de imediato às reparações necessárias por pessoal habilitado.
- Proceder à substituição das chapas de identificação dos disjuntores sempre que necessário.
- Manter desobstruído o acesso aos quadros, não permitindo a acumulação de objectos combustíveis nas sua proximidades;

Se ocorrer um incêndio
- Ataque o incêndio com extintor adequado, sem correr riscos.
- Nunca utilize água ou outros agentes à base de água (espumas).
- Caso não consiga extinguir o incêndio, abandone o local, fechando as portas.

TERMOACUMULADOR

Normas de actuação
- Corte a corrente antes de abrir as tampas dos termostatos e não ligue novamente sem que as tampas estajam colocadas.
- Se houver descarga na válvula de segurança ou a água sair demasiado quente, chame de imediato os serviços técnicos.
- Corte a energia eléctrica quando o alarme tocar e chame os serviços técnicos;
- Se o termostato disparar, não o lige de novo sem consultar os serviços técnicos.

Avaliação de Exercícios e Simulacros

Local: _____

Data: _____ / _____ / 200____ **Hora:** _____ h _____ m **Tempo de Evacuação:** _____ m

Modalidade de Organização

Exercício ☐ Observações: _____

Simulacro ☐ _____

Entidades Intervenientes

RSB ☐ Observações: _____

BV ☐ _____

PSP ☐ _____

SMPC ☐ _____

Outros: _____ _____

Aplicação das Instruções Gerais	**Sim**	**Não**	**Observações**
Todos ouviram o sinal de alarme?	☐	☐	_____
Foi dado o alerta?	☐	☐	_____
As instalações foram totalmente evacuadas?	☐	☐	_____
Foram utilizados os meios de 1ª intervenção?	☐	☐	_____
Foi feito o corte de energia?	☐	☐	_____
Os elevadores foram utilizados?	☐	☐	_____
Todos respeitaram o conselho de não voltar atrás?	☐	☐	_____
Compareceram todos no local de reunião?	☐	☐	_____
Foi feita a contagem das pessoas?	☐	☐	_____
A informação foi a adequada?	☐	☐	_____
A vigilância foi feita de forma correcta?	☐	☐	_____

Comportamento das Pessoas			
Evacuação imediata	☐	☐	_____
Feita de forma correcta	☐	☐	_____

Aplicação das Instruções Particulares (laboratórios, cozinhas, etc - conforme o cenário)

Foram aplicadas de forma correcta	☐	☐	_____
			_____
			_____

Instalações Técnicas	**Sim**	**Não**	**Observações**
Os equipamentos de alarme ou de detecção de incêndio funcionaram (portas automáticas, desenfumagem,etc)?	☐	☐	
Hidrantes (funcionamento)			
Marcos de Água	☐	☐	
Bocas de Incêndio exteriores	☐	☐	

Aspectos a Melhorar:

Preenchido por: _____

Referências legislativas e bibliográficas

- Decreto-Lei n.º 414/98 de 31 de Dezembro – Regulamento de segurança contra incêndio em edifícios escolares

- Portaria n.º 1444/2002, de 7 de Novembro – Normas de segurança contra incêndio a observar na exploração de estabelecimentos escolares

- Norma Portuguesa 4386/2001, Instituto Português de Qualidade – Equipamentos de segurança e de combate a incêndio, símbolos gráficos para as plantas de emergência de segurança contra incêndio – especificação

- Caderno de Registo da Segurança, Ministério da Educação

Co-edição
Câmara Municipal de Lisboa - Departamento de Protecção Civil
Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil

Coordenação
Ana Lencastre
Isabel Pimentel

Revisão técnica
Alberto Militão
Américo Fernandes
José Gato
Teresa Guerreiro

Design
oxigeniodesign.com

Impressão

Depósito legal

ISBN
972-99748-0-2

1ª Edição (1995)
Tiragem: 10000 exemplares

2ª Edição Revista (1999)
Tiragem: 10000 exemplares

3ª Edição (2000)
Tiragem: 5000 exemplares

4ª Edição Revista
Tiragem: 7500 exemplares

Lisboa, _____ 2005

Direcção Municipal de Protecção Civil, Segurança e Tráfego
Departamento de Protecção Civil
Rua Cardeal Saraiva 1070-045 Lisboa
Tel. 21 782 52 00 Fax 21 726 85 89
E-mail: smpc@cm-lisboa.pt

Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil
Av. do Forte em Carnaxide
2794-112 Carnaxide
Tel. 21 424 71 00 Fax 21 424 71 80
www.snbpc.pt

© Município de Lisboa

AVISO: O texto incluído nesta publicação está protegido por direitos de autor. O titular do direito de autor, permite, através deste instrumento, a utilização da sua obra para uso exclusivamente em estabelecimentos de ensino. Todos os demais direitos são reservados e carecem de autorização do titular.

Telefones úteis

Câmara Municipal de Salvaterra de Magos	263 500 020
Serviços de Piquete da Câmara Municipal	919 852 581
Serviço Municipal de Protecção Civil	263 500 023
Escola Segura	963 848 349 / 350
G.N.R. de Salvaterra de Magos	263 504 118
G. N. R. de Marinhais	263 590 170
Bombeiros Voluntários de Salvaterra de Magos	263 504 463
Bombeiros Voluntários - Secção de Muge	243 581 294
Hospital de Benavente	263 516 173
Urgências de Benavente	263 516 775
Hospital de Santarém	243 300 200

Câmara Municipal de Salvaterra de Magos

Serviço Municipal de Protecção Civil
Gabinete de Protecção Civil

A Protecção Civil vai à escola



Câmara Municipal de Salvaterra de Magos

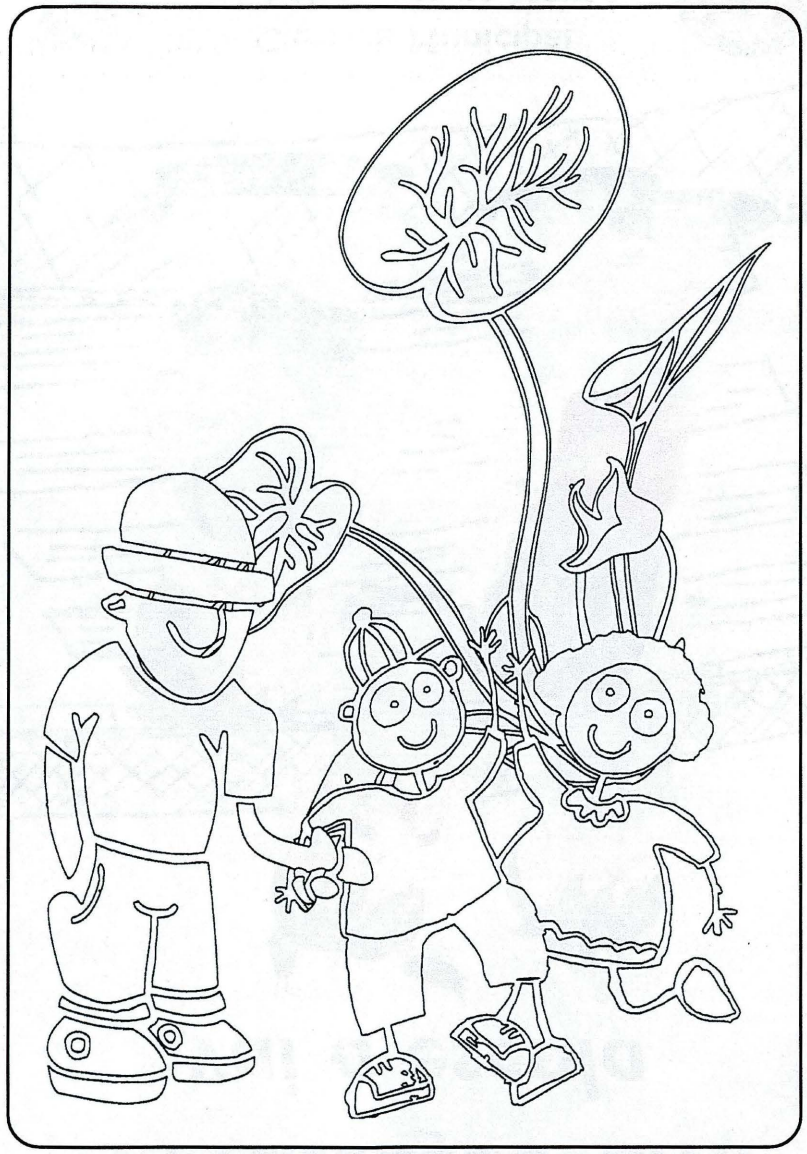
Serviço Municipal de Protecção Civil
Gabinete de Protecção Civil

Olá!

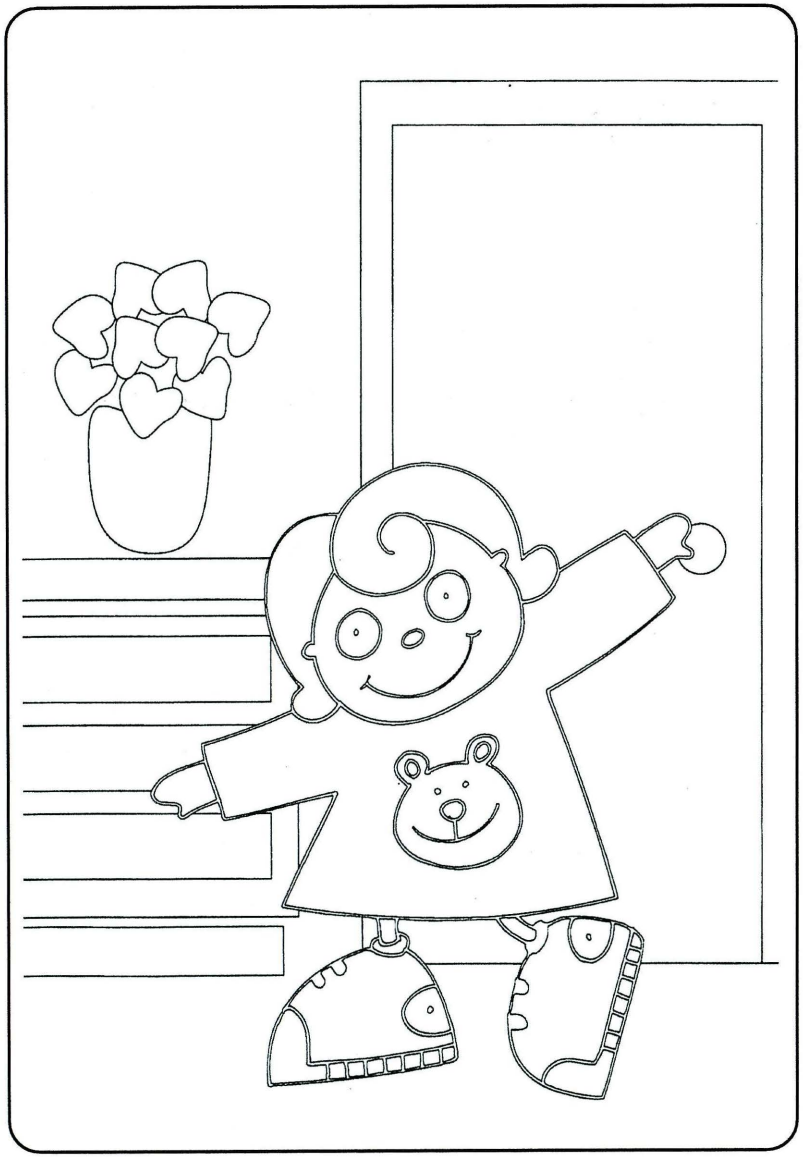
A Câmara Municipal
de Salvaterra de Magos, através
do Gabinete de Protecção Civil,
elaborou este livro para pintares
e aprenderes algumas regras
de segurança, não só para a tua
protecção, como a dos que
te rodeiam.

Diverte-te, aprende e divulga

2004/2005



Não aceites dinheiro, guloseimas ou outro tipo de ofertas de pessoas que não conheças.



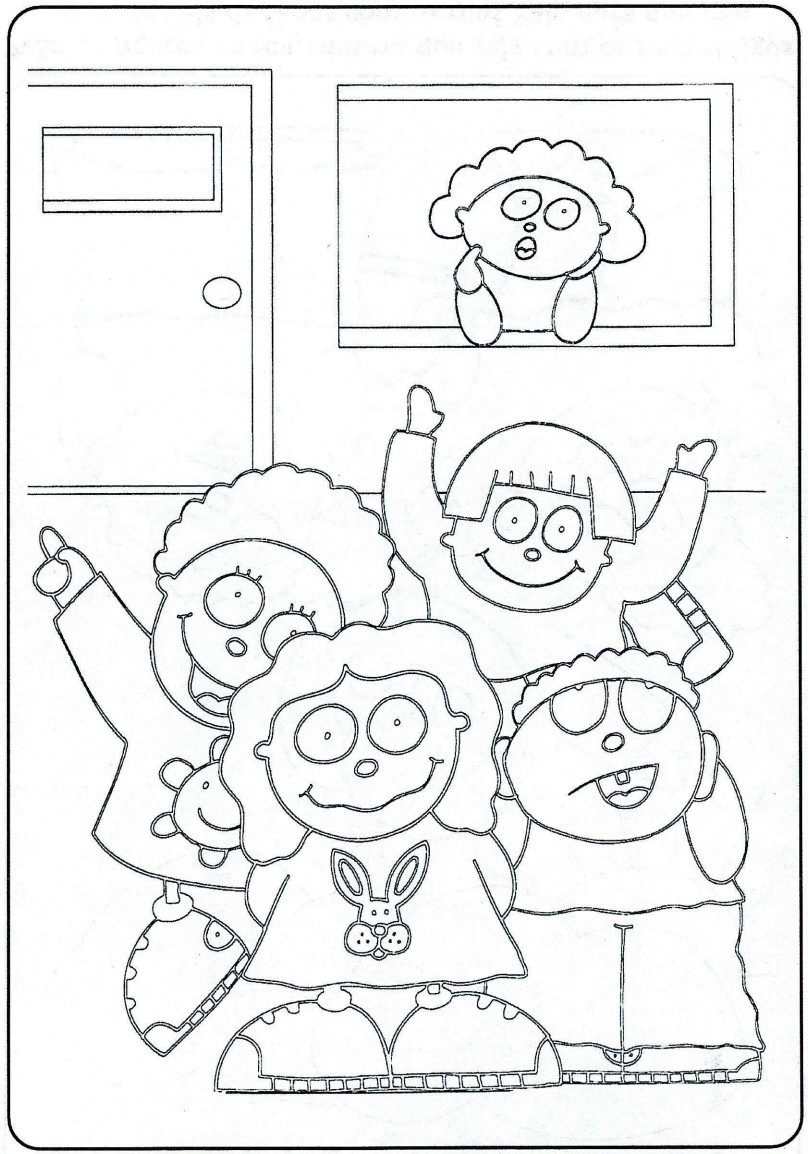
Aprende a abrir e fechar as portas e janelas da tua casa com o trinco.



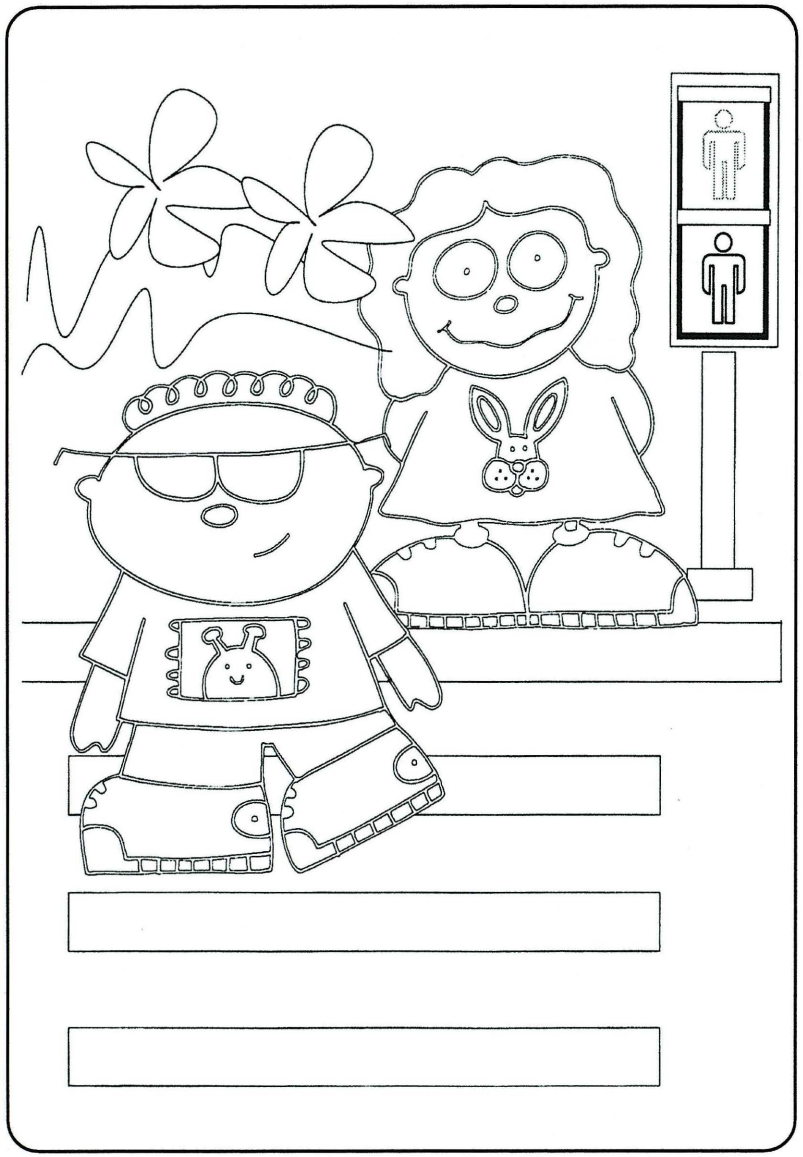
Não comentes na rua, mesmo que seja com os teus amigos, quando vais de férias com os teus Pais, para que não se saiba que a casa vai ficar vazia.



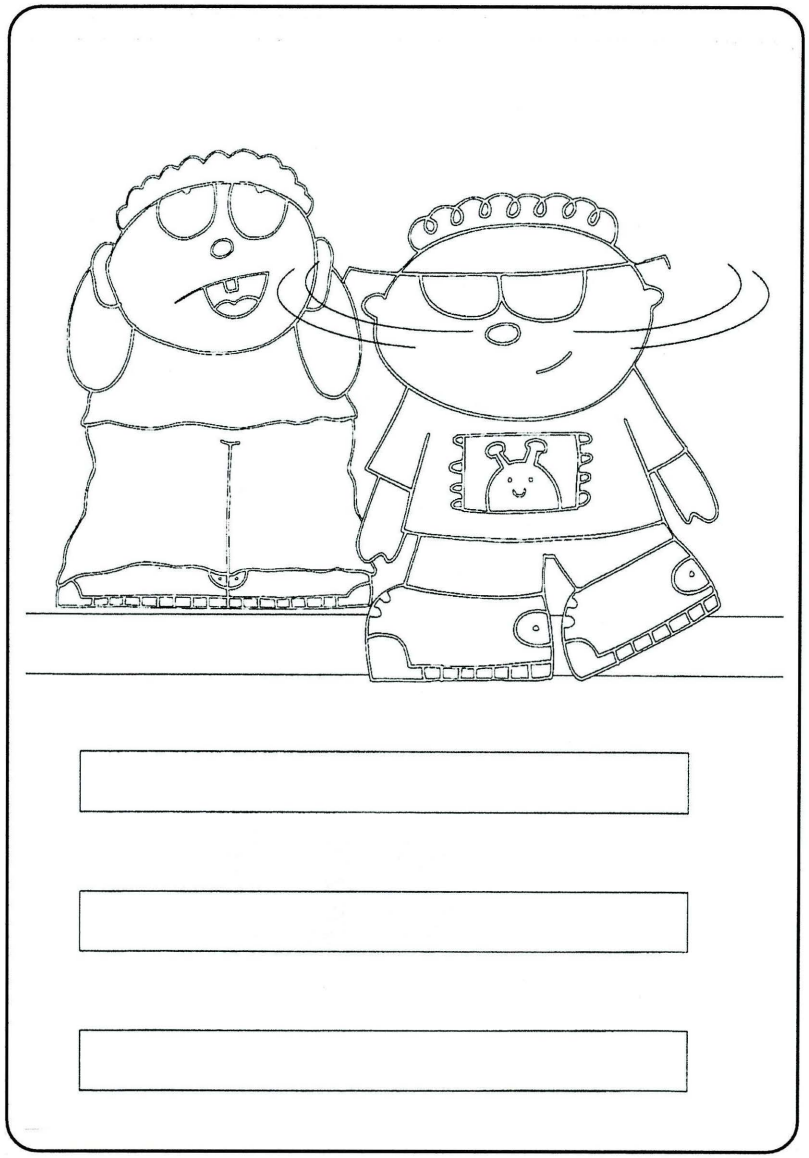
Na rua brinca com um amigo, não brinques sozinho.



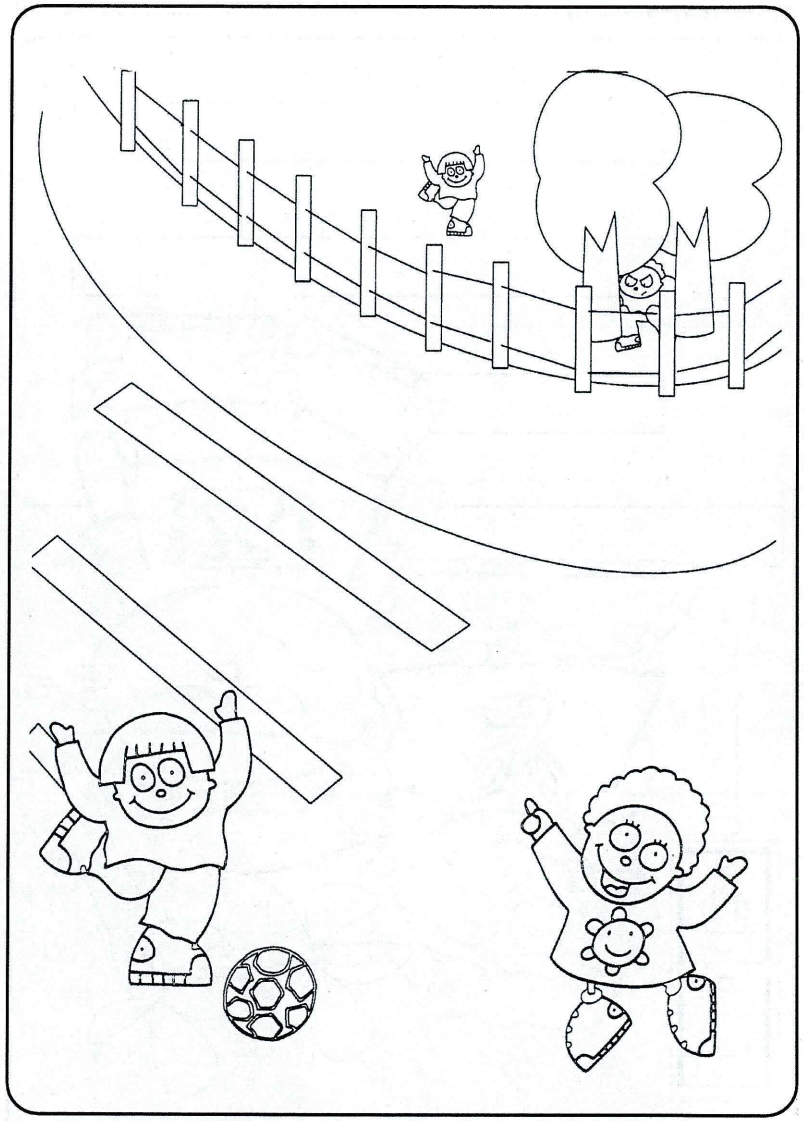
Diz sempre aos teus Pais, para onde vais brincar.
Eles são os teus melhores amigos.



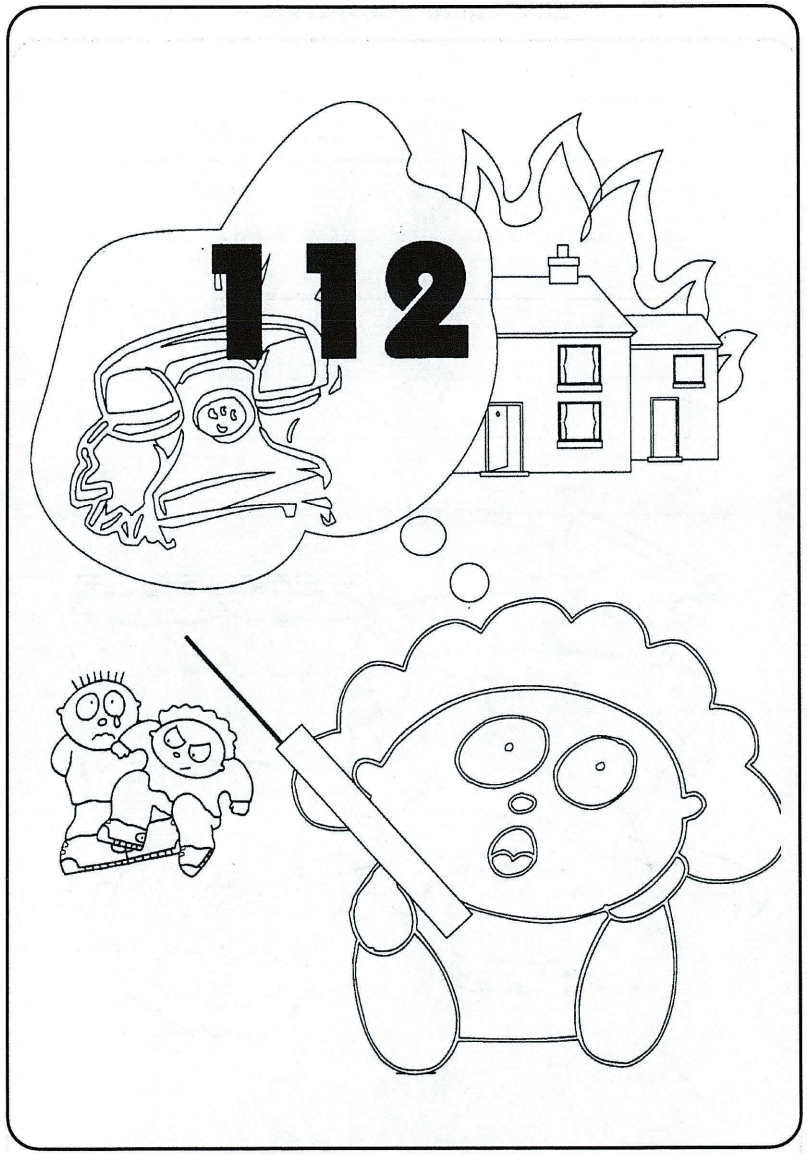
Atravessa a rua só nas passadeiras e quando houver sinalização luminosa verifica se o sinal está verde para os peões.



A passadeira - muito bem!
Mas antes... Olha à esquerda e à direita.



A rua é perigosa! Não corras atrás da bola.
Brinca nos jardins ou em locais onde não haja circulação de veículos automóveis.



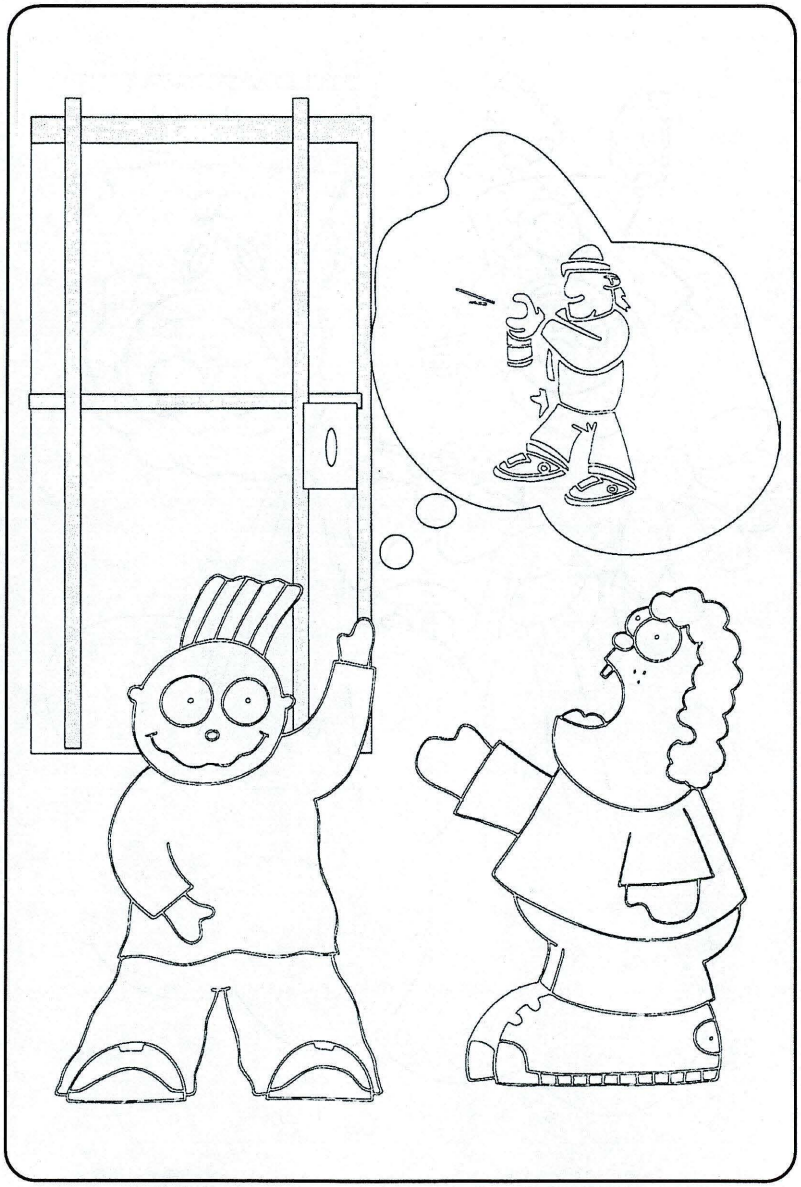
Há um incêndio, um acidente ou uma briga?
Telefona para o 112.



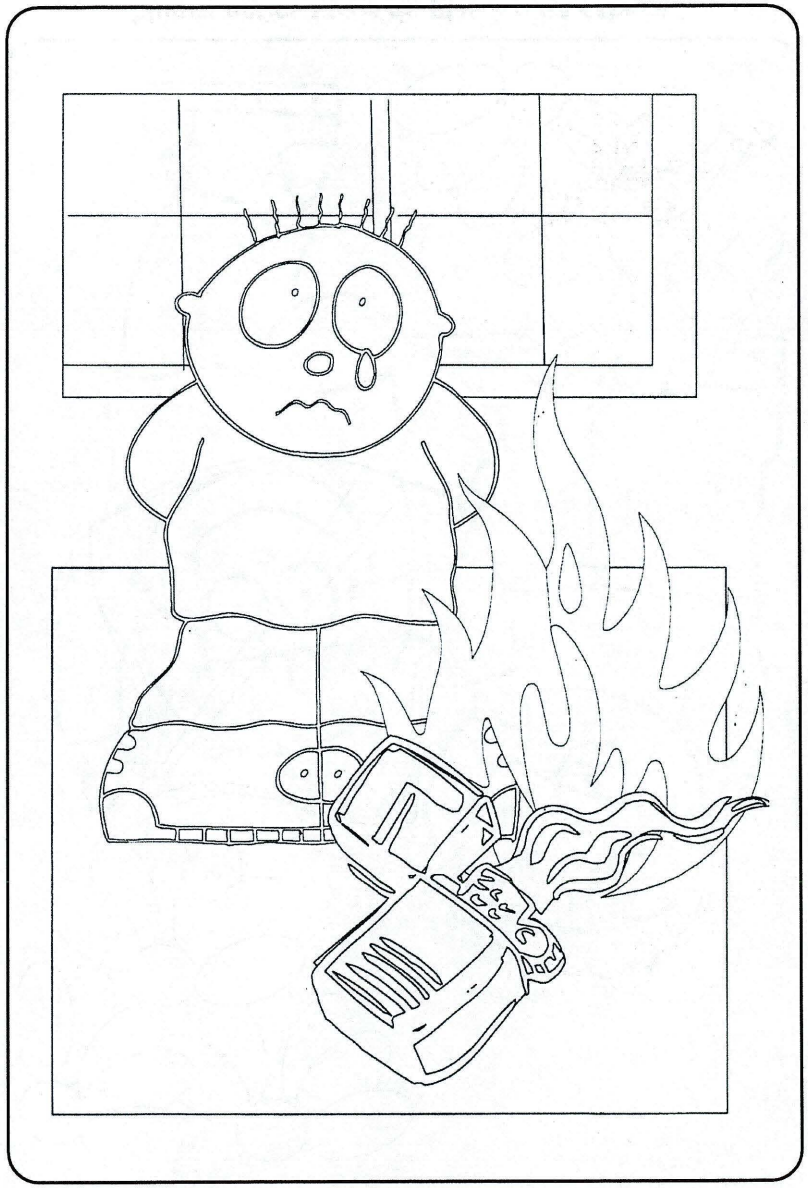
Nunca mostres que tens dinheiro contigo!



**Nunca enfies sacos de plástico na cabeça.
Podes ficar asfixiado.**



Nunca abras a porta a desconhecidos.



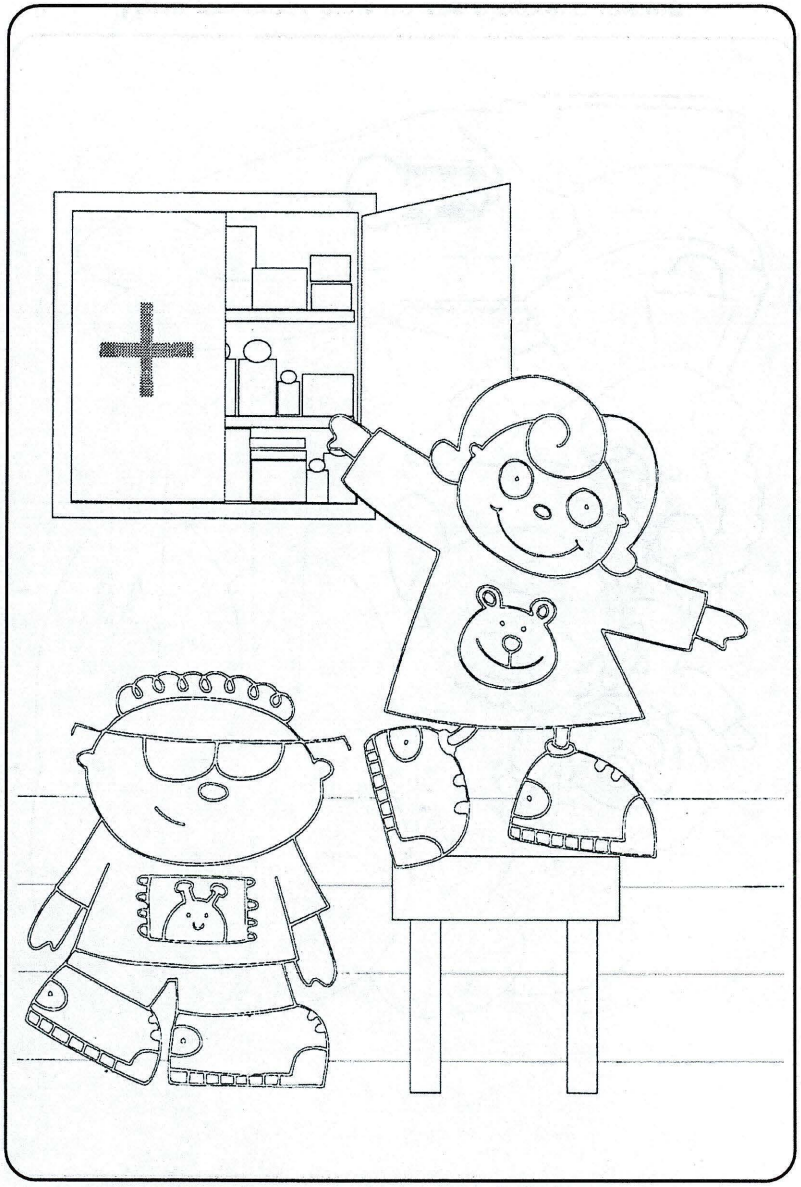
Não brinques com fósforos ou isqueiros.



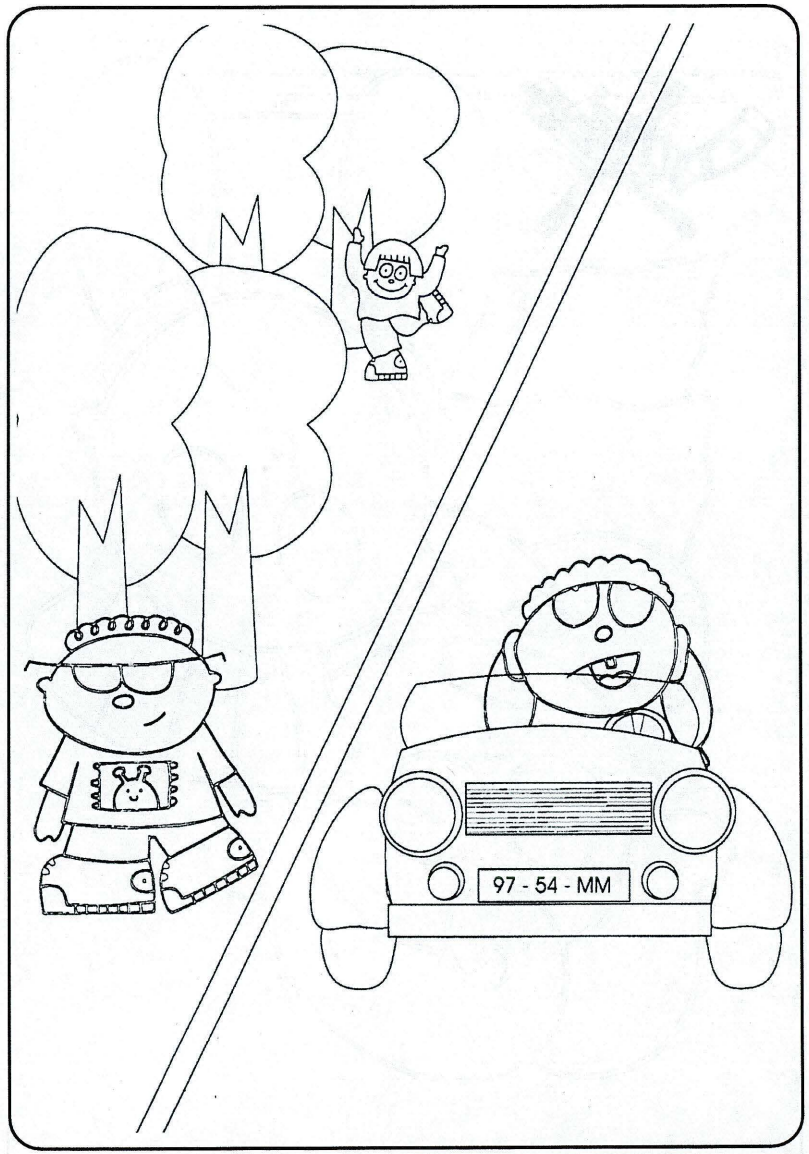
Uma granada? Não deixes ninguém mexer.
Avisa os teus Pais.



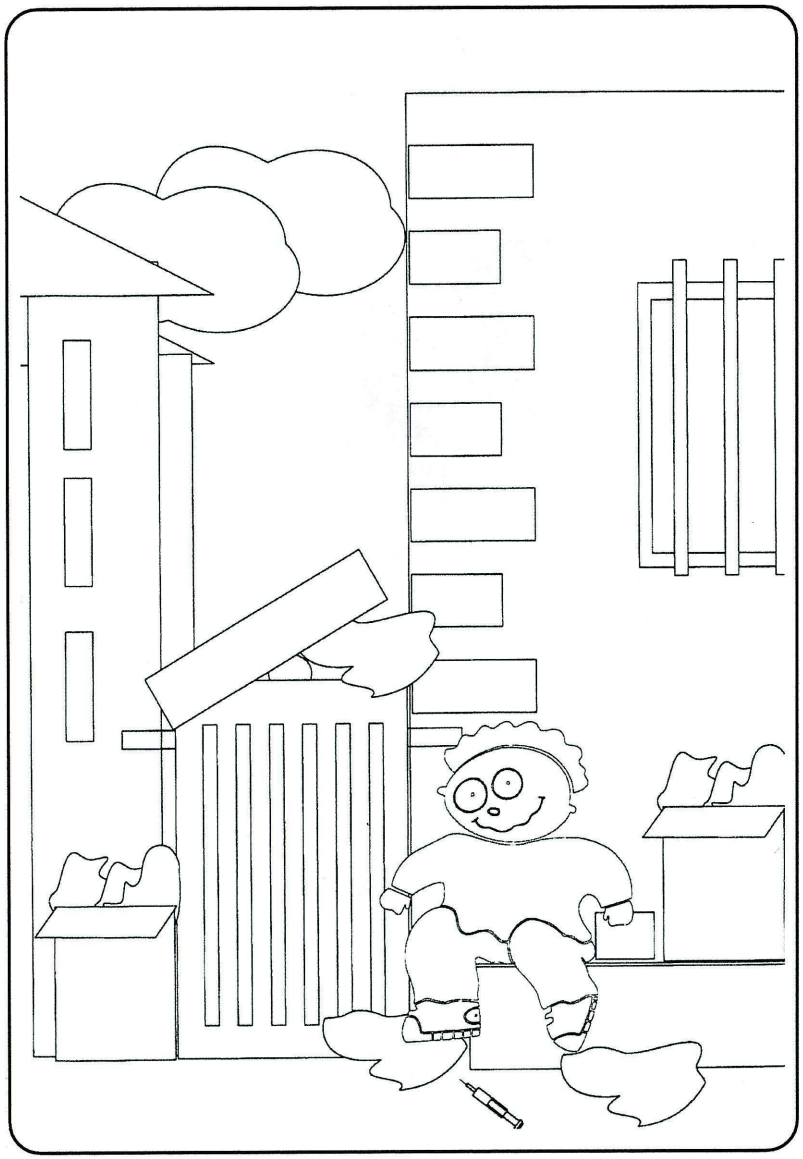
Não mexas em armas ou facas.



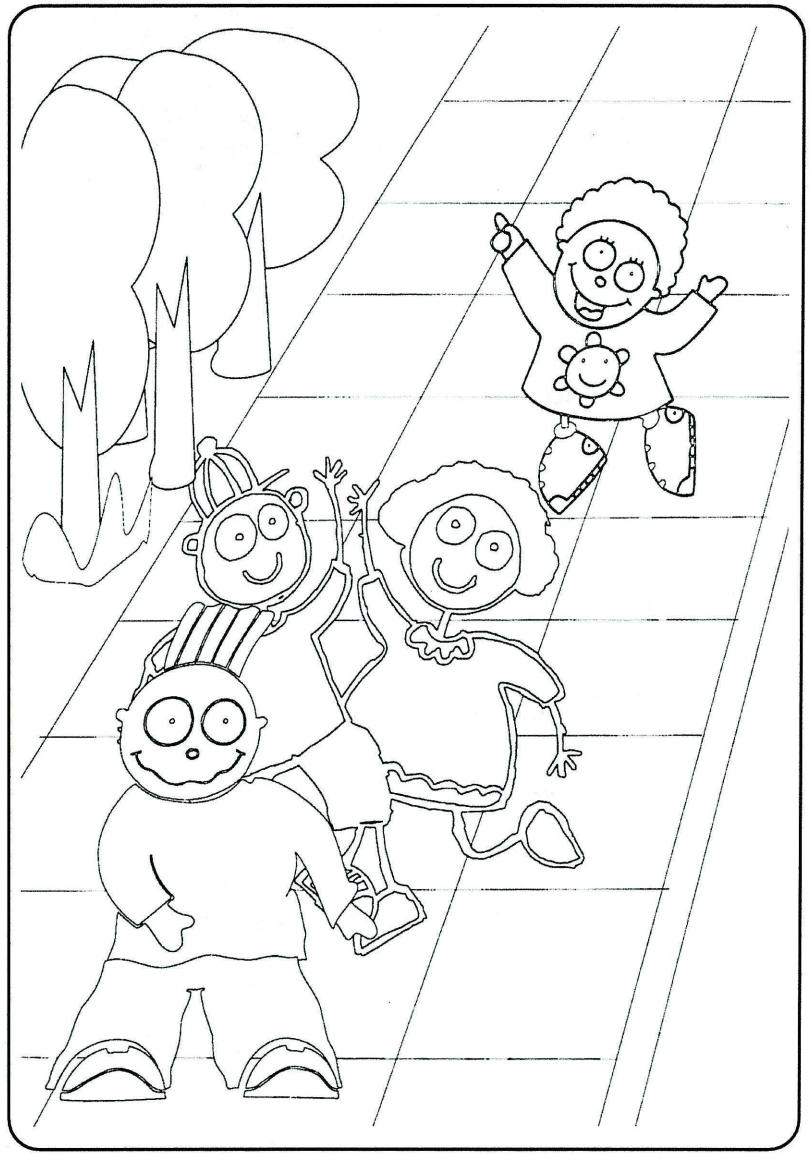
Não mexas em remédios podem fazer-te mal.



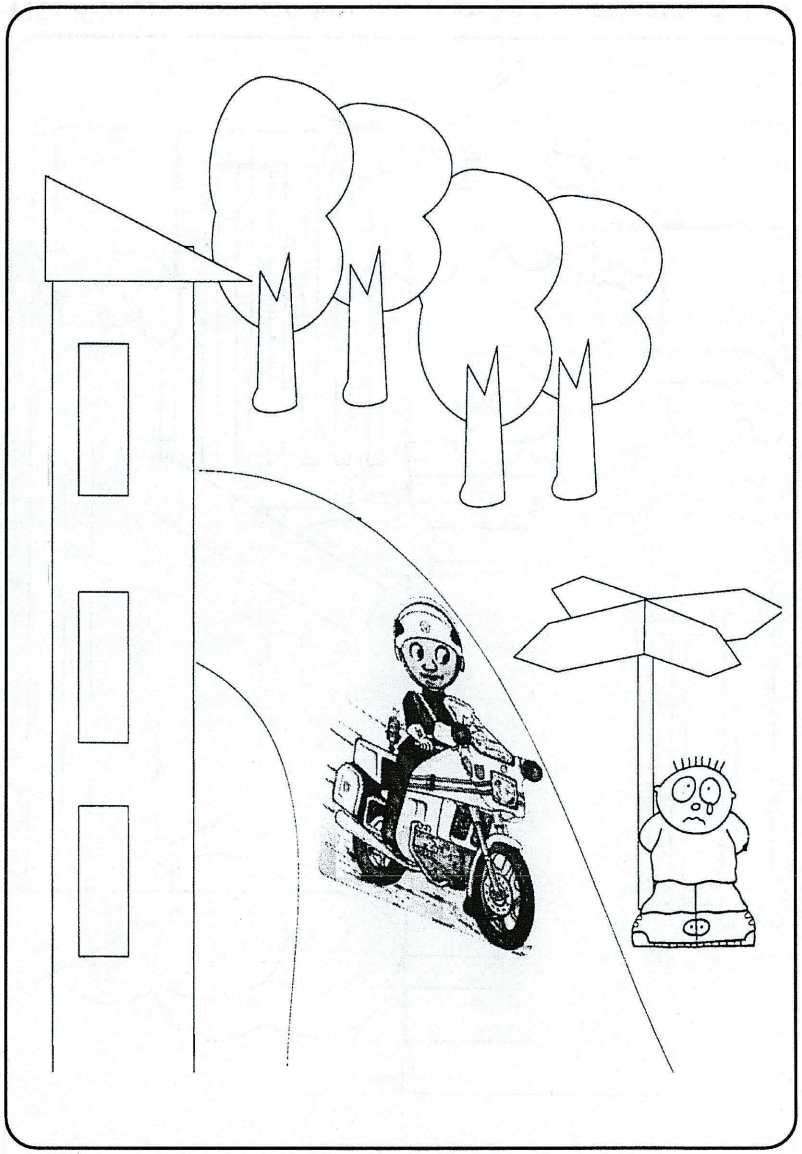
Não aceites boleia de pessoas que não conheces, mesmo que sejam muito simpáticas contigo.



Não brinques em ruas desertas, nem junto a caixotes de lixo.
Se encontrares seringas não lhes toques.



Não andes sozinho na Rua.
Anda sempre com amigos.



Se precisares de ajuda,
lembra-te que o Guarda é teu amigo.

Agora que já pintaste o teu livro, não esqueças as regras de segurança que aqui aprendeste.

Põe-nas em prática e divulga-as junto dos teus amigos.

Assim serás um elemento válido na comunidade onde vives.

Protegendo-te, contribuis para a protecção dos que te rodeiam.

A PROTECÇÃO CIVIL está cá para te ajudar.

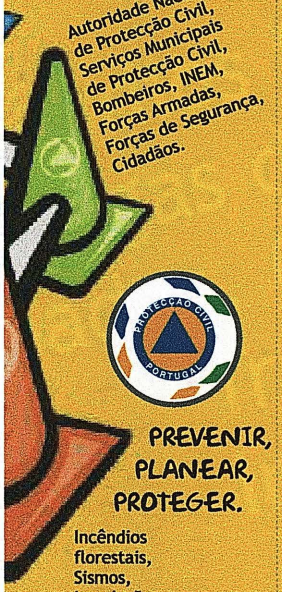
BOA SORTE.

ANEXO 4

A EXPERIÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL

A PROTECÇÃO CIVIL É UMA TAREFA DE TODOS NÓS!

Autoridade Nacional de Protecção Civil, Serviços Municipais de Protecção Civil, Bombeiros, INEM, Forças Armadas, Forças de Segurança, Cidadãos.



PREVENIR, PLANEAR, PROTEGER.

Incêndios florestais, Sismos, Inundações, Vagas de Frio, Ondas de Calor, Secas, Trovoadas, Ciclones, Tornados, Acidentes Industriais, Transporte de Matérias Perigosas.

Autoridade Nacional de Protecção Civil

Av. do Forte em Carnaxide
2795 - 112 Carnaxide
Tel: 21 4165100 - Fax: 21 4165151
geral@prociv.pt - www.proteccaocivil.pt

CLUBE de PROTECÇÃO CIVIL

A PROTECÇÃO CIVIL SOMOS TODOS NÓS!

CLUBE de PROTECÇÃO CIVIL

PORQUÊ?

PELA SEGURANÇA

As escolas são espaços colectivos dotados de regras de segurança.

O Plano de Emergência deve ser partilhado por toda a comunidade educativa na elaboração, actualização e operacionalização.

PREVENIR, PLANEAR, PROTEGER.

COMO?

ATRAVÉS DA PROTECÇÃO CIVIL

Conhecer os riscos, prever os seus efeitos e interiorizar comportamentos de autoprotecção.

A PROTECÇÃO CIVIL SOMOS TODOS NÓS!

ONDE?

NO CLUBE DE PROTECÇÃO CIVIL

No espaço das actividades de enriquecimento curricular, através de sessões, projectos, actividades, exercícios e jogos.

A PROTECÇÃO CIVIL É UMA TAREFA DE TODOS PARA TODOS!

CLUBE de PROTECÇÃO CIVIL

A PROTECÇÃO CIVIL É UMA TAREFA DE TODOS PARA TODOS!

CLUBE DE PROTECÇÃO CIVIL



ESTE É O ESPAÇO DO CLUBE DE PROTECÇÃO CIVIL NO WEBSITE DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL.

PODERÁ ENCONTRAR AQUI INFORMAÇÕES SOBRE OS RISCOS, PROPOSTAS DE TRABALHO, CONTEÚDOS E MATERIAIS QUE LHE SERÃO MUITO ÚTEIS.

CLUBE DE PROTECÇÃO CIVIL



Folhetos

- **INUNDAÇÕES** — Sabes o que fazer?
- **SISMOS** — Estás preparado?
- **INCÊNDIO NA FLORESTA** — Sabes como evitar?
- **INCÊNDIOS EM CASA** — Sabes o que fazer?
- **CAMPO E MONTANHA** — Passear em Segurança
- **INCÊNDIOS NA ESCOLA** — Sabes o que fazer?
- **SECA** — Vamos poupar água?

Mais informação no site da ANPC

CLUBE DE PROTECÇÃO CIVIL



Plano

PLANO DE EMERGÊNCIA
Pdf com o plano de emergência Escolar

BIBLIOGRAFIA

Actividades

ATELIERS
CINEMATECA
CLUBE ABERTO
EFEMÉRIDES
GINCANA DA SEGURANÇA
JOGO INTERACTIVO
OFICINAS
PAINEL INFORMATIVO

Materiais

PREVENÇÃO E DESENVOLVIMENTO
MUDANÇAS CLIMÁTICAS RISCOS
INCENDIOS O QUE PODEMOS FAZER
SECA O QUE PODEMOS FAZER
SISMOS O QUE PODEMOS FAZER
INUNDAÇÕES O QUE PODEMOS FAZER

CLUBE DE PROTECÇÃO CIVIL



ANPC

RECURSOS DE PROTECÇÃO CIVIL
OPERAÇÕES DE SOCORRO - COMANDOS NACIONAIS E DISTRITAIS
PLANEAMENTO DE EMERGÊNCIA
BOMBEIROS

Agentes

CORPOS DE BOMBEIROS
FORÇAS DE SEGURANÇA
FORÇAS ARMADAS
AUTORIDADE MARÍTIMA
AUTORIDADE AERONÁUTICA
INEM
SAPADORES FLORESTAIS

Cooperação

CRUZ VERMELHA PORTUGUESA;
ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS;
SERVIÇO DE SEGURANÇA;
INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL;
INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA;
INSTITUIÇÕES COM FINS DE SOCORRO E DE SOLIDARIEDADE;
ORGANISMOS RESPONSÁVEIS PELAS FLORESTAS, CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, INDUSTRIA E ENERGIA, TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES, RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE;
SERVIÇOS DE SEGURANÇA E SOCORRO PRIVATIVOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS, DOS PORTOS E AEROPORTOS.

abes o que fazer se te deparares om fumo ou chamas?

m caso de incêndio nunca utilizes os elevadores. pelas escadas.

e houver fumo anda agachado ou de gatas; rto do chão respiras melhor. Se puderes protege oca com um pano, de eferência húmido, e spira através dele.



e uma **porta** estiver **ente** não a abras, de haver fogo ou fumo enso do outro lado.

Mesmo que esteja **fria** re-a com cuidado, pois pode ser necessário chá-la rapidamente. Podes encontrar chamas fumo a impedir a passagem. **Procura outra da.**

Tenta descer, em vez ires para os andares periores, porque o fogo tem tendência a subir.

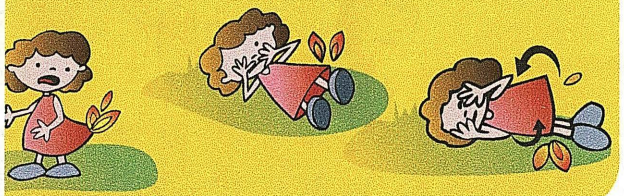
Se tiveres que assinalar a tua presença ige-te para uma janela, ou outro local de onde ssas ser visto, grita e acena com algo bem ível (ex.: uma peça de roupa).

se as **roupas** forem atingidas pelas chamas?

- Não corras.
- Deita-te no chão e rola até as chamas se apagarem.

A regra é

Parar **2º Deitar** **3º Rolar**



Os incêndios podem ser assustadores, mas se souberes agir e mantiveres a calma tudo será muito mais fácil. Contamos contigo.

SOCORRO
Liga
112

Para mais informações consulta a internet em: www.proteccaocivil.pt

PREVENIR→ PLANEAR→ SOCORRER

Ministério da Administração Interna
Autoridade Nacional de Protecção Civil

Avenida do Forte em Carnaxide - 2794-112 Carnaxide
Tel.: 21 424 7100 Fax: 21 424 7180
e-mail: geral@prociv.pt / Site: www.proteccaocivil.pt

Incêndios na Escola

Sabes o que fazer?



Incêndios na Escola

Sabes o que fazer?

É importante que a tua Escola tenha um Plano de Evacuação para que todos saibam o que fazer em caso de incêndio. Depois de feito, há que o treinar regularmente com os professores e colegas. A prática permite aperfeiçoá-lo de maneira a que, numa situação de emergência, todos saiam do edifício rapidamente e em segurança.

O fogo só por si não é perigoso mas se sai fora do nosso controlo, transforma-se em incêndio e dá origem à libertação de gases e fumos tóxicos. Um incêndio na Escola pode causar graves problemas. Todo o cuidado é pouco. Respeita as indicações sobre segurança e não danifiques os equipamentos de combate a incêndios.

COLABORA.

Segue as recomendações contidas neste folheto e treina-as com os teus colegas e professores.

Sinal de Alarme

Assim que toca o alarme deve seguir-se a evacuação, de forma rápida e sem confusões.

Se detectares um fogo dá o alarme. PEDE AJUDA a um adulto e nunca tentes apagá-lo se começar a ficar fora de controlo. Aprende a usar os extintores.

EVACUAÇÃO

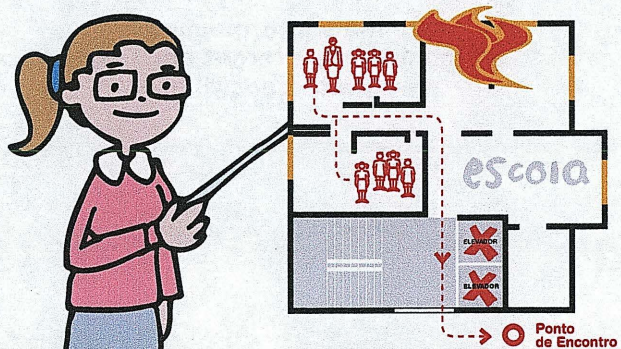
· A **coordena o** é feita pelo professor e um aluno escolhido.

O aluno é o **Chefe de Fila**, que vai à frente da fila.

O professor é o Cerra Fila, e é o último a sair.

· O **Sinaleiro** é alguém que se encontra nos pontos críticos, como escadas e saídas. Segue sempre as suas indicações.

· O **Ponto de Encontro** é um local que a Escola já tem combinado, geralmente no exterior do edifício.



COMO SAIR

· Sem te preocupares com o material escolar, deixa-o ficar onde estiver.

· Em fila indiana.

· Encostado à parede.

· Passo apressado, mas sem correr porque alguém pode cair e magoar-se. Silenciosamente, portanto, sem gritar.

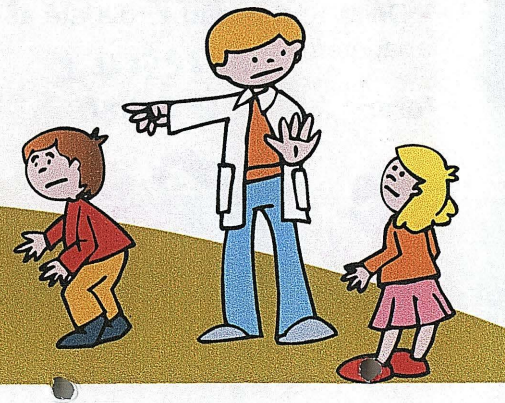
· Nunca fiques parado junto a portas e escadas porque devem estar livres para dar passagem.

· Se houver um Sinaleiro cumpre as suas indicações. Ele ajuda-te a identificar o melhor caminho.

· Dirige-te para o **Ponto de Encontro** e não saias de lá, seja por que motivo for, até te serem dadas novas indicações pelo professor ou Direcção da Escola.

Regra da evacuação
RÁPIDA - ORDEIRA - SILENCIOSA

Se o professor não estiver quando o alarme tocar, ou se não te encontrares na sala de aula, não fiques à espera. Vai para o Ponto de Encontro, respeitando todas as regras de segurança.



O que deves fazer se as tuas roupas começarem a arder

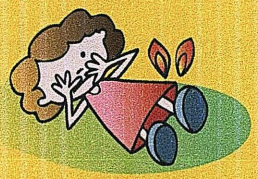
Se isto acontecer pára imediatamente.
Não corras. Deita-te no chão, cobre a cara e rola sobre o corpo até as chamas se apagarem.

A regra é

1º Parar



2º Deitar



3º Rolar





Se puderes molha as tuas roupas para evitar que fiquem em chamas.

COLABORA, a protecção começa em ti e na tua casa.

SOCORRO Liga 112

Para mais informações consulta a internet em:
www.proteccaocivil.pt

PREVENIR → PLANEAR → SOCORRER

ANPC
AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL

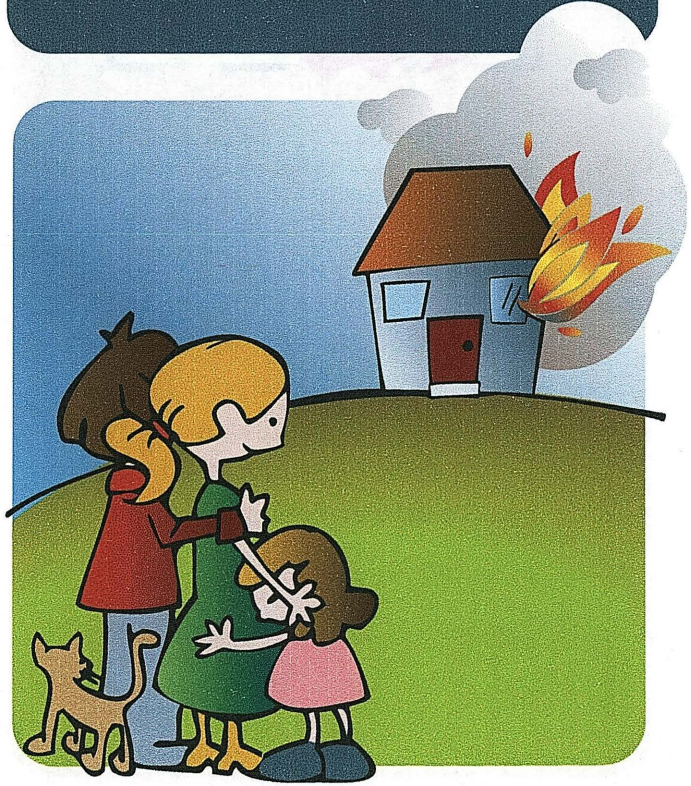
Ministério da Administração Interna
Autoridade Nacional de Protecção Civil

Avenida do Forte em Carnaxide - 2794-112 Carnaxide
Tel.: 21 424 7100 Fax: 21 424 7180
e-mail: geral@prociv.pt / Site: www.proteccaocivil.pt

PROTECÇÃO CIVIL PORTUGAL

Incêndios em casa

Sabes o que fazer?



Incêndios em casa
Sabes o que fazer?

Podes sentir-te assustado e confuso durante um incêndio, mas se souberes o que fazer tudo será mais fácil. Prepara-te. Segue as recomendações que te damos e treina-as com os teus familiares e amigos.

Contamos contigo.

Aqui tens 10 REGRAS DE SEGURANÇA muito importantes.

Lembra-te delas sempre que houver um incêndio.

1 **Nunca corras perigo** para tentar apagar o fogo.



2 Põe em prática o **plano de fuga** que treinaste com a tua família. **Sai de casa rapidamente.** Não te escondas. Não leves nada contigo, deixa as tuas coisas onde estiverem.

3 **Anda de gatas** se houver fumo. Perto do chão respiras melhor. Sempre que puderes protege a boca com um pano húmido e respira através dele.



4 **N o corras** se a tua roupa começar a arder. Põe em prática a regra PARAR-DEITAR-ROLAR.

5 Antes de abrires uma porta verifica, com a palma da mão, se ela está quente.

Se estiver quente **tenta encontrar outra sa da** porque há fogo e fumo do outro lado.

Se estiver fria também pode haver fogo e fumo a impedir-te a passagem. Por isso, abre-a com muito cuidado e pronto a fechá-la rapidamente.

6 Se não conseguires sair em segurança procura uma janela ou varanda de onde possas ser visto. Para **chamar a aten o** grita e acena com algo (roupa, toalha, etc.).

7 Usa sempre as escadas.
Nunca utilizes os elevadores.
Se for seguro tenta descer porque o incêndio tem tendência a subir.

8 Quando estiveres em segurança, já fora de casa, **pede ajuda** a alguém. Liga para o **112** ou avisa os Bombeiros.



9 Depois de dares o alerta vai para o **ponto de encontro** que combinaste com a tua família.

10 **Fica fora de casa.** NUNCA voltes atrás seja por que motivo for.

Prepara e treina com a tua família

- **Como e quando utilizar um extintor**
- **Um plano de fuga da vossa casa**

Tentem encontrar mais do que uma saída para cada divisão. Pode ser uma porta ou uma janela.

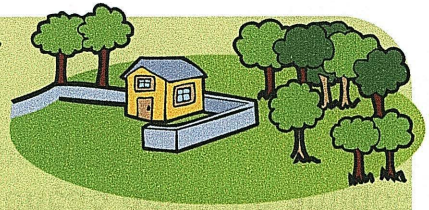
- **Um ponto de encontro fora de casa**

Escolham um local, fora de casa, para se reunirem se houver um incêndio.

Exemplo de plano de fuga



Se moras junto a uma floresta



Colabora com a tua fam lia na limpeza de mato volta da casa.

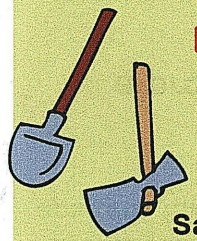
Diz-lhes para:



· guardarem em lugar seguro a lenha e os produtos inflamáveis;



· terem em local de fácil acesso algumas ferramentas, como enxadas, pás ou mangueiras, para os ajudar no primeiro combate ao fogo.



Presta muita atenção!

Nunca tentes apagar o fogo se estiveres em perigo. Pede ajuda.

Sabes que as queimadas e os foguetes causam muitos inc ndios na floresta?

Avisa os teus familiares e outros adultos para **NUNCA** fazerem queimadas, fogueiras ou lançamento de foguetes sem primeiro saberem:

· **quando** o podem fazer (em que meses);

· **como** o fazer respeitando todas as **regras de seguran a.**

Diz-lhes para pedirem informações na Câmara Municipal, Junta de Freguesia, Bombeiros, GNR ou PSP.

Não brinques com o fogo. Protege a floresta.

Se vires fogo Liga 112 ou avisa os Bombeiros

Para mais informações consulta a internet em: www.proteccaocivil.pt

PREVENIR → PLANEAR → SOCORRER

ANPC
AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL

Ministério da Administração Interna
Autoridade Nacional de Protecção Civil

Avenida do Forte em Carnaxide - 2794-112 Carnaxide
Tel.: 21 424 7100 Fax: 21 424 7180
e-mail: geral@prociv.pt / Site: www.proteccaocivil.pt

PROTECÇÃO CIVIL PORTUGAL

Incêndios na floresta

Sabes como os evitar?



Incêndios na floresta

Sabes como os evitar?

Sabes que muitos incêndios acontecem por descuido? Também tu, sem querer, podes provocar um! O Incêndio é o maior inimigo da floresta. Ajuda a protegê-la. Evitar os incêndios é uma tarefa de todos. Segue as recomendações que te damos e transmite-as aos teus familiares e amigos.

COLABORA...
a protecção começa em ti.

Como evitar um incêndio

- Não brinques com fósforos e isqueiros.
- Se vires abandonada uma caixa com fósforos entrega-a a um adulto.
- Nunca acendas uma vela sem um adulto estar por perto.
- Afasta qualquer chama da madeira, roupa ou outro material que possa arder.

Chama a atenção dos teus amigos para estes perigos.

Um cigarro mal apagado pode causar um grande incêndio. Sensibiliza os adultos para:

- não fumarem na floresta;
- não deitarem cigarros pela janela do carro.

Se fores passear na floresta

- Não atires para o chão vidros e outro tipo de lixo.
- Nunca faças chamas no interior de uma tenda de campismo.
- Leva sempre as refeições já preparadas.
- As fogueiras só devem ser feitas em locais próprios, e sob a vigilância de um adulto.

Cuidados especiais quando se faz uma fogueira:

- nunca fazer fogueiras em dias de muito vento;
- remover as folhas secas;
- pôr um círculo de pedras em redor do fogo;
- molhar bem o local à volta;
- manter por perto um recipiente com água;
- vigiá-la atentamente;
- apagá-la muito bem com água e terra.





8. Não te aventures na neve

- Podes magoar-te se caíres.
- Na neve há buracos e fendas para onde podes escorregar e ficar preso.

9. Não faças fogo

- As fogueiras só podem ser acesas por adultos, e em locais próprios.

10. Volta para trás se estiver mau tempo

- Se o tempo piorar **regressa imediatamente** pelos caminhos marcados. Lembra-te dos perigos do mau tempo.



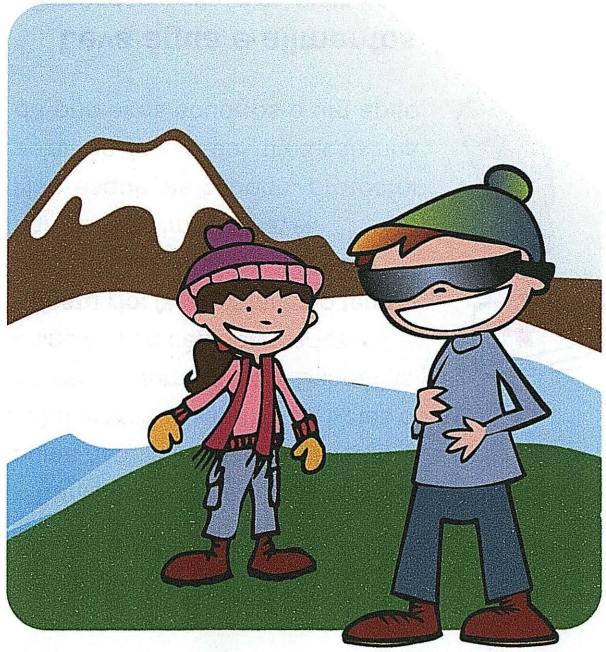
PREVENIR PLANEAR SOCORRER

Ministério da Administração Interna
Autoridade Nacional de Protecção Civil

Avenida do Forte em Carnaxide - 2794-112 Carnaxide
Tel.: 21 424 7100 Fax: 21 424 7180
e-mail: geral@prociv.pt / Site: www.proteccaocivil.pt

Campo ou Montanha

Passear em segurança



Campo ou montanha

Passear em segurança

Gostas de passear no campo ou na montanha, no Verão ou no Inverno? Então, aprende a conhecer e respeitar as medidas de segurança. Toma precauções mesmo que os percursos sejam curtos e te pareçam fáceis. Os acidentes podem acontecer! Transmite aos teus familiares e amigos as recomendações que te damos.

COLABORA...

a protecção começa em ti.

1. Estuda o percurso Prevê as dificuldades

- Estuda bem o percurso e escolhe-o de acordo com a tua preparação física e conhecimentos técnicos.
- Pensa nas dificuldades que podes encontrar. A noite e o nevoeiro escondem obstáculos. A chuva e a neve podem tornar os caminhos diferentes e mais difíceis. Durante uma trovoada os relâmpagos podem ser perigosos.
- Se tiveres telemóvel, confirma o estado da bateria.



2. O tempo pode mudar subitamente

- Antes de partir informa-te das previsões meteorológicas.
- Não vás se houver suspeita de mau tempo.



3. Nunca vás sozinho

- Podes perder-te.
- Em caso de acidente não há quem chame por socorro.
- Vai acompanhado, pelo menos com 2 pessoas.

4. Diz a alguém para onde vais

- Diz a um familiar ou amigo qual é o teu percurso e a hora aproximada de regresso. Se o grupo se perder, ou alguém ficar ferido, é mais fácil serem encontrados.
- Quando chegares não te esqueças de avisar.

5. Vai bem equipado

- Transporta o que for necessário, de preferência numa mochila, mas evita excesso de peso.
- **Cal ado:** Usa sapatos ou botas com solas antiderrapantes. Sandálias e chinelos não são adequados.
- **Vestu rio:** Na montanha o tempo pode mudar subitamente. Leva agasalhos e impermeável.

Não esqueças o boné, protector solar, óculos de sol, uma caixinha de primeiros socorros e um apito.





6. Leva água e alimentos

- É importante que leves muita água. A que encontras pelo caminho, mesmo que te pareça limpa, pode não ser boa para beber.
- Os alimentos devem ser leves mas açucarados (energéticos). Também se recomenda fruta.

7. Desconfia dos declives

- Não te aproximes destes locais, podes escorregar e cair num precipício. Atenção! Podem estar encobertos pela vegetação ou pela neve.

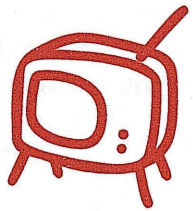




Evacuação

Podes ter que sair de casa e ir com a tua família para um lugar mais seguro. Fica tranquilo. Se tal acontecer é para vossa segurança.

Faz o que a família ou os Bombeiros te pedirem. Agasalha-te e leva a mochila que preparaste. Regressa a casa só quando te disserem que não há perigo.



- Fica atento às recomendações transmitidas pela rádio e televisão.
- Não ocupes o telefone, excepto em caso de emergência.

SOCORRO
Liga
112

Para mais informações
consulta a internet em:
www.proteccaocivil.pt

PREVENIR → PLANEAR → SOCORRER

ANPC
AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL

Ministério da Administração Interna
Autoridade Nacional de Protecção Civil

Avenida do Forte em Carnaxide - 2794-112 Carnaxide
Tel.: 21 424 7100 Fax: 21 424 7180
e-mail: geral@prociv.pt / Site: www.proteccaocivil.pt

PROTECÇÃO CIVIL PORTUGAL

Inundações

Sabes o que fazer?



Inundações

Sabes o que fazer?

Uma inundação pode ocorrer durante as chuvas intensas, quando os rios alagam as margens, as ondas do mar invadem a terra, a neve derrete rapidamente, os diques ou barragens não têm capacidade para reter a água.



A inundação pode ir de alguns centímetros até à altura suficiente para cobrir o telhado de algumas casas. A qualquer momento pode arrastar árvores, pedras, automóveis e animais ou danificar casas e pontes.

Segue as recomendações que te damos e transmite-as aos teus familiares e amigos.

COLABORA. A protecção começa em ti...e na tua casa!

Se houver tempo...

Se a inundação não for repentina há tempo para te preparares.

Ajuda a tua família.

- Põe numa mochila, protegido por sacos plásticos:
  - rádio e lanterna a pilhas (com pilhas de reserva);
  - os teus documentos pessoais (ex.: boletim de vacinas e bilhete de identidade);
  - água, alimentos (bolachas, chocolate, etc.) e agasalhos.
- Leva os teus livros e brinquedos para os pontos mais altos de casa.
- Solta os teus animais domésticos, não os deixes presos.
- Ajuda a preparar uma reserva de água e alimentos para 2 ou 3 dias e a guardá-los nas prateleiras mais altas.

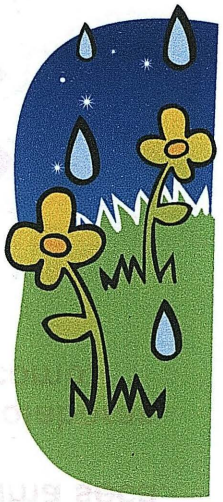
Enquanto a inundação dura...

- Fica junto dos adultos porque podes precisar de ajuda.
- Resiste à curiosidade de ires ver o que se passa pelas ruas. Não corras riscos desnecessários.
- Afasta-te das zonas inundadas para não seres arrastado pela corrente.
- Avisa os adultos que é melhor não conduzirem numa zona de inundação. Também os carros podem ser arrastados.
- Não brinques nem nades nas águas da inundação, pode ser muito perigoso! A água pode esconder buracos, ou outros perigos, e o seu nível subir tão depressa que nem dás por isso!
- Se tiveres mesmo que te deslocar através da água utiliza algo para te ajudar, como um pau, bengala ou chapéu de chuva. Não andes descalço, podes magoar-te.



- Não fiques perto de cabos de electricidade que estejam caídos no chão. Podes ficar electrocutado.
- A água da inundação pode estar contaminada com substâncias perigosas. Podes ficar doente se a beberes ou se comeres alimentos que estiveram em contacto com ela.
- Procura abrigo num sítio alto. Para pedires socorro usa um pano, a lanterna a pilhas, ou aquilo que tiveres à mão.

No jardim



- Rega as plantas de manhã cedo ou à noite. Se o fizeres à tarde a água evapora-se rapidamente com o calor do sol.
- Há plantas que precisam de pouca água. Evita regá-las sem necessidade.
- Rega com a água da lavagem de legumes e fruta. Se possível usa a água de poços ou ribeiros.
- Deixa crescer um pouco a relva do jardim. Assim fica mais verde e necessita de menos água.
- Deves preferir as plantas típicas da região porque estão adaptadas ao clima.
- Quando lavares a bicicleta utiliza um balde de água em vez da mangueira.
- Se tiveres piscina não a enchas em época de seca.

Na rua

Se vires alguma rotura de canalização pede a um adulto para avisar os Serviços Municipalizados da Câmara ou outra entidade competente.

Contamos contigo.
Toda a gotinha que poupares...ajuda!

SOCORRO
Liga 112

Para mais informações consulta a internet em:
www.proteccaocivil.pt

PREVENIR↠ PLANEAR↠ SOCORRER

ANPC
AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL

Ministério da Administração Interna
Autoridade Nacional de Protecção Civil

Avenida do Forte em Carnaxide - 2794-112 Carnaxide
Tel.: 21 424 7100 Fax: 21 424 7180
e-mail: geral@prociv.pt / Site: www.proteccaocivil.pt

seca

Vamos poupar água?



seca

Vamos poupar água?

Sabias que mais de 70% do nosso corpo é constituído por água? Não há vida sem água. Se ela acabar nós não sobrevivemos.

Antes de chegar às torneiras a água é captada, dos rios ou do subsolo, e depois tratada, mas pode haver períodos mais ou menos longos em que ela falta e, então, temos uma seca. Vários países sofrem com a seca e o nosso também pode ser afectado.

Sabes como poupar água?
Segue as recomendações que te damos e transmite-as aos teus familiares e amigos.
Se não a desperdiçares poderás ter mais amanhã.

Todos temos o dever de economizar a água, e não é só durante uma seca.

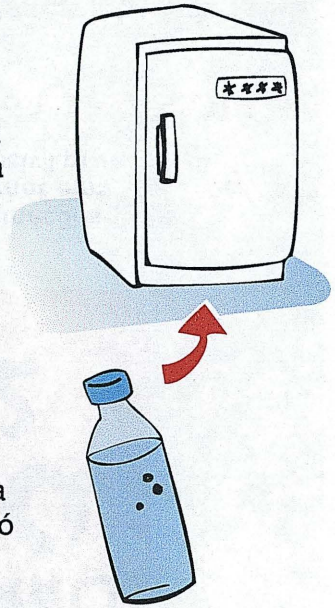
Desde já tu podes colaborar. Vamos dizer-te como.



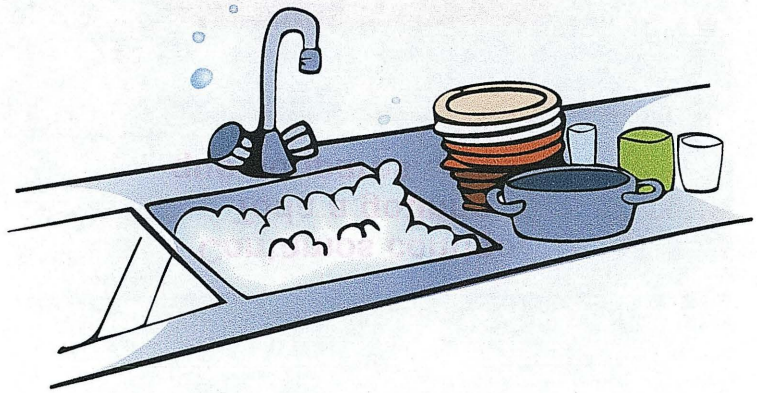
torneiras

- Não as deixes a pingar. Fecha-as bem.
- Se não pararem de pingar devem ser arranjadas.

cozinha

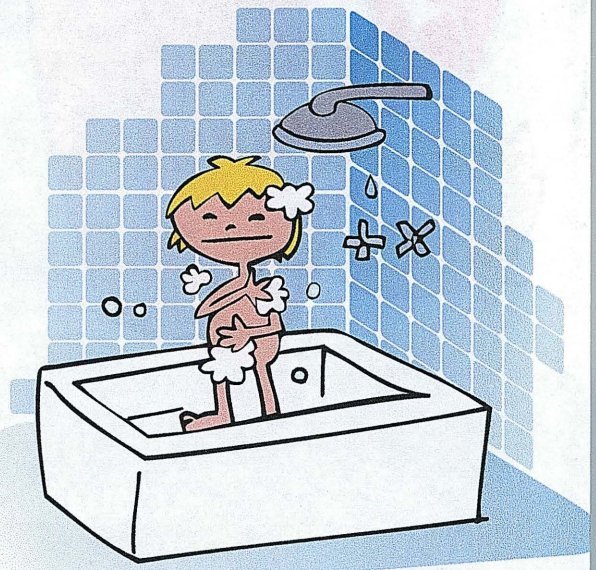


- Põe uma garrafa de água no frigorífico. Desta maneira evitas gastar água até que saia fresca da torneira.
- Quando ajudares a lavar a loiça não deixes a água a correr. Enche o lava-loiça e usa só a que for necessária.
- As máquinas de lavar roupa ou loiça devem trabalhar só quando estiverem cheias.



casa de banho

- Evita tomar banho de imersão.
- No duche fecha a água enquanto te ensaboas. Não demores muito tempo no chuveiro.



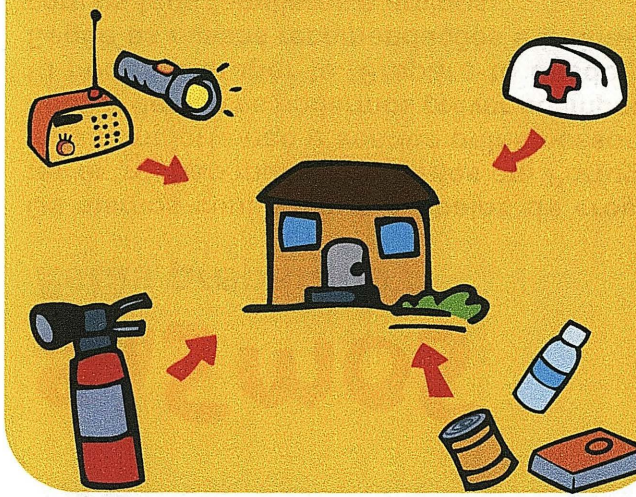
- Não deixes a água a correr enquanto lavas os dentes ou as mãos.
- Avisa o teu pai e outros familiares para não deixarem a água a correr quando fazem a barba.
- Não uses a sanita como caixote do lixo!
- Um autoclismo avariado pode desperdiçar muita água. Deve ser arranjado.

se vives numa zona sísmica ... o que fazer !

- Aprende a desligar a água, o gás e a electricidade.
- Coloca os objectos mais pesados nas prateleiras mais baixas das estantes.
- Não deixes os brinquedos espalhados nos corredores e saídas.



- Cuidado com os vidros! Não coloques a cama junto de janelas.
- Em casa tem sempre à mão rádio e lanterna, com pilhas de reserva, e uma caixinha de primeiros socorros.
- Diz aos teus familiares para terem em casa:
  - um extintor;
  - os medicamentos mais necessários;
  - reservas de água e comida (enlatada e embalada).



Não ocupes o telefone, excepto em caso de emergência.

SOCORRO
Liga 112

Para mais informações consulta a internet em:
www.proteccaocivil.pt

PREVENIR → PLANEAR → SOCORRER

ANPC
AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL

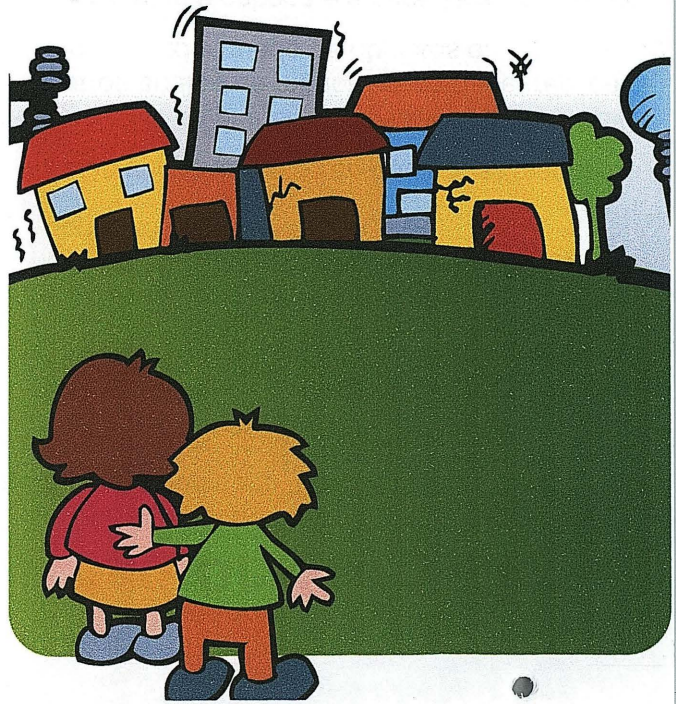
Ministério da Administração Interna
Autoridade Nacional de Protecção Civil

Avenida do Forte em Carnaxide - 2794-112 Carnaxide
Tel.: 21 424 7100 Fax: 21 424 7180
e-mail: geral@prociv.pt / Site: www.proteccaocivil.pt

PROTECÇÃO CIVIL PORTUGAL

sismos

Estás preparado?



SISMOS

Estás preparado?

Os sismos consistem em abalos da crosta terrestre. São muito frequentes em Portugal mas a maioria não é sentida pelas pessoas. Apesar de não os podermos prever ou impedir tu podes proteger-te. Prepara-te desde já. Segue as nossas recomendações e treina-as com os teus familiares e amigos.

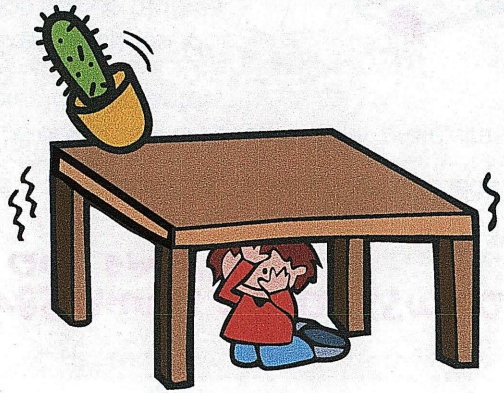
COLABORA...a protecção começa em ti e na tua casa.

Durante o Sismo

Vai para um lugar seguro...R PIDO.

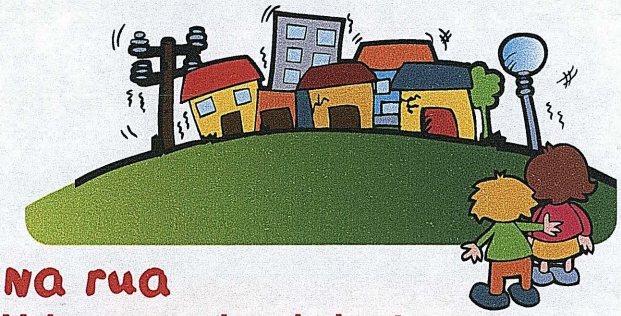
Protege-te:

- **debaixo de uma mesa pesada ou da cama;**
- **nos cantos das salas ou v os de portas;**
- **ajoelha-te. Cobre a cara e a cabe a com as m os.**



Afasta-te de:

- vidros;
- janelas;
- objectos que possam cair;
- elevadores e escadas;
- centro das salas.



Na rua

Vai para um local aberto.

Afasta-te de:

- postes de electricidade;
- árvores;
- candeeiros;
- edifícios e muros.

- Caso estejas no rés-do-chão, e se a rua for larga (mais larga do que a altura dos prédios), sai rapidamente e vai para o meio da rua.

Locais com muitas pessoas

(ex.: cinema e centro comercial)

- **N o corras** para a saída. Todos têm tendência a correr, o que está errado porque podem magoar-se.
- Vai para um lugar seguro, rapidamente. Não saias de lá antes do sismo terminar.

Logo após o Sismo

- Corta imediatamente o gás, electricidade e água porque pode haver fugas.
- Utiliza a lanterna a pilhas. Não acendas velas, fósforos ou isqueiros. Não ligues nem desligues interruptores.
- Fica afastado de fios eléctricos soltos e não toques nos objectos metálicos que estejam em contacto com eles.
- Não andes descalço porque podes magoar-te.
- A seguir ao primeiro abalo sísmico pode haver outros abalos de menor intensidade (réplicas). Fica atento à queda de objectos e:
  - protege a cabeça e a cara. Usa um casaco, manta ou capacete;
  - afasta-te da praia, margens do rio ou do mar. Pode haver uma onda gigante (*tsunami* ou maremoto).

Nunca uses ELEVADORES
Sai pelas ESCADAS

Os sismos d o-se sem aviso, por isso tens de agir com grande rapidez.

Eles duram poucos segundos, mas podem ser muito assustadores!

Aprende a proteger-te e tudo ser mais f cil.

Cumpre as recomenda es transmitidas pela r dio.

Contar at 50 em voz alta ajuda-te a ficar calmo.

ANEXO 4

A EXPERIÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL

Seja um Agente Mirim

BOTOM DO AGENTE MIRIM



Recorte, cole-o em uma cartolina e você terá um belo botom.

Defesa Civil na Escola



Agente Mirim

Governo do Distrito Federal
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
GENERAL ATHOS COSTA DE FARIA

Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil
JOÃO NILO DE ABREU LIMA

Supervisão Geral: João Nilo de Abreu Lima
Criação/Coordenação: Patricia Lemos Xavier
Ilustração e Capa: Jonas Ricardo e Silva Campos
Projeto Gráfico e Diagramação: Patricia Lemos Xavier
Pesquisa: Jeomar Anatholy Lima da C. P. Ávila
Patricia Lemos Xavier
Wellington Amaral de Sousa
Revisão de Texto: Valéria Lemos Xavier
Colaboração: Edna Gonçalves de Oliveira
Heldeone Lemos Xavier
João Carlos Ferreira
Renata Rejane dos Santos
Apoio: VLX - Editoração Eletrônica Ltda - ME



Escola:

Aluno (a):

Série: **Turma:** **Turno:**

Responsável:

Telefone:

APRESENTAÇÃO

A escola é um lugar aonde a gente vai para:

- Aprender;
- Tirar dúvidas;
- Praticar esportes;
- Encontrar amigos;
- Saber das novidades;

E agora para:

- Conhecer um pouco mais do trabalho que a Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil do Distrito Federal desenvolve por meios de ações de redução de desastres:
  - Prevenção dos desastres;
  - Preparação para emergências e desastres;
  - Respostas aos desastres;
  - Reconstrução.



Uma personagem vai acompanhar você durante 13 lições. É o Agente Mirim. Ele é um Defensor da Vida e quer ensiná-lo a se proteger e ajudar outras pessoas; tornando-os multiplicadores do que é defesa civil e percepção de riscos, bem como o que cada um pode colaborar nas ações preventivas.

Convidamos você a participar desse processo e a aprender junto com os Agentes de Defesa Civil. Eles são simpáticos, atenciosos e divertidos. Ensinam de forma simples e clara, proporcionando a participação de todos no processo de aprendizagem.

Por isso, participe:
Preste atenção às explicações do Agente de Defesa Civil;
Pergunte sempre que tiver dúvida;
Não tenha vergonha de participar;
Não interrompa o Agente de Defesa Civil nem os seus colegas quando eles estiverem falando. Levante a mão e espere a sua vez de falar.

Bom trabalho!

Agente Mirim

ÍNDICE

Lição 1 - Conhecendo a Defesa Civil 5

Lição 2 - Voluntariado 9

Lição 3 - Defesa Civil na Escola 13

Lição 4 - Plano de Evacuação em Caso de Emergência 16

Lição 5 - Defesa Civil na Comunidade 19

Lição 6 - Lar Seguro 21

Lição 7 - Acidentes Domésticos 30

Lição 8 - Autoproteção 34

Lição 9 - Primeiros Socorros 37

Lição 10 - Fogos de Artifícios e Balões 43

Lição 11 - Acidentes de Trânsito 48

Lição 12 - Período da Chuva 51

Lição 13 - Período da Seca 56

Glossário de Defesa Civil 60

Referências 63

Agente Mirim



LIÇÃO 1 CONHECENDO A DEFESA CIVIL

Olá galera!

Eu sou o Agente Mirim da Defesa Civil. Tenho aprendido muito sobre o que fazer em diversas situações de risco e em emergências e muitas outras coisas que eu não conhecia antes de ser um Agente Mirim.

Tudo o que eu aprendi, quero dividir com vocês.

VAMOS LÁ, FIQUE POR DENTRO, seja um DEFENSOR DA VIDA.

CONHECENDO A DEFESA CIVIL

O QUE É DEFESA CIVIL?

É um conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas, que tem o objetivo de evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.

Compete a Defesa Civil garantir o Direito à vida e à incolumidade, reconhecidos formalmente pela Constituição da República Federativa do Brasil, em circunstâncias de desastre. **Reduzir os desastres é seu objetivo, seja através da diminuição de sua ocorrência, seja na diminuição de sua intensidade.**

QUEM FAZ PARTE DA DEFESA CIVIL?

No Brasil, existe um Sistema Nacional de Defesa Civil. Ele tem por competência planejar e promover a defesa permanente contra desastres e atuar em situações de emergência e em estados de calamidade pública. Deve integrar, no território nacional, todas as ações e todos os órgãos e entidades públicas e privadas com a comunidade. Assim, Defesa Civil somos todos nós.

ATRIBUIÇÕES DA DEFESA CIVIL

- Coordenar e controlar as atividades dos órgãos que lhes são subordinados;
- Supervisionar as medidas preventivas, de socorro, assistenciais, recuperativas, imprescindíveis a salvaguardar (proteger) vidas humanas e à preservação de bens materiais;
- Providenciar, orientar e acompanhar a elaboração de planos de ação relativos à Defesa Civil;
- Promover a inspeção de locais atingidos por fatores anormais e adversos;
- Providenciar a divulgação de informações relativas às atividades de Defesa Civil;
- Supervisionar o treinamento de pessoas, com vistas ao desenvolvimento de atividades de Defesa Civil e desenvolver outras atividades correlatas.

Agente Mirim

Agora vamos conhecer algumas palavras que fazem parte do assunto, por exemplo: ameaça, evento adverso, vulnerabilidade e desastre.

O que é ameaça?

Fato ou situação natural ou provocada pelo homem, que pode causar danos a pessoas, objetos ou ao meio ambiente.

EXEMPLO: o excesso de chuvas pode causar danos às pessoas, aos bens e ao meio ambiente.

O que é evento adverso?

É o transtorno às pessoas, aos bens, aos serviços e ao ambiente de uma comunidade, causado por um fenômeno natural ou provocado pela atividade humana.

O que é vulnerabilidade?

Probabilidade de uma determinada comunidade ou área geográfica ser afetada por uma ameaça e sofrer danos humanos, materiais e/ou ambientais.

Vulnerabilidade é o inverso de segurança.

EXEMPLO: uma família que mora próximo a um rio, existe a possibilidade de sua casa ser inundada; então ela reside em uma área vulnerável à inundação.



O que é desastre?

É o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, que causam danos humanos, materiais e/ou ambientais e que excede a capacidade de resposta da comunidade.

EXEMPLOS: Naturais: Vendavais ou tempestades; Geadas e Erosão.

Provocados pelo homem: Terrorismo e Incêndios.

VEJA MAIS ALGUMAS PALAVRAS:

O que é risco?

Probabilidade de ocorrência de um acidente ou evento adverso, relacionada com a intensidade dos danos ou perdas, resultantes dos mesmos.

O que é senso de percepção de risco?

Impressão ou juízo intuitivo sobre a natureza ou grandeza de um risco determinado.

O que é enchente?

É a elevação do nível de água de um rio, acima de sua cota normal.

O que é alagamento?

É o acúmulo de água no leito das ruas e no perímetro urbano por fortes chuvas.

Agente Mirim

O que é inundação?

É o transbordamento de água da calha normal de rios, mares, lagos e açudes, ou acúmulo de água, em áreas não habitualmente submersas.

COMO ATUA A DEFESA CIVIL

A Defesa Civil trabalha **antes**, **durante** e **depois** de um desastre. As ações da defesa civil têm a função básica de proteger e preservar a vida através das seguintes medidas:

ANTES

PREVENÇÃO DE DESASTRES: conjunto de ações cujo objetivo é impedir ou evitar que eventos adversos, naturais ou gerados pela atividade humana, causem danos.

PREPARAÇÃO PARA EMERGÊNCIAS E DESASTRES: conjunto de medidas e ações para reduzir ao mínimo as perdas de vidas humanas e outros danos, organizando oportuna e eficazmente a resposta e a reconstrução.

DURANTE

RESPOSTA AOS DESASTRES: ações desenvolvidas ante um evento adverso e que têm por objetivo salvar vidas, reduzir o sofrimento das pessoas e diminuir as perdas.

DEPOIS

RECONSTRUÇÃO PREVENTIVA: processo de recuperação dos danos físicos, sociais e econômicos, a um nível de desenvolvimento igual ou superior ao

QUANDO CHAMAR A DEFESA CIVIL?

- Graves desastres com vítimas e desabrigados;
- Acidentes rodoviários, ferroviários, metroviários, envolvendo grande número de pessoas;
- Inundações;
- Grandes incêndios, com vítimas;
- Acidentes com combustíveis, produtos perigosos (radioativos, químicos, inflamáveis, tóxicos, explosivos e corrosivos);
- Explosões em depósitos de gás de cozinha;
- Organização de grandes eventos (shows e espetáculos);
- Vistorias para alvarás de postos de vendas de gás de cozinha e fogos de artifícios (bombinhas e morteiros);
- Rachaduras, trincas e fissuras em edificações;

Agente Mirim

- Deformações em estruturas (lajes, vigas, pilares e paredes);
- Corrosões em estruturas metálicas em edificações;
- Infiltrações graves com grande risco de desabamento;
- Destacamentos de revestimentos externos, fachadas de ladrilhos;
- Recalque de fundações (rebaixamento da terra ou da parede).

COMO ACIONAR A DEFESA CIVIL?

Caso aconteça um desastre e você esteja por perto, é importante pedir ajuda. Esteja preparado para dar informações que permitirão que o socorro seja prestado rapidamente:



- Identifique-se: Diga seu nome, o seu telefone, porque talvez haja necessidade de confirmar sua chamada ou pedir mais esclarecimentos.
- Onde aconteceu: Dê o endereço completo, com rua, número e bairro. Acrescente um ponto de referência.
- O que aconteceu: Seja breve, diga, apenas o essencial.

No Distrito Federal, o órgão responsável pela atividade de Defesa Civil é a SUSDEC, Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil, ficamos no SIA TRECHO 08 LOTE 180.

FIQUE SABENDO

No dia 08 de junho comemora-se o Dia do Agente de Defesa Civil e que nessa mesma semana também se comemora a Semana de Redução de Desastre.





Agente Mirim



LIÇÃO 2 VOLUNTARIADO

Vamos iniciar agora a nossa Lição 2 que fala sobre o **VOLUNTARIADO**.
Você sabe o que é um voluntário?
Não?
Então vejamos:

O QUE É SER VOLUNTÁRIO?

Voluntário é alguém que gosta de ajudar os outros. Tudo começa com uma vontade incrível de fazer alguma coisa por alguém, de dividir, uma vontade que vem lá de dentro... do coração.
O que leva uma pessoa a ser voluntária?
S O L I D A R I E D A D E
Aí pensamos: O que fazer? Como fazer?
Existem muitas maneiras de contribuir, de dividir experiências e muitas oportunidades para doar aquilo que você tem de melhor.
Em troca você recebe a satisfação de aprender coisas novas, de ser importante na vida de outras pessoas, de receber o calor humano, de melhorar o mundo dando a sua parte.

VOCÊ É VOLUNTÁRIO, SABIA?

Muitas vezes, na escola, em casa, na família, com os amigos, vira e mexe, somos voluntários e nem percebemos.

Observe

Você costuma dar banho no cachorro da família?
Você arruma a cama do seu irmão?
O seu colega está com dificuldades com o dever de casa, você o ajuda?
O seu amigo está triste, você o chama para brincar?
Seu amigo está doente e você vai visitá-lo?
Você vai à padaria para sua mãe?

Viu? Você já é voluntário e nem sabia!

Voluntariado é um hábito do coração e uma virtude cívica.
É algo que vem de dentro da gente e faz bem aos outros. No voluntariado todos ganham: o voluntário, aquele com quem o voluntário trabalha, a comunidade.

Agente Mirim

QUAIS SÃO OS PRINCÍPIOS BÁSICOS DO VOLUNTARIADO?

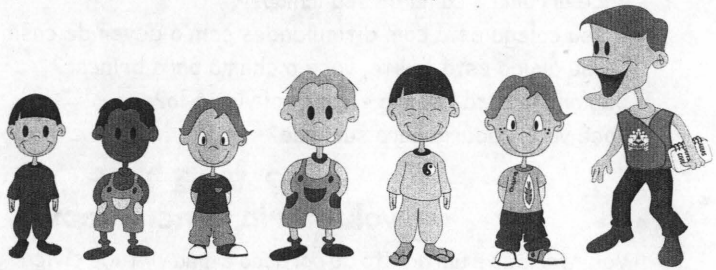
- Reconhecer e respeitar a dignidade e a cultura de cada ser humano;
- Reconhecer o direito de cada homem, mulher e criança de associar-se livremente, sem distinção de raça, religião, condição física, social, econômica ou outra;
- Oferecer seus serviços aos demais, sem qualquer remuneração, individualmente ou através do esforço conjunto;
- Perceber as necessidades e estimular a participação da comunidade na resolução dos próprios problemas;
- Promover a responsabilidade social, a participação cidadã, a comunidade, a solidariedade internacional;
- Melhorar a qualidade de vida, fornecendo respostas aos grandes desafios do mundo de hoje.

DIVERSOS PÚBLICOS NO VOLUNTARIADO

- Crianças (escoteiros, bandeirantes, alunos de 1° grau, etc.);
- Jovens (estudantes de escolas, universidades, jovens da comunidade, membros de clubes e associações religiosas, culturais, de serviço);
- Idosos;
- Adultos, sociedade em geral (indivíduos, sindicatos, clubes, associações);
- Profissionais aposentados;
- Profissionais liberais e/ou autônomos;
- Profissionais ativos, funcionários de empresas e suas famílias.

DIVERSOS GRUPOS DE PÚBLICO BENEFICIÁRIO

- Crianças e adolescentes (de rua, da comunidade, de diversas classes sociais, com diversos tipos de necessidades);
- Idosos (asilos, casas de repouso, n as famílias);
- Vítimas de desastres e catástrofes naturais.



Agente Mirim

SERVIÇO VOLUNTÁRIO NA DEFESA CIVIL

Considerando a necessidade de cooperação voluntária do cidadão; a Defesa Civil cria o **Programa de Serviço Voluntário na Defesa Civil**, onde "o voluntário é um cidadão solidário e consciente que oferece, espontaneamente, seu apoio e suas aptidões; dedicando parte do seu tempo a trabalhar em conjunto nas ações desenvolvidas pela Defesa Civil".

O serviço voluntário é a atividade não remunerada, prestada por pessoa física à Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil, com finalidades assistencial, educacional, científica, cívica, cultural, recreativa ou tecnológica, sem vínculo empregatício, funcional ou qualquer obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

O serviço voluntário dentro da Defesa Civil é uma oportunidade de compreensão e exercício do conceito de cidadania; reforça a ação dos servidores e fortalece o Sistema de Defesa Civil do Distrito Federal.

O voluntariado permite ao cidadão participar das ações da Defesa Civil nas suas respectivas áreas, agregando valores e contribuindo para a melhoria geral da comunidade.

A prestação de serviço voluntário poderá ser exercida nas ações de:

- PREVENÇÃO - avaliar pontos e áreas vulneráveis à ameaça de desastres.
- PREPARAÇÃO - implementar ações de redução de vulnerabilidade de desastres.
- RESPOSTA - prestar socorro e assistência à população vitimada.
- RECONSTRUÇÃO - ajudar na recuperação socioeconômico de áreas afetadas por desastres.



VOLUNTARIADO É AÇÃO

Vamos ajudar os outros, vamos ser voluntários, tornando-nos multiplicadores do que é defesa civil e do que cada um pode fazer, cooperando nas ações preventivas, estimulando, sensibilizando e envolvendo sua comunidade, especialmente seus pais.

Agente Mirim

O QUE VOCÊ PODE FAZER?

MÃOS À OBRA

Você vai ficar sabendo o que fazer em diversas situações de risco. Afinal, essa é a função da Defesa Civil, e nada melhor do que começar informando como você pode:

- Ajudar a sua ***ESCOLA.***
- Ajudar na elaboração do ***PLANO DE EVACUAÇÃO EM CASO DE EMERGÊNCIA.***
- Ajudar a sua ***COMUNIDADE.***
- Ajudar a tornar o seu ***LAR SEGURO.***
- Ajudar a evitar ***ACIDENTES DOMÉSTICOS.***
- Ajudar com comportamento de ***AUTOPROTEÇÃO.***
- Ajudar a socorrer vítimas prestando ***PRIMEIROS SOCORROS.***
- Ajudar a evitar acidentes com ***FOGOS DE ARTIFÍCIOS E BALÕES.***
- Ajudar a evitar ***ACIDENTES DE TRÂNSITO*** envolvendo crianças.
- Ajudar nas medidas preventivas para o ***PERÍODO DA CHUVA.***
- Ajudar nas medidas preventivas para o ***PERÍODO DA SECA.***

AGENTE MIRIM, MÃOS À OBRA!



Agente Mirim

LIÇÃO 3 DEFESA CIVIL NA ESCOLA



Quem está na escola também precisa evitar acidentes.
Então, vamos PREVENIR PARA NÃO ACONTECER.

DEFESA CIVIL NA ESCOLA

Defesa Civil na escola, corresponde à questão importante, urgente e presente sob várias formas da vida cotidiana, é necessário que estudemos conteúdos relacionados com a segurança global da população, com a redução dos desastres e, sobretudo com a redução das vulnerabilidades dos cenários e das populações, pois nenhuma comunidade está imune a ocorrência de desastres.

Então vamos nos prevenir para não acontecer.

O QUE É DEFESA CIVIL NA ESCOLA?

- Envolvimento e interação da comunidade escolar, com vistas a uma participação ativa;
- Preparar a comunidade escolar para a construção do conhecimento em defesa civil;
- Conscientizar a comunidade escolar sobre a importância da sua contribuição para o bem-estar da população;
- Formar cidadãos críticos e conscientes em defesa civil.

Vejamos alguns conceitos relacionados com a Segurança Global da População.
Senso de Percepção de Risco, lembra? Impressão ou juízo sobre a natureza ou grandeza de um risco determinado.
Segurança, estado de confiança, individual e coletivo, baseado no conhecimento e no emprego de normas e de procedimentos de proteção e na convicção de que os riscos e desastres foram reduzidos a limites aceitáveis, em virtude de terem sido adotadas medidas minimizadoras adequadas.
A SEGURANÇA GLOBAL DA POPULAÇÃO CARACTERIZA A REDUÇÃO DOS DESASTRES.

Agente Mirim

COMO PODEMOS NOS PREPARAR?

Através de um trabalho em equipe entre direção, professores e alunos, pode-se melhorar a segurança da sua escola, criando Núcleos Escolares de Defesa Civil.

NÚCLEOS ESCOLARES DE DEFESA CIVIL

O que é um Núcleo Escolar de Defesa Civil?
É um grupo escolar (professores, alunos e funcionários) organizado que participa de atividades de defesa civil.
Qual a importância do Núcleo Escolar de Defesa Civil?
A importância é a base da participação da comunidade escolar.
E a participação do NÚCLEO, como deve ser?
1.Utilizar os sistemas de organização da própria escola.
2.Identificar bem as lideranças da escola.
3.Os membros dos núcleos devem participar no planejamento das atividades.
4.Chegar à Direção com propostas simples e claras.
5.Organizar o Plano de Trabalho com a participação de todos:
Plano de Evacuação em caso de Emergência. (lição 4)
Levantamento das Ameaças, Vulnerabilidades e Recursos.

A segurança começa em cada um de nós. A segurança é responsabilidade de todos. Também é sua! Participe na segurança da sua escola.

Só para lembrar:

AMEAÇA, fato ou situação natural ou provocada pelo homem, que pode **causar danos a pessoas, objetos ou ao meio ambiente.**
VULNERABILIDADE, probabilidade de uma determinada comunidade ou área geográfica ser afetada por uma ameaça e **sofrer danos humanos, materiais e/ou ambientais.**

Vamos ver agora o que são recursos?

Recursos, todo e qualquer material, local ou pessoa que possa ser utilizada para prevenir ou responder ao desastre.
Exemplo: escolas, ginásios, hospitais, veículos, quartéis do corpo de bombeiros e da polícia militar, delegacias de polícia, etc.

Agente Mirim

Identifique as ameaças, as vulnerabilidades e os recursos.

AMEAÇA
VULNERABILIDAE
RECURSO

- Quadro de força (disjuntores): _____
- Escolas: _____
- Bueiros entupidos: _____
- Corpo de Bombeiros: _____
- Delegacia: _____
- Buracos nos corredores e no pátio da escola:
- Estádio: _____
- Fiação elétrica em más condições: _____
- Hospitais: _____
- Banheiros e cozinhas sujos: _____
- Lixo e entulhos: _____
- Sistema de iluminação ruim: _____
- Polícia Militar: _____
- Ponto de inundação: _____
- Rachaduras, trincas, em paredes e pilastras: _____
- Reservatório de água: _____

Agora estamos prontos para fazermos o levantamento das ameaças, vulnerabilidades e recursos da nossa escola e, também, da nossa comunidade. Mãos à obra, vamos identificar as ameaças, as vulnerabilidades e os recursos!

FIQUE SABENDO: A sala de aula é um local onde aprendemos coisas novas. Devemos sempre ouvir, com atenção e respeito, o nosso professor.





Agente Mirim



LIÇÃO 4 PLANO DE EVACUAÇÃO EM CASO DE EMERGÊNCIA

O **PLANO DE EVACUAÇÃO EM CASO DE EMERGÊNCIA** tem por objetivo estabelecer procedimentos e preparar a evacuação rápida e segura das pessoas em caso de ocorrência de uma situação perigosa.

Para entendermos melhor esta Lição, torna-se necessário sabermos:

O QUE É EVACUAR?

É retirar a população de uma zona exposta à perigo ou risco iminente e levá-la a um lugar seguro.

POR QUE É NECESSÁRIO EVACUAR?

Para proteger nossas vidas e de todas as pessoas... **que é o mais importante.**

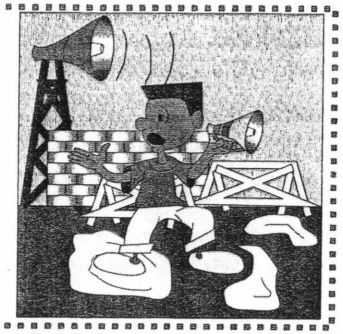
O QUE É ROTA DE EVACUAÇÃO?

É o caminho mais curto para chegar aos pontos de concentração ou a um lugar seguro, previamente estabelecido.

O QUE É UM PONTO DE CONCENTRAÇÃO?

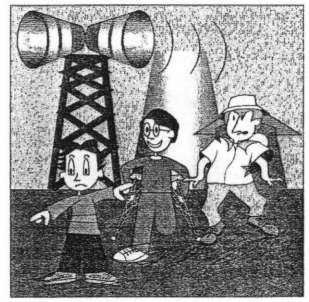
É um lugar de reunião seguro, previamente estabelecido e fora da área de emergência.

Ao ouvir o alarme, devemos evitar o pânico, conservar a calma e seguir os seguintes passos:

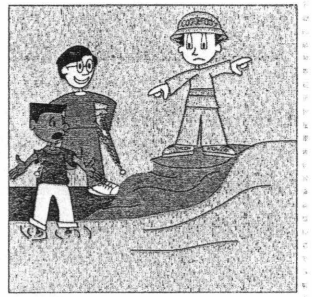


Agente Mirim

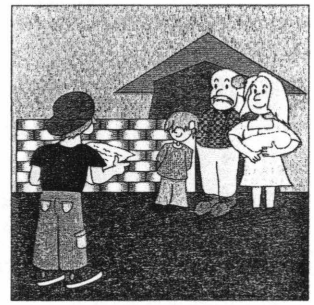
1 **Em ordem, utilizar a rota indicada e dirigir-se aos pontos de concentração mais seguros. Priorizar o auxílio às crianças, idosos, deficientes físicos, mulheres grávidas e incapacitados (surdos, mudos e cegos).**



2 **Seguir as indicações recebidas apenas de pessoas autorizadas e identificadas (Autoridades e/ou coordenadores de emergência.)**



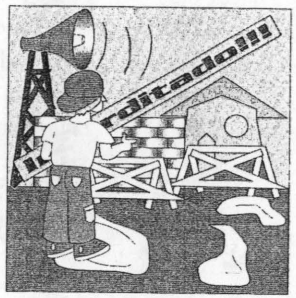
3 **Os coordenadores de emergência e os chefes locais verificam se seus familiares e vizinhos estão presentes.**



Agente Mirim

4

Não retornar por nenhum motivo.



5

Com sua ajuda e do restante dos seus colegas poderemos solucionar e responder adequadamente a uma emergência.







Agente Mirim

LIÇÃO 5 DEFESA CIVIL NA COMUNIDADE



Legal! Agora vamos estudar a **DEFESA CIVIL NA COMUNIDADE.**

Para que a Defesa Civil seja mais do que um órgão ou uma sigla, ela precisa estar apoiada no espírito comunitário, posto que está fundamentada no princípio de que nenhum Governo está capacitado para solucionar, sozinho, o problema.

É importante que as ações de Defesa Civil sejam previamente planejadas em conjunto com a população para que esta se sinta mais tranqüila e segura. Quando a sociedade está devidamente informada ela reage de forma organizada numa situação crítica e, com isso, aumenta o grau de segurança coletiva que minimiza riscos, reduz custo e evita a perda de vidas.

A Defesa Civil está sempre disposta a acolher todos que dela, voluntariamente, se propuserem a participar. Pelos interesses comuns é também um sistema envolvente porque integra todas as atividades, quer públicas ou particulares, povo e governo para a obtenção de um objetivo comum a todos que é a **redução dos desastres e seus efeitos**.

São inúmeras as possibilidades de participação da Comunidade nas ações de Defesa Civil. É necessário que cada voluntário identifique qual o tipo de atividade poderá desenvolver e que tais atividades tenham tudo a ver com as necessidades de sua comunidade ou com a qual pretenda colaborar solidariamente.

O QUE É DEFESA CIVIL NA COMUNIDADE?

É a participação da comunidade em defesa da própria comunidade.

COMO ATUA?

Adotando medidas preventivas.

QUANDO?

Tanto em situação de normalidade, quanto de anormalidade.

Normalidade: situação habitual, natural.

Anormalidade: situação que não é normal; situação irregular.

Agente Mirim

PARA QUÊ?

Para ajudar a evitar ou a minimizar conseqüências danosas.

COMO PARTICIPAR?

Implantando Núcleos de Defesa Civil - NUDEC, na sua quadra, no seu bairro, na sua rua, para:

- Incentivar a educação preventiva;
- Organizar e executar campanhas preventivas;
- Cadastrar os recursos e os meios de apoio existentes na comunidade.

OBJETIVO

Organizar e preparar a comunidade local a dar a pronta resposta aos desastres.

Expresso no próprio símbolo da **Defesa Civil** ... O aperto de mãos significa a consolidação da adesão, da união do Governo e **Comunidade**, somando esforços, objetivando a solução de problemas comuns.

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE COMO NUDEC

Educar, no sentido de preparar a população;
Prevenir, sugerindo medidas e obras públicas para os pontos críticos;
Planejar, elaborando planos de contingências específicos;
Socorrer, as vítimas, conduzindo-as aos hospitais;
Assistir, conduzindo os desabrigados para os locais seguros;
Recuperar, a fim de possibilitar à comunidade seu retorno à normalidade.

É em comunidade que as pessoas têm oportunidade de discutir seus problemas em grupo e encontrar soluções conjuntas de forma democrática e com a participação de todos.

GÓVERNO E COMUNIDADE TRABALHAM JUNTOS.



Agente Mirim



LIÇÃO 6 LAR SEGURO

Olá, galera! É responsabilidade de cada um de nós, manter viva a cidadania em todos os momentos e ambientes de nossa vida.

Um **LAR SEGURO**, respeitando os hábitos e costumes dos moradores e das diferentes faixas etárias, deve ter como meta a prevenção de situações freqüentes, quer simples, como desligar a chave geral de eletricidade, fechar o registro de gás, quer complexas como atenção para trincas, rachaduras e queda de parede.

A melhor forma de explicar um Lar Seguro, é descrever suas particularidades e imaginar estar entrando em uma delas; passear por seu interior, observando as diversas características e detalhes que a tornam um Lar Seguro.

Saiba quais os riscos e fatores de segurança dentro de um LAR:

☹ **RISCOS** ☺ **FATORES DE SEGURANÇA**

Ajude a mamãe a evitar que o seu irmãozinho se machuque.

NA SALA

☹ Crianças e bebês costumam colocar os dedos nas tomadas e levar choque elétrico.

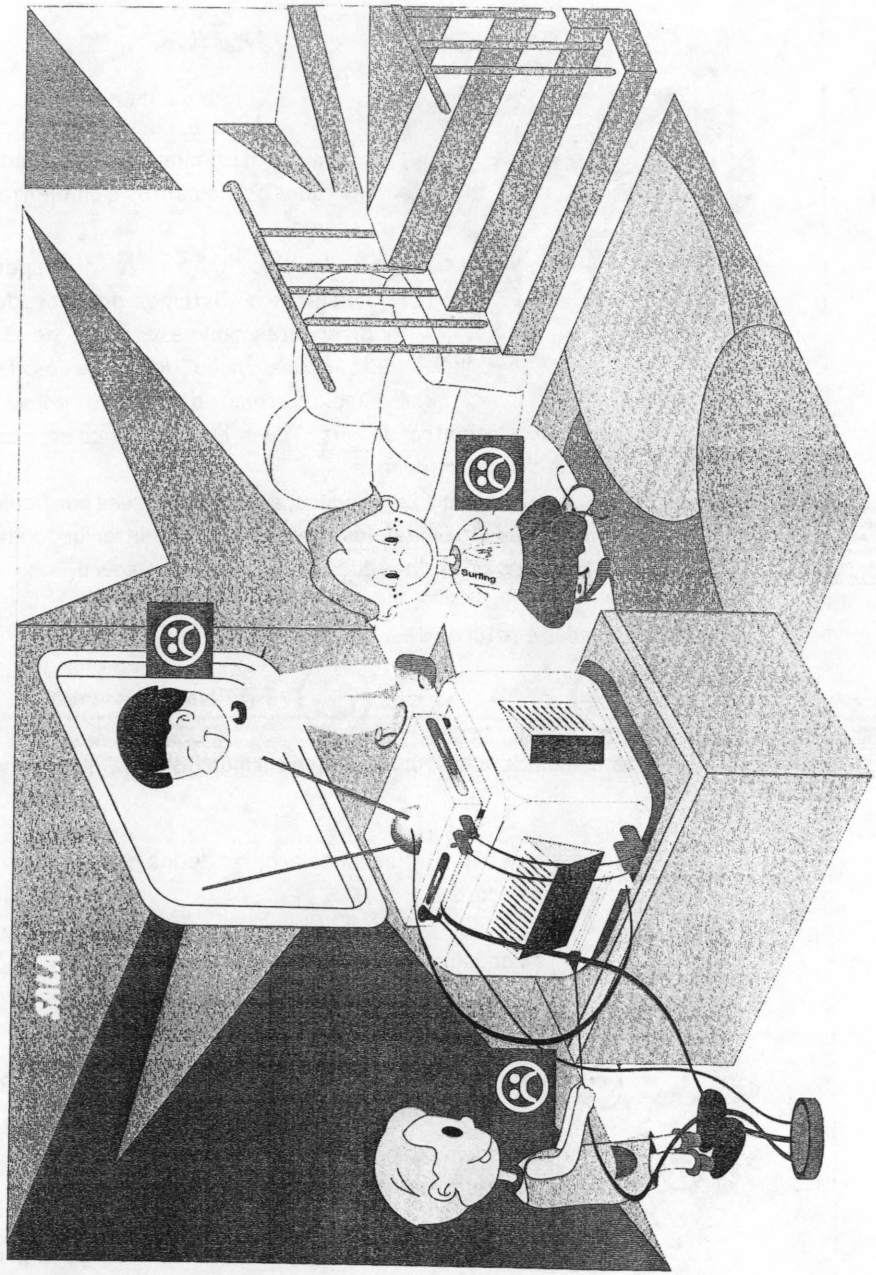
☺ Tomadas com protetor.

☹ Quinas/cantos de móveis podem causar ferimentos.

☺ Quinas/cantos de movéis arredondados ou com protetor.

☹ As crianças podem puxar fios de eletrodomésticos - TV, som, vídeo, DVD - que estejam a mostra.

☺ Eletrodomésticos - TV, som, vídeo, DVD devem ficar com seus fios escondidos.



Agente Mirim

☹ O chão escorregadio também provoca quedas.

☺ Piso antiderrapante.

☹ Pilhas, objetos pequenos ou pontiagudos espalhados pela sala ou de fácil acesso, podem ser levados à boca pela criança, provocando engasgamento.

☺ Nada de objetos pequenos ou pontiagudos espalhados pela sala ou de fácil acesso às crianças.

☹ As quedas de crianças são comuns em escadas sem proteção.

☺ Portinhola de proteção na escada.

☹ Se houver móveis próximos à janela, a criança pode alcançá-la.

☺ Janela com grade protetora e sem móveis/objetos perto.

☹ A arma de fogo é, aos olhos da criança, um brinquedo; as consequências podem ser fatais.

☺ Não tenha arma de fogo em casa e quando tiver, mantenha trancada.

☹ Armário sem fixação à parede pode cair sobre a criança se ela o escalar ou pendurar-se em portas/gavetas destrancadas.

☺ Armário fixo na parede suas portas e gavetas trancadas com chaves inacessíveis e sem objetos sobre o mesmo.

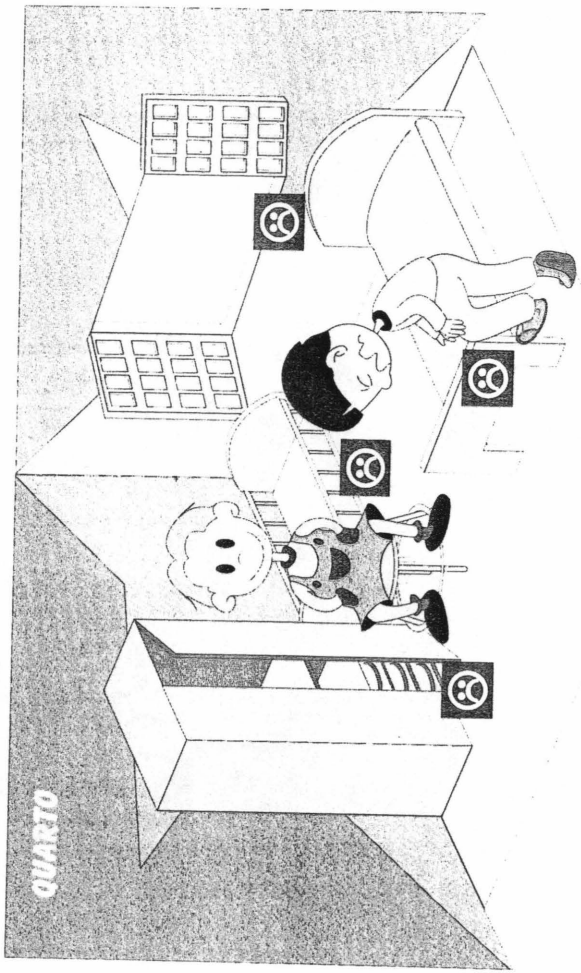
Agente Mirim

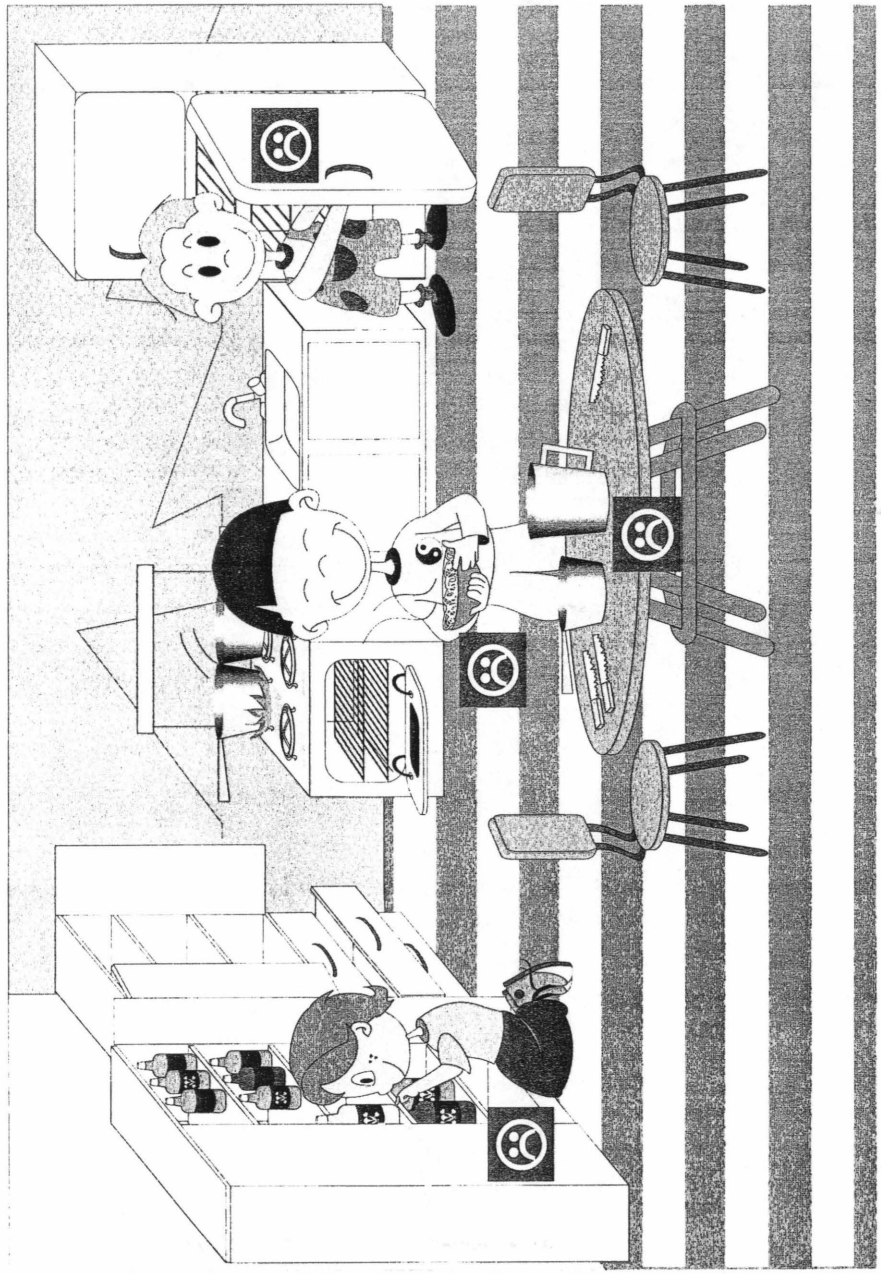
☹ Cordão de chupeta ou enfeite no pescoço do bebê pode sufocá-lo.

☺ Pescoço de criança/do bebê livre de enfeites ou cordão de chupeta.

☹ No berço, a grade baixa facilita à queda da criança ou, com distância grande entre as barras pode deixá-la presa.

☺ Berço: grade lateral alta e com intervalos menores.





Agente Mirim

NA COZINHA

☹ Armários abertos e sem fixação na parede podem cair sobre a criança se ela subir ou pendurar-se em suas gavetas.

☺ Armários trancados e fixos na parede.

☹ Sacos plásticos, se levados à cabeça podem causar asfixia na criança.

☺ Sacos plásticos mantidos longe das crianças.

☹ Produtos de limpeza ou medicamentos expostos podem ser ingeridos pela criança.

☺ Produtos de limpeza/medicamentos longe do alcance das crianças.

☹ Fogão: crianças podem esbarrar nos cabos das panelas viradas para fora e, se puderem alcançar os botões, podem ligar o gás causando intoxicação.

☺ Fogão: não deixe os cabos das panelas para fora e, quando não estiver em uso feche o registro do gás.

☹ Facas, garfos ou objetos pontiagudos e cortantes expostos podem ferir as crianças.

☺ Facas, garfos ou objetos pontiagudos e cortantes devem ser mantidos longe de crianças.

☹ Alimentos muito quentes podem causar queimaduras muito sérias.

☺ Alimentos não devem ser servidos muito quentes, cuidado com panelas e leiteira sobre a mesa.

Agente Mirim

NO BANHEIRO

☹ Com água no ambiente, a tomada é ainda mais perigosa.

☺ Tomada com protetor.

☹ Se ingeridos por crianças, medicamentos, produtos de limpeza e higiene podem ser altamente tóxicos.

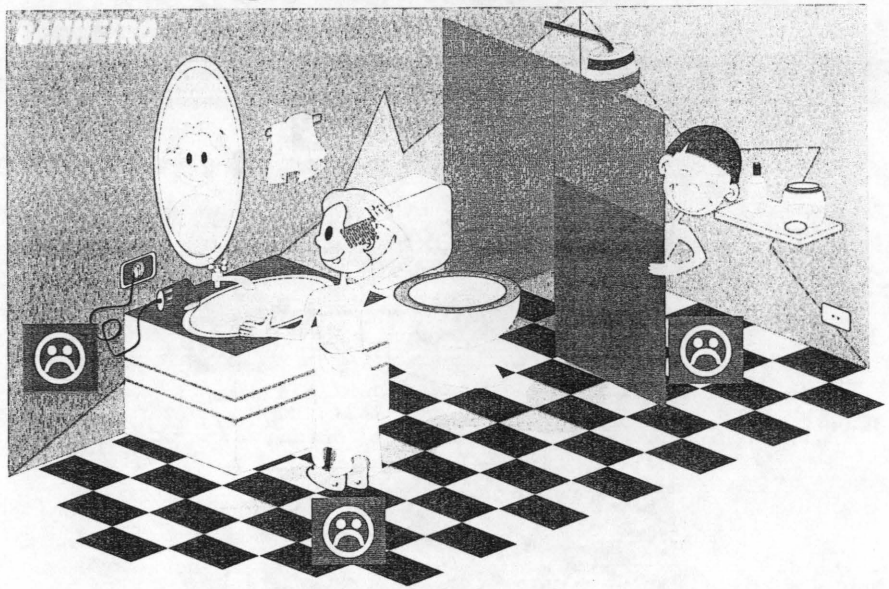
☺ De preferência medicamentos com tampa de segurança, cartela com lacre de segurança e muito bem guardados.

☹ O chão molhado é mais escorregadio e pode provocar queda.

☺ Piso antiderrapante no banheiro e no box.

☹ Criança sozinha corre mais risco de acidente.

☺ A criança nunca deve ficar ou tomar banho sozinha.



Agente Mirim

NA ÁREA DE SERVIÇO

☹ A criança pode se enganar e ingerir produtos de limpeza que estiverem guardados em frascos de refrigerantes.

☺ Nunca utilizar embalagem de refrigerante para guardar produtos de limpeza.

☹ Roupas de molho podem causar intoxicação se a criança ingerir a solução.

☺ Roupas de molho com alvejante ou amoníaco longe das crianças. Uma solução é deixar o balde dentro do tanque.

☹ Ferro de passar exposto pode cair sobre a criança ou queimá-la.

☺ Ferro de passar guardado.

☹ Crianças podem ingerir produtos de limpeza expostos.

☺ Produtos de limpeza fora do alcance das crianças.



Agente Mirim

CUIDADOS GERAIS EM TODO O LAR

- Peça ao papai para inspecionar o telhado e calhas, eliminando possíveis entupimentos.
- Verifique as condições de segurança de sua casa, atenção para trincas, rachaduras, queda de parede.
- Não permaneça em casa com ameaça de desabamento.
- Permaneça em casa sempre que as condições forem favoráveis, se for necessário, abandone a casa.
- Se sua casa apresentar rachaduras ou trincas no chão e nas paredes, isso indica problemas de estrutura, e até risco iminente de desabamento. Na dúvida, peça ao papai ou à mamãe para chamar a Defesa Civil.
- Cuidado com velas! Elas podem causar incêndios em sua casa.
- Não deixe o papai ou a mamãe fumarem na cama, eles podem adormecer e o cigarro provocar um incêndio.
- Não use o telefone durante a tempestade.
- Oriente o papai e mamãe a construírem sua casa em lugar seguro e respeitando as normas e códigos de construção. Margens de rios e próximo a encostas é muito perigoso.
- Cuidado com as fossas e os esgotos.

Agora você deve ficar mais atento ao que pode ser perigoso e já sabe quais as providências para melhorar a segurança do seu Lar.





Agente Mirim

LIÇÃO 7 ACIDENTES DOMÉSTICOS



Você sabia que os acidentes são a maior causa de morte entre crianças de 1 a 15 anos no Brasil?

A boa notícia é que 90% dos acidentes que matam ou causam seqüelas podem ser evitados com informação e educação.

O grupo que você faz parte (menores de 15 anos) é a população mais vulnerável aos desastres e acidentes.

A experiência demonstra que, quanto mais jovem e imatura for a criança, menor sua percepção de risco e maior sua vulnerabilidade e dependência de terceiros, em termos de segurança contra acidentes e desastres.

Essa maior vulnerabilidade e dependência ocorre nos desastres, como **ACIDENTES DOMÉSTICOS** e acidentes de trânsito (lição 11).

A vulnerabilidade da criança aos acidentes é variável, em função do nível de coordenação de seu sistema nervoso, aptidão motora, senso de percepção de risco (impressão ou juízo intuitivo sobre a natureza e a magnitude ou grandeza de um risco determinado) e da instintiva proteção a ela dispensada pela mãe e demais familiares.

Na faixa etária de 8 a 15 anos, com capacidade motora plenamente desenvolvida, você intensifica ainda mais a exploração e a descoberta do mundo exterior. Envolve-se em brincadeiras pesadas com outras crianças da mesma idade. Intensifica ainda mais as saídas de casa e a exploração de quintais, ruas, praças, parques e playgrounds.

FIQUE ATENTO

OS RISCOS DE ACIDENTES MAIS FREQUENTES SÃO:

- Quedas da própria altura, causadas por tropeços;
- Quedas de redes, principalmente durante as brincadeiras;
- Quedas de móveis e escadarias, principalmente em consequência de brincadeiras acrobáticas;
- Quedas de árvores;
- Quedas de janelas e terraços, principalmente por exibicionismo e desatenção;
- Quedas com contusões, cortes e avermelhamento da pele provocados, respectivamente, por quinas de móveis, objetos cortantes e objetos com superfícies ásperas;
- Quedas em cisternas e poços;
- Coma alcoólico provocado pela ingestão de bebidas alcoólicas;
- Envenenamento com parada respiratória, produzido por gás liquefeito de petróleo (gás de cozinha), outro gás combustível ou monóxido de carbono;
- Afogamento em piscinas;
- Ferimentos com objetos cortantes ou perfurantes, como lâminas de barbear, cacos de vidro, facas e pregos;
- Aspiração ou engasgo com alimentos (balas, pipocas, chicletes e espinha de peixe);
- Introdução de corpo estranho em cavidade natural, como narina e ouvido externo;
- Intoxicação por ingestão, acidental ou proposital, de remédios, produtos de limpeza, inseticidas, raticidas, agrotóxicos, plantas tóxicas e outros produtos tóxicos;
- Choques elétricos em tomadas, fios desencapados e aparelhos elétricos;
- Queimaduras no forno ou no fogão;
- Queimaduras com leite, sopas ou outros alimentos quentes;
- Queimaduras e contusões provocadas por brincadeiras com fogo e com fogos de artifícios;
- Mordeduras de animais, como cães e gatos;
- Picadas de abelhas, marimbondos, aranhas, escorpiões e queimaduras de contato com lagartas;
- Compressão de dedos ou da mão em portas, gavetas ou janelas;
- Acidentes com arma de fogo.

Agente Mirim

Descreva algum acidente doméstico que já aconteceu com você:
O que você poderia ter feito para evitá-lo?

Agente Mirim

PREVENÇÃO DE ACIDENTES DOMÉSTICOS COM IDOSOS

Quando se fala em acidentes domésticos, a primeira preocupação das pessoas é com as crianças. Elas se esquecem que os idosos também correm riscos dentro do lar. Quanto mais avançada for a idade, maior é a propensão de estar envolvido em acidentes desse tipo. A explicação é simples: o processo de envelhecimento impõe algumas limitações de caráter físico. Com o passar dos anos, os músculos perdem a elasticidade, os ossos ficam mais frágeis e a calcificação deles fica prejudicada, além de outras modificações que acabam exigindo que os idosos prestem mais atenção nas atividades que realizam.

A maior parte dos acidentes com idosos acontece em casa - dentro da casa, nas escadas, no jardim ou pátio. Esses acidentes, mesmo os menos graves, podem debilitar a saúde do idoso, pois o organismo dele já não está preparado para recuperações tão rápidas quanto de pessoas de menor idade. Uma queda pode provocar, por exemplo, uma fratura de fêmur ou quadril. Essas fraturas podem exigir até que o idoso fique imobilizado na cama por longo período.

Causas mais frequentes de acidentes

Os acidentes com idosos têm várias causas. Algumas delas são as seguintes:

- Uso incorreto de facas de cozinha, causando ferimentos;
- Uso incorreto de produtos inflamáveis, causando queimaduras;
- Quedas de banco ou cadeiras;
- Andar sobre pisos molhados, úmidos ou com cera;
- Andar sobre tapetes sem superfície antiderrapante;
- Andar somente de meias ou usar chinelos ou sapatos muito soltos;
- Mobília instável, gavetas abertas;
- Objetos deixados no caminho, principalmente entre o quarto e o banheiro;
- Má iluminação nos ambientes;
- Escadas com degraus de tamanhos diferentes;
- Fios elétricos ou de telefone deixados no chão;
- Soleiras das portas não niveladas com o chão;
- Chuveiro sem barras de apoio ou tapete antiderrapante;
- Tontura ao levantar-se;
- Móveis no meio do caminho (gavetas abertas).

Agente Mirim

Prevenção

Você, Agente Mirim, deve cuidar do vovô e da vovó, oriente-os com algumas medidas simples, como:

- Usar sapatos de saltos largos e que tenham calcanhares reforçados, fazendo com que o pés não possam se movimentar dentro dos sapatos;
- Evitar usar chinelos;
- Colocar os móveis da casa de maneira que possa se movimentar pela casa sem esbarrar em nada;
- Não andar sobre locais escorregadios, molhados ou encerados;
- Colocar na casa apenas tapetes com forro antiderrapante;
- As cadeiras não devem ficar a uma altura muito elevada e nem muito baixa do chão;
- Colocar barras de apoio no box e nas paredes próximas ao vaso sanitário;
- Usar tapetes com borracha antiderrapante no chuveiro;
- A casa deve estar bem iluminada, principalmente as vias de acesso entre cada uma das partes;
- As escadas devem ter corrimão seguro e degraus antiderrapantes, além do local ser bem iluminado;
- Não deixar gavetas abertas;
- Não deixar no chão fios elétricos ou de telefone;
- Colocar interruptores de luz próximos da cama, evitando que eles tenham que caminhar no escuro;
- Não andar só de meias dentro de casa.



Ajude a cuidar de sua família.

Assim, com certeza, você será um grande cidadão.



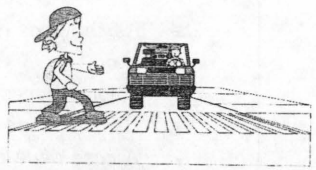


LIÇÃO 8 AUTOPROTEÇÃO

Você sabia que o comportamento de **AUTOPROTEÇÃO** é a adoção, no dia-a-dia, de uma série de medidas que visam a sua segurança.

Aprenda a tomar conta de você!

MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO



NO TRÂNSITO

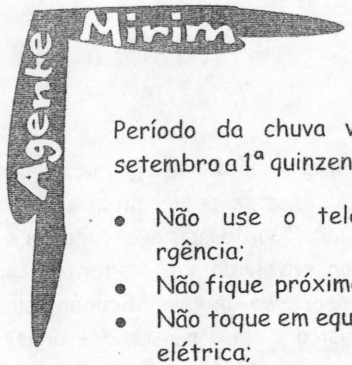
Vejamos, primeiramente, o que é trânsito. Segundo o Código de Trânsito Brasileiro, trânsito é a utilização das vias por pessoas, veículos e animais.

OLHO VIVO, fique ligado:

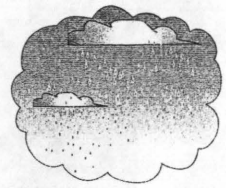
- Ande sempre pela calçada, e para atravessar: utilize a faixa de pedestres;
- Nunca transite entre os veículos;
- Não atravesse a rua na frente de caminhão e ônibus, pois não há visibilidade por parte dos motoristas que estão na outra faixa;
- Observe sempre o aviso de entrada e saída de veículos em garagens e estacionamentos;
- Use sempre o cinto de segurança;
- Ao andar de bicicleta, skate e patins, nunca se esqueça do capacete e preste muita atenção nos pedestres e no caminho;
- Lugar de criança é no banco de trás do carro.

DICAS

- O cidadão pode solicitar ao poder público a sinalização das ruas e a construção de passarelas, sempre que for necessário;
- A revisão periódica do carro evita a emissão de fumaça e ruídos que prejudicam o meio ambiente;
- Não jogue lixo pela janela do carro. É importante manter dentro do carro um saquinho para colocar o lixo.



NA CHUVA



Todo cuidado é muito ... Necessário

Período da chuva vai da 2ª quinzena de setembro a 1ª quinzena de maio.

- Não use o telefone, exceto em caso de emergência;
- Não fique próximo a tomadas, canos, janelas e portas metálicas;
- Não toque em equipamentos elétricos que estejam ligados à rede elétrica;
- Nunca permaneça na água;
- Não fique perto de grandes árvores, cercas de arame ou fios de energia elétrica;
- Evite andar descalço no meio da água, pois poderá se machucar seriamente;
- Evite pisar em poças d'água. Cuidado com os bueiros sem tampa.

DICAS

- Proteja-se em local coberto, nunca embaixo de árvores;
- Não acumule lixo nem entulhos nas ruas. Com a chuva, os mesmos vão parar nos bueiros (bocas-de-lobo) causando entupimentos.

NA SECA

Não deixe a seca estragar o seu clima. Previna-se.
Período da seca vai da 2ª quinzena de maio a 1ª quinzena de setembro.

- Aumente a ingestão diária de líquidos, mesmo quando não tiver sede. O ideal é beber pelo menos seis copos de água por dia;
- Pinge duas gotas de soro fisiológico em cada narina, pelo menos, seis vezes ao dia. Este procedimento evita o ressecamento nasal e reduz a ocorrência de sangramento;
- Evite os banhos prolongados com água quente e o uso excessivo de sabonete para não eliminar a oleosidade natural da pele;
- Evite prática de exercícios físicos entre as 11 e às 16 horas. É esse o período que a insolação e a evaporação atingem os índices máximos;
- Coloque toalhas molhadas e bacias com água nos quartos durante o dia. Isso contribui para manter o ar mais úmido;
- Vista roupas adequadas às condições do tempo. No calor, use roupas leves e, se possível, de algodão;

Agente Mirim

- Use creme hidratante, ou na falta deste, óleo vegetal ou vaselina em abundância para evitar o ressecamento da pele.

DICAS

- Segundo a Organização Mundial de Meteorologia: abaixo de 30% de umidade relativa do ar, recomenda a emissão de Boletins Especiais de Previsão para os organismos e serviços especiais.
- Segundo a Organização Mundial de Saúde: abaixo de 20% de umidade relativa do ar, indica a necessidade de adoção de medidas preventivas de orientação a serem observadas por organismos especiais para esclarecimentos da população.
- Segundo a Organização Internacional de Proteção Civil: abaixo de 12% de umidade relativa do ar, o indivíduo sente prejudicadas as suas funções orgânicas, o que serve como imperativo para adoção de medidas preventivas especiais.

OUTROS COMPORTAMENTOS DE AUTOPROTEÇÃO

- Não empine pipa perto de cabos elétricos, e não use cerol. Nem pegue pipa que ficou presa em fios de alta tensão. É muito perigoso;
- Cuidado ao brincar com bombinhas, elas podem explodir e mutilar sua mão ou machucar seus olhos;
- Não brinque com tesouras. Objetos pontiagudos são perigosos;
- Todos os dias passam pela nossa cidade centenas de caminhões que transportam produtos perigosos. Alguns acidentes, conforme o produto perigoso, podem causar danos ao meio ambiente e às pessoas. Procure não chegar perto de acidentes de caminhões transportadores de produtos perigosos;
- Não brinque com fogo e com produtos como álcool, gasolina. Evite acidentes;
- Não corra com lápis, caneta ou varinha nos bolsos, também pode machucar bastante.

SEJA ESPERTO. ESSAS DICAS SÃO PARA SUA PRÓPRIA SEGURANÇA.
LEMBRE-SE QUE SUA VIDA É MUITO IMPORTANTE.



Agente Mirim



LIÇÃO 9 PRIMEIROS SOCORROS

PRIMEIROS SOCORROS são cuidados de emergência para vítimas de acidentes, intoxicação, envenenamentos, afogamentos, ferimentos, inclusive com hemorragias e outros danos físicos que ponham a pessoa em risco de vida.

Devem ser feitos no próprio local do acidente, enquanto se aguarda a equipe de saúde.

O objetivo desta lição não é ensinar a promover primeiros socorros e sim esclarecer quanto a execução que deve ser simples e com o objetivo de salvar vidas, aliviar dores ou evitar complicações.

Acidentes podem acontecer na hora em que menos esperamos. Por isso tenha sempre em casa, na escola um estojo de primeiros socorros para os casos de emergência. O estojo deve conter pelo menos, esses materiais básicos:

- Creme anti-séptico;
- Pomada contra queimaduras e picadas de insetos;
- Analgésicos e antitérmicos;
- Mercúrio ou mertiolate;
- Gaze, esparadrapo e algodão;
- Curativos adesivos tipo band-aid;
- Pinças e tesoura;
- Termômetro;
- Bolsa de gelo e de água quente;
- Água oxigenada;
- Água boricada.





Os primeiros socorros que serão apresentados são apenas os socorros mais urgentes e importantes que você deverá aplicar para salvar a VIDA.



Aspiração de corpo estranho

Quando se aspira um corpo estranho pela boca, se a pessoa conseguir, estimule-a a forçar a tosse, uma das melhores formas de expulsão;

- não tente retirar o objeto às cegas, enfiando o dedo na boca, pois este procedimento muitas vezes acaba introduzindo ainda mais o corpo estranho na via aérea da pessoa;
- se você conseguir visualizar o corpo estranho, retire-o utilizando os dedos polegar e o indicador, num movimento de pinça;
- se a pessoa não consegue tossir, falar ou chorar e apresenta coloração arroxeada da pele, necessita de manobras imediatas de desobstrução de vias aéreas. Somente pessoas que tenham sido treinadas em cursos específicos, podem realizar essas manobras.

Leve imediatamente a pessoa ao pronto-socorro para garantir que tudo esteja bem, mesmo que já tenha eliminado o corpo estranho. Nenhum tipo de alimentação deve ser oferecido à vítima, até que seja liberada pelo médico.

Ingestão de corpo estranho

Sempre que alguém ingere um corpo estranho, principalmente quando é uma criança, deve receber atendimento e orientação médica.

É importante ressaltar que:

- não se deve provocar vômitos em nenhuma circunstância;
- objetos pequenos, plásticos, metálicos, não pontiagudos e não cortantes freqüentemente são eliminados junto com as fezes, sem causar nenhum sintoma;
- alguns objetos são particularmente perigosos e merecem atenção especial, tais como agulha, vidro, pilhas e baterias. Estes podem se romper e liberar substância tóxica.

Cortes

Nunca deixe um ferimento grave aberto por mais de seis horas, caso contrário ele se contaminará, aumentando o risco de infecção. Antes de ir ao pronto-socorro, faça o seguinte:

- lave o local com água corrente e comprima levemente com um pano limpo, até parar o sangramento;
- não coloque medicamentos ou soluções caseiras (borra de café, sal ou açúcar) no local, para evitar alergia ou infecção;



- se houver necessidade de sutura (juntar), ela deverá ser realizada no hospital, com anestesia local. A retirada dos pontos será definida pelo médico, em função do tipo, profundidade, extensão e localização do ferimento.

Fraturas

As crianças mais sapecas se orgulham em dizer "eu já engessei meu braço cinco vezes!" e os amiguinhos fazem a festa no gesso, desenhando ou deixando um recadinho para o acidentado. Mas, na hora em que o acidente acontece, ninguém acha graça nenhuma: a criança chora e as pessoas ficam preocupadas. Veja o que fazer:

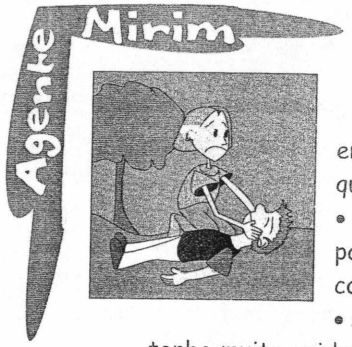
- em caso de fratura exposta (quando aparece o osso), cubra o ferimento com gaze ou pano limpo. Nunca tente realinhar o membro ou "encaixar" o osso, pois isto agravará a situação;
- antes de levar ao hospital, imobilize o segmento lesado com uma tábua, papelão ou madeira;
- ofereça um analgésico se a criança estiver consciente e com dor e a mantenha em jejum, pela possibilidade de cirurgia;
- eleve, se possível, as áreas inchadas e coloque uma bolsa de gelo por cima;
- se ocorrer hemorragia, faça uma compressão do local com panos limpos.

Intoxicações

Tente sempre manter os produtos perigosos fora do alcance das crianças. E, em caso de intoxicações proceda assim:

- telefone para o centro de informação toxicológica de sua cidade (Brasília 08006446774 - 24 horas por dia);
- transporte a vítima para o pronto-socorro o mais rápido possível e leve a embalagem do produto responsável;
- não administre líquidos, principalmente se a pessoa estiver sonolenta ou inconsciente;
- não tente provocar vômitos, especialmente se o produto ingerido for cáustico;
- certifique-se de que a pessoa consegue respirar.

Se a intoxicação ocorreu por inalação, retire a pessoa do ambiente tóxico, remova suas roupas, sem deixá-la passar frio e procure por queimaduras químicas. Se houver contato, remova as roupas da vítima, lave a região afetada com água corrente e sabão neutro e aplique compressas frias para diminuir a coceira.



Queimaduras

A primeira providência a ser tomada é isolar a vítima do agente causador do acidente e, em seguida lavar com água corrente limpa a área queimada;

- seque o local de forma delicada, utilizando um pano limpo, pedaços de gaze estéril ou compressas. Evite usar algodão;
- se a roupa estiver grudada na área queimada, tenha muito cuidado. Lave a região até que o tecido possa ser retirado delicadamente, sem aumentar a lesão. Se continuar aderido à pele, recorte-o ao redor do ferimento;
- se a queimadura ocorreu por exposição a um agente químico ou cáustico, faça o contrário: remova a roupa para evitar que o produto permaneça em contato com a pele;
- não coloque água muito fria, gelo, sabão ou qualquer produto químico sobre a região lesada. Isso pode agravar a área machucada;
- proteja o local com um pano de tecido limpo e, se surgirem bolhas, não as rompa;
- para diminuir o inchaço, mantenha a região mais elevada que o resto do corpo e, se a pessoa sentir muita dor, administre analgésicos comuns.

Sangramento nasal

"Meu nariz sangra nos piores lugares ou momentos, como no meio de festas, em provas na escola ou até em restaurantes e eu nunca sei o que fazer!".
Veja como agir neste casos:

- coloque a pessoa na posição sentada, com o tronco inclinado para frente, para evitar a deglutição de sangue;
- pressione as narinas, com os dedos em forma de pinça, na região acima da ponta do nariz;
- se possível, aplique compressas frias. Após alguns minutos afrouxe a pressão vagarosamente e não permita que ela assoe o nariz;
- se o sangramento persistir por mais de 10 minutos ou recorrer, volte a comprimir a narina e procure o serviço médico.



Choque Elétrico

O choque elétrico, geralmente causado por altas descargas, é sempre grave, podendo causar distúrbios na circulação sanguínea e, em casos extremos, levar à parada cardiorrespiratória.
Na pele, podem aparecer duas pequenas áreas de queimaduras (geralmente de 3º grau) - a de entrada e de saída da corrente elétrica.

- desligue o aparelho da tomada ou a chave geral;
- se tiver que usar as mãos para remover uma pessoa, envolva-as em jornal ou um saco de papel;
- empurre a vítima para longe da fonte de eletricidade com um objeto seco, não-condutor de corrente, como um cabo de vassoura, tábua, corda seca, cadeira de madeira ou bastão de borracha.
- se houver parada cardiorrespiratória, aplique a ressuscitação;
- cubra as queimaduras com uma gaze ou com um pano bem limpo;
- se a pessoa estiver consciente, deite-a de costas, com as pernas elevadas. Se estiver inconsciente, deite-a de lado;
- se necessário, cubra a pessoa com um cobertor e mantenha-a calma;
- procure ajuda médica imediata.

Hemorragia

A perda de sangue devido ao rompimento de um vaso sangüíneo - veia ou artéria. Toda hemorragia deve ser controlada imediatamente. A hemorragia abundante e não controlada pode causar a morte em minutos. **NÃO PERCA TEMPO** .

Estanque a hemorragia

- use uma compressa limpa e seca: de gaze, de pano ou mesmo um lenço limpo coloque a compressa sobre o ferimento;
- pressione com firmeza;
- use atadura, uma tira de pano, gravata ou outro recurso que tenha a mão para amarrar a compressa e mantê-la bem firme no lugar;
- caso não disponha de uma compressa, feche a ferida com o dedo ou comprima com a mão evitando uma hemorragia abundante.

Agente Mirim

Pontos de pressão - calque fortemente, com o dedo ou com a mão de encontro ao osso, nos pontos onde a veia ou a artéria são mais fáceis de encontrar. Esses pontos são fáceis de decorar, desde que você os observe com atenção.

Se o ferimento for nos braços ou nas pernas, sem fratura, a hemorragia será controlada mais facilmente levantando-se a parte ferida.

E mais:

Se o ferimento for na perna - dobre o joelho. Se o ferimento for no antebraço - dobre o cotovelo. Mas sempre tendo o cuidado de colocar **por dentro** da parte dobrada, bem junto da articulação, um chumaço de pano, algodão ou papel.

PRESTE ATENÇÃO:

Os Primeiros Socorros protegem a vítima contra maiores danos, até a chegada de um profissional de saúde especializado.

Medidas importantes a serem tomadas:

- Tome providências para que o acidente não origine outros, afaste qualquer perigo que possa complicar mais a situação;
- Procure, imediatamente, socorro especializado - Corpo de Bombeiros (193);
- Identifique o tipo de lesão;
- Verifique os sinais vitais e nível de consciência da vítima.

LEMBRE-SE:

Iniciativas simples podem ajudar a salvar vidas.



Agente Mirim



LIÇÃO 10 FOGOS DE ARTIFÍCIOS E BALÕES

FOGOS DE ARTIFÍCIOS E BALÕES são lindos, mas muito perigosos.

Uma bombinha que explode na mão pode mutilar; próximo aos olhos, pode cegar.

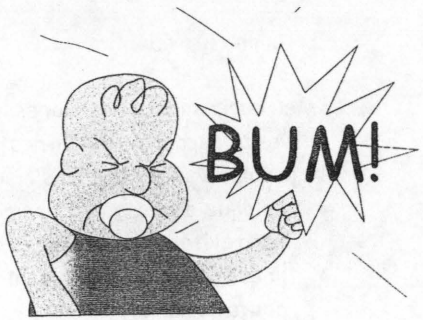
Os balões são causa de graves acidentes e grandes incêndios, que podem machucar muitas pessoas.

FOGOS DE ARTIFÍCIOS

NÃO COMPREM FOGOS DE ARTIFÍCIOS, ELES SÃO PERIGOSOS.



NÃO BRINQUEM COM FOGOS DE ARTIFÍCIOS, ELES PODEM TE MACHUCAR.



SE UMA BOMBINHA EXPLODIR EM SUAS MÃOS OU PRÓXIMO A SEUS OLHOS VOCÊ PODERÁ FICAR SEM OS DEDOS OU CEGO.

Agente Mirim

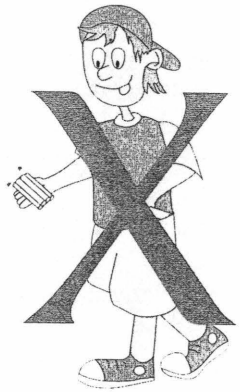
CRIANÇA SEGURA

MOSTRE PARA OS SEUS PAIS QUE VOCÊ SABE QUE ELES SE PREOCUPAM COM VOCÊ.

Mais de 80% das vítimas de queimaduras, durante os festejos juninos, são crianças. A principal causa para esta alarmante incidência é a imprudência no uso de fogos de artifícios.

NÃO ME DÊ FOGOS DE ARTIFÍCIOS, SOB HIPÓTESE ALGUMA.

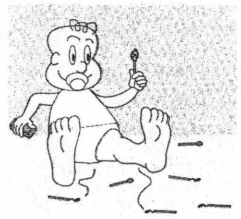
NÃO PERMITA QUE EU ADQUIRA FOGOS DE ARTIFÍCIOS.



ESTEJA SEGURO DE QUE NÃO ESTOU PERTO AO ACENDER FOGOS DE ARTIFÍCIOS.

Agente Mirim

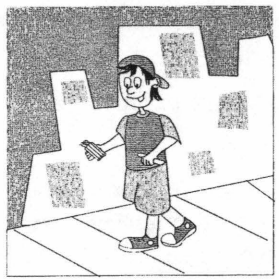
FIQUE ESPERTO



Não existem fogos de artifícios inofensivos. Eles causam queimaduras de segundo e terceiro grau.

Os fogos de artifícios podem explodir deixando mutilações.





Nunca brinque com fogos de artifícios.

NÃO FIQUE PERTO QUANDO ALGUÉM SOLTAR FOGOS DE ARTIFÍCIOS.

ORIENTAÇÕES PARA OS PAIS

- Não solte quaisquer tipos de fogos próximo de pessoas, residências ou fios de eletricidade.
- Nunca utilize fogos após ingerir bebidas alcoólicas.
- Nunca tente reutilizar os fogos que tenham falhados.
- Nunca faça experiência, modifique ou tente fazer seus próprios fogos.
- Ao utilizarem fogos de artifícios, leiam atentamente as instruções contidas nas embalagens e observem as possíveis falhas de fabricação, no caso de fogos de artifícios, manter os braços para o alto, distantes do corpo, durante o disparo e se o foguete falhar, continue na mesma posição, por pelo menos 20 segundos; em seguida, deposite-o imediatamente na água.

Agente Mirim

- No caso de queimaduras, lavar o local apenas com água potável; se houver sangramento, envolva o ferimento com pano limpo, nos dois casos a vítima deve ser levada imediatamente ao hospital.
- Antes de soltar, deve-se encaixar o cabo do foguete dentro do tubo de outro foguete (de 2 até 4 foguetes); as cintas devem ficar alternadas, segurar o conjunto pelo cabo (do foguete de baixo), retirar a cinta do foguete de cima, acender a espoleta mantendo distante do rosto e sempre acima da cabeça, levantá-lo para o alto em local livre de obstáculos até se ouvir o estampido, após o disparo passar para baixo o tubo usado para servir de cabo, no caso de falha, para sua segurança, aguardar um minuto e não utilizá-lo mais.
- Manter-se a vinte metros de pessoas, fios, casas, etc.

BALÕES

Os grandes balões, além de uma bucha feita de tecido embebido com uma pasta composta de materiais combustíveis, carregam uma peça chamada aranha. Feita com vergalhões do tipo usado na construção civil, ela serve para sustentar as buchas e a canga do balão, que leva uma grande quantidade de fogos de artifícios e lanterna, com grande poder destrutivo. Toda essa estrutura chega a pesar mais de 100 quilos!



Os Balões voando ao sabor dos ventos, podem cair em qualquer lugar e sobre qualquer coisa.

Você sabe o que um balão pode causar?
N ão?
Então vejamos:

Prejuízos ao meio ambiente

Quando caem nas matas, provocam queimadas que destroem toda a vegetação e a vida animal que ali vive.

Os balões são responsáveis pela maior parte da destruição das matas devido aos incêndios que provocam.

Agente Mirim

Prejuízos econômicos e socias

Eles podem cair sobre reservatórios de gás ou de combustíveis e causar incêndios gigantescos nas cidades, matando e ferindo pessoas.

Balões podem causar o interrompimento do fornecimento de energia elétrica, causando o desligamento repentino da força, quando caem sobre as linhas de transmissão.

Prejuízos à segurança de vôo

Não só na terra os balões representam uma ameaça, também no ar eles podem colocar em perigo a vida de centenas de pessoas que, dentro de aviões, viajam por aí.

Ele pode ser sugado por uma turbina de avião, causando uma grande tragédia, como a derrubada do avião.

SOLTAR BALÃO É CRIME! DENUNCIE

POLÍCIA 190
BOMBEIRO 193

A Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1988 no seu artigo 42 diz que: fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou qualquer tipo de assentamento humano é considerado crime.

PENA - detenção de um a três anos ou multa. Ou ambas as penas cumulativamente.

O QUE PODEMOS FAZER?

COLABORAR COM A NATUREZA NÃO SOLTANDO BALÕES!









LIÇÃO 11 ACIDENTES DE TRÂNSITO

Olá Galera! Vamos a mais uma lição. Todo cuidado é muito... Necessário.

Os acidentes de trânsitos estão entre os principais motivos, lesões e mortes de crianças e jovens no Brasil.

Criança e adolescente precisam de PROTEÇÃO. Todo ano milhares de vidas são desperdiçadas em **ACIDENTES DE TRÂNSITO**.

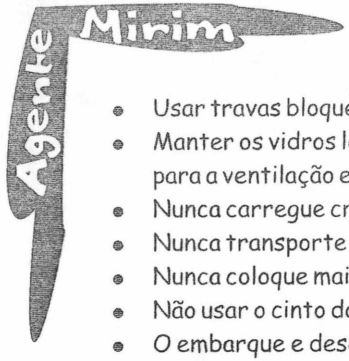
Preste atenção neste assunto e oriente as pessoas para melhorarem o padrão de segurança em nosso trânsito.

Para reduzir os acidentes de trânsito de uma maneira geral, são importantes as seguintes medidas:

- Proibição de que motoristas alcoolizados dirijam veículos;
- Obrigatoriedade do uso do cinto de segurança;
- Melhoria das condições de trafegabilidade das estradas e das ruas;
- Educação de trânsito para motoristas e pedestres;
- Controle das condições de dirigibilidade dos veículos, como inspeção de freios, amortecedores, rodas, pneus, faróis, luzes de sinalização do carro e outros itens de segurança;
- Construção de passagens subterrâneas, passarelas, lombadas (quebra-molas) e outros sistemas de redução da velocidade dos veículos, em vias de trânsito intenso e de grandes concentrações de pedestres;
- Implantação de faixas de pedestres e semáforos, em ruas de grandes concentrações de pedestres e de tráfego intenso;
- Intensificação de medidas policias, educativas e coercitivas para condicionar a população a cumprir a legislação de segurança de trânsito.

Para reduzir especificamente os acidentes de trânsito envolvendo crianças, além das já citadas, são importantes as seguintes medidas:

- Enquanto a criança não conseguir sentar-se e manter o equilíbrio da cabeça deve ser usado assento tipo concha. Usada desde o nascimento até a criança pesar aproximadamente 8 Kg;
- A cadeirinha fixa é utilizada a partir do momento em que a criança já possui



- pleno controle pescoço-cabeça e até os quatro anos de idade (aproxidamente 18 Kg);
- Usar travas bloqueando a abertura interna das portas traseiras;
- Manter os vidros levantados, deixando apenas uma pequena fresta para a ventilação em dias quentes;
- Nunca carregue crianças no colo;
- Nunca transporte crianças no porta malas;
- Nunca coloque mais de uma criança no mesmo cinto;
- Não usar o cinto do adulto em crianças pequenas;
- O embarque e desembarque da criança deverão ser feitos sempre pelo lado da calçada.

FIQUE SABENDO: Devido aos altos índices de mortes e lesões de natureza grave em crianças, originados em acidentes de trânsito, governantes, sociedade e indústria buscam soluções para tal desastre.

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) impõe ações preventivas, tentando evitar os desastres e os traumatismos decorrentes do transporte inadequado.

O CTB determina como o transporte deve ser feito: crianças com idade inferior a 10 anos devem ser transportadas nos bancos traseiros (Art. 64). Para transitar em veículos automotores os menores de 10 anos deveram ser transportados nos bancos traseiros e usar, individualmente, cinto de segurança.

1º Excepcionalmente, nos veículos dotados exclusivamente de banco dianteiro o transporte de menores de 10 anos poderá ser realizado neste banco.

2º Na hipótese do transporte de menores de 10 anos exceder a capacidade de lotação do banco traseiro, será admitido o transporte daquele de maior estatura no banco dianteiro.

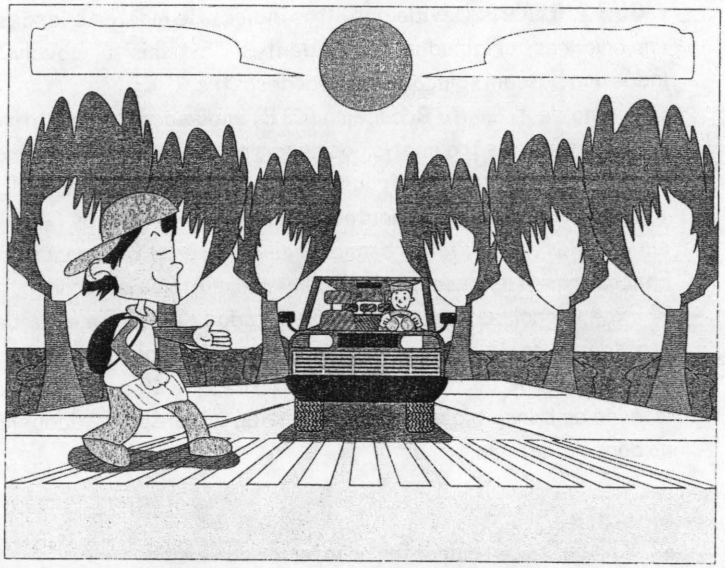
EDUCAÇÃO

- Aprenda a se comportar no interior do veículo;
- Use sempre o cinto de segurança;
- O jovem e a bicicleta: os equipamentos de segurança são de uso obrigatório (capacetes, protetores para joelhos e cotovelos). Manter a bicicleta em boas condições de uso;
- Só atravesse a rua na faixa de segurança, com sinal vermelho e depois de se certificar que todos os veículos parara;
- Utilize preferencialmente passarelas ou passagens subterrâneas;
- Sempre que estiver na calçada, esperando condução, colocar-se com um obstáculo, como um poste, e o sentido do trânsito.

Diretores de escolas devem solicitar para a frente dos seus estabelecimentos de ensino:

- A construção de obstáculos que reduzam a velocidade do trânsito;
- A implantação de placas de advertências, faixas de segurança e de semáforos;
- O destacamento de guardas de trânsito nos horários de entrada e de saída da escola.

ANDE SEMPRE PELA CALÇADA, E PARA ATRAVESSAR: UTILIZE A FAIXA DE PEDESTRES.









LIÇÃO 12 PERÍODO DA CHUVA

Agora, falaremos do **PERÍODO DA CHUVA**, que vai da 2ª quinzena de setembro a 1ª quinzena de maio. Nesta época, não estamos livres das ocorrências de desastres naturais e a atenção deve ser redobrada; se o tempo fechar, o melhor é prevenir-se. As fortes chuvas podem provocar enchentes, enxurradas, alagamentos, inundações, raios e deslizamentos de encostas.

SÓ PARA LEMBRAR:

Alagamentos

É o acúmulo de água no leito das ruas e no perímetro urbano por fortes chuvas provocadas por sistema de drenagem deficiente.



Enchentes

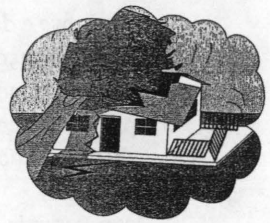
É a elevação do nível de água de um rio, acima de sua cota normal.

Inundação

É o transbordamento da água da calha normal de rios, mares, lagos e açudes, ou acúmulo de água por drenagem deficiente, em áreas não habitualmente submersas.

VAI CHOVER... O QUE FAZER?

Antes



Poda ou corte de árvores próximas a residências, com risco de queda.

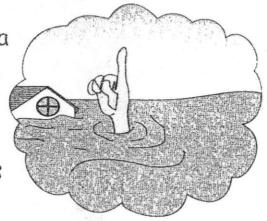
Conserto de calhas e telhados, troca de telhas quebradas, reforço da fixação renovando pregos e madeiras. Isolamento da fiação elétrica.

Não acumular lixo nem entulhos nas ruas. Com a chuva, os mesmos vão parar nos bueiros.

Verificação das condições de segurança de sua casa: atenção para trincas, rachaduras, queda de parede.

Agente Mirim

Durante



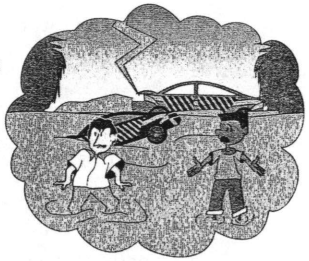
Se o nível da água estiver subindo, vá com sua família para um lugar seguro. Se estiver ao ar livre, procure um abrigo seguro, longe de árvores; elas atraem raios e seus galhos podem cair. Evite acientes.

Depois

Cuidado com a água que for beber. Veja se não foi contaminada pela inundação, o que traz sérios riscos a sua saúde.

Não use equipamentos elétricos que tenham sido molhados; nem em locais inundados, pois há risco de choque elétrico e curto-circuito.

No trânsito (orientações para os pais)



Procurar um local alto e esperar o nível da água baixar;

Não parar o carro próximo a árvores ou postes. Há risco da árvore não resistir ao vento e cair sobre o carro. Os fios dos postes podem arrebentar, provocando choques;

Não andar ao lado de caminhões e ônibus; a marola provocada por eles pode inundar o carro;

Ao atravessar poças, manter aceleração contínua, em primeira;

Diminuir a velocidade e procurar aumentar a distância do veículo da frente. Se lembra da Campanha? "Choveu, virou sabão";

Não fechar cruzamentos e facilitar a passagem de veículos de socorro;

Sintonizar o rádio do carro nas emissoras que estejam orientando os motoristas;

CUIDADO: poças d'água podem ocultar buracos.

O PERIGO QUE VEM DO CÉU

O que é raio?

Descarga súbita e visível de eletricidade produzida em resposta à intensificação

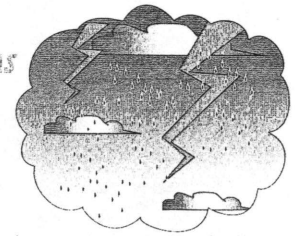
Agente Mirim

da atividade elétrica existente entre:

1) nuvem e solo;
2) entre duas ou mais nuvens;
3) dentro de uma única nuvem, ou
4) entre uma nuvem e a atmosfera.

Os raios são perigosos?

Sim. Os raios trazem uma série de riscos para as pessoas, animais, equipamentos e instalações.



SE AS CHUVAS VIEREM ACOMPANHADAS DE RAIOS! O QUE FAÇO?

TOME OS SEGUINTES CUIDADOS

Abrigue-se em uma casa ou edificação.

Entre em um carro com capota de metal e permaneça dentro. Os pneus do carro funcionam como isolantes.

Evite lugares descampados (praias, campos de futebol, etc.). Os raios normalmente "procuram" pontos mais altos e, nesses lugares, sua cabeça pode ser o alvo.

Se estiver em campo aberto permaneça agachado; não se deite no solo pois a terra úmida é condutora de eletricidade.

Se estiver dentro da água, saia. Não permaneça na praia. Nas tempestades, evite o mar e as piscinas.

Não utilize o celular ou qualquer aparelho de rádio comunicação durante uma tempestade.

Fique longe de torneiras e canos, pois quaisquer desses objetos podem conduzir eletricidade.

Não use o telefone, exceto em caso de emergência.

Não use trator, motocicleta, bicicleta ou qualquer outro veículo de metal de tamanho reduzido.

Não utilize eletrodomésticos como ferros de passar roupas, porque o raio pode seguir o fio. Fique longe da TV, se optar por mantê-la ligada.

Evite abrigos isolados (como quiosques, por exemplo).

Evite árvores isoladas. Devemos ficar longe das árvores e postes porque são altos, têm pontas e acabam atraindo raios.

Não se coloque em posição mais elevada que os outros objetos a sua volta.

Evite o topo de uma montanha.

Agente Mirim

Não permaneça em barcos.
Não transporte qualquer coisa de metal e não permaneça junto de objetos metálicos.

SEM PINGA-PINGA

Infiltrações, fissuras, rachaduras... É só começar a chover para aparecerem os primeiros pingos no teto, que logo se transformam em goteiras. Além de incômodos, esses problemas podem comprometer a estrutura das construções, trazendo riscos aos moradores. A revisão periódica de lajes, telhados e paredes evita que os danos ocorram.

Outras ações importantes:

Não deixe acumular água nos alicerces e nas lajes da edificação. As lajes devem ser impermeabilizadas, pois, como a variação de temperatura é grande nesta época do ano, o material não resiste e pode apresentar fissuras.
Evite fazer construções, ampliações ou reformas durante o período chuvoso.
Não cave fossas ou buracos perto de construções ou barrancos.
Procure imediatamente um profissional qualificado quando observar rachaduras no teto, paredes e pisos, travamento e dificuldades para abrir e fechar portas e janelas, afundamento de terreno e rompimento de tubulações.
Evite retirar a camada vegetal dos barrancos, é ela quem o protege de erosões e deslizamentos.

RISCO À SAÚDE HUMANA

Antes mesmo da chegada das chuvas, a população precisa se prevenir para evitar duas doenças sérias que podem aparecer dentro da nossa própria casa: a **leptospirose**, transmitida por ratos, e a **dengue**, cujos transmissores são os mosquitos Aedes aegypti.

LEPTOSPIROSE

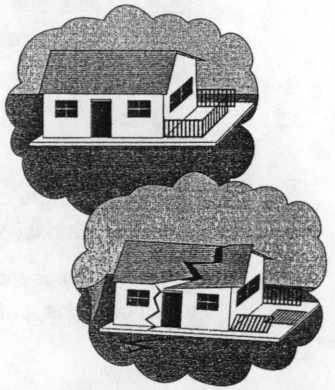
O lixo jogado nas ruas também contribui para os alagamentos, porque entope os bueiros e faz os córregos transbordarem. Quando isso acontece as águas sobem e carregam esses detritos para ruas e casas, junto com urina de ratos.

DENGUE

A chuva retida em vasos, poças d'água, pneus, garrafas, potes e caixas d'água abertas são um chamariz para o mosquito transmissor da dengue. Para combater o mosquito é preciso eliminar os insetos adultos, com a aplicação de inseticidas, e acabar com o criadouro de larvas.

Agente Mirim

SEJA RÁPIDO NA IMINÊNCIA DE INUNDAÇÕES, DESABAMENTOS E SOTERRAMENTOS.

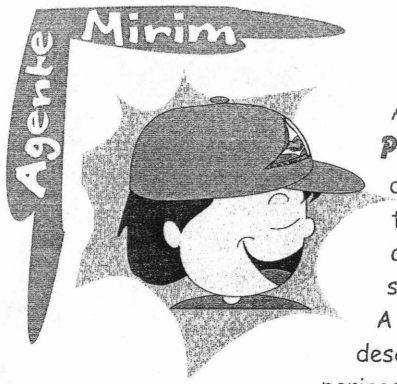


Ensine sua família a proteger-se. Conversem sobre estes conselhos:

- Abandone sua residência nos casos de maior gravidade (havendo muita infiltração, algum barulho estranho, rachaduras nas paredes, etc.). É preferível perder bens à vida.
- Saia de casa, caso more às margens de rios e próximo a encostas.
- Procure manter a calma acima de tudo.
- Providencie a evacuação do local e retirada das pessoas que ainda estejam correndo riscos.
- Providencie socorro às vítimas, somente se possível e sem riscos para você.
- Transmita alarme aos vizinhos em caso de súbita elevação das águas.
- Procure agarrar-se em algum obstáculo e flutuar, caso haja iminência de ser levado pelas águas.
- Não se arrisque em travessias, mesmo que saiba nadar bem. As águas de enchentes são pesadas e violentas.
- Etiquete ou identifique o mobiliário de alguma forma, caso tenha que ser transportado para um abrigo.
- Evite permanecer em áreas em que esteja sendo realizado socorro de vítimas. Sua presença pode atrapalhar o andamento dos trabalhos.

SE O TEMPO FECHAR, PREVINA-SE CONTRA A CHUVA.





LIÇÃO 13 PERÍODO DA SECA

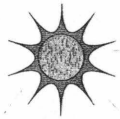
Aí, galera, falaremos agora sobre o **PERÍODO DA SECA**, que vai da 2ª quinzena de maio a 1ª quinzena de setembro; o que traz condições favoráveis para aumentar alguns problemas, como riscos à saúde e à segurança de todos nós.

A baixa umidade do ar, poluição, queimadas descontroladas e incêndios são os principais perigos para nossa comunidade.

Então, para que nada aconteça, vamos lembrar atitudes que devem ser evitadas, além de alguns cuidados que não podem ser esquecidos.

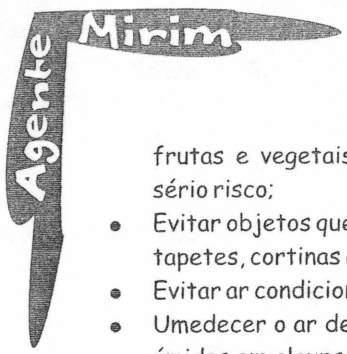
Neste PERÍODO DA SECA, ocorrem as seguintes modificações no meio ambiente no Distrito Federal:

- Baixos índices de umidade relativa do ar.
- Horário crítico compreendido entre 11h e 16h, período em que a insolação e a evaporação são maiores.
- Variações bruscas de temperaturas e ventos fortes.
- Elevação do índice de inflamabilidade com aumento das possibilidades de ocorrências de incêndios urbanos e rurais.
- Nebulosidade e névoa seca.
- Concentração de partículas na atmosfera.



BAIXA UMIDADE DO AR E POLUIÇÃO

Neste período, o clima fica mais seco e frio deixando o ar mais denso, fazendo com que a poluição aumente e acumule-se perto do chão.
Isso provoca dor de cabeça, tontura, náusea, irritação nos olhos, nariz e garganta. Ficamos mais propensos às doenças como gripes, viroses, doenças respiratórias e alérgicas.



Para evitar esses problemas, você pode:



- Beber líquidos, comer mais frutas e vegetais: a desidratação é um sério risco;
- Evitar objetos que acumulem poeira, como tapetes, cortinas e bichos de pelúcia;
- Evitar ar condicionado, pois resseca ainda mais o ar;
- Umedecer o ar de sua casa, deixando vasilhas, toalhas ou roupas úmidas em alguns cômodos. Cuidado: não deixe água muito tempo parada para evitar o surgimento de insetos causadores de doenças, como a dengue;
- Limpar os olhos com algodão e água esterilizados para evitar irritações, conjuntivites e outros problemas oculares;
- Evitar fazer exercícios físicos quando o ar estiver muito seco, principalmente no horário das 11h às 16h. Neste período, a insolação e evaporação atingem seus índices máximos;
- Usar creme hidratante, ou na falta deste, óleo vegetal ou vaselina em abundância para evitar o ressecamento da pele.

QUEIMADAS E INCÊNDIOS

Como o período da seca é muito seco, aumenta o perigo de incêndios. Por isso, moradores de áreas urbanas ou rurais devem evitar ao máximo a prática da queimada, tanto para a limpeza de pastos ou plantações, como de terrenos urbanos.
A vegetação e o ar ressecados, os ventos e a falta de chuvas podem provocar grande e incontroláveis incêndios, causando enormes prejuízos à flora, fauna e ao solo.

Veremos, agora, as medidas preventivas em função das causas mais comuns de ocorrência de incêndios florestais no Distrito Feral:



Queimar o lixo é praticar infração ambiental, e além disso pode provocar incêndios.



Aproveite os resíduos orgânicos para fazer compostagem principalmente as folhas e galhos secos. Faça uma cova e deposite-os, contribuindo assim

Agente Mirim

Ao fazer uma fogueira, limpe a área ao redor e lembre-se de apagar o fogo antes de deixar o local. Dessa forma, pode-se evitar a ocorrência de incêndio florestal. Adotar medidas preventivas é zelar pela própria segurança.

Não jogue fosfóros e cigarros acesos em áreas com vegetação.

FALTA DE ÁGUA POTÁVEL

No período da seca, devido à diminuição das chuvas, são grandes as chances de haver falta de água, em virtude da sua diminuição nos reservatórios e rios que abastecem as cidades. Você pode colaborar de forma bem simples:

- Evite desperdícios, como lavar carro ou calçadas. Uma vassoura resolve o problema, além de ser um bom exercício;
- Não gaste água desnecessariamente: tome banhos mais rápidos, fechando o chuveiro enquanto se ensaboa.

FIQUE SABENDO

Nas próximas décadas, a água potável será um dos recursos naturais mais escassos e, portanto, valorizados. A dificuldade de obtenção de água vai desencadear crises em muitas partes do mundo, devido ao crescimento demográfico. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), apesar de todos os progressos tecnológicos do século passado, um em quatro habitantes da Terra vive seu dia-a-dia sem abastecimento de água potável; outra mesma proporção de seres humanos não dispõe de saneamento básico adequado.



Agente Mirim



CHEGAMOS AO FINAL

Agora que você já aprendeu sobre a Defesa Civil, cuide de você e ajude a cuidar de sua família, de sua escola, dos seus colegas e da sua comunidade, agindo além de seus interesses individuais e familares. Você é um agente multiplicador, um **Agente Mirim - Defensor da Vida,** consciente dos seus direitos e executor dos seus deveres.

Mostre a outras pessoas o seu conhecimento, ensinando-as que sem conhecimento de segurança global da população, sem conhecimento de redução dos desastres e sobretudo sem conhecimento de redução das vulnerabilidades a comunidade corre maiores riscos.

Assim, com toda certeza, você estará exercendo o seu papel de cidadão, e poderá fazer da sua casa, da sua escola, do seu bairro e da sua cidade o melhor lugar do mundo.

PARABÉNS PARA VOCÊ!

Agente Mirim, mãos à obra!

Manifesto minha gratidão aos eminentes colaboradores com desprendimento, competência e dedicação máximas, por mais este inestimável serviço que acabam de prestar a causa da defesa civil com este lema incansável: "A Defesa Civil somos todos nós".

Patricia Lemos Xavier
Coordenadora do Programa Agente Mirim "Defensores da Vida" da Defesa Civil do Distrito Federal.

"A bondade infinita tem braços tão grandes que envolvem qualquer coisa que se volte para ela".

Dante Alighieri

Sistema Informatizado de Legislação da Gestão Administrativa

LEI Nº 3.629, DE 28 DE JULHO DE 2005

DODF DE 29.07.2005

(VIDE - Decreto nº 26.783, de 09 de maio de 2006)

Dispõe sobre a inclusão do tema transversal Noções Gerais de Defesa Civil e Percepção de Riscos, nos currículos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica incluído entre os temas transversais a serem trabalhados por todos os professores do Ensino Fundamental e do Ensino Médio na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, os temas Noções Gerais de Defesa Civil e Percepção de Riscos.

Art. 2º Os professores da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal serão capacitados para atender os fins previstos nesta Lei.
Parágrafo único. O Poder executivo designará em ato regulamentar o órgão de sua administração responsável pela capacitação referida no caput.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de julho de 2005
117º da República e 46º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Este texto não substitui o publicado na imprensa oficial.

Sistema Informatizado de Legislação da Gestão Administrativa

DECRETO Nº 26.783, DE 09 DE MAIO DE 2006

DODF DE 10.05.2006

Regulamenta a Lei nº 3.629, de 28 de julho de 2005, que "Dispõe sobre a inclusão do Tema Transversal Noções Gerais de Defesa Civil e Percepção de Riscos, nos currículos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e dá outras providências."

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o parágrafo único do artigo 2° da Lei nº 3.629, de 28 de julho de 2005, DECRETA:

Art. 1o As Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal que oferecem o Ensino Fundamental e o Ensino Médio incluirão, no desenvolvimento do Currículo da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal, o Tema Transversal Noções Gerais de Defesa Civil e Percepção de Riscos, que constará, nos Planos de Curso das Instituições Educacionais e nos Planos de Aula dos Professores.

§ 1° As Coordenações Pedagógicas Locais, intermediárias e Centrais serão responsáveis pelo acompanhamento dessas ações.

§ 2° O tema será desenvolvido, pedagogicamente, em todos os Componentes Curriculares, levando-se em conta princípios da transversalidade.

Art. 2o A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal promoverá a formação continuada dos Professores, em serviço, de forma a garantir o desenvolvimento do Tema Transversal Noções Gerais e Defesa Civil e Percepção dos Riscos.

Art. 3o Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4o Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 09 de maio de 2006.
118º da República e 47º de Brasília
MARIA DE LOURDES ABADIA

Este texto não substitui o publicado na imprensa oficial.

ANEXO 5

A EXPERIÊNCIA DE SANTA CATARINA

ANEXO 6

A EXPERIÊNCIA DE SÃO PAULO




DEFESA CIVIL,
TRABALHANDO PARA SUA SEGURANÇA
BRASIL, 182 ANOS DE INDEPENDÊNCIA
DEFESA CIVIL MIRIM:
O FUTURO SE CONSTROE HOJE

EMERGÊNCIA

POLÍCIA MILITAR
190

BOMBEIRO
193

DEFESA CIVIL
199



Coordenadoria Estadual de Defesa Civil
Av. Morumbi, 4.500 – São Paulo – SP – CEP 05650-905 – Tel.: (11) 2193-8888 (24 horas)
www.defesacivil.sp.gov.br • e-mail: defesacivil@sp.gov.br

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
TRABALHANDO POR VOCÊ

DEFESA CIVIL PARA CRIANÇAS

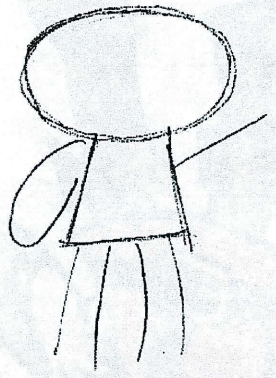


COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
TRABALHANDO POR VOCÊ

APRENDA A DESENHAR O BORBINHA.

SIGA O PASSO-A-PASSO ABAIXO E VEJA COMO É FÁCIL DESENHAR SEU NOVO AMIGUINHO.



1- Numa folha à parte, faça uma oval e algumas linhas, conforme o desenho acima.



2- Faça os olhos, o nariz, a boca, as orelhas, o cabelo e prepare mãos e pés com outras ovais.

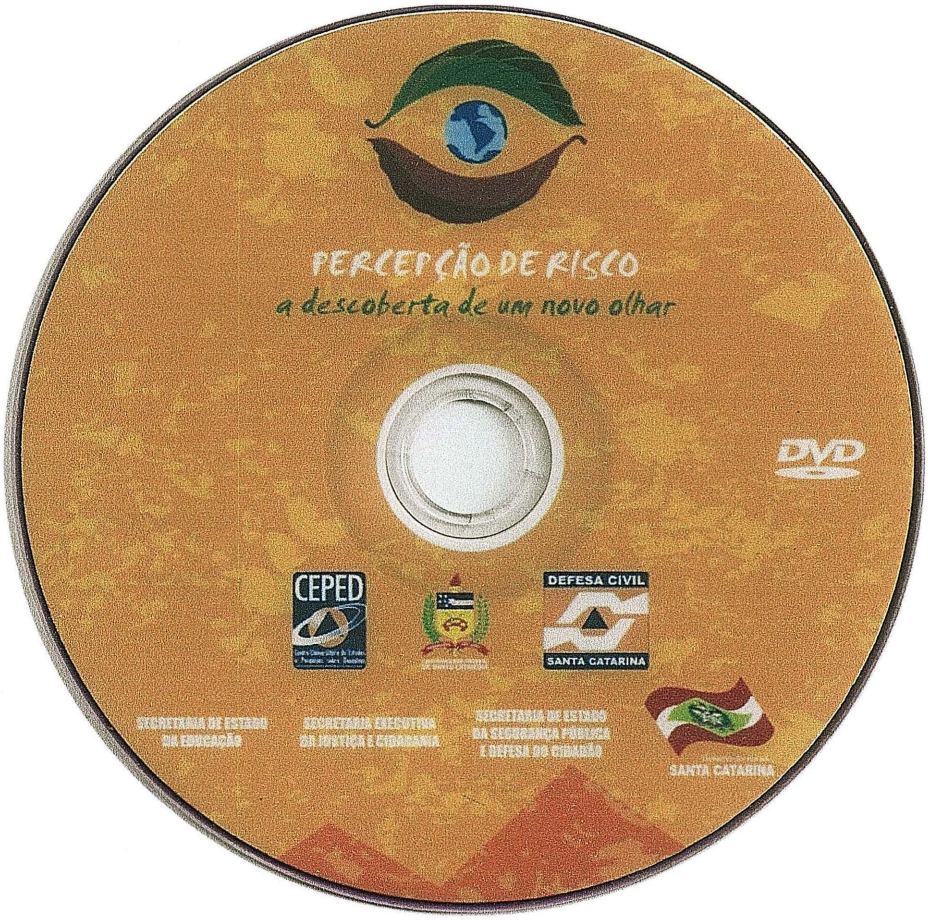


3- Defina melhor mais alguns detalhes.

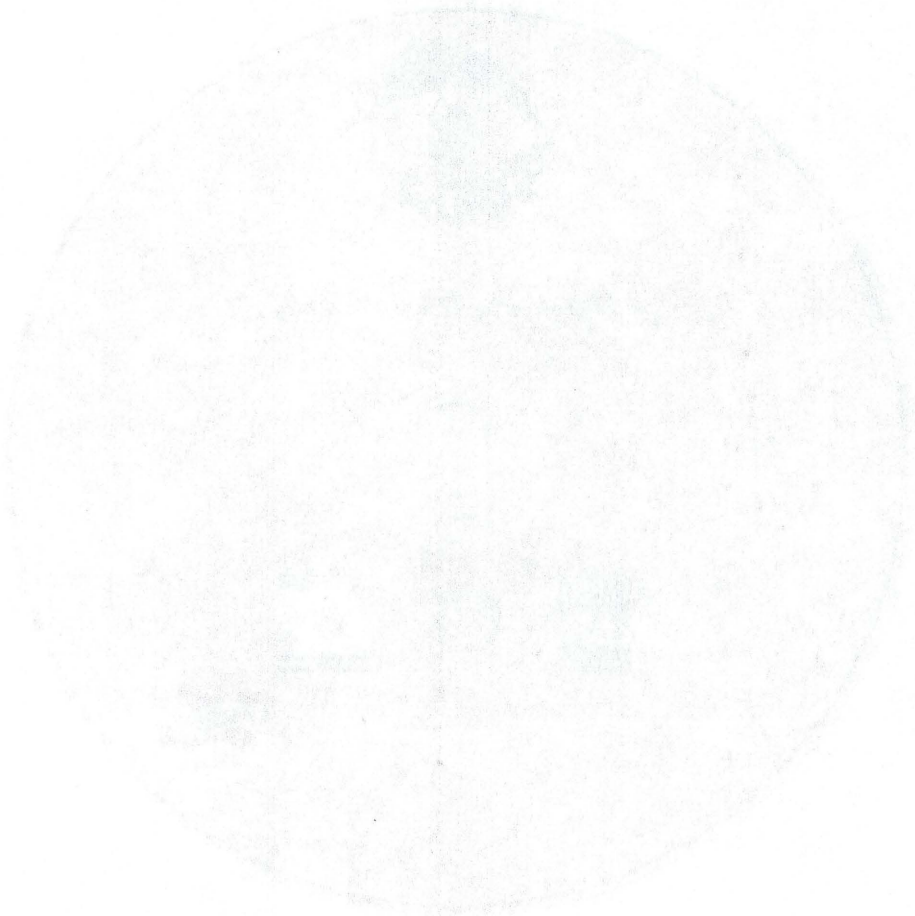


4- Pronto. Agora que você caprichou no traço, é só pintar o seu amiguinho Borbinha.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
TRABALHANDO POR VOCÊ



Ficha técnica do filme:
Título: Percepção de Risco, A Descoberta de um Novo Olhar
Gênero: Documentário
Tempo de duração: 77 minutos
Direção e idealização: Sandra Alves e Vera Longo
Produção: Companhia de Artes Cabeça ao Vento
Produção Executiva: Sandra Alves, Vera Longo e Carolina Borges
Fotografia e câmera: Sandra Alves
Roteiro e montagem: Sandra Alves e Vera Longo
Edição e finalização: Sandra Alves
Pesquisa: Sandra Alves, Vera Longo, Barbara Pettres, Patricia Abuhab, Guilherme Blauth
Musica original: André Abujamra
Ilustrações: Samuel Casal



produzidos serão disponibilizados gratuitamente para veiculação na rede pública de televisão e em outras emissoras parceiras.

Com base na Estratégia Internacional para Redução de Desastres/EIRD, ação da ONU, a gestão da comunicação de desastres[1] deve priorizar:

- Uso de informação acumulada, histórica, atualizada ou comparada
- Informação aberta ou pública, fontes múltiplas, variadas, perspectivas de pontos de vista diferentes
- Informação de uso múltiplo, compartilhada ou intersetorial
- Comunicação nodal (a informação chega a um núcleo que a repassa a outros que são partes da rede, aumentando a capacidade de tráfego e criando novas opções de rota)
- Fluxos de informação dispersos e laterais (não verticais ou do tipo entrada e saída)

De seu lado, a imprensa, e a exemplo do que já ocorre com o tema amplo das mudanças climáticas[2], pode:

- manter e ampliar o espaço dado na pauta aos desastres e sua prevenção
- internalizar mais o tema, ou seja, tratar tanto do cenário internacional sobre desastres quanto das questões nacionais e das diferenças regionais
- aprofundar o debate e discutir as estratégias de desenvolvimento (humano, econômico)
- exercer mais o papel de acompanhamento e cobrança de políticas públicas.

Fontes:

1. Vivir con el riesgo. Cap. 1.1. Alcance del estudio: qué significa reducir el riesgo de desastres, p. 14., Cap. 4.5 La conscientización pública.
Disponível em http://www.unisdr.org/eng/about_isdr/bd-lwr-2004-spa.htm

2. Mudanças climáticas na imprensa brasileira: uma análise de 50 jornais no período de julho de 2005 a junho de 2007. ANDI, 2007.
Disponível em http://www.andi.org.br/_pdfs/MudancasClimaticas.pdf

servidores.

Art. 10. Nos currículos escolares dos estabelecimentos de ensino da municipalidade, constarão noções gerais sobre procedimentos de defesa civil.

Art. 11. A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal no prazo de 60 (sessenta) dias de sua publicação.

Art. 12. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias do Município.

Art. 13°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS, aos seis de setembro de dois mil e um (06.09.2001).

MARCOS ANTÔNIO RONCHETTI
Prefeito Municipal



PROJETO ESTIMULA A CRIAÇÃO DE UMA CULTURA DE PREVENÇÃO DE DESASTRES EM SANTA CATARINA

Iniciativa pioneira da Secretaria Executiva da Justiça e Cidadania do Estado de Santa Catarina (SJC) por meio do Departamento Estadual de Defesa Civil, em parceria com o Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPED/UFSC), tem como propósito a redução da vulnerabilidade social frente aos desastres.

O objetivo é aumentar a percepção de risco de adolescentes e adultos frente aos desastres ocasionados por fenômenos naturais e pela ação humana, através do projeto "PERCEPÇÃO DE RISCO, A DESCOBERTA DE UM NOVO OLHAR". Trata-se de uma abrangente campanha educativa para cultura de prevenção de desastres, em desenvolvimento nos anos de 2008 e 2009, alcançando todas as escolas públicas estaduais de Santa Catarina, comunidades em situação de vulnerabilidade social em Florianópolis, e a sociedade em geral.

O projeto é inédito no país e está orientado para referendar a participação de Santa Catarina e do Brasil na campanha mundial *"A redução de desastres começa na escola"*, lançada em 2006 pela Estratégia Internacional para Redução de Desastres - EIRD/ONU. Esta Campanha é uma ação resultante da Conferência Mundial sobre Redução de Desastres, realizada no Japão em 2005, ocasião em que o Brasil e outros 167 países assinaram o compromisso de promover ações que aumentem a resiliência das nações frente aos desastres. Países da América Latina como Guatemala, Peru e Panamá, já desenvolvem práticas neste sentido.

A iniciativa para a realização do Projeto "PERCEPÇÃO DE RISCO, A DESCOBERTA DE UM NOVO OLHAR" foi firmada entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a UFSC, durante o 4º Fórum Nacional de Defesa Civil, em outubro de 2007 em Jaraguá do Sul.

Com o propósito de incluir o tema no ensino fundamental, e contribuir para a formação de cidadãos conscientes dos riscos existentes e da importância de ações simples para a redução das vulnerabilidades socioambientais, serão criados bens culturais com conteúdo específico sobre percepção de risco e prevenção de desastres, causados por fenômenos naturais, como inundações, deslizamentos de terras, estiagens e vendavais.

Serão produzidos 2 mil KITS EDUCATIVOS, destinados a todas as escolas estaduais de ensino fundamental, compostos por: boletim informativo; livro didático para professores; gibi para alunos; dvd contendo um filme documentário, um filme curto e vinhetas de animação, e o making of da realização do projeto.
O material será distribuído gratuitamente a 1.324 escolas. Cada uma receberá o Kit Educativo acompanhado de um lote de gibis, com um exemplar para cada aluno matriculado na 7ª série. Serão impressos 70 mil gibis.

As 293 Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDEC) e as Gerências Estaduais de Educação (GEREIS), entre outras instituições, também serão contempladas com o material.

Os alunos terão ainda a oportunidade de participar de um concurso de desenhos e frases, que tem o objetivo de estimular o engajamento dos adolescentes na campanha, valorizando seus pontos de vista. Os trabalhos selecionados no concurso serão premiados e ilustrarão um calendário para divulgar as reflexões dos adolescentes sobre o tema.

O filme documentário, dedicado aos professores e ao público em geral, tratará de aspectos da realidade mundial, mudanças climáticas globais, principais fenômenos naturais, reflexões sobre percepção de risco e redução de desastres, dicas de prevenção e autopreservação, políticas públicas, o papel das comunidades, entrevistas com especialistas, e perspectivas para modos de vida mais sustentáveis, com destaque para Santa Catarina. Além de estar incluído no Kit Educativo, o documentário será disponibilizado gratuitamente para exibição na rede pública de televisão e demais emissoras parceiras.

O projeto é focado na educação e na comunicação, tem caráter de utilidade pública e irá fomentar a criação de uma rede cooperativa de comunicação, em parceria com veículos de mídia e redes sociais, que serão estimulados a contribuir com a difusão de informações sobre cultura de prevenção de desastres. O objetivo da REDE é ampliar o alcance do tema gestão de risco e prevenção. Suscitar reflexões, diálogo comunitário, e contribuir para disseminação de ações efetivas de prevenção de desastres e preservação de vidas, além de atuar como ponte entre o ambiente escolar e o meio social mais amplo.

O site do projeto, em execução, dará visibilidade às ações realizadas e será um espaço de informação, com textos, fotografias, notícias, publicações, agenda do projeto e eventos relacionados.

Como forma de estimular a organização da comunidade catarinense para o empenho em ações preventivas, será realizado o PROJETO PILOTO DE CAPACITAÇÃO, com oficinas teórico-práticas oferecidas a lideranças do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis, no segundo semestre de 2008. Ao encerramento do curso será efetuada uma ação comunitária de prevenção de desastres, em parceria com a Defesa Civil.

Todos os materiais estão em fase de pré-produção.
A distribuição dos kits educativos acontecerá no início do ano letivo de 2009.

INFORMAÇÕES E ENTREVISTAS:
Capitão Márcio Luiz Alves – diretor estadual da Defesa Civil.
Assessoria de imprensa da Defesa Civil
Soledad Urrutia – [48] 3271.0916 / 9981.2919.
Assessoria de imprensa do Projeto "PERCEPÇÃO DE RISCO, A DESCOBERTA DE UM NOVO OLHAR"
Barbara Pettres [48] 3223.5467, R.22 / 9926.6429.

MISSÃO E VALORES

O projeto tem como referências fundamentais a campanha *A Redução de Desastres Começa na Escola* da Estratégia Internacional para Redução de Desastres – EIRD/ONU, o Marco de Hyogo, a Política Nacional de Defesa Civil, a Carta da Terra e a Agenda 21.

MISSÃO

Desenvolver a percepção de risco e a cultura de prevenção de desastres e contribuir para a redução das vulnerabilidades socioambientais.

VALORES / PRINCÍPIOS NORTEADORES:

- Valorizar a solidariedade, a dignidade, a justiça e a cidadania, bases para promover a autopreservação, a resiliência, a liderança e a pró-atividade;

- Entender a percepção de risco como um conceito que existe desde a percepção individual até a percepção global, com diferentes graus de complexidade;

- Linguagem acessível nos materiais educativos, contendo informações que possam ser incorporadas à vida cotidiana;

- Propor o diálogo entre a cultura científica e a tradicional para a descoberta de um olhar planetário sobre percepção de riscos ambientais e sociais;

- Compreender que menor sustentabilidade representa maior vulnerabilidade;

- Contribuir para a tradução das vulnerabilidades das comunidades em força de ação e resiliência, através do exercício da cidadania e da sustentabilidade, respeitando o sagrado da vida;

- Colaborar para a emancipação das comunidades em direção à real conquista e manutenção do direito de viver com menos riscos.

A implementação de uma Cultura de Prevenção de Desastres pressupõe a articulação de uma teia intersetorial de atuação. Governo, universidade, comunidade, mídia, organizações do terceiro setor e setor privado, empenhados na conquista de um Valor Social que beneficia a todos.

REDE COOPERATIVA DE COMUNICAÇÃO

Como ação estratégica para a construção de uma cultura de prevenção de desastres, o projeto "Percepção de Risco, a Descoberta de um Novo Olhar" propõe a criação de uma Rede Cooperativa de Comunicação com veículos de mídia, órgãos públicos e instituições sociais, que serão estimulados a contribuir com a difusão de informações sobre percepção de risco e cultura de prevenção de desastres, e a promover reflexões sobre o tema em diversos âmbitos.

A Rede Cooperativa de Comunicação baseia-se nos pressupostos de que:

- é necessária a existência de co-responsabilidade pela qualidade da informação pública sobre redução de desastres. Os meios de comunicação podem desempenhar um papel essencial na elevação da consciência pública geral e ampliar o alcance do tema da gestão do risco e da prevenção, contribuindo para ações mais efetivas de prevenção de desastres e preservação de vidas.

- a informação pública sobre desastres deve abordar o "processo" e não apenas o "evento", o que possibilita a substituição da informação "sensacional" por uma cobertura mais responsável e contextual, que permite tratar das causas dos desastres e de como os seus impactos podem ser evitados ou pelo menos reduzidos.

A Rede será constituída pelo Departamento Estadual de Defesa Civil de Santa Catarina, Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED/UFSC), jornais, emissoras de rádio e televisão, sites de informação, mídias sociais e comunitárias e outras redes de informação sobre temas relacionados, no âmbito estadual, nacional e latino-americano.

Com o objetivo de formalizar a constituição da Rede Cooperativa de Comunicação será realizado, em agosto próximo, um fórum sobre percepção de risco e cultura de prevenção de desastres, para aprofundar o tema e propiciar um momento de reflexão e debate com profissionais de comunicação de todos os setores. Na ocasião será construído coletivamente um protocolo de intenções para nortear a atuação da Rede. No encerramento do evento o documento será assinado pelos participantes, marcando seu início efetivo.

No site do Projeto, que estará no ar a partir de julho, haverá um espaço específico para a Rede, com conteúdo, subsídios de informação, sugestões de pautas e fontes. Futuramente os audiovisuais

@LiZ www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 4562 de 06 de setembro de 2001
(Regulamentada pelo Decreto nº 698/2001)

CRIA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC DO MUNICÍPIO DE CANOAS.

MARCOS ANTÔNIO RONCHETTI, Prefeito Municipal de Canoas. FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

~~Art. 1º. Fica criada a Comissão Municipal de Defesa Civil -COMDEC no Município de Canoas, diretamente subordinada ao Gabinete do Prefeito, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade.~~

Art. 1º Fica criada a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC - no Município de Canoas, diretamente subordinada ao Gabinete do Prefeito, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, as ações de defesa civil nos períodos de normalidade e anormalidade. (Redação dada pela Lei nº 5.330/2008)

~~Art. 2º.Para as finalidades desta Lei denomina-se:~~

~~I - Defesa civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social;~~

~~II - Desastre: O resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema, causando danos pessoais, materiais ou ambientais;~~

Art. 2º Para fins desta Lei denomina-se:

I - Defesa Civil - o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.

II - Desastre - o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e conseqüentes prejuízos econômicos e sociais. (Redação dada pela Lei nº 5.330/2008)

III - Situação de emergência: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos suportáveis à

comunidade afetada;

~~IV - Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.~~

IV - Estado de Calamidade Pública - o reconhecimento pelo Poder Público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes. (Redação dada pela Lei nº 5.330/2008)

Art. 3º. A COMDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa civil.

Art. 4º. A comissão Municipal de Defesa Civil - CONDEC constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Art. 4º A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC é órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil. (Redação dada pela Lei nº 5.330/2008)

Art. 4º.A - A COMDEC compete:

I - articular, coordenar e gerenciar ações de defesa civil em nível municipal;

II - promover a ampla participação da comunidade nas ações de defesa civil, especialmente nas atividades de planejamento e ações de resposta a desastres e reconstrução;

III - elaborar e implementar planos diretores, planos de contingência e planos de operações de defesa civil, bem como projetos relacionados com o assunto;

IV - elaborar plano de ação anual objetivando atendimento de ações em tempo de normalidade, bem como em situações emergenciais, com a garantia de recursos do orçamento municipal;

V - prover recursos orçamentários próprios necessários às ações relacionadas com a minimização de desastres e com o restabelecimento da situação de normalidade, para serem usados como contrapartida da transferência de recursos da União e dos Estados de acordo com a legislação vigente;

VI - capacitar recursos humanos para as ações de defesa civil e promover o desenvolvimento de associações de voluntários, buscando articular ao máximo a atuação conjunta com as comunidades apoiadas;

VII - promover a inclusão dos princípios de defesa civil nos currículos escolares da rede municipal de ensino fundamental e médio, proporcionando apoio à comunidade docente no desenvolvimento de material didático-pedagógico para esse fim;

VIII - vistoriar edificações e áreas de risco e promover ou articular a intervenção preventiva, o isolamento e a evacuação da população de áreas de risco intensificado e das edificações vulneráveis;

IX - implantar banco de dados, elaborar mapas temáticos sobre ameaças múltiplas, vulnerabilidade e mobiliamento do território, nível de risco e sobre os recursos relacionados com o equipamento do território e disponíveis para o apoio às operações;

X - analisar e recomendar a inclusão de áreas de risco no plano diretor estabelecido no parágrafo primeiro do artigo 182 da Constituição da República Federativa do Brasil;

XI - manter órgão estadual de defesa civil e a Secretaria Nacional de Defesa Civil informados sobre a ocorrência de desastres e sobre as atividades de defesa civil;

XII - realizar exercícios simulados com a participação da população para treinamento das equipes e aperfeiçoamento dos planos de contingência;

XIII - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres e ao preenchimento dos formulários de Notificação Preliminar de Desastres - NORPRES e de Avaliação de Danos - AVADAN;

XIV - propor a autoridade competente a decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública, de acordo com os critérios estabelecidos pelo COMDEC;

XV - vistoriar periodicamente, locais e instalações adequadas a abrigos temporários, disponibilizando as informações relevantes à população;

XVI - executar a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastres;

XVII - planejar a organização e a administração de abrigos provisórios para a assistência à população em situação de desastre;

XVIII - participar dos Sistemas previstos no artigo 22 do Decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, promover a criação e a interligação de centros de operações e incrementar as atividades de monitorização, alerta e alarme com o objetivo de otimizar a previsão de desastres;

XIX - promover a mobilização comunitária e a implantação de Núcleos Comunitários de Defesa Civil - NUDEC, ou entidades correspondentes, especilamente nas escolas de nível fundamental e médio e em áreas de riscos intensificados e, ainda, em implantar programas de treinamento de voluntários;

XX - implementar os comandos operacionais a serem utilizados como ferramenta gerencial para comandar, controlar e coordenar as ações emergenciais em

circunstâncias de desastres;

XXI - articular-se com as Regionais Estaduais de Defesa Civil - REDC ou órgãos correspondentes e participar ativamente dos Planos de Apoio Mútuo - PAM, de acordo com o princípio de auxílio mútuo entre os municípios;

§ 1° A COMDEC poderá criar Distritais de Defesa Civil ou órgãos correspondentes como parte integrante de sua estrutura e estabelecer suas atribuições com a finalidade de articular e executar as ações de defesa civil nas áreas específicas em distritos, bairros ou localidades do Município.

§ 2° O Município poderá exercer em seus limites o controle e fiscalização das atividades capazes de provocar desastres. (Acrescido pela Lei n° 5.330/2008)

Art. 5°. A COMDEC compor-se-á de:

I - Coordenador

II - Secretário Executivo

III - Conselho Técnico - CONTEC

IV - Conselho Comunitário - COMUDEC

Art. 6°. O Coordenador e o Secretário Executivo da COMDEC serão de livre nomeação pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 7°. O conselho técnico de - CONTEC será formado por representantes de órgãos de segurança pública, da aeronáutica, do poder judiciário, da Câmara de Vereadores, de concessionárias de serviços públicos, de empresas com plantas industriais de grande porte no Município e de órgãos Municipais vinculados tecnicamente às ações da defesa civil, definidas em regulamento.

Art. 8°. O Conselho Comunitário - COMUDEC - será formado por representantes de associações e sindicatos de trabalhadores e patronais, de clubes de serviços, de associações civis e religiosas, e de instituições educacionais, nos termos do regulamento.

Art. 8°A - O estado de calamidade pública e a situação de emergência, observados os critérios estabelecidos pelo COMDEC, serão declarados por decreto do Poder Executivo. (Redação dada pela Lei n° 5.330/2008)

Art. 8°B - Fica instituído o dia 03 de maio como Dia Municipal de Defesa Civil. (Redação dada pela Lei n° 5.330/2008)

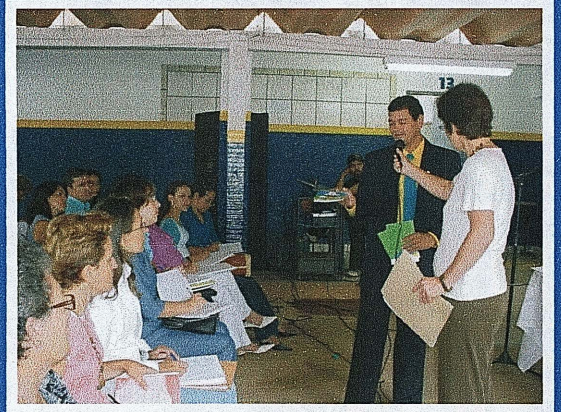
Art. 9°. Os servidores públicos designados para colaborar nas ações emergenciais exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

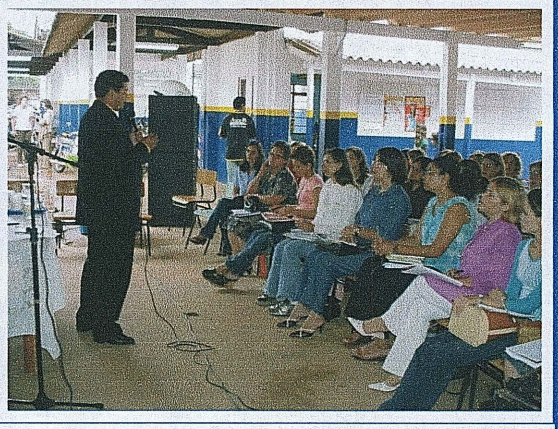
Parágrafo único. A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos

DEFESA CIVIL NA ESCOLA: "AGENTE CIDADÃO"

Ponta Porã - MS








SECRETARIA







Decreto Nº 40.151, de 16 de junho de 1995

Reorganiza o Sistema Estadual de Defesa Civil e dá outras providências

MÁRIO COVAS, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de adequar a organização do Sistema Estadual de Defesa Civil à política nacional de defesa civil, aos dispositivos do Decreto Federal nº 895, de 16 de agosto de 1993, que organiza o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, e do Decreto nº 38.567, de 27 de abril de 1994, que reorganiza a Casa Militar do Gabinete do Governador,

Decreta:

Artigo 1º - O Sistema Estadual de Defesa Civil fica reorganizado nos termos deste decreto.

Artigo 2º - O Sistema Estadual de Defesa Civil é constituído por órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e dos Municípios, por entidades privadas e pela comunidade, sob a coordenação da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Artigo 3º - São objetivos do Sistema Estadual de Defesa Civil:

I - planejar e promover a defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pelo homem;

II - atuar na iminência e em situações de desastres;

III - prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas e recuperar áreas afetadas por desastres.

Artigo 4º - A direção do Sistema Estadual de Defesa Civil cabe ao Governador do Estado e é exercida, em seu nome, por meio da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC.

Artigo 5º - A Coordenadoria Estadual de Defesa Civil é o elemento de articulação permanente com os órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC.

Artigo 6º - O Secretário-Chefe da Casa Militar do Gabinete do Governador é o Coordenador Estadual de Defesa Civil, nos termos da alínea "i", do inciso II, do artigo 30 do Decreto nº 38.567, de 27 de abril de 1994.

Artigo 7º - À Coordenadoria Estadual de Defesa Civil cabe:

I - coordenar e supervisionar as ações de defesa civil;

II - manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas à defesa civil;

III - elaborar e implementar planos, programas e projetos de defesa civil;

IV - prever recursos orçamentários próprios necessários às ações assistenciais, de recuperação ou de recursos da União, na forma da legislação vigente;

V - capacitar recursos humanos para as ações de defesa civil;

VI - manter o órgão central do SINDEC informado sobre as ocorrências de desastres e atividades de defesa civil;

VII - propor à autoridade competente a decretação ou homologação de situação de emergência e de estado de calamidade pública, observando os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

VIII - providenciar a distribuição e o controle dos suprimentos necessários ao abastecimento em situações de desastres.

Artigo 8º - A Casa Militar do Gabinete do Governador dará o necessário suporte administrativo à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, por meio do Departamento de Defesa Civil, que funcionará como sua Secretaria Executiva.

Artigo 9º - Para os efeitos deste decreto, considera-se:

I - Defesa Civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social;

II - Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema, causando danos humanos, materiais ou ambientais e conseqüentes prejuízos econômicos e sociais;

III - Ameaça: estimativa de ocorrência e magnitude de um evento adverso, expresso em termos de probabilidade estatística de concretização do evento e da provável magnitude de sua manifestação;

IV - Risco: relação existente entre a probabilidade de que uma ameaça de evento adverso ou acidente determinado se concretize, com o grau de vulnerabilidade do sistema receptor e seus efeitos;

V - Dano:

a) medida que define a intensidade ou severidade da lesão resultante de um acidente ou evento adverso;

b) perda humana, material ou ambiental, física ou funcional, que pode resultar, caso seja perdido o controle sobre o risco;

c) intensidade das perdas humanas, materiais ou ambientais, induzidas às pessoas, comunidades, instituições, instalações e/ou ecossistemas, como conseqüência de um desastre;

VI - Minimização de Desastres: o conjunto de medidas destinadas a:

a) prevenir desastres através da avaliação e redução de riscos, com medidas estruturais e não-estruturais;

b) preparação para emergências e desastres com a adoção de programas de desenvolvimento institucional, de recursos humanos, científico e tecnológico, mudança cultural, motivação e articulação empresarial, monitorização-alerta e alarme, planejamento operacional, mobilização e aparelhamento e apoio logístico;

VII - Resposta aos Desastres: o conjunto de medidas necessárias para:

a) socorrer e dar assistência às populações vitimadas, através das atividades de logística, assistenciais e de promoção da saúde;

b) reabilitação do cenário do desastre, compreendendo as seguintes atividades:

1. avaliação dos danos;

2. vistoria e elaboração de laudos técnicos;

3. desobstrução e remoção de escombros;

4. limpeza, descontaminação, desinfecção e desinfestação do ambiente;

5. reabilitação dos serviços essenciais;

6. recuperação de unidades habitacionais de baixa renda;

VIII - Reconstrução: o conjunto de medidas destinadas a restabelecer ou normalizar os serviços públicos, a economia local, o moral social e o bem-estar da população;

IX - Situação de Emergência: o reconhecimento pelo Poder Público de situação anormal, provocada por desastres, causando danos superáveis pela comunidade afetada;

X - Estado de Calamidade Pública: o reconhecimento pelo Poder Público de situação anormal, provocada por desastres, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes e não superável pela própria comunidade.

Artigo 10 - O Sistema Estadual de Defesa Civil tem a seguinte estrutura:

I - Órgão Central: a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC, subordinada diretamente ao Governador do Estado e dirigida pelo Coordenador Estadual de Defesa Civil;

II - Órgãos Regionais: as Coordenadorias Regionais de Defesa Civil - REDEC, distribuídas no interior do Estado e na Região Metropolitana da Grande São Paulo, vinculadas à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC;

III - Órgãos Municipais: as Comissões Municipais de Defesa Civil - COMDEC, uma em cada município do Estado, que manifestar oficialmente interesse em integrar o Sistema;

IV - Órgãos Setoriais: os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, envolvidos nas ações de defesa civil, referidos nos artigos 11 e 12 deste decreto;

V - Órgãos de Apoio: entidades públicas e privadas, Organizações Não Governamentais - ONG's, clubes de serviços e associações diversas, que venham prestar ajuda aos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Defesa Civil e que manifestarem oficialmente interesse em integrar referido Sistema Estadual.

Artigo 11 - A Coordenadoria Estadual de Defesa Civil será integrada pelos seguintes representantes:

I - 1 (um) de cada Secretaria de Estado;

II - 1 (um) da Polícia Militar;

III - 1 (um) da Polícia Civil;

IV - 1 (um) do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP.

§ 1º - Os representantes de que trata o "caput" deste artigo serão indicados pelo Titular da Pasta e deverão possuir autorização para mobilizar recursos humanos e materiais administrados pelos representados, para emprego imediato nas ações de defesa civil, quando em situações de desastres.

§ 2º - O Poder Judiciário e o Ministério Público serão convidados para integrarem o Sistema Estadual, por intermédio dos seus respectivos representantes.

Artigo 12 - Às Secretarias de Estado, por intermédio de seus órgãos e entidades vinculadas, e em articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, entre outras atividades, cabe:

I - Secretaria da Segurança Pública:

a) coordenar as ações do Sistema de Segurança Pública e a atuação das Polícias Civil e Militar, visando à preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio nas áreas em situações de desastres;

b) garantir a segurança operacional da CEDEC, dentro e fora dos abrigos e acampamentos, assim como nas áreas em situações de desastres;

c) neutralizar qualquer indício de agitação da ordem pública quando da realização dos trabalhos de Defesa Civil, nas áreas em situações de desastres;

d) executar as atividades de busca e salvamento nas atividades de Defesa Civil, empregando o efetivo do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado;

e) incentivar, em conjunto com a CEDEC, a implantação e a implementação de cursos e palestras de capacitação operacional para voluntários, em apoio aos municípios envolvidos em operações sazonais de defesa civil, através das unidades especializadas da Polícia Militar (Comando do Corpo de Bombeiros e Comando de Polícia Florestal e de Mananciais);

f) manter informado, diariamente, o Centro de Operações da CEDEC sobre as ocorrências e operações relacionadas com Defesa Civil atendidas e/ou executadas pelas unidades operacionais da Polícia Militar (Comando de Policiamento Metropolitano - CPM, Comando de Policiamento do Interior - CPI e Comando do Corpo de Bombeiros - CCB), através dos seus respectivos Centros de Operações (Centro de Operações da Polícia Militar - COPOM, Centro de Comunicações do

Interior - CCI e Centro de Operações do Bombeiro - COBOM);

II- Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras:

a) planejar e promover medidas relacionadas com o controle de cheias e inundações, através da monitoração das condições hidrológicas e dos deflúvios das barragens dos sistemas hidrelétricos e das bacias hidrográficas;

b) planejar e promover medidas de defesa contra eventos críticos, que ofereçam riscos à saúde e segurança públicas e prejuízos econômicos ou sociais;

c) incentivar a adoção, pelos Municípios, de medidas para proteger e conservar as águas e prevenir seus efeitos adversos, através:

1. da implantação de sistemas de alerta e defesa civil, para garantir a segurança e a saúde públicas, quando de eventos hidrológicos indesejáveis;

2. do zoneamento de áreas inundáveis, com restrições a usos incompatíveis nas sujeitas a inundações freqüentes e da manutenção da capacidade de infiltração do solo;

d) desenvolver estudos e pesquisas que permitam determinar áreas de riscos, bem como fornecer informações destinadas à orientação das ações da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC;

III - Secretaria de Energia: planejar e promover medidas relacionadas com o controle de cheias e inundações, através da monitoração das condições hidrológicas e dos deflúvios das barragens dos sistemas hidrelétricos e das bacias hidrográficas;

IV- Secretaria do Meio Ambiente:

a) estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao combate e à proteção do meio ambiente, ao uso racional de recursos naturais renováveis, com o objetivo de reduzir desastres;

b) promover a educação ambiental e a conscientização pública para a preservação, conservação e recuperação do meio ambiente, tendo como alvo a diminuição e a intensidade dos desastres, riscos e ameaças;

c) desenvolver estudos e pesquisas que permitam determinar áreas de riscos, bem como fornecer informações destinadas à orientação das ações da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC;

V- Secretaria da Saúde:

a) implementar e supervisionar as ações de saúde pública, o suprimento de medicamentos, o controle de qualidade da água e dos alimentos e a promoção da saúde, nas áreas atingidas por desastres;

b) promover a implantação de atendimento pré-hospitalar e de unidades de emergência, supervisionar a elaboração de planos de mobilização e de segurança dos hospitais, em situações de desastres;

c) difundir, em nível comunitário, técnicas de primeiros socorros;

d) efetuar a profilaxia de abrigos e acampamentos provisórios, fiscalizando a ocorrência de doenças contagiosas e a higiene e saneamento;

VI - Secretaria dos Transportes:

a) adotar medidas de preservação e de recuperação dos sistemas viários terrestres e fluviais em áreas atingidas por desastres;

b) providenciar e coordenar os transportes gerais, com abastecimento de combustíveis, para as operações de Defesa Civil, podendo, para isso, requisitar viaturas dos órgãos do governo estadual com seus respectivos motoristas;

VII - Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico: desenvolver estudos e pesquisas que permitam determinar áreas de riscos, bem como fornecer informações destinadas à orientação das ações da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC, envolvendo inclusive a prevenção ou a minimização de desastres nucleares e radiativos;

VIII - Secretaria de Economia e Planejamento: priorizar a alocação de recursos para assistência às populações e a realização de obras e serviços de prevenção e recuperação nas áreas em estado de calamidade pública ou situação de emergência;

IX - Secretaria da Fazenda: adotar medidas de caráter financeiro, fiscal e creditício, destinadas ao atendimento de populações e de áreas em estado de calamidade pública ou situação de emergência;

X - Secretaria da Habitação: promover a recuperação e a reconstrução de moradias para população de baixa renda, comprovadamente atingidas por desastres;

XI - Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania: promover orientações jurídicas às populações atingidas por desastres;

XII - Secretaria da Educação: difundir, através das redes de ensino, conteúdos didáticos relativos à prevenção de desastres e à defesa civil;

XIII - Secretaria de Esportes e Turismo: estimular e apoiar as entidades e associações das comunidades dedicadas às práticas espOrtivas na difusão de conteúdos didáticos relativos à prevenção de desastres e à defesa civil;

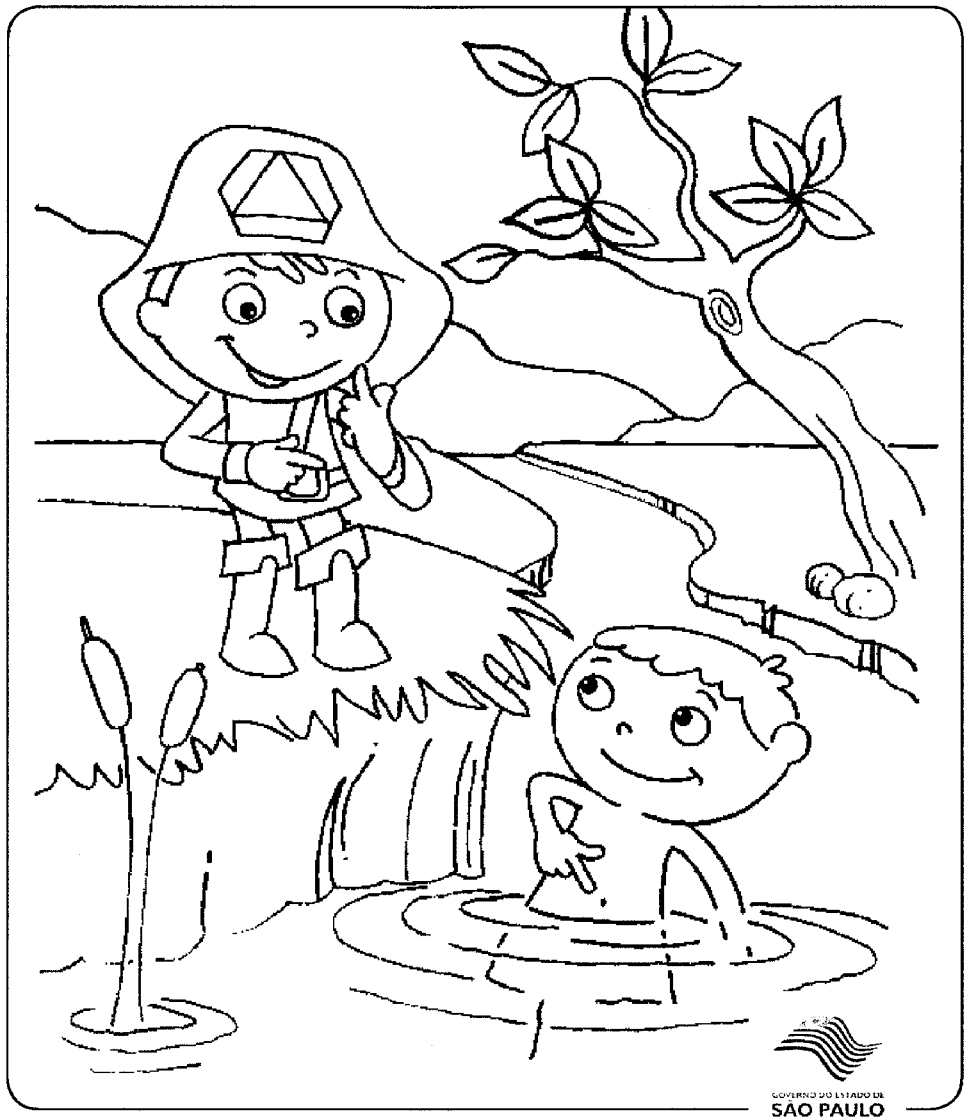
XIV - Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho: promover ações que visem a prevenir ou minimizar danos às classes trabalhadoras, em circunstâncias de desastres.

§ 1º - Ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP, em articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, entre outras atividades, cabe prestar assistência social no bom desempenho das ações de solidariedade humana às populações em situação de desastre.

§ 2º - Independente das atividades elencadas neste artigo, todas as Secretarias do Estado e entidades da Administração Indireta apoiarão as ações de defesa civil em situações de desastres, naquilo que lhes couber, quando solicitadas pela Coordenadoria Estadual de Defesa

ÁGUA NO UMBIGO, SINAL DE PERIGO. TOME CUIDADO.

NADAR É BOM E UM ÓTIMO EXERCÍCIO, MAS É BOM ESTAR SEMPRE COM ALGUÉM RESPONSÁVEL POR PERTO PARA EVITAR AFOGAMENTOS.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

LUGAR DE LIXO É NO CESTO DE LIXO.

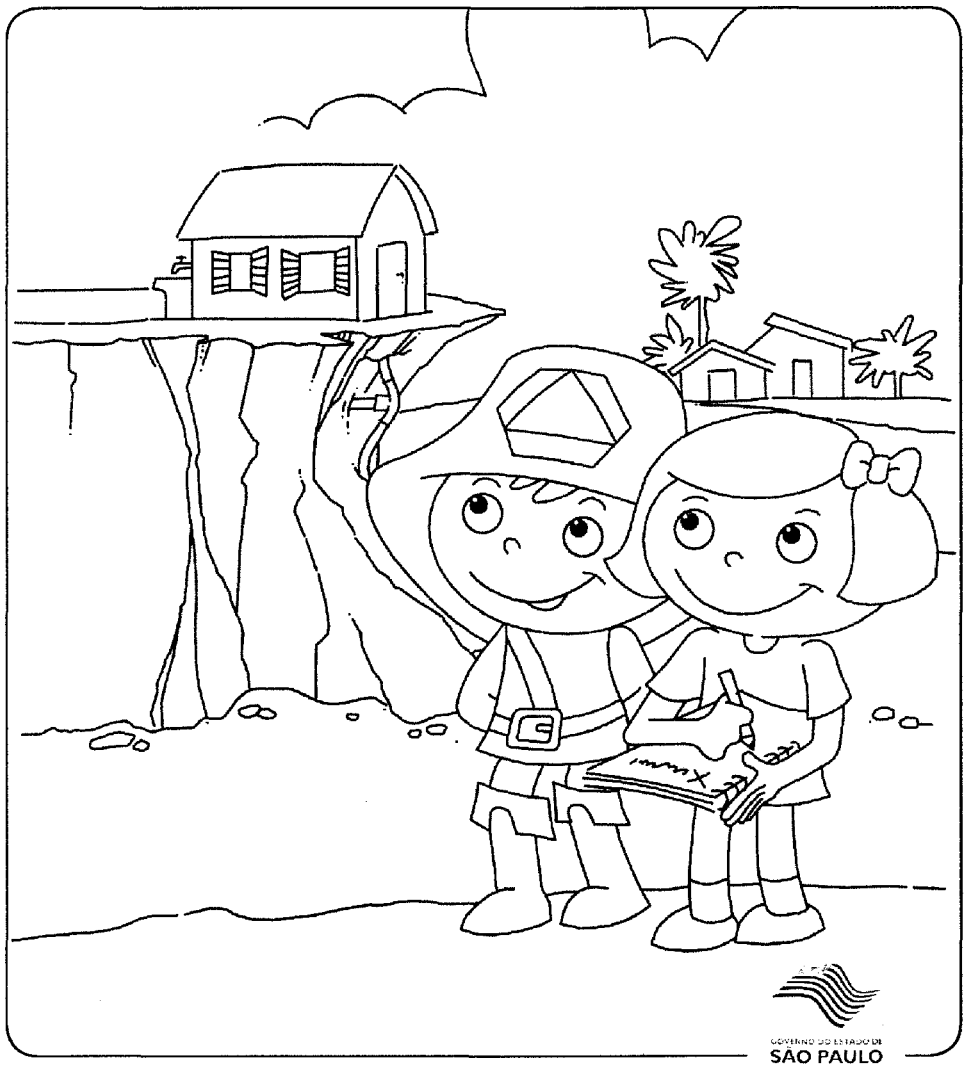
JOGAR O LIXO NO LUGAR CERTO EVITA ALAGAMENTOS, PROTEGE A NATUREZA, A CIDADE E A SUA SAÚDE.
SEMPRE QUE POSSÍVEL SEPARE O LIXO RECICLÁVEL DO LIXO ORGÂNICO, E PROCURE DAR O DESTINO CORRETO A ESSE LIXO.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMO DEIXAR MINHA CASA MAIS SEGURA.

SE ONDE VOCÊ MORA TEM RACHADURAS, SALIÊNCIAS NO CHÃO, OU NAS PAREDES, LIGUE 199. A DEFESA CIVIL QUER PROTEGER A SUA CASA. MORAR EM TOPO DE MORRO OU A BEIRA DE RIO É PERIGOSO E REQUER UMA PREVENÇÃO PERMANENTE E NECESSITA DE UMA PROTEÇÃO ESPECIAL.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EM ÁGUA SUJA, NINGUÉM BRINCA.

**A ÁGUA DAS ENCHENTES É SUJA E TRAZ DOENÇAS.
POR ISSO EVITE BRINCAR NA ÁGUA, NA LAMA OU MEXER EM ALIMENTOS QUE TIVERAM CONTATO COM AS ENCHENTES.**



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

ONDE TEM ÁRVORES E PLANTAS TEM MAIS SEGURANÇA.

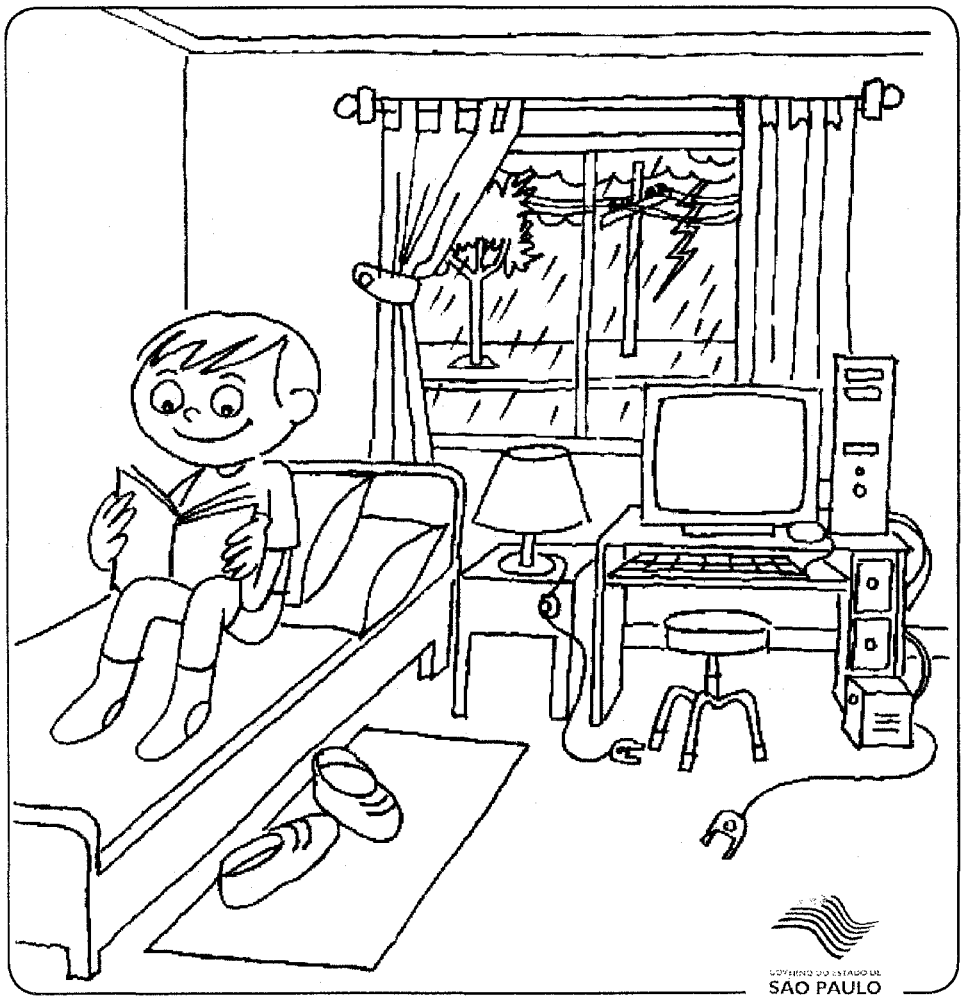
AS ÁRVORES E PLANTAS DEIXAM O SOLO MAIS FORTE. POR ISSO É IMPORTANTE PRESERVAR A NATUREZA, PRINCIPALMENTE PERTO DA SUA CASA.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SE O CÉU ESTIVER COM RAIOS, FIQUE DENTRO DE CASA E FORA DE CONFUSÃO.

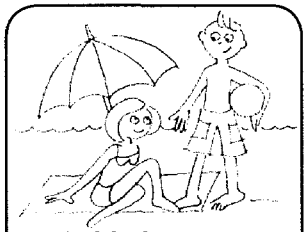
EVITE LUGARES ABERTOS, FICAR PERTO DE ÁRVORES, POSTES, OBJETOS METÁLICOS GRANDES E EVITE SOLTAR PIPAS. MANTENHA OS APARELHOS ELETRODOMÉSTICOS FORA DA TOMADA, FIQUE LONGE DAS JANELAS E EVITE TOMAR BANHO.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ALGUNS CUIDADOS COM A SUA SAÚDE NO VERÃO:

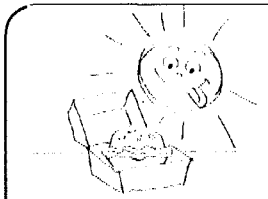
VERÃO QUER DIZER SOL, FÉRIAS. POR ISSO É IMPORTANTE SABER ALGUMAS DICAS PARA VOCÊ APROVEITAR BEM ESTA ESTAÇÃO, MAS COM MAIS SEGURANÇA.



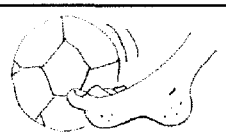
1- Cuidado com a exposição excessiva ao sol.
As queimaduras podem ser evitadas usando algum protetor solar de largo espectro para filtrar os raios ultravioleta. Muito sol também dá insolação e isso é perigoso.

2- É importante beber muita água e líquidos.
Para que o organismo se mantenha hidratado e evitar assim a desidratação e a perda de sais minerais do corpo, beba água fresca e outros líquidos.



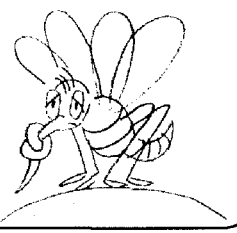


3- Evite deixar alimentos expostos ao sol.
A comida pode criar bactérias e causar intoxicação alimentar, gerando problemas no estômago e intestino, o que debilita a pessoa. Comida quente, deve ficar sempre quente e comida fria, refrigerada.



4- Cuidado com as micoses.
No verão, a pele fica mais úmida porque transpiramos mais e temos mais contato com a água. Sem cuidado e higiene, propicia-se o aparecimento de fungos que virarão micose. Isso pode ser contraído na praia, na areia da praia ou nas piscinas.
Caso aconteça, procure um dermatologista.

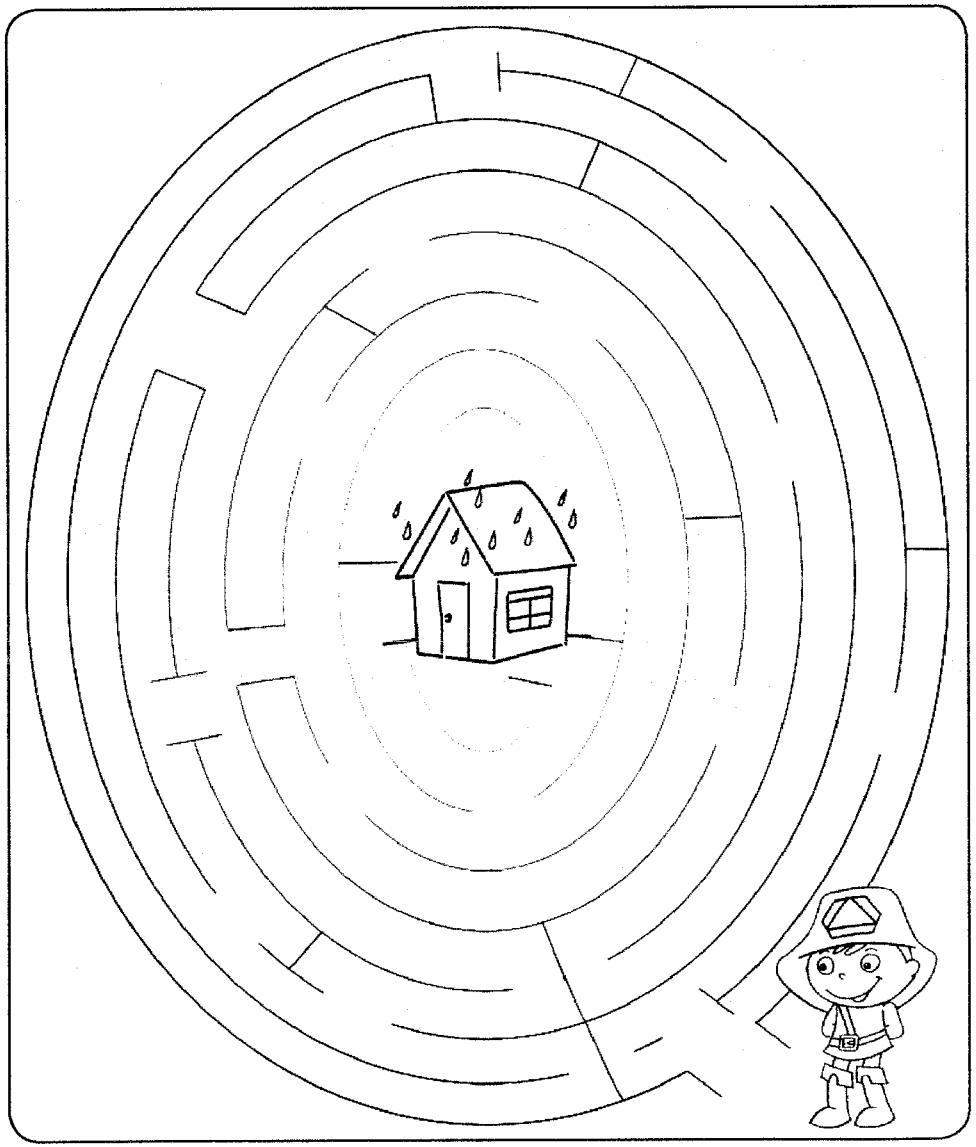
5- Ajude a combater a dengue.
Água parada é o ninho do mosquito da dengue. E combatê-lo é simples: ponha areia nos vasos de plantas, cubra caixas d'água e vire pneus e garrafas vazias. O verão vai ser melhor para todos.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

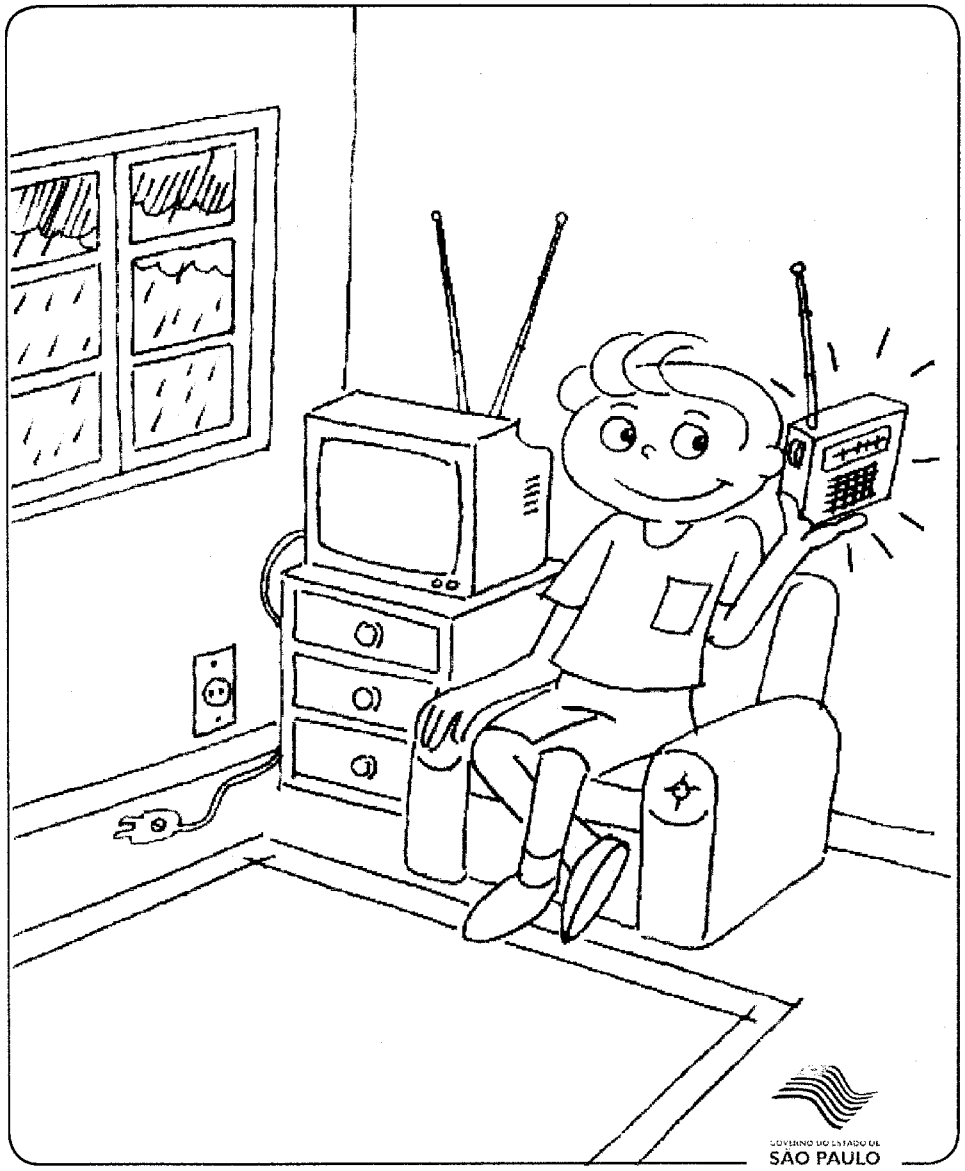
LABIRINTO

SE ESTIVER CHOVENDO FORTE OU TROVEJANDO, FIQUE DENTRO DE SUA CASA OU PROCURE UM LUGAR SEGURO ONDE VOCÊ POSSA SE ABRIGAR. EVITE SE ARRISCAR. ENTÃO, AGORA, AJUDE O BORBINHA A SE ABRIGAR DA CHUVA.



A INFORMAÇÃO PROTEGE VOCÊ.

ESCUTE AS NOTÍCIAS DO RÁDIO E DA TELEVISÃO. EM CASO DE CHUVA PROCURE UM LUGAR SEGURO.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ENCONTRE AS 7 DIFERENÇAS.

SÃO PAULO

Resposta:
1- Passarinho
2- Cinto do Borbinha
3- Perna da boneca
4- Laço na cabeça
5- Olhos do menino
6- Olhos do cachorro
7- Rabo do cachorro

ENCONTRE 7 PALAVRAS RELATIVAS ÀS CHUVAS DE VERÃO.

Q O J N Q O J N Q O J N Q O J N Q O J N Q O
W R K M W P K M W P K U W P K M W R T M W P
E A L Q E Á G U A A L V E A L Q E A R Q E A
Á I U A R S Z W R S Z E R S Z W R I O W R S
T O X E T D X E T D X M A D X E T O V E T D
Y F C R Y F C R T E M P E S T A D E Ã R Y F
U G V T U G V T U G V Ã U G V T U G O T U G
E N C H E N T E S H B O N H B Y Ã H B Y É H
R M V J S G V F P W Ã Ç Z L P E P G L A S O
T Q B K D J X O I R O A F N V E N T A N I A

Palavras: RAIO. TEMPESTADE. TROVÃO. ÁGUA. ENCHENTES. NUVEM. VENTANIA.

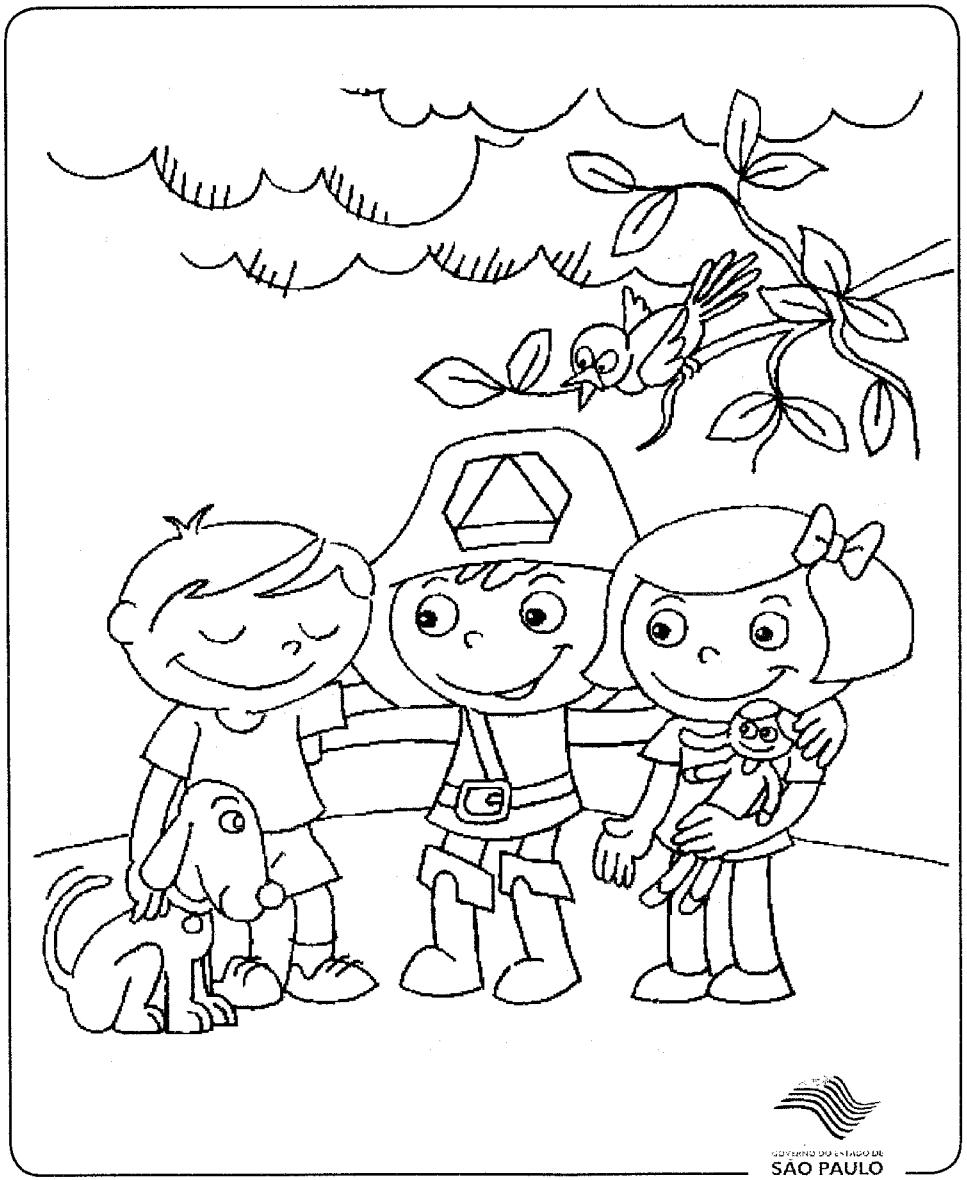
ENCONTRE 4 ASPECTOS QUE PODEM CAUSAR AS ENCHENTES.

Q O J N Q O J N Q O J K Q O J N Q O J N Q O
W R K M W L K M W P K I W P K M W R S M W P
E A L Q E I M E A S Y I R E S H E N P I E A
Á M U A R X Z W R S Z A R S Z W R I A W R S
T F X E T O X E T D X M A D X E T O N E T D
Y F E N T U L H O S A T N E L A D I Ã R Y F
U G V T U G V T U G D E S M A T A M E N T O
A N O H E N A E S H B O N H B Y Ã H B Y É H
R T R A N S B O R D A M E N T O P G L A S O
T Q B K D J X O I R O A F N L E S T G N I D

Palavras: DESMATAMENTO. LIXO. TRANSBORDAMENTO. ENTULHOS.

FIQUEM CALMOS, AMIGUINHOS.

QUANDO VOCÊ ESTÁ CALMO CONSEGUE FAZER QUALQUER COISA. ATÉ AJUDAR OUTRAS PESSOAS.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

APRESENTAÇÃO



"Olá!
**Estamos aqui para falar com vocês sobre uma coisa que muita gente não conhece bem: a Defesa Civil.
Juntos poderemos aprender o que fazer para evitar perigos, conhecendo quais são e nos preparando antes que aconteçam. Assim, poderemos ajudar muita gente, explicando para nossa família e nossos amigos o que fazer antes, durante e depois de situações de perigo.**

• **Você sabe o que é um desastre?**
Um desastre é um acontecimento que causa grandes estragos materiais e coloca em risco a vida de várias pessoas. Por exemplo, no Brasil enfrentamos situações como as chuvas fortes, ventanias, enchentes, desabamentos, incêndios, acidentes de trânsito e também acidentes com produtos que podem ser muito perigosos (gás de cozinha, álcool, querosene, fósforo e remédios, por exemplo).

• **Para que serve a Defesa Civil?**
A Defesa Civil é um órgão do Governo (federal, estadual ou municipal) que trabalha antes, durante e depois de um desastre.
Trabalha antes, ensinando as pessoas tudo o que devem fazer para evitar desastres; por meio de palestras, distribuição de cartilhas e folders e também realizando cursos. Assim, as pessoas ficam preparadas e não são colhidas de surpresa. Isso é a chamado de "Prevenção".
Trabalha durante, auxiliando outros órgãos como os Bombeiros, a Polícia e outros a socorrerem pessoas que foram atingidas por desastres, dando toda a ajuda necessária e chamando outras instituições que podem ajudar também. Chamamos essa ação de "Socorro".
Trabalha após um desastre, quando auxilia as pessoas que perderam suas casas, colocando-as em abrigos e fornecendo alimentos, roupas, cobertores, colchões para que possam ir vivendo até retornarem para suas casas. Além disso, coordena e organiza o recebimento das doações e o trabalho de várias pessoas, como médicos, assistentes sociais, psicólogos, voluntários e todos aqueles que estarão trabalhando para ajudar e cuidar dos desabrigados. Esse é o trabalho de "Assistência".

Quando o desastre acaba, o trabalho da Defesa Civil ainda continua, até que consiga deixar as pessoas tranqüilas e os locais atingidos em ordem novamente. Para isso, precisa restaurar os serviços essenciais como água, energia elétrica e telefone, reconstruir casas, pontes, galerias de água e esgoto, sempre trabalhando em conjunto com vários segmentos da sociedade. É um trabalho um pouco mais demorado, mas muito importante que é chamado de "Reconstrução".

• **Como você pode ajudar?**
É muito simples: procure estar bem informado sobre os problemas que existem no lugar onde você vive, pois assim você pode se preparar melhor para enfrentá-los com muito mais tranqüilidade.

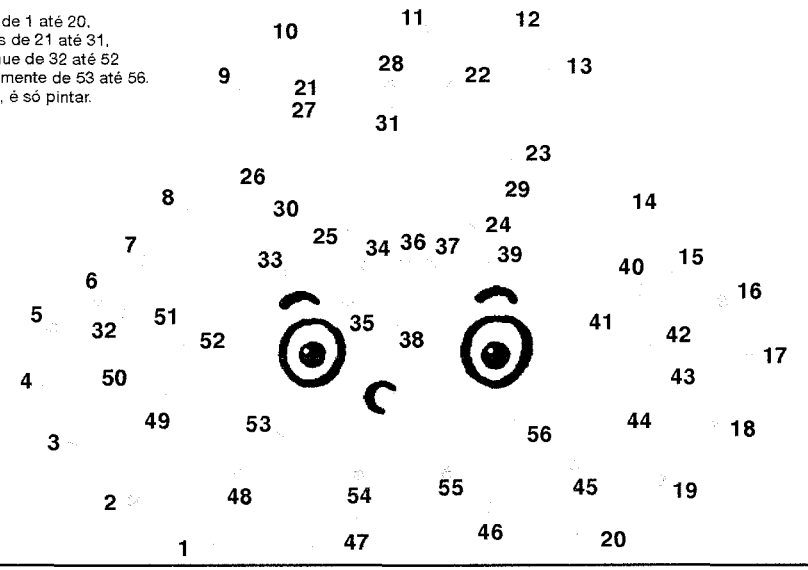
Procure a Defesa Civil, os Bombeiros ou os Policiais para que possam orientá-lo e ensiná-lo como cuidar melhor de você, dos seus amigos e da sua família. Você será orientado também sobre como poderá participar e colaborar em situações emergenciais.

Governo do Estado de São Paulo e Defesa Civil - Trabalhando por você!"

O QUE SERÁ QUE É?

LIGUE OS PONTOS DE CADA SEQUÊNCIA E DESCUBRA A FIGURA NO FINAL.

Ligue de 1 até 20, depois de 21 até 31, continue de 32 até 52 e finalmente de 53 até 56. Agora, é só pintar.



PALAVRAS CRUZADAS



Resposta: Buraco, Lixo, Calor, Transborda, Raio, Enchente, Chovendo, Tempestade.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

QUIZZ DO VERÃO!

TOPA UM DESAFIO? ENTÃO, RESPONDA AS PERGUNTAS E PROVE SEUS CONHECIMENTOS SOBRE OS CUIDADOS NO VERÃO. BOA SORTE.

1- Nos dias que chover forte e trovejar bastante no verão, o que devemos fazer?

A) Sair na chuva para se refrescar e brincar nas águas de sarjeta.

B) Ficar dentro de casa ou lugar seguro para se abrigar e acompanhar as notícias no rádio.

C) Ficar dentro de casa, assistir à TV ou brincar no computador.

2- Qual o melhor lugar para se jogar o lixo?

A) O melhor lugar é no chão, na rua ou em qualquer lugar.

B) Colocar o lixo em saco plástico e jogá-lo nos rios ou terrenos baldios.

C) É no cesto de lixo. Protege a natureza, a cidade, a saúde e evita entupir bueiros.

3- Quando acontecem muitos raios, o que devemos fazer para a nossa segurança?

A) Esconder-se embaixo das árvores ou ficar perto de postes de luz.

B) Ficar correndo na praia, em campos de futebol ou em locais abertos.

C) Procurar abrigo debaixo de telhados e evitar segurar objetos de metais ou pontiagudos.

4- Brincar na água é divertido. E brincar nas águas de enchentes, pode?

A) Sim. É água como todas as outras e não traz nenhum risco à saúde.

B) Não. A água e a lama são bastante sujas e trazem doenças graves como a lepstopirose.

C) Pode. É muito divertido pisar e soltar barquinhos nessa água.

5- Piscinas, rios, lagos, praia e banheira: podemos brincar à vontade sem risco de afogamento?

A) Sim. São locais que tem água fresca e não oferecem nenhum perigo.

B) Sim. Podemos mergulhar, nadar, pular sem nenhum risco de nos afogarmos. É só água.

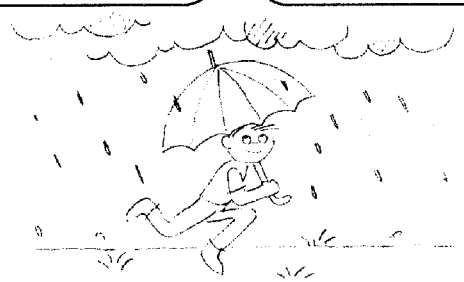
C) Não. É bom sempre ter cuidado e estar com alguém responsável pra cuidar da gente.

6- Que cuidado se deve ter para quem mora em morro ou local de muito declive?

A) Plantar árvores ou vegetação que fortaleça o solo e evita escorregamentos de terra.

B) Tirar mais terra dos barrancos para tentar nivelar o terreno.

C) Cortar toda a grama e não plantar nenhuma árvore por perto.



Respostas: 1B, 2C, 3C, 4B, 5C, 6A.

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME: _____

PAI: _____

MÃE: _____

ENDEREÇO: _____

_____

TELEFONE: _____

_____

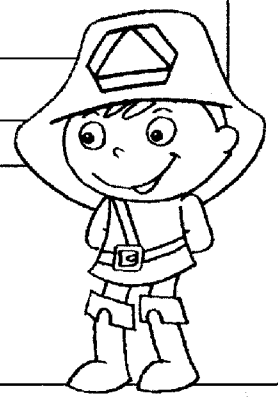
EM CASO DE ACIDENTES, POR FAVOR AVISAR:

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

_____

TELEFONE: _____



COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO 6

A EXPERIÊNCIA DE SÃO PAULO

Civil.

§ 3º - As Secretarias de Estado detentoras de próprios estaduais localizados nas proximidades dos desastres e que sejam adequados à instalação de abrigos provisórios após análise da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, colocarão os mesmos à disposição da referida Coordenadoria para serem utilizados por pessoas desabrigadas, atingidas por eventos calamitosos.

§ 4º - Os próprios estaduais cedidos conforme o parágrafo anterior, continuarão sob administração direta da respectiva Secretaria de Estado cedente, sendo esta a responsável pela manutenção da ordem e respeito nos abrigos provisórios, podendo, para tanto, solicitar apoio da Secretaria da Segurança Pública.

Artigo 13 - Ao Coordenador Estadual de Defesa Civil compete:

I - propor ao Governador do Estado a política e as diretrizes que deverão orientar a ação governamental nas atividades de defesa civil, no Estado de São Paulo;

II - propor ao Governador do Estado a homologação ou a decretação de Situação de Emergência e de Estado de Calamidade Pública, nas áreas atingidas por desastres;

III - nas situações definidas nos incisos IX e X do artigo 9º deste decreto, ou na iminência de sua ocorrência, e por determinação do Governador do Estado, requisitar temporariamente servidores e recursos materiais de órgãos ou entidades integrantes do Sistema Estadual de Defesa Civil, necessários para o emprego em ações de defesa civil;

IV - estabelecer as normas necessárias ao perfeito e eficaz funcionamento do Sistema Estadual de Defesa Civil;

V - articular e coordenar a ação dos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Defesa Civil;

VI - articular, em conjunto com a Secretaria da Segurança Pública, o contido na alínea "e", do inciso I, do artigo 12 deste decreto;

VII - adotar as medidas necessárias para a criação e o funcionamento das Coordenadorias Regionais de Defesa Civil - REDEC;

VIII - designar os Coordenadores Regionais e Coordenadores Adjuntos e Setoriais de Defesa Civil;

IX - criar Grupos de Auxílio Mútuo - GAM, com o objetivo de prestar apoio técnico e material necessários, em área específica, para atendimento de um evento determinado, mediante proposta do Coordenador Regional de Defesa Civil, disciplinando suas atribuições;

X - formalizar a participação dos órgãos municipais e de apoio, referidos nos incisos III e V do artigo 10, no Sistema Estadual;

XI - aprovar planos, programas e projetos;

XII - liberar recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis, necessários para o atendimento das atividades de defesa civil;

XIII - reunir os integrantes da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, sempre que necessário.

Artigo 14 - As Coordenadorias Regionais de Defesa Civil - REDEC são órgãos regionais do Sistema Estadual, cabendo-lhes atuar dentro da respectiva região em apoio às Comissões Municipais de Defesa Civil, sempre em regime de cooperação.

§ 1º - As Coordenadorias Regionais de Defesa Civil serão integradas por representantes regionais das Secretarias de Estado e das entidades da Administração Indireta do Estado.

§ 2º - Poderão, ainda, integrar as Coordenadorias Regionais de Defesa Civil:

1. representantes do Poder Executivo dos municípios que possuam Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC;

2. cidadãos da sociedade civil.

§ 3º - A área de atuação de cada Coordenadoria Regional de Defesa Civil será estabelecida por ato do Coordenador Estadual de Defesa Civil.

Artigo 15 - O Coordenador Regional de Defesa Civil será designado, preferencialmente, dentre os representantes regionais das Secretarias de Estado e das entidades da Administração Indireta do Estado.

§ 1º - A critério do Coordenador Estadual de Defesa Civil, poderão ser designados como Coordenadores Regionais de Defesa Civil representantes do Poder Executivo municipal e cidadãos da sociedade civil, desde que tenham revelado, por sua experiência, pendor para tal mister.

§ 2º - As atribuições dos Coordenadores Regionais de Defesa Civil serão estabelecidas mediante ato do Coordenador Estadual de Defesa Civil.

Artigo 16 - As Comissões Municipais de Defesa Civil, instituídas mediante legislação municipal, poderão constituir unidades-base e de execução de ações de defesa civil do Sistema Estadual de Defesa Civil.

Artigo 17 - Em situações de desastres as atividades assistenciais e de recuperação serão da responsabilidade do Governo do Município, cabendo posteriormente ao Estado, as ações supletivas, quando comprovadamente esgotada a capacidade de atendimento da administração local.

§ 1º - A atuação dos órgãos estaduais e municipais, na área atingida, far-se-á sempre em regime de cooperação, cabendo a coordenação à Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC.

§ 2º - Caberá aos órgão públicos estaduais, localizados na área atingida, a execução imediata das medidas que se fizerem necessárias, assim que solicitados pela CEDEC.

Artigo 18 - As Secretarias de Estado e as entidades da Administração Indireta do Estado deverão empenhar todos os esforços necessários para, sob a direção direta do Coordenador Regional de Defesa Civil,

cooperar com os municípios atingidos por eventos desastrosos.

Artigo 19 - O servidor público estadual, requisitado na forma deste decreto, ficará à disposição da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, sem prejuízo do cargo ou função que ocupa e da remuneração e direitos respectivos, à conta do órgão cedente, não fazendo jus a retribuição ou gratificação especial, salvo o recebimento de diária e transporte, em caso de deslocamento.

Parágrafo único - A participação efetiva de servidor público estadual requisitado na forma deste decreto, devidamente atestada pelo Coordenador Estadual de Defesa Civil, será considerada como serviço relevante ao Estado e anotada em sua ficha funcional mediante requerimento do interessado.

Artigo 20 - A liberação de recursos materiais e financeiros, para as atividades de defesa civil, será regulamentada por ato do Coordenador Estadual de Defesa Civil.

Artigo 21 - A dotação orçamentária destinada às atividades emergenciais de defesa civil será consignada à Unidade Orçamentária Casa Militar do Gabinete do Governador.

Artigo 22 - Os órgãos componentes do Sistema Estadual de Defesa Civil informarão, imediatamente, ao Coordenador Estadual de Defesa Civil, as ocorrências anormais e graves que possam ameaçar a segurança, a saúde, o patrimônio e o bem-estar da população.

Artigo 23 - A Situação de Emergência e o Estado de Calamidade Pública serão decretados pelo prefeito municipal quando o evento atingir apenas o seu município ou pelo Governador do Estado, quando o evento tiver caráter regional, devendo constar no decreto a previsão de sua vigência e sua suspensão imediata após a volta à normalidade.

§ 1º - O período de vigência aludido no "caput" deste artigo poderá ser ampliado, caso persistam as circunstâncias que deram causa ao flagelo.

§ 2º - O Decreto Municipal de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública deverá ser homologado pelo Governador do Estado, conforme estabelece o artigo 12 do Decreto Federal nº 895, de 16 de agosto de 1993.

Artigo 24 - Para o cumprimento das responsabilidades que lhes são atribuídas neste decreto, os órgãos e entidades públicas estaduais integrantes do Sistema Estadual de Defesa Civil utilizarão recursos próprios.

Artigo 25 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário e, em especial, o Decreto nº 29.752, de 15 de março de 1989.

Palácio dos Bandeirantes, 16 de junho de 1995

MÁRIO COVAS

Antônio Angarita, Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 16 de junho de 1995.

ANEXO 7

A EXPERIÊNCIA DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO 8

A EXPERIÊNCIA DO MATO GROSSO DO SUL

ANEXO 9

NOTA DE SERVIÇO Nº 028-09 – 1º GB

PMPR **CURITIBA, PR, 03 Junho 2009**

CCB

1º GB – B/3 **NOTA DE SERVIÇO Nº 028-09**

"APOIO A DEFESA CIVIL"

1. FINALIDADE:

Estabelecer bases e procedimentos para a participação do 1º GB no DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE, fazendo trabalhos de Prevenção a Incêndios Florestais.

2. REFERÊNCIA:

a) Ofício nº 111/CEDEC/PR de 28 mai. 2009;

b) Nota de Serviço nº 001/09 – 8º Seção/CCB;

c) Determinação do Comandante do 1º GB.

3. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

a) Data/hora: Dia 05 Jun 2009 (sexta-feira) às 07h e às 13h;

b) Locais: Escolas Públicas e Particulares;

c) Coordenador: Maj QOBM **ERCULES** ALVES DE CARVALHO;

d) Subcoordenador: Comandantes dos SGBs

e) Viaturas: ABTRs dos PBs do 1º GB;

f) Pessoal: Conforme escala de serviço;

g) Uniforme: Orgânico de Serviço;

h) Contato: Major ERCULES - 8445-0311;

4. ORDENS PARTICULARES:

a) Ao B/1:

- Publicar a presente N.S.

b) Ao Oficial Coordenador:

- Orientar o pessoal escalada quanto aos procedimentos a serem realizados no local e quanto a postura, apresentação pessoal e assiduidade;

c) Ao Oficial Subcoordenador:

- Definir as escolas da sua área de atuação que receberão a visita das guarnições dos Pbs;
- Enviar relatório sobre as atividades realizadas ao coordenador desta Nota de Serviço.

d) A Guarnição escalado no evento:

- Estar nas escolas nos horários do início das aulas no período da manhã (07 hs) e a tarde (13 hs);
- Informar ao CIOSP/COBOM o deslocamento e regresso;
- Distribuir os panfletos "MATA VIVA", e orientar a população sobre os riscos dos Incêndios Ambientais;
- Orientar a população sobre a forma adequada e os riscos associados ao uso de aquecedores a gás;
- Após o horário de início das atividades da instituição de ensino, a guarnição deverá regressar ao seu PB de origem;

- Repassar ao Oficial Coordenador qualquer alteração que porventura venha a ocorrer durante o evento;
- Atentar para a assiduidade, postura e apresentação pessoal e da viatura.

5. <u>PRESCRIÇÕES DIVERSAS:</u>

a) As viaturas permanecerão em QAP no local do evento, podendo serem acionadas para atendimento a emergências;

b) As alterações do previsto na presente Ordem de Serviço, poderão ser realizadas, desde que com a autorização do Comando do 1º GB.

Ass:

Ten Cel QOBM Luiz Henrique Pombo do Nascimento,

Comandante do 1º GB

Confere:

Paulo Henrique de Souza, Maj. QOBM

B/3 do 1º GB

<u>DISTRIBUIÇÃO:</u>

B/1, 1º, 2º, 3º SGBs, CIOSP/COBOM e Oficial Coordenador.

PAINÉIS DE SEGURANÇA E OS RÓTULOS DE RISCO SÃO PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO!

ELES FICAM NA FRENTE DO CAMINHÃO, AO LADO E ATRÁS DA CARROCERIA!

33
1203

NÚMERO DE RISCO

NÚMERO DA ONU

PAINEL DE SEGURANÇA

SÍMBOLO

TEXTO

NÚMERO DA CLASSE

LÍQUIDO INFLAMÁVEL
3

RÓTULO DE RISCO

ELES INDICAM O PRODUTO QUE LEVAMOS E O PERIGO QUE PODE REPRESENTAR!

ESTE É PARA GASOLINA, UM LÍQUIDO INFLAMÁVEL!

COM ESSES DADOS AS AUTORIDADES PODEM SE PREPARAR PARA O ATENDIMENTO!

MAS VOU INDO, AMIGOS!

VIAJAR DURANTE O DIA É MAIS SEGURO!

VALEU A AULA, MOÇO!

TENHA UMA BOA VIAGEM!

NÓS TAMBÉM JÁ VAMOS, COM O NOSSO "PRODUTO PERIGOSO"!

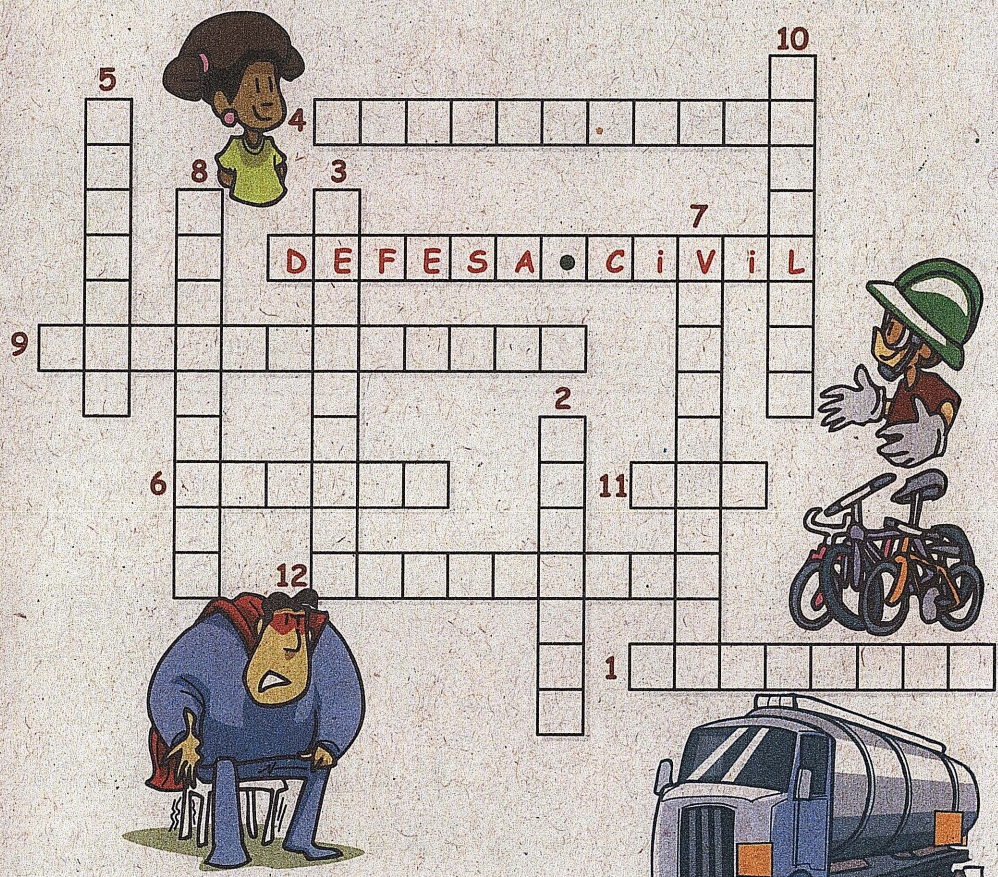
TÁ OLHANDO PRA MIM POR QUÊ, DUDA?

PLÁC!

PRECISAMOS DE UM PAINEL DE SEGURANÇA PRO SUPER!

FIM

Cruzadas da segurança



1 - Pode ser causado por produtos perigosos;
2 - Cor dos painéis de segurança;
3 - Produtos que podem colocar em risco as pessoas e o meio ambiente;
4 - A maior causa de acidentes nas rodovias;
5 - Produtos perigosos podem ser sólidos, líquidos ou... ;
6 - Motorista precisa fazer, para se capacitar a transportar produtos perigosos;
7 - Limite que deve ser sempre respeitado nas estradas;
8 - O que devemos manter de caminhões que levam produtos perigosos;
9 - Evitamos mantendo distância de um acidente, e o vento pelas costas;
10 - Produto perigoso, líquido inflamável, combustível de automóveis;
11 - Período mais seguro para viajar;
12 - Deve estar acima de tudo.

1- desastre; 2- laranja; 3- perigosos; 4- imprudência; 5- gasosos; 6- cursos;
7- velocidade; 8- distância; 9- contaminação; 10- gasolina; 11- dia; 12- segurança.

TODO MOTORISTA DEVE SER RESPONSÁVEL.

E NESTES CASOS, O CUIDADO É AINDA MAIOR!

PARA TRANSPORTAR PRODUTOS PERIGOSOS, É PRECISO FAZER CURSOS...

... E CONHECER A LEGISLAÇÃO SOBRE O ASSUNTO!

TODA A DOCUMENTAÇÃO DEVE ESTAR EM ORDEM, INCLUSIVE A FICHA DE EMERGÊNCIA!

ELA TRAZ INFORMAÇÕES DO PRODUTO PARA AS EQUIPES DE ATENDIMENTO.

PARA NÃO VIAJAR COM SONO, FAZEMOS PARADAS DE DESCANSO!

O VEÍCULO DEVE ESTAR SEMPRE REVISADO...

...E COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA.

DEVEMOS RESPEITAR OS LIMITES DE VELOCIDADE E CUIDAR COM AS ULTRAPASSAGENS!

E OUTROS MOTORISTAS DEVEM MANTER DE NÓS UMA DISTÂNCIA SEGURA!

A SEGURANÇA NAS RODOVIAS DEPENDE DE TODOS NÓS!

A MAIOR CAUSA DE ACIDENTES É A IMPRUDÊNCIA!

TUNC!

PLÉIM!

CUIDADO, SUPER!

BUMP! PLÉIM!

MAS SE O MOTORISTA É TÃO CUIDADOSO...

POR QUE TANTO EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA?

UM BOM PROFISSIONAL DEVE ESTAR PREPARADO PARA TUDO, LUIZ!

ACIDENTES ÀS VEZES ACONTECEM!

E O QUE SE FAZ ENTÃO?

EM CASO DE ACIDENTE, A GENTE DESLIGA O MOTOR DO VEÍCULO...

...COLOCA OS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E VERIFICA SE HÁ VAZAMENTOS!

É PRECISO SINALIZAR E ISOLAR O LOCAL!

PESSOAS SEM EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO NÃO DEVEM SE APROXIMAR!

MANTER O VENTO PELAS COSTAS EVITA A CONTAMINAÇÃO PELO AR!

ENTÃO LIGAMOS PARA A POLÍCIA RODOVIÁRIA, OS BOMBEIROS OU A DEFESA CIVIL...

...E PASSAMOS AS INFORMAÇÕES!

E QUAIS SÃO ELAS?

HORA E LOCAL DO ACIDENTE...

SE HÁ VÍTIMAS OU OUTROS VEÍCULOS ENVOLVIDOS...

SE HÁ VAZAMENTO DE PRODUTOS E RISCO AO MEIO AMBIENTE...

OS RIOS ABASTECEM DE ÁGUA AS CIDADES...

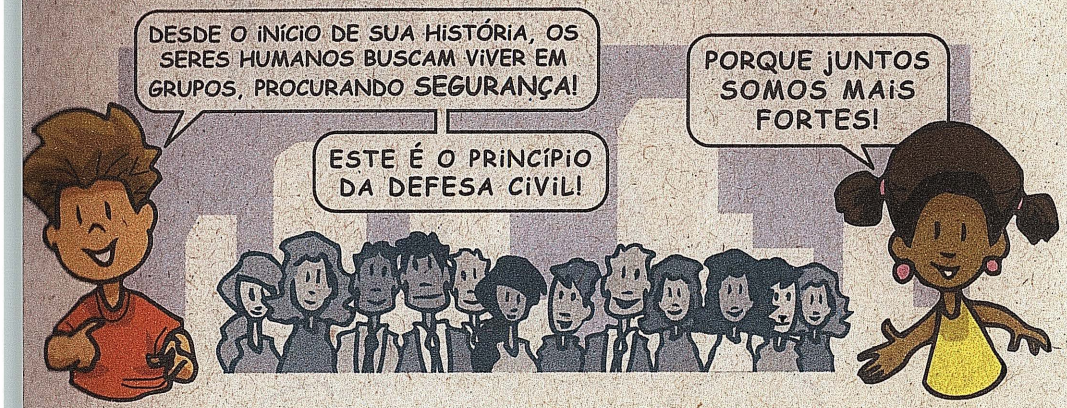
...DEVEMOS TER UM CUIDADO ESPECIAL COM ELES!

ANA!

E, CLARO, INFORMAR OS CÓDIGOS DOS PAINÉIS DO VEÍCULO!

33
1203

Defesa Civil - 199





O Símbolo da Defesa Civil

- **Cor azul:** imunidade em caso de guerra, pela convenção de Genebra;
- **Cor laranja:** resgate, auxílio;
- **Mãos:** proteção;
- **Triângulo:** Município, Estado e Federação, campos de atuação da Defesa Civil.

DEFESA CIVIL
SANTA CATARINA

Departamento Estadual de Defesa Civil - 199

Av. Ivo Silveira, 2320, Capoeiras - Florianópolis - SC, CEP 88085-001
Fone: 48 **4009 9816 / 3244 0600** e-mail: **dedccodec@ssp.sc.gov.br**

www.defesacivil.sc.gov.br

atualização: maio de 2008

SEGURANÇA ACIMA DE TUDO!





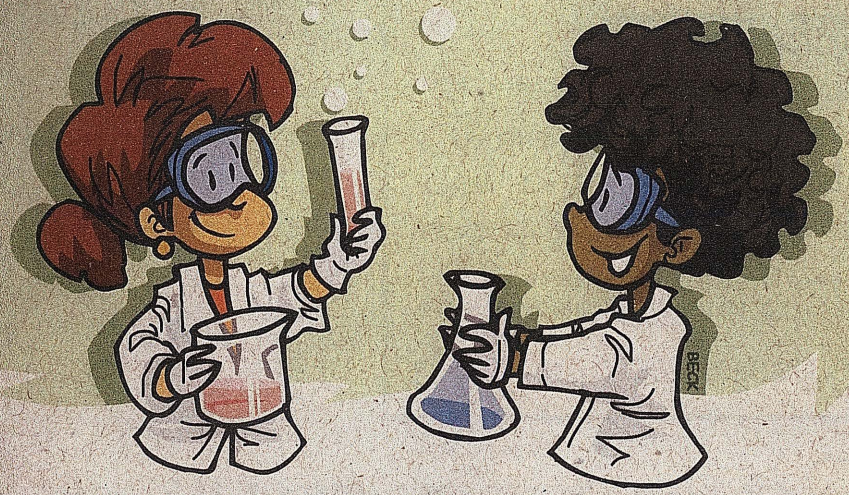








Segurança se aprende desde criança!



Conselho Regional de Química

CRQ XIII - SC

APOIANDO A DEFESA CIVIL

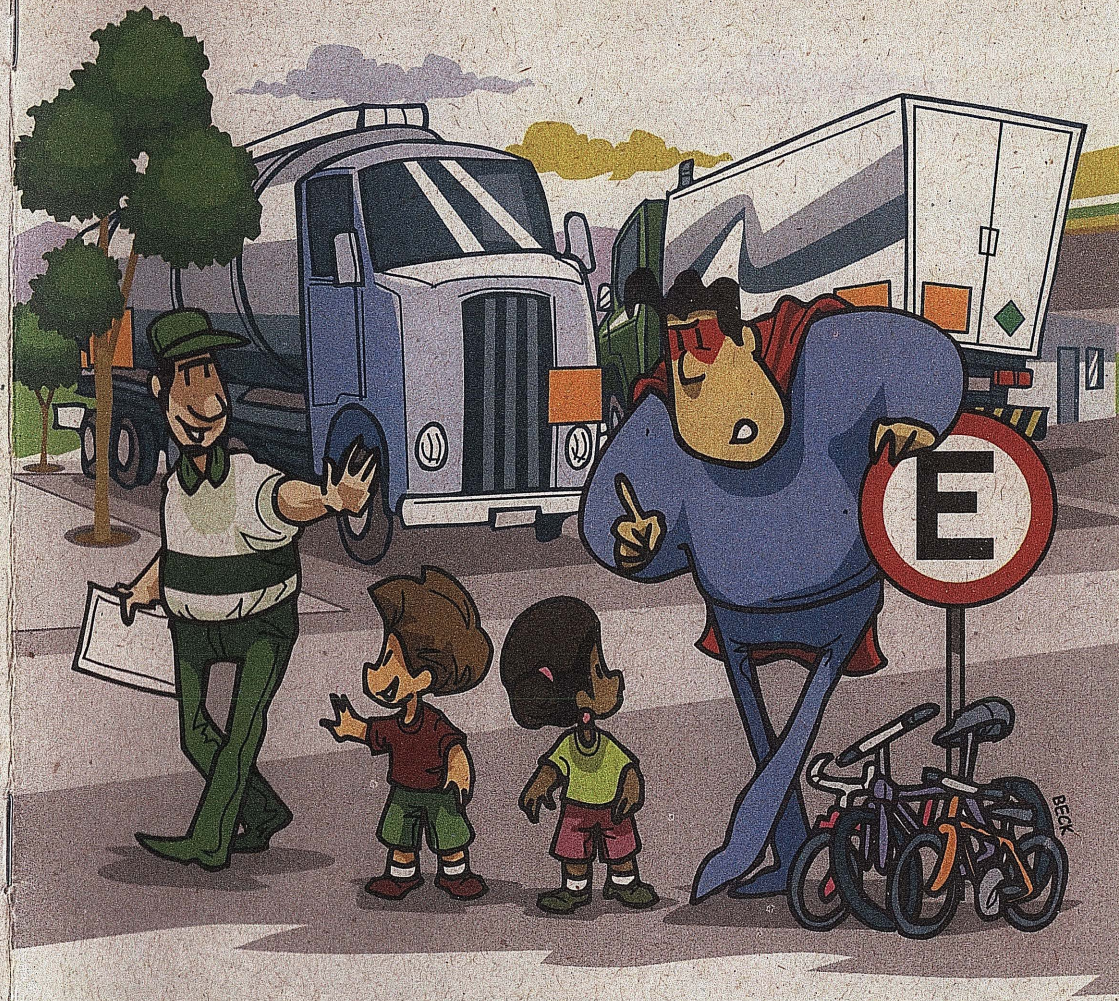
Av. Osmar Cunha, 126 - 1º andar - Centro - CEP 88015-100 - Florianópolis/SC

www.crq.org.br

série nossa segurança - Defesa Civil 2

Transporte de

PRODUTOS PERIGOSOS



CEPED Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres

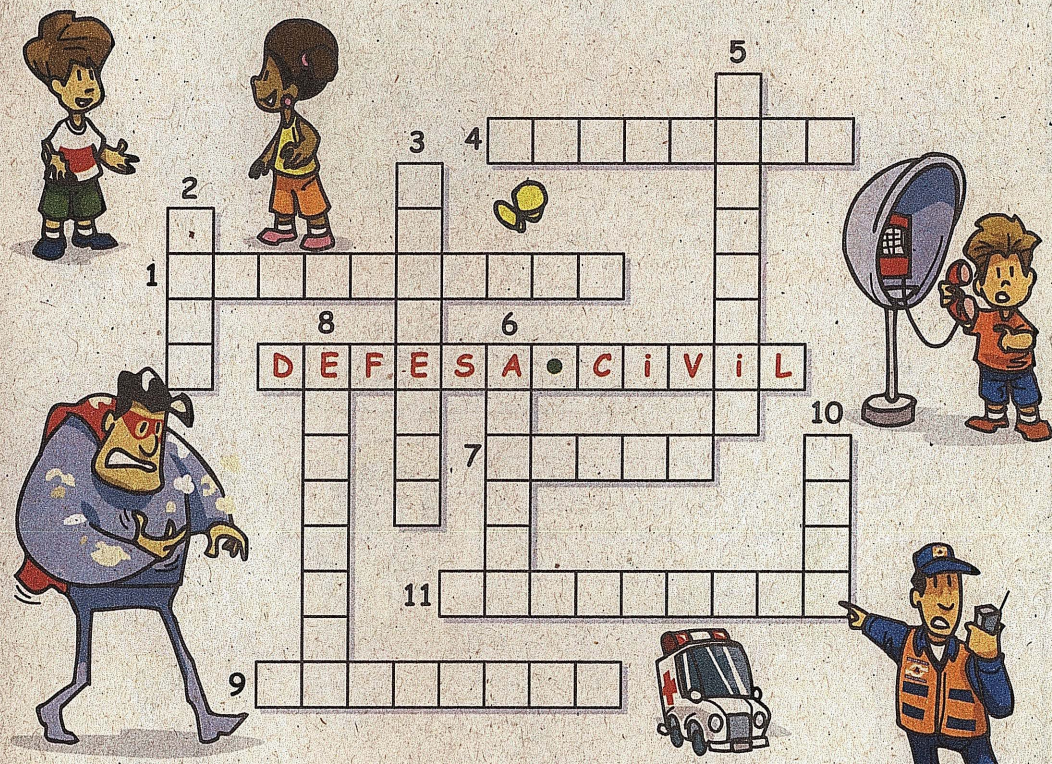
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

DEFESA CIVIL SANTA CATARINA 35 anos

Governo do Estado SANTA CATARINA



Cruzadas da segurança



1 - O poder que todos podemos ter para nossa segurança e da comunidade;

2 - Não deve ser jogado nas ruas, pode ser reaproveitado e reciclado;

3 - Profissional que lida com incêndios, pode ser acionado pela Defesa Civil;

4 - Local de grande risco de deslizamento;

5 - Perigoso ao meio-ambiente e à vida humana, pode ser causado pelo hábito de soltar balões;

6 - Suas folhas absorvem o gás carbônico do ar, combatendo o aquecimento global, suas raízes seguram a terra, reduzindo o risco de deslizamentos;

7 - Movimento de ar que, quando de grande intensidade, pode derrubar árvores e arrancar telhas das casas, entre outros danos;

8 - Elevação anormal do nível de água dos rios, com potencial de desastre;

9 - Uma situação fora do normal, que causa danos à comunidade e ao meio-ambiente;

10 - Situação de falta de água, que causa grandes prejuízos principalmente à agricultura;

11 - Principal objetivo de todo o trabalho da Defesa Civil.

1- informação; 2- lixo; 3- bombeiro; 4- barranco; 5- incêndio; 6- árvore; 7- vento; 8- enchente; 9- desastre; 10- seca; 11- segurança.

DESASTRE É QUANDO ACONTECE ALGO FORA DO NORMAL, QUE CAUSA DANOS À COMUNIDADE OU AO MEIO AMBIENTE!

COMO UM VENDAVAL, UM INCÊNDIO, UMA ENCHENTE OU UMA QUEDA DE AVIÃO...

A DEFESA CIVIL ATUA JUNTO COM A POLÍCIA, BOMBEIROS, HOSPITAIS...

E TODAS AS INSTITUIÇÕES QUE FOREM NECESSÁRIAS, CONFORME A EMERGÊNCIA!

A EQUIPE DA DEFESA CIVIL ESTÁ SEMPRE MONITORANDO AS PREVISÕES DO TEMPO, AVALIANDO E REDUZINDO RISCOS! É A PREVENÇÃO!

DURANTE AS EMERGÊNCIAS, ELA COORDENA AS AÇÕES E AUXILIA AS PESSOAS...

PROVIDENCIANDO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, REMÉDIOS, ABRIGO...

DEPOIS DE UM DESASTRE, A DEFESA CIVIL AJUDA NA RECONSTRUÇÃO DOS DANOS!

EU POSSO SER MUITO ÚTIL!

VEJAM MINHA FORÇA!

RECUPERANDO PONTES, ESTRADAS, REDE ELÉTRICA...

CRAAC!!

ESSE SUPER É UM DESASTRE, LUIZ...

TODOS PODEMOS E DEVEMOS AJUDAR A DEFESA CIVIL!

AFINAL, É A NOSSA SEGURANÇA!

CLARO! POSSO USAR MEUS PODERES PRA...

NÃO!

DEVEMOS APRENDER A IDENTIFICAR SITUAÇÕES DE RISCO!

EM UMA EMERGÊNCIA, LIGAR PARA DEFESA CIVIL, NÚMERO 199!

E MUDAR ALGUNS MAUS HÁBITOS!

O LIXO JOGADO NAS RUAS ENTOPE OS BUEIROS E CAUSA ALAGAMENTOS!

LIXO

SOLTAR BALÕES PODE PROVOCAR INCÊNDIOS!

PERTO DE BARRANCOS NÃO SE DEVE CONSTRUIR CASAS, DEVIDO AO RISCO DE DESLIZAMENTOS!

O ESGOTO JOGADO NOS RIOS E PRAIAS CAUSA DOENÇAS!

OS TELEFONES PÚBLICOS DEVEM ESTAR SEMPRE FUNCIONANDO!

ELES SÃO MUITO IMPORTANTES NAS EMERGÊNCIAS!

AS RAÍZES DAS PLANTAS SEGURAM O SOLO NAS CHUVAS!

SEM VEGETAÇÃO, OS RISCOS DE DESLIZAMENTOS DE TERRA AUMENTAM!

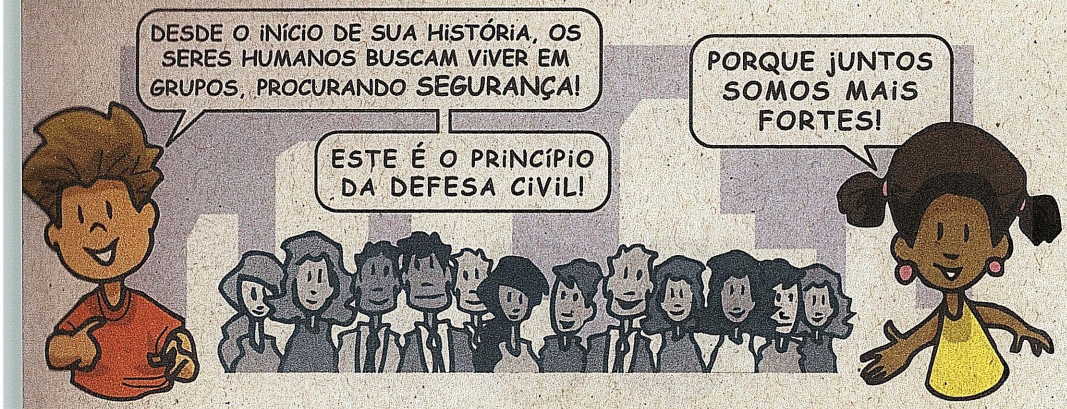
E AS ÁRVORES AJUDAM A LIMPAR A ÁGUA E O AR!

OI GUTO!

NOSSA, QUE SUPER-FORAS!

VOU DAR UM JEITO NISSO!

Defesa Civil - 199





O Símbolo da Defesa Civil

- **Cor azul:** imunidade em caso de guerra, pela convenção de Genebra;
- **Cor laranja:** resgate, auxílio;
- **Mãos:** proteção;
- **Triângulo:** Município, Estado e Federação, campos de atuação da Defesa Civil.

DEFESA CIVIL
SANTA CATARINA

Departamento Estadual de Defesa Civil - 199

Av. Ivo Silveira, 2320, Capoeiras - Florianópolis - SC, CEP 88085-001
Fone: 48 **4009 9816 / 3244 0600** e-mail: **dedccodec@ssp.sc.gov.br**

www.defesacivil.sc.gov.br

atualização: março de 2008

O Super Poderoso!

















DEFESA CIVIL

SANTA CATARINA

Dever do estado, direito e responsabilidade de todos

199

www.defesacivil.sc.gov.br

apoio:

POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL

realização:

Departamento Estadual de Defesa Civil

Secretaria Executiva da Justiça e Cidadania

Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão

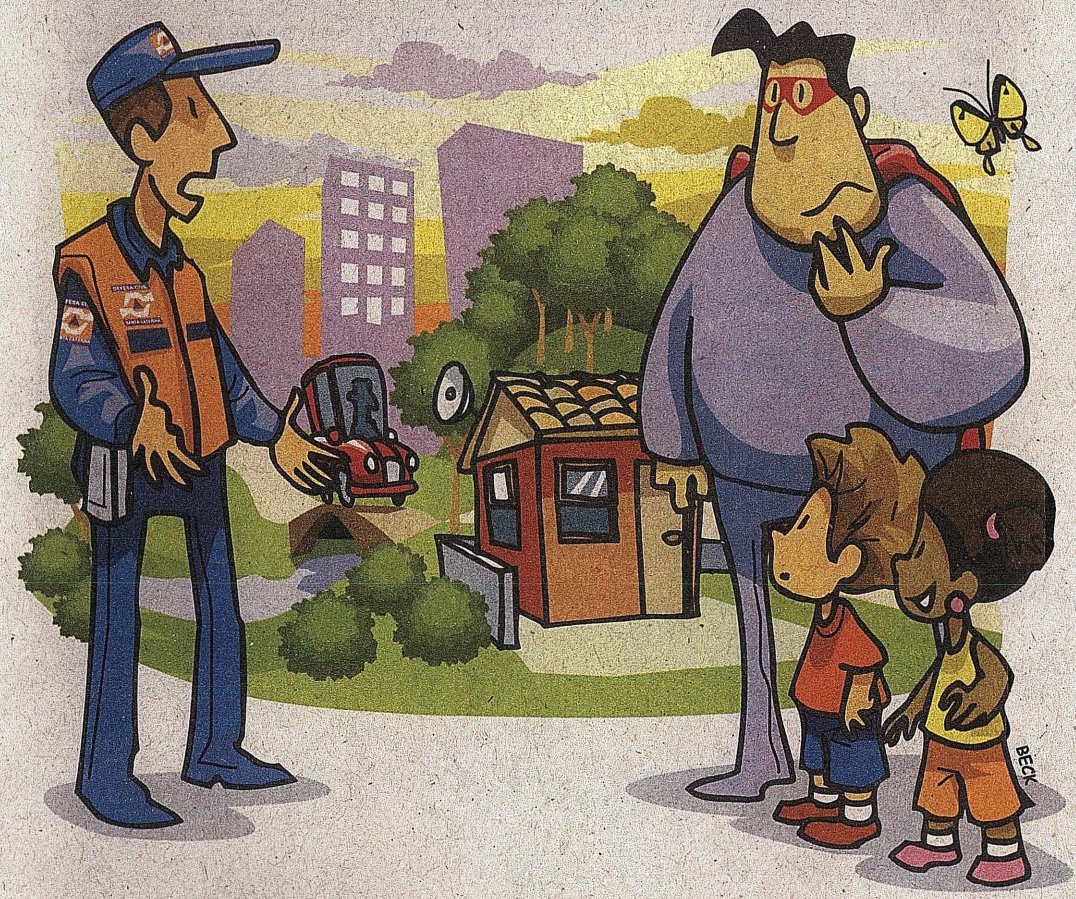
Governo do Estado SANTA CATARINA

série nossa segurança

1

DEFESA CIVIL

35 anos



DEFESA CIVIL SANTA CATARINA

Governo do Estado SANTA CATARINA

CRIANÇA SEGURA Safe Kids Brasil

A CRIANÇA SEGURA é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, dedicada à prevenção de acidentes com crianças e adolescentes até 14 anos.

Atuante no Brasil desde 2001, a instituição é integrante de uma rede internacional, SAFE KIDS Worldwide, que soma mais de 15 países espalhados pelos 5 continentes.

Presente nas cidades de São Paulo, Recife, Curitiba e São José dos Campos a CRIANÇA SEGURA desenvolve programas educativos, campanhas de comunicação e articulação com os órgãos públicos governamentais.

Este livro foi desenvolvido para o Programa CRIANÇA SEGURA na Escola, que tem como proposta estimular a cultura da prevenção nos ambientes escolar e familiar.

Visite o nosso site www.criancasegura.org.br

Patrocinador do Programa CRIANÇA SEGURA na Escola:

CURATIVOS BAND-AID® Johnson&Johnson

Patrocinadores Fundadores:

Instituto General Motors e Companhias do Grupo Johnson & Johnson
Johnson & Johnson, Janssen-Cilag Farmacêutica e Johnson & Johnson Produtos Profissionais

Criança Segura® Brasil

Escritório Nacional
Rua Teodoro Sampaio, 1020
Conjunto 1008
Pinheiros - São Paulo
05406-050

São Paulo (11) 3371.2384
Recife (81) 3223.0598
Curitiba (41) 3023.7070

www.criancasegura.org.br

Criança Segura® Brasil

Programa CRIANÇA SEGURA na Escola



Educando para Prevenção
Práticas na sala de aula
2006

Sumário

Apresentação

CRIANÇA SEGURA Safe Kids Brasil [3]

A realidade dos acidentes com crianças e adolescentes [3]

Programa CRIANÇA SEGURA NA ESCOLA [5]

Ações 2006

Introdução [6]

Campanha contra a comercialização do Álcool Líquido [6]

Dia da Prevenção [7]

Educando para a Prevenção na Sala de Aula

Introdução [8]

Trânsito e Pedestre, uma relação que pode dar certo! [9]

Conhecendo com o corpo humano [10]

Trânsito Rural [11]

Semáforo Humano [12]

Queimaduras, essa não! [13]

Check-List [14]

Pedestres, ciclistas e passageiros [15]

Segurança no verão [16]

Ensinar é aprender [17]

"Extra-Extra!" [18]

Ciclista esperto! [19]

Criando jovens [20]

Afogamento [21]

Com fogo não se brinca [22]

Escolas participantes do Programa CRIANÇA SEGURA na Escola 2006

Curitiba, Recife, São José dos Campos [23]

Jacareí e São Paulo [24]

Apresentação

CRIANÇA SEGURA Safe Kids Brasil

A CRIANÇA SEGURA é uma organização não governamental, qualificada como OSCIP (organização da Sociedade Civil de Interesse Público), dedicada exclusivamente à prevenção de acidentes (lesões não intencionais) com crianças e adolescentes até 14 anos.

Atuante no Brasil desde 2001, está presente nas cidades de São Paulo, São José dos Campos, Recife e Curitiba.

Fundada nos Estados Unidos em 1987 pelo cirurgião pediátrico Martin Eichelberger, a organização colaborou com a redução de 40% no número de mortes de crianças por acidentes, desde sua criação. Hoje esta organização compõe uma rede mundial, Safe Kids Worldwilde, que somam mais de 15 países espalhados pelos 5 continentes.

Sua atuação se dá através do monitoramento e articulação de políticas públicas; realização de ações e campanhas que visam à comunicação do tema para a sociedade em geral e a mobilização para a temática da prevenção de acidentes.

A realidade dos Acidentes com Crianças e Adolescentes

Todos os anos, no Brasil, cerca de 6 mil crianças morrem e 140 mil são hospitalizadas por acidentes que poderiam ser evitados com adoção de políticas públicas, informação e simples atitudes de prevenção. Estimativas indicam que para cada 1 criança que morre, outras 4 ficam com seqüelas permanentes.

Segundo o Ministério da Saúde, os acidentes representam a principal causa de morte de crianças de 01 a 14 anos.

Mortes por acidentes na faixa etária de 0 a 14 anos (DATASUS, 2004)



Em 2005, o Programa CRIANÇA SEGURA na Escola realizou uma pesquisa em parceria com a Liga do Trauma da Unifesp, com uma amostra 4.616 questionários respondidos pelas famílias de 23 escolas na cidade de São Paulo apontaram que:

- 50,1% das crianças já haviam sofrido algum acidente;
- Os acidentes mais comuns são: quedas (52,7%); acidente com patins, bicicleta e skate (19%) e queimaduras (11,2%);
- 55% dos acidentes ocorreram em casa;
- 78% das crianças estavam acompanhadas no momento do acidente;

Atualmente existe uma discussão em torno do conceito de saúde. Até pouco tempo atrás, ao se falar em saúde necessariamente nos remetíamos ao entendimento de doença, em outras palavras, uma pessoa saudável era uma pessoa que não apresentava doenças.

Contudo, este entendimento se restringe a um plano individual, condições de moradia, acesso a serviços básicos, educação, por exemplo, não eram relacionadas ao estado de saúde de um determinado indivíduo.

A I Conferência Internacional de Promoção da Saúde (Carta de Ottawa, 1986) contrapõe esse pensamento no momento em que consolida a idéia de que para produzir saúde devemos atuar sobre os determinantes sociais[1] e não apenas na cura das doenças, daí o conceito de Promoção da Saúde.

A Promoção de Saúde pressupõe a participação das pessoas na busca por contexto mais saudáveis que promovam a qualidade de vida. A construção de uma sociedade saudável é responsabilidade de todos.

De um modo geral, a sociedade brasileira não encara a problemática dos acidentes como algo factível de prevenção. Há uma dificuldade em se pensar nos acidentes como uma questão de saúde pública. É simplista dizer que uma lesão grave ocorrida com uma criança tenha como causa a fatalidade ou o descuido de uma única pessoa.

Os acidentes estão inseridos em contextos mais amplos de nossa sociedade; questões relacionadas à moradia, à carência de espaços de lazer, à precariedade dos nossos sistemas de saúde e educação devem estar interligadas para se buscar soluções para esse problema.

Diante desta situação é importante que haja um comprometimento, de todas as esferas da nossa sociedade, em lidar com a temática dos acidentes como uma questão de saúde pública na qual a solução esta respaldada na cultura da prevenção, ou seja, na elaboração de políticas e ações, bem como a adoção de comportamentos seguros que estejam voltados para o desenvolvimento saudável e seguros de crianças e adolescentes.

1 Determinantes Sociais são entendidos como fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população. (Cad. Saúde Pública vol.22 no.9 Rio de Janeiro Sept. 2006)

Programa CRIANÇA SEGURA na Escola

O Programa CRIANÇA SEGURA na Escola surgiu, em 2001 a partir de uma iniciativa de voluntários da J&J de São José dos Campos, juntamente com líderes da comunidade local, educadores, profissionais ligados poder público e outras entidades. A idéia era elaborar um modelo de trabalho que pudesse ser reproduzido por todo o território nacional.

O CRIANÇA SEGURA na Escola tem como finalidade a promoção a cultura de prevenção de acidentes dentro e fora da escola com o intuito de reduzir o número de morbi-mortalidade de crianças e adolescentes até 14 anos através da adoção de comportamento seguro.

O trabalho está baseado em um processo contínuo de educação e informação de professores, alunos e familiares. Isto se dá através do diagnóstico de acidentes com os alunos, da formação dos professores para trabalhar o tema em sala de aula, do envolvimento da comunidade na implantação de melhorias de meio ambiente na escola.

Nestes cinco anos, mais de 350 escolas (publicas e privadas) participam do Programa em cinco cidades – São Paulo, São José dos Campos, Recife, Curitiba e Jacareí.

Histórico da CS na Escola	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Professores Capacitados	30	246	667	1560	2867	3146
Alunos Sensibilizados	2400	9970	42700	68700	91650	94400
Escolas Participantes	3	20	111	154	268	316
Cidades	1	2	2	5	5	5

Em 2006, o Programa intensificou suas ações com o objetivo de potencializar o papel das escolas em mobilizar ações e multiplicar informações nas comunidades em que estão inseridas.



Ações 2006

Campanha contra a comercialização do Álcool Líquido acima de 46o INPM (54o GL).

No Brasil, cerca de 150 mil pessoas por ano são vítimas de queimaduras provocadas por acidentes com álcool líquido, sendo um terço desse total, crianças[2].

Os acidentes causados por queimaduras provocam graves seqüelas estéticas, psicológicas e em alguns casos funcionais, levando 3% dos pacientes internados a óbitos.

Em 2002, a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) editou a Resolução RDC nº 46, de 20 de fevereiro de 2002. Com ela, proibiu-se a venda do álcool líquido acima de 46o INPM (54o GL) no país e o produto em gel acabou substituindo-o no mercado.

Ficou constatado que houve uma redução de 60%[3] nos acidentes com álcool nos primeiros meses de validade da medida.

No entanto, uma liminar concedida em favor de um grupo de fabricantes de álcool, ABRASPEA (Associação Brasileira de Produtores e Envasadores de Álcool), permitiu a venda do produto em drogarias, supermercados e outros estabelecimentos comerciais, provocando um retrocesso e fazendo com que os números de acidentes voltassem a crescer.

Em 2006, a CRIANÇA SEGURA em parceria com outras organizações[4], implementou um conjunto de ações cujo o objetivo era a proibição da venda direta ao público do álcool de gradação superior de 46º INPM.

A Campanha teve início no Dia Nacional de Combate à Queimadura (6/jun), com o lançamento de um manifesto, no qual as organizações rejeitaram publicamente a comercialização do álcool líquido de alta gradação.

Mais uma vez as escolas exerceram seu papel ao mobilizar a comunidade escolar a refletir sobre a proibição do álcool líquido. No dia 10/ago vésperas do Dia dos Pais, várias atividades foram elaboradas para informar e conscientizar sobre o uso deste produto:

São Paulo

Alunos do Ensino Fundamental e Médio do Colégio Rícaro apresentaram trabalhos desenvolvidos sobre o tema (teatro, música e cartazes) às crianças mais novas da educação infantil. O intuito foi à mobilização através de ferramentas ligadas à arte. Simultaneamente, houve distribuição de folhetos da campanha por jovens de 15 a 17 anos, em dois semáforos próximos. Vale registrar que o roteiro, as oficinas e materiais foram organizados e executados inteiramente pelas próprias crianças e adolescentes.

2 Fonte: Sociedade Brasileira de Queimaduras
3 Pesquisa realizada em 56 centros de queimados no Brasil – Sociedade Brasileira de Queimaduras.
4 PRO TESTE; AMB (Associação Médica Brasileira); Associação Paulista de Medicina; Departamento Científico de Segurança da Sociedade Brasileira de Pediatria; e Sociedade Brasileira de Queimadura.

Recife
Com o apoio da Rede Estadual de Combate à Queimaduras, a ação foi realizada juntamente com o Corpo de Bombeiros e o Centro de Tratamento e Queimados do Hospital da Restauração. A ação educativa foi desenvolvida na praça pública da Escola Municipal Arraial Novo e no posto de saúde. Este ação contou com uma passeata realizada por alunos da escola que elaboraram cartazes e faixas e distribuíram folhetos informativos.

São Jose dos Campos e Jacareí
Os voluntários deram um treinamento específico sobre queimaduras e álcool líquido para escolas de São José dos Campos e Jacareí e distribuíram folhetos explicativos sobre a prevenção de queimaduras.

Curitiba
Folhetos educativos foram distribuídos para 8 mil alunos nas escolas e nas creches que participam do programa CRIANÇA SEGURA na Escola.

A CRIANÇA SEGURA e as demais organizações esperam sensibilizar a Câmara Federal a votar em caráter de urgência o projeto em tramitação, tratando da proibição da venda do álcool líquido 92.8° INPM. Também procuram convencer o Judiciário a julgar imediatamente as ações sobre o tema, mantendo a proibição da venda do álcool líquido 92.8° INPM.

É possível aderir a este movimento através da assinatura do abaixo assinado no endereço eletrônico http://www.petitiononline.com/alcool92/petition.html .

Dia da Prevenção de Acidentes

No dia 04 de outubro, as escolas participantes do Programa CRIANÇA SEGURA na Escola elaboraram atividades que tinham o objetivo de mobilizar alunos e familiares para a prevenção de acidentes. Cada escola apresentou um plano de trabalho para este dia, o importante era trabalhar a temática junto à comunidade escolar.

Ações na da sala de aula com os próprios alunos, atividades reunindo escola inteira e ciclos de palestras para os familiares foram exemplos de práticas realizadas neste dia.

Escolas de São Paulo, Recife , Curitiba, São José dos Campos e Jacareí realizaram estas atividades, que podem ser entendidas como frutos de um trabalho realizado durante o ano letivo.

A proposta visa o alerta público para a prevenção de acidentes, dessa forma a reunião de mais de 300 escolas para o trabalho acabou chamando a atenção tanto dos familiares como da mídia local para a cobertura desta ação.

Foram distribuídas ainda fitinhas, como as do Senhor do Bonfim, para as crianças com a frase "Eu sou uma criança segura!". Cada criança pode voltar para a casa levando as informações aprendidas neste dia.

Atividades como essa reforçam o papel protetor da escola, em outras palavras, o de promover a construção de espaços de diálogo sobre a prevenção de acidentes, cultura de prevenção

Educando para a prevenção na sala de aula

As atividades descritas aqui representam uma amostra das diversas formas pelas quais é possível trabalhar o tema da prevenção de acidentes em sala de aula. Em 2005 foram 12 atividades representantes dos trabalhos realizados em 3 cidades – São Paulo, São José dos Campos e Jacareí.

Em 2006, professores participantes do Programa CRIANÇA SEGURA na Escola de Recife e Curitiba também foram convidados a enviar relatos de trabalhos realizados, ao longo do ano letivo, com o tema da prevenção de acidentes com crianças.

Entre os trabalhos enviados, 14 foram selecionados para fazer parte deste material. Os critérios utilizados para a escolha destas atividades estão intimamente relacionados à:

- coerência entre a atividade e a temática da prevenção de acidentes;

- adequação da atividade à faixa etária dos alunos;

- representatividade das cidades participantes do Programa.

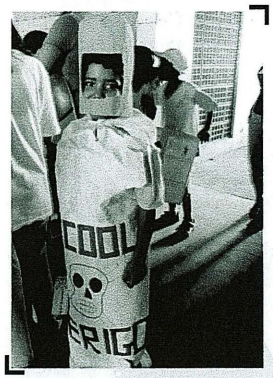
As atividades estão divididas em educação infantil (0 a 3 e 4 a 6 anos) e em ensino fundamental (7 a 14 anos). Cada uma está estruturada de acordo com três tópicos:

Por que? Razões pelas quais o trabalho foi realizado na escola.

Como? Descrição da atividade feita e da metodologia e materiais utilizados em sua realização.

Esta publicação pretende apresentar formas de se trabalhar a prevenção de acidentes com crianças elaboradas por professores parceiros, além de incentivar outros educadores a levarem esse tema para suas salas de aula.

Caso você queira nos enviar sua opinião ou ter acesso às outras atividades enviadas, envie um e-mail para: escolas@criancasegura.org.br



TRÂNSITO E PEDESTRE, UMA RELAÇÃO QUE PODE DAR CERTO!

IMI Maria de Lourdes Constantino - Leandra Mardones - São José dos Campos

Faixa etária: 4 a 5 anos - Número de alunos envolvidos: 22

Por que?

A escola acredita na busca por uma vida saudável e a prática da educação para o trânsito contribui para essa conquista.

Como?

Recursos: Livro com a legislação e placas de trânsito. Papéis coloridos, fitas dupla face, cola, caixas, barbante.

Tempo: 3 aulas.

Atividade: Montar um teatro para os pais da comunidade.

1- Roda de conversa. Iniciamos com um bate papo com as seguintes questões:
a) como vocês chegam até a escola? b) o que vocês observam? Tem sinais em postes ou na rua?

2- Volta no quarteirão da escola. Ao andar pelo quarteirão, chamamos a atenção para a sinalização, atravessamos a rua com eles, mostrando como agir corretamente. Logo em seguida socializamos as impressões sobre o passeio.

3- Conversar com as crianças. Questionamos o porquê de existirem tantas placas de trânsito e sinalizações nas ruas? Neste momento estimulamos para que falassem aquilo que imaginavam e depois propusemos desenhos sobre as placas que mais vêem na rua e como devem se comportar.

4- Propor o teatro para ser apresentado aos pais. Montamos um cenário com as crianças (rua, carrinhos, semáforos, placas) e fizemos um texto coletivo que serviu para a narrativa do teatro.
5- Apresentação do teatro (numa reunião ou momento combinado).

O professor leu o texto coletivo, enquanto eles encenavam o que foi dito, não há necessidade de papéis fixos, já que a proposta é o lúdico, participou quem quis e a mudança de papéis foi fundamental para que todos sentissem a dinâmica do transito por completo.



"Eu aprendi muito sobre Criança Segura e acho que o importante é cuidarmos da gente e ensinar nossa família se cuidar também".

Aluno da Escola

CONHECENDO COM O CORPO HUMANO

CMEI Autódromo – Tânia Mara Martins Araujo Ramos - Curitiba

Faixa etária: 3 a 5 anos - Número de alunos envolvidos: 67

Por que?

Nosso CMEI atende a uma comunidade bastante carente, onde a grande maioria dos pais trabalha sem registro em carteira, como catadores de papel, serventes de pedreiro e estão expostos a muitos perigos presentes em seu dia a dia. Como trabalhamos com crianças pequenas um dos temas utilizados foi "Asfixia e sufocação", o intuito foi despertar a atenção das crianças em relação aos perigos que pequenos objetos quando levados a boca podem causar.

Como?

Ao iniciarmos o trabalho no CMEI realizamos uma pesquisa com o objetivo de detectar o perfil do público que trabalhamos.
Em seguida delimitamos nosso foco de estudo e, como as crianças pequenas têm o costume de colocar objetos na boca, optamos por abordar o tema sufocação e obstrução das vias aéreas.
O primeiro passo foi construir um cartaz com o desenho de um tórax humano mostrando o aparelho respiratório. Explicamos de maneira simples para as crianças o quanto é perigoso colocar objetos pequenos na boca.
A embalagem de filme fotográfico tem o tamanho de nossa traquéia, glote. Então, a utilizamos como exemplo do nosso trabalho. Distribuímos os pontinhos para as crianças, e elas próprias puderam verificar quais os objetos eram perigosos. Tudo que cabia dentro daquele potinho poderia causar um acidente. E a partir dessa brincadeira conseguimos separar com a ajuda das crianças, quais eram os materiais que deveríamos excluir do nosso meio ambiente. Assim construímos uma escola mais saudável e segura.



"Foi um trabalho interessante e educativo. Mostramos às crianças a proporção da boca e da traquéia em forma de desenho do tórax. A partir do desenho eles puderam entender como objetos pequenos poderiam sufocá-los. Usamos os potinhos de filme fotográfico mostrando que os objetos que nele coubessem eram perigosos e não poderiam ser colocados na boca. O potinho do filme facilitou a informação".

Educadora Geovana Boza

TRÂNSITO RURAL

CECOI Lírios do Campo I - Izabel Bernardo - São José dos Campos

Faixa etária: 3 a 6 anos - Número de alunos envolvidos: 69

Por que?

A opção pelo tema Atropelamento surgiu devido à localização geográfica da escola. A mesma situa-se numa área considerada rural, portanto as famílias percorrem diariamente um extenso trecho de estrada de terra entre a escola e o bairro que residem.

Como?

Através da roda de conversa, levantamos questões pertinentes a casos de atropelamento, tais como: Onde ocorreu? (provavelmente em ruas ou avenidas). E na estrada de terra isto pode acontecer? Na reportagem quem não estava agindo corretamente (com atenção)? Enquanto caminhamos pela estrada, quais cuidados precisam ter? (anotar as hipóteses das crianças quanto a esta última questão na lousa)

No momento seguinte apresentamos à turma o folder da campanha de trânsito seguro (área escolar) e propusemos a criação de um folder próprio utilizando as hipóteses da turma sugeridas anteriormente. As funções foram distribuídas pelos alunos que providenciaram cópias para serem distribuídas aos familiares de todas as crianças da escola no momento da saída.



SEMÁFORO HUMANO

NEI Torrão de Ouro - Rosangela da Silva Meireles Ledo - São José dos Campos

Faixa etária: 4 e 5 anos - Número de alunos envolvidos: 30

Por que?

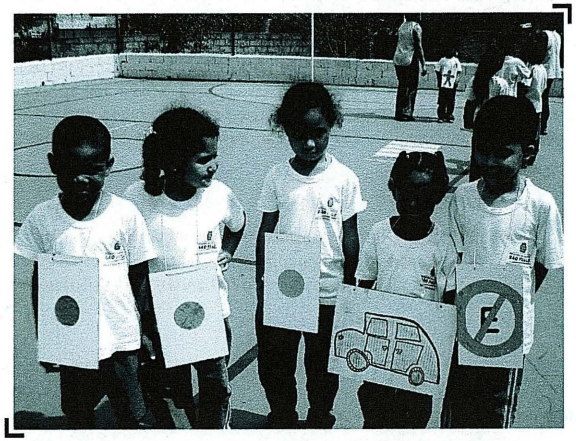
A escola está localizada próximo à movimentada rodovia dos Tamoios em São José dos Campos. O objetivo desta atividade foi estimular a conscientização, de forma lúdica, sobre a importância do semáforo na área urbana.

Como?

No momento do parque com intervenção da professora, foram formados dois grupos de crianças – pedestres e carros. Um aluno foi o "guarda" (observador das infrações) e outro aluno foi o "semáforo". O cenário de uma avenida com faixas de pedestre e placas de sinalização (pare, proibido estacione, etc.) foi criado no pátio da escola.

Após serem orientados sobre as regras do semáforo e de segurança, as crianças que representavam os carros ficaram em seus lugares na avenida, os pedestres na calçada, o "guarda-observador" se posicionou e outro aluno, "o semáforo" ficou responsável por trocar circulos nas cores de semáforo.

Toda a movimentação de uma avenida agitada foi representada para que pudéssemos entender, enquanto brincávamos como cada um deve se comportar no trânsito de maneira segura e cidadã.



QUEIMADURAS, ESSA NÃO!

EMEI Carlos de Laet – Claúdia de Donato Pereira - São Paulo

I Turno: Maria Augusta Soares, Zélia Toledo, Claúdia dos Santos, Fátima Guimarães, Leide de Souza Mariano, Maria da Conceição Cardoso, Marli de Oliveira, Juliana Macedo, Renata Aparecida de Freitas.

II Turno: Celi Maria Pereira, Maria Amélia Afonso Gonçalves, Ana Lourdes Santana, Orilde Hoffmann, Sonia Tanganelli, Tânia Moraes dos Santos, Regilane de Vasconcelos, Ana beatriz de Carvalho.

III Turno: Sueli Dias, Maria Angélica Moreira, Áurea Criatina Rizzo, Cláudia Danielle da Silva, Iracema Tomanik, Susana de Cássia Silva, Giane Barbosa Gião, Isabel Cristina da Silva Barros.

Faixa etária: 4 a 6 anos - Número de alunos envolvidos: 856 crianças

Por que?

A escola está situada numa região pertencente à subprefeitura do Campo Limpo (zona sul de São Paulo). O público atendido constitui-se primordialmente por famílias que exercem atividades autônomas e prestação de serviços em diferentes setores.
Nesta comunidade, a escola possui lugar de destaque como pólo irradiador de cultura e ações de cidadania. Alguns acidentes como queimadura e atropelamento já atingiram crianças da escola.
O objetivo desta atividade é informar e formar toda a comunidade com vistas à adoção de atitudes e comportamentos mais prudentes.

Como?

Através da roda de conversa, foram detectados casos de acidentes com queimaduras com as crianças ou situações muito próximas a elas.
Então, buscamos sensibilizá-las através de pesquisas, montagem de painéis e registros coletivos. A culminância deu-se na simulação pelas crianças de procedimentos de primeiros socorros no caso de queimaduras pelo sol, tendo o registro fotográfico.
Após esta vivência, as crianças passaram a agir ativamente como "patrulheiros" em situações cotidianas ocorridas em casa, segundo relatos das mesmas e familiares à professora.

"Ao se priorizar a "brincadeira simbólica" (o lúdico) como base de todo o trabalho educativo com vistas à prevenção, observamos pleno envolvimento das crianças, pois as mesmas chamaram para si o lugar de sujeitos, e com compromisso construíram e interagiram entre si e com as atividades construindo e consolidando conceitos".

Cláudia – Coordenadora da escola Geovana Boza

CHECK-LIST

EMEI Prof. Idelena Menezes T. de Carvalho - Ana Carolina de O. Faria - São José dos Campos

Faixa etária: 4 a 6 anos - Número de alunos envolvidos: 30

Por que?

As quedas são as ocorrências mais freqüentes desta escola. O projeto foi realizado com o intuito de estimular a prática da cultura da prevenção. Os acidentes não só podem como devem ser prevenidos. E o caminho se resume na prática de pequenas mudanças nas nossas atitudes cotidianas.

Como?

Pra trabalhar com prevenção de acidentes infantis realizamos um mapeamento dos objetos e situações passíveis de causar quedas. Como exemplo: sapato desamarrado; sapatos com saltos; calça muito comprida; tênis maior do que o pé; correr com um pirulito na boca; empurrar os amigos na escada; ou até mesmo descer as escadas sem segurar no corrimão.
Posteriormente as crianças saíram da sala e circularam por todos os ambientes da escola em busca de locais considerados indevidos ou perigosos. Durante esse trajeto o importante foi o levantamento das questões que julgaram relevante. Para estimular a discussão, a professora pode intervir com comentários sobe o tema.
Após a elaboração do check-list, os alunos confeccionaram cartazes com o intuito de alertar a comunidade escolar sobre os cuidados que devem ser tomados para prevenirmos os acidentes.



PEDESTRES, CICLISTAS E PASSAGEIROS

E. M. José Múcio Monteiro – Cristina Maria Gomes de Melo - Recife

Faixa etária: 5 a 6 anos - Número de alunos envolvidos: 23

Por que?

A escola está localizada em um ambiente com enorme carência de espaços saudáveis para o lazer das crianças, pois as ruas são estreitas, e as casas pequenas.
Os moradores/pedestres vivem em condições precárias, e a grande maioria desconhece seus direitos e deveres como cidadão.

Como?

Procuramos trabalhar de uma maneira simples e agradável, pois o intuito do projeto era fazer perceber a prevenção de acidentes como um ato do nosso cotidiano.
Primeiramente conversamos informalmente com as crianças sobre o tema "trânsito". Em seguida, para melhor compreensão, fizemos uma apresentação de teatro de bonecos. Em uma nova atividade as crianças fizeram um painel sobre as sinalizações, e saíram em passeata pelo entorno da escola. As impressões desse projeto ficaram registradas em um mural na escola.



"No inicio, os alunos só identificavam o transito como sendo o movimento dos carros e a sinalização apenas o semáforo. Com o desenvolvimento das aulas, as conversas, apresentação de cartazes, leituras das estórias do "gato joca", do livro de educação infantil e a realização das atividades propostas, eles começaram a perceber a amplitude do tema e se identificaram com o papel que exercem no transito em diversos momentos – pedestres, ciclistas e passageiros.
Como a ênfase do trabalho deu-se nos temas sobre pedestre e ciclistas, percebe-se que boa parte dos alunos assimilaram as lições e reconhecem os perigos a serem adotados no dia a dia para evitar acidentes".

Professora da escola

SEGURANÇA NO VERÃO

E.M. Sítio do Bernardo – Maria Angélica Pitanga - Recife

Faixa etária: 6 a 7 anos - Número de alunos envolvidos: 120

Por que?

A E.M. Sítio do Bernardo está localizada no bairro do Prado e atende a uma clientela de baixa renda e carência de informações.
No período de volta às aulas, no 2º semestre de 2006, muitas novidades foram trazidas pelas crianças acerca das vivências durante as férias escolares.
Durante essas conversas surgiram alguns pontos ligados à praia, piscina e ao intenso calor de Pernambuco. Foi elaborado, então, um projeto com base na temática "Segurança no Verão".

Como?

Durante uma atividade coletiva realizamos uma conversa com o intuito de entender como as crianças enxergavam os cuidados que devemos ter quando estamos na praia. Procuramos então, abordar essa questão de maneira lúdica.
Construímos alguns fantoches e preparamos um teatro para todas as famílias da comunidade escolar. Após o teatro, como haviam se interessado pelo tema, as crianças começaram a ajudar na elaboração do material do projeto de prevenção de acidentes. Finalizamos com a exposição dos banners e livros confeccionados.

"Gostei do fantoche, quando eles apareceram na praia. Aprendi que temos que passar protetor solar, não falar com estranhos, ter cuidado com o tubarão, beber água, ir para praia cedo, usar coletes salva vidas.
Nossa turma fez um poema sobre a "criança segura no verão" e esse poema saiu no jornalzinho da escola. Gostei de fazer as atividades".

Aluno: Renildo Junior 1º ano- 1º ciclo

ENSINAR É APRENDER

EMEF General Othelo Franco – Conceição Aparecida Cogh - São Paulo

Faixa etária: 7 a 12 - Número de alunos envolvidos: 25

Por que?

O projeto foi elaborado com o objetivo de compreender e dividir com os alunos as informações sobre como viver com maior segurança no trânsito. Afinal, o trânsito é constituído por todos que circulam nas ruas, seja no papel de motorista, ciclista ou pedestre.

Como?

A idéia deste trabalho foi inserir o tema "Prevenção de acidentes" dentro das disciplinas já existentes no currículo básico. O propósito era que todos obtivessem o entendimento de que os cuidados fazem parte do dia-a-dia, e pequenas mudanças nas (nossas) atitudes contribuem para alcançarmos uma cultura da prevenção.

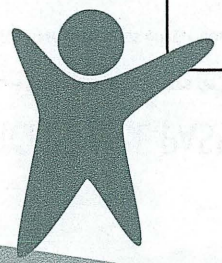
No primeiro momento as crianças descreveram todas as placas de aviso que conheciam (trânsito, não fumar, etc). A temática de trânsito foi aprofundada com uma pesquisa e a discussão sobre as placas de trânsito. Em seguida na disciplina de educação artística o assunto abordado foi a reutilização de materiais, onde aprendemos que objetos, muitas vezes considerados "lixo", podem ser reutilizados e até mesmo transformados em arte. Esta atividade foi encerrada com a confecção de maquetes que ilustram a cidade.

Em português o tema foi inserido nas discussões sobre diferentes formas de linguagem, através dos significados das placas. Além disso, a produção de escrita foi estudada através dos textos produzidos por alunos sobre acidentes.

Em Ciências algumas técnicas de primeiros socorros foram apresentadas. A vida na cidade, assim como tipos de relevo – onde se pode andar de bicicleta ou a pé com mais segurança - puderam ser temáticas da geografia.

"Aprendi como usar os equipamentos de bicicleta que chamam:
Capacete, roupas clara, espelho retrovisor, farol, buzina, olho de gato, etc".

Aluno da escola



"EXTRA – EXTRA!"

Escola Municipal Dr. Osvaldo Cruz - Sandra Regina Habinoski Drusz - Curitiba

Faixa etária: 9 a 11 anos - Número de alunos envolvidos: 30

Por que?

A escola está situada em um bairro economicamente, culturalmente e socialmente carente.
A escola é um dos principais recursos de difusão de informações no bairro. Como os alunos estão envolvidos em um projeto de jornal eletrônico intitulado "Extra-Extra", a escola resolveu unir os dois projetos educacionais. Assim, os estudantes debateram sobre o tema de prevenção de acidentes, e viraram multiplicadores desses cuidados através do jornal.

Como?

Em uma atividade coletiva foram elaboras pesquisas com os alunos sobre os acidentes mais comuns que ocorriam com eles e seus irmãos.
Foram feitas discussões sobre os assuntos abordados no livro oferecido pelo programa[5]. Posteriormente trabalhamos com elaboração de cartazes e textos; criação livrinhos gráficos; teatros e feiras; entre outros. Para finalizar o trabalho desenvolvemos a seguinte atividade: Dividimos a turma em equipes com quatro integrantes, cada equipe recebeu um tema específico, os temas foram previamente sorteados, e as equipes elaboraram algumas notícias sobre acidentes em geral e sobre as formas de preveni-los. As notícias foram ilustradas, com desenhos ou fotos, e editadas no jornal eletrônico "Extra-Extra".
Conseguimos assim, trabalhar e refletir sobre o tema de maneira protagonista, além de exercitar também nosso papel de agente multiplicador.

"Eu aprendi muito com as atividades que realizamos durante todo o ano, uma das atividades que eu mais gostei foi o jogo "Adivinhe o que é?", também gostei de escrever a notícia no jornal "Extra-Extra".

Luana- aluna participante do projeto



5 Kit de Livros Programa CRIANÇA SEGURA na Escola

CICLISTA ESPERTO!

EE Dirceu Junqueira de Souza - Roseli Ap. Marinho de Souza - São José dos Campos

Faixa etária: 10 a 12 anos - Número de alunos envolvidos: 37

Por que?

A escola atende uma clientela que utiliza a bicicleta não somente como brinquedo, mas também como meio de transporte. Á partir desta constatação tornou-se necessário a elaboração de um projeto de educação para o trânsito, bem como um trabalho sobre a importância do uso de equipamentos de segurança.
O principal objetivo foi conscientizar as crianças sobre esses perigos, e refletir sobre formas de viver, de uma maneira saudável, dentro dessa realidade.

Como?

Foi solicitado, como lição de casa, aos alunos uma pesquisa sobre as regras, símbolos e significados do trânsito. Após o retorno deste material a professora propôs uma reflexão sobre a importância das placas para a organização do trânsito.
Em seguida, houve um momento para que a turma elaborasse um cartão simbólico com frases de prevenção. Por exemplo: "No trânsito o ciclista deve andar esperto, usar os equipamentos de segurança e obedecer todas as sinalizações".
De maneira protagonista os alunos criaram uma palestra para apresentar a todos os outros colegas. Os alunos finalizaram a palestra entregando os cartões confeccionados aos presentes.



"A turma gosta muito de estar próximo dos demais alunos, apresentando trabalhos, teatros por isso acredito que a mensagem da prevenção deverá ser compreendida por todos os demais. Até porque é muito gostoso trabalhar a criança segura na minha escola".

Professora participante do Projeto

CRIANDO COM JOVENS

EMEF Dr. João Naoki Sumita – Angélio dos Santos - São Paulo

Faixa etária: 11 a 12 anos - Número de alunos envolvidos: 215

Por que?

A EMEF Dr. João Naoki Sumita localiza-se no Jardim Vila Formosa, região da zona leste da cidade de São Paulo com uma grande população jovem que carece de espaços de lazer e acabam utilizando alternativas por vezes pouco seguras para compensar a necessidade de socialização e diversão.
Ao soltarem pipas em lajes e andarem de bicicletas e "skates" em ruas movimentadas, os jovens ficam expostos aos riscos de queda e atropelamento.
A constatação do problema levou a construção de um projeto para criar entre os educadores e responsáveis a idéia de que a informação é a melhor forma de prevenir acidentes e conscientizar os alunos inseridos na comunidade do risco da ocorrência de lesões não-intencionais em situações cotidianas.
A finalidade do desenvolvimento do tema "prevenção de acidentes" foi levar os alunos a perceberem os riscos presentes no cotidiano e a mudarem suas atitudes para evitar as lesões não-intencionais, encaradas por eles até então como fatalidades e, portanto, não passíveis de prevenção.

Como?

Houve uma apresentação do tema aos adolescentes. Devido ao interesse demonstrado, os alunos foram estimulados a criar seus próprios jogos.
Elaboraram então a mesa dos Sete Erros com objetos do cotidiano que reproduziam situações de risco comuns no ambiente doméstico e deveriam ser identificadas pelos participantes.
Criaram ainda o Varal da Segurança onde outros alunos puderam deixar expostos desenhos sobre o tema da prevenção.
Elaboraram um Caderno de Histórias onde os participantes eram estimulados a dar um outro final a alguma das três histórias envolvendo acidentes fatais relatadas no caderno e o painel de depoimentos onde foram registradas experiências de riscos vivenciadas pelo grupo.
Os jogos elaborados pelos alunos, deram origem a uma exposição, apresentada na festa da primavera da escola, ocorrida no segundo semestre de 2006.
A fim de enriquecer a exposição, os alunos prepararam um material informativo composto por cartazes com explicação do projeto e dicas de prevenção, bem como formaram grupos de monitoria e distribuíram os panfletos fornecidos pela CRIANÇA SEGURA.
Ao final da exposição, elaboraram textos individuais, deixando registradas suas impressões e descobertas sobre o tema desenvolvido.



Assim como a comunidade escolar, o professor adquiriu novas informações sobre as lesões não-intencionais e as possíveis medidas de prevenção, reiterando a idéia de que o conhecimento é a melhor forma de reduzir o número de acidentes. Além disso, constatou a importância do protagonismo juvenil, quando os alunos tornam-se sujeitos do processo de aprendizagem, para a construção de uma escola cidadã.

Angélio dos Santos (professor de história)

AFOGAMENTO

EMEF Prof. José de Siqueira - Claudeane Cristina Rabelo - Jacareí

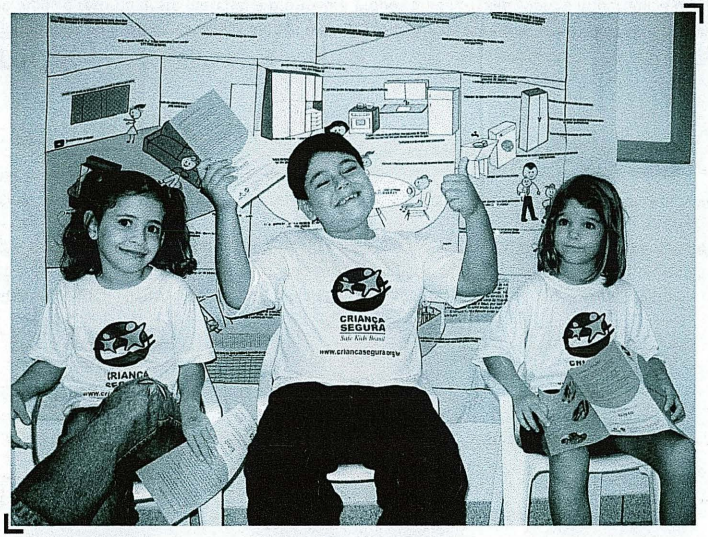
Faixa etária: 11 a 12 anos - Número de alunos envolvidos: 38

Por que?

Muitos afogamentos ocorrem no período de verão. A idéia desta atividade é alertar as crianças sobre o perigo de nadar em represas, cachoeiras e piscinas sem a devida precaução.

Como?

Como proposta inicial, foi apresentada uma pesquisa sobre os casos de afogamento ocorridos na comunidade. Em sala de aula os alunos agruparam esses casos por faixas etárias.
Com esses dados em mãos, os alunos comparam os resultados obtidos na pesquisa com estatísticas regionais e nacionais referentes aos casos de afogamento. Para isso, a professora distribuiu inúmeras revistas pela sala, e então, a turma buscou nas revistas e jornais matérias relacionadas com afogamento. Compararam os dados da comunidade com os encontrados nas revistas, e enceraram a atividade juntando-se em grupos de cinco pessoas para um trabalho de reflexão e aprofundamento sobre esse tema.



COM FOGO NÃO SE BRINCA

General Othelo Franco – Adriana Lucia Iaves - São Paulo

Faixa etária: 9 a 15 - Número de alunos envolvidos: 35

Por que?

Devido ao relevante número de casos de acidentes envolvendo os alunos da unidade escolar este trabalho foi desenvolvido.

Como?

A atividade foi desenvolvida juntamente com o projeto "Ler e escrever"[6]. Buscamos então, oferecer situações de leitura, escrita e expressão oral. Além disso, procuramos desenvolver o senso crítico e a capacidade de produzir, ler, e interpretar textos.
Solicitamos que os alunos que já tivessem sofrido algum acidente relatassem o caso. Em seguida fizemos uma leitura compartilhada do manual de prevenção de queimaduras do Instituto Pró Queimados[7], e fomos discutidos sobre os temas abordados: Os perigos do fósforo; dos botijões de gás; os cuidados na cozinha; locais saudáveis para empinar pipas; cuidados com o álcool, e com as fogueiras; e como agir em caso de queimaduras.
Passamos então a uma nova etapa onde a turma produziu cartazes e textos para uma exposição no pátio da escola.



6 Programa desenvolvido na Secretaria Municipal de Educação (SME) da cidade de São Paulo para melhorar a qualidade de ensino dos alunos do ensino fundamental.
7 Esta organização atua na prevenção e suporte de pessoas acidentadas de queimaduras.
www.proqueimados.com.br

Curitiba

Centro de Atividade Educacional Tistú 2
Colégio Bom Jesus - Água Verde
Colégio Bom Jesus - Centro
Sociedade Educacional Positivo (Jardim Ambiental)
Colégio Positivo Júnior
E. M. Dr. Osvaldo Cruz
E. M. Graciliano Ramos
E. M. Leonor Castellano
Sesc Educação Infantil
Colégio Erasto Gaertner
CEI A mão cooperadora
CEI ABASC - Creche Comunitária Xapinhal
CEI Colméias
CEI Começo de Vida
CEI Divina Misericórdia
CEI Dom Orione
CEI Escola Ação São Marcos
CEI Família Feliz
CEI Jesus Criança
CEI Lar Azul
CEI Lar Escola Dr.Leocádio José Correia
CEI Pingo de Gente
CEI Sra. da Luz
CEI Tia Bety
CEI Vovó Cenira Gusso
CMEI Ana Proveller
CMEI Autódromo
CMEI Camponesa
CMEI Cantinho do Sol
CMEI Conjunto Oswaldo Cruz I
CMEI Érico Veríssimo
CMEI Estação Barigui
CMEI Hortências
CMEI Ilha Bela
CMEI Irmã Dulce
CMEI Jardim Gabineto
CMEI Krachinski
CMEI Moradias da Ordem
CMEI Moradias de Olinda
CMEI Nossa Senhora da Luz II
CMEI Nova Barigui
CMEI Palmeiras
CMEI Pré Escola Bairro Novo
CMEI Rio Negro
CMEI São Carlos
CMEI Tia Eva
CMEI Vila Diana
CMEI Vila Formosa
CMEI Vila Leão
CMEI Vila Lorena
CMEI Vila Torres
CMEI Xapinhal II
CMEI Xaxim

Recife

E.M. Sitio do Berardo
E.M. Arraial Novo do Bom Jesus
E.M. Lagoa Encantada
E.M. Maria Adelaide de Barros
E.M. José Múcio Monteiro
E.M. Luiz Lua Gonzaga
E.M. Andre de Melo
E.M. João Batista Lippo Neto
E.M. Monteiro Lobato
E.M. Lojistas do Recife
CESM - Centro Educacional Santa Mônica
Colégio Carpe Diem
Centro Educação Comunitário Redenção
Clube de Mães de Coqueiral

São José dos Campos

E.E.PROF. Francisco Pereira da Silva
E.E. Sant'Ana do Paraíba
E.E.I. Pequenopólis CTA
EMEI Pe. João Marcondes Guimarães
EMEI Pe. José Rubens F. Bonafé
EMEI Prof. Ana Lúcia Micheleto
EMEI Prof. Angela de Castro F. Lopes
EMEI Prof. Arlindo C. Filho
EMEI Prof. Cassiano Ricardo
EMEI Prof. Cremilda Alves O Azevedo
EMEI Prof. Domingos M. Custódio
EMEI Prof. Febrônio Pereira Gomes
EMEI Prof. Idelena M. T. de Carvalho
EMEI Prof. Iracema Oliveira de Mello
EMEI Prof. José Purcini
EMEI Prof. Ladiel B. de Carvalho
EMEI Prof. Luiz Sundfeld
EMEI Prof. Maria Alice Pasquarelli
EMEI Prof. Maria da Glória M. Santos
EMEI Prof. Maria José G. B. Freire
EMEI Prof. Marianita O P. Santos
EMEI Prof. Marilda Apda Montemór
EMEI Prof. Mario Campaner
EMEI Prof. Norma Lúcia R. de Almeida
EMEI Prof. Olga Franco Custódio
EMEI Prof. Sandra Regina A Paulo
EMEI Prof. Torataro Takitani
EMEI Prof. Zeli de Toledo Dias
EMEI Prof. Zilda Costa de Oliveira
EMEI Vidoca
EMEI Vila Paiva
EMEI Zenaide Vilalva de Araújo
CECOI 01 - Nossa Creche (AME)
CECOI Ame Bosque
CECOI Anália Franco
CECOI Associação. Cristã E. da Luz (ACEL)
CECOI Casa Santa Inês
CECOI Casepafe Santa Hermínio
CECOI Creche Jd São José I
CECOI Creche Maria Izabel
CECOI Criança Feliz
CECOI Eden Lar I
CECOI Eden Lar II
CECOI Imã Clara
CECOI Educacional Santa Rita
CECOI Irmãs Carmelitas
CECOI Lírios Campo I
CECOI Lírios do Campo II
CECOI Mamulenguinhos I
CECOI Mamulenguinhos II
CECOI Mamulenguinhos III
CECOI MEIMEI
CECOI Meu Segundo Lar
CECOI Nossa Auxiliadora
CECOI Obra Social Célia Lemos
CECOI Pequena Estrela
CECOI Sociedade. Beneficente São Matheus
CECOI Vila Mamulenguinhos
CECOI Maria Félix
NEI Alto da Ponte
NEI Buquirinha
NEI Doroti da Silva Cunha
NEI Eugênio de Mello
NEI Jardim Anhembi
NEI José Paulino Bicudo
NEI Monte Castelo - Região 1
NEI Paraíso do Sol
NEI Torrão de Ouro
NEI Vicente Simião Luz
NEI Campo São José
NEI Vila César - Região 11
NEI Conjunto Integração
NEI Elza Ferreira Rahal
NEI Vila São Benedito
NEI Vila São Pedro
NEI Campos de São José II
NEI Chácaras Reunidas
NEI Jardim Limoeiro
NEI Jardim Nova Esperança
NEI Jardim São Vicente
NEI Prof. Maria Ezequiel Santana
NEI Rio Comprido
NEI Vila Santa Cruz II
NEI Vila São Bento
NEI Vila São Geraldo
NEI Vila Veneziani
NEI Prof. José Antero C. Santos
NEI São Francisco Xavier
EMEF Prof. Álvaro Gonçalves
EMEF Prof. Ana Berling Macedo
EMEF Prof. Antonio Palma Sobrinho
EMEF Prof. Áureo Cantinho Rodrigues
EMEF Prof. Dom Pedro de Alcântara
EMEF Prof. Dosulina C. C. de Andrade
EMEF Prof. Elizabete de P. Honorato
EMEF Prof. Elza Regina F. Bevilacqua
EMEF Prof. Flávio Berling Macedo
EMEF Prof. Geraldo de Almeida
EMEF Prof. Hélio Augusto
EMEF Prof. Ignez Sagula Fossá
EMEF Prof. Ildete Mendonça Barbosa
EMEF Prof. Jacyra Vieira Baracho
EMEF Prof. Leonor P. N. Galvão
EMEF Prof. Lúcia P. Rodrigues
EMEF Prof. Luiz Leite
EMEF Prof. Luzia Leviano
EMEF Prof. Mª Nazarete M. Veronese
EMEF Prof. Maria Amélia Wakamatsu
EMEF Prof. Maria de Melo
EMEF Prof. Maria Ofélia V. Pedrosa
EMEF Prof. Mariana Teixeira Cornélio
EMEF Prof. Mercedes Carnevalli Klein
EMEF Prof. Mercedes R. Edwards
EMEF Prof. Moacyr B. de Souza
EMEF Prof. Norma Conti Simão
EMEF Prof. Otacília Maria de Moura
EMEF Prof. Palmira Sant'Anna
EMEF Prof. Possidônio José de Freitas
EMEF Prof. Rosa Tomita
EMEF Prof. Ruth Nunes de Trindade
EMEF Prof. Sebastiana Cobra
EMEF Prof. Silvana Maria R. de Almeida
EMEF Prof. Sonia Maria Pereira da Silva
EMEF Prof. Therezinha M. J. Nascimento
EMEF Prof. Vera Babo de Oliveira
EMEF Prof. Vera Lúcia C. Barreto
EMEF Prof. Waldemar Ramos
IMI Armilinda Locatelli
IMI Benedito C. dos Santos
IMI D. Pedro Alcântara
IMI Fátima Ap. Berthoud
IMI Flávio Leni
IMI Jesus de Nazaré
IMI Joana Matar de Oliveira
IMI João Lopes Simões
IMI Marilda B. F. Pereira
IMI Maroca Veneziani
IMI Pousada do Vale
IMI Prof. Ângela Maria de Souza Alves
IMI Prof. Maria de Lourdes Constantino
SESI
Moppe
CEC - Centro Educacional Construir
Colégio Mater Dei

Jacareí

Centro de Convivência Brasil-Japão
Centro Educacional Cantinho da Providência
Creche Campo Grande
Creche Cornélio Rodrigues da Silva
Creche Estância Feliz
Creche Geralda Pinheiro
Creche Jacarezinho
Creche Lindolpho Moreira
Creche Maria de Nazaré
Creche Maria de Nazaré I
Creche Maria de Nazaré II
Creche Parque Santo Antonio
Creche Prof. Antonio Blóis
Creche São Silvestre
EMEF Prof. Aluízio Amaral Campos
EMEF Prof. Ayrton S. do Nascimento
EMEF Prof. Barão de Jacareí
EMEF Prof. Beatriz Junqueira
EMEF Prof. Célia Guedes
EMEF Prof. Celisa Mercadante Faria
EMEF Prof. Conceição Ap. M. Silva
EMEF Prof. Décio Moreira
EMEF Prof. Delly Gaspar dos Santos
EMEF Prof. Joaquim Passos e Silva
EMEF Prof. Jorge Vieira
EMEF Prof. Lamartine Delamare
EMEF Prof. Maria Aparecida Rico
EMEF Prof. Maria Luiza S. P. Vasques
EMEF Prof. Maria Teresa G. de Oliveira
EMEF Prof. Ottilia Arouca
EMEF Prof. Presbitero Mabito Shoji
EMEF Prof. José de Siqueira
EMEF Prof. Silvio Silveira M. Filho
EMEI Alto da Esperança
EMEI Bela Vista
EMEI Cidade Salvador
EMEI Igarapés
EMEI Jardim das Industrias
EMEI Jardim do Vale
EMEI Jardim Emilia
EMEI Jardim Flórida
EMEI Jardim Luíza
EMEI Jardim Panorama
EMEI Jardim Paraíba
EMEI Jardim Paraíso
EMEI Jardim Paulistano
EMEI Jardim Santa Maria
EMEI Nova Jacareí
EMEI Pagador Andrade
EMEI Parque Califórnia
EMEI Parque Cecap
EMEI Parque meia lua I
EMEI Parque Santo Antonio
EMEI Prof. Comendador. Antonio L. Cardoso
EMEI Prof. Maria José de C. Ferreira
EMEI Santo Antonio da Boa Vista
EMEI São Gabriel
EMEI São Silvestre
EMEI Veraneio Ijal
EMEI Vila Formosa
EMEI Vinte e dois de Abril
EE. Dirceu J. Souza
EE José Simplício

São Paulo

Lar do A. Cristão
Escola Esquilinho
Espaço Lúdico
Escola Perdizes
Escola Snail
Escola Creare Mundi
Escola Agnus Dei
Colégio Ricaro
EMEI Profa. Alaíde Bueno
EMEI Campo Limpo
EMEI Branco Lefévre
EMEI Prof. Ignácio Henrique
Creche Lar Criança Feliz
EMEI Ricardo Gonçalves
EMEI Do Lar Sírio
EMEI Carlos de Laet
EMEF Adhemar de Barros
EMEF Assad Abdala
EMEF General Othelo Franco
E.E. Ceciliano José Emes
E.E. Alfredo Paulino
E.E. Romão Puigari

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

COMDEC

EDUCAÇÃO PARA A DEFESA CIVIL



www.defesacivilcanoas.rs.gov.br

comdec@defesacivilcanoas.rs.gov.br

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
COMDEC

Dados de Identificação.

Prefeitura Municipal de Canoas

Prefeito Dr. Marcos Antonio Ronchetti

Vice-Prefeito Jurandir Maciel

Secretário de Governo Francisco de Oliveira Fraga

Comissão Municipal de Defesa Civil

COMDEC

Márcio Edmundo Kauer
Coordenador

Vanderlei Valter Boni
Secretário Executivo

Nara L. Trapp Soares
Pedagoga

Vânia E. Koch Brandalise
Coordenadora Projeto NUDEC

ADMINISTRATIVO

Jorge Spindola

Vivian Oliveira

Silvio Keller

www.defesacivilcanoas.rs.gov.br
comdec@defesacivilcanoas.rs.gov.br

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
COMDEC

Projeto Educação para Defesa Civil nas Escolas

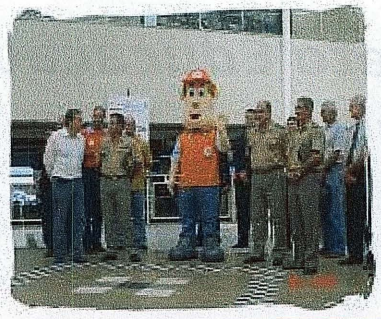
O Projeto de Educação para Defesa Civil, "Preservando Vidas com Ações Preventivas", vem sendo realizado desde 2005 através do Curso de Capacitação para Professores da Rede Municipal de Ensino, e neste ano de 2006 concretizamos mais uma etapa do Projeto, que foi a confecção do material didático pedagógico, o qual é de grande importância para o desenvolvimento do Projeto na Escola, pois este se reveste de várias informações e conhecimento para subsidiar os Professores na realização das atividades com seus alunos.

Atualmente estão sendo realizados SIMULADOS em 10 escolas-piloto do município, oportunizando cada instituição a colocar em pratica o que vem desenvolvendo pedagogicamente com os alunos.

www.defesacivilcanoas.rs.gov.br
comdec@defesacivilcanoas.rs.gov.br

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
COMDEC

Cronograma de Atividades do Projeto



28/ 03/ 06 – Lançamento do Material Didático Pedagógico



03/ 04/ 06 – Relato de experiências com os Professores da Rede Municipal sobre o Projeto Educação para a Defesa Civil.



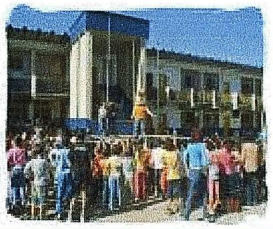
18/ 04/ 06 – Reunião com Assessoria Pedagógica da SMEC – Secretaria Municipal de Educação - orientação quanto a utilização do Material Didático nas Escolas.



24/ 04 à 02/ 05 – Entrega do Material didático pedagógico para as 10 Escolas-Piloto, com a presença do patrocinador.

www.defesacivilcanoas.rs.gov.br
comdec@defesacivilcanoas.rs.gov.br

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
COMDEC



27/ 04/ 06 – Lançamento do 1º CEDECC
Concurso de Educação para Defesa Civil de Canoas



01 a 20/05 – Visita com o Mascote as escolas piloto – Lançamento do Concurso



31/05 – Batizado do Mascote Defensito –
Conjunto Comercial Canoas



01/06 a 13/07 – Visita pedagógica as escolas piloto com o Mascote Defensito.



24/06 – Diário no Bairro – Distribuição de Panfletos Informativos



FEIRA DO LIVRO 2006 – Participação da Defesa Civil com Defensito na Hora do Conto, com o Boneco Juca.

www.defesacivilcanoas.rs.gov.br
comdec@defesacivilcanoas.rs.gov.br

As 10 Escolas-Piloto já estão construindo, com seus professores e alunos, o Plano de Abandono da Escola para assim, efetuar as simulações no 2º Semestre/06;

Elaboraram seus projetos de acordo com sua realidade e necessidades, para desenvolvimento do mesmo em suas Unidades Escolares;

Palestras quanto ao uso correto do extintor de incêndio para os Professores;

Palestras sobre Primeiros Socorros;

As Escolas-Piloto vêm desenvolvendo atividades referente a comportamento seguro com sua comunidade através de palestras com a Defesa Civil.

EMEF Arthur O. Jochins

EMEF Castelo Branco

EMEF Jacob Longoni

EMEF Monteiro Lobato

EMEF Nancy Pansera

EMEF Nelson Paim Terra

EMEF Pinto Bandeira

EMEF Rio Grande do Sul

EMEF Santos Dumont

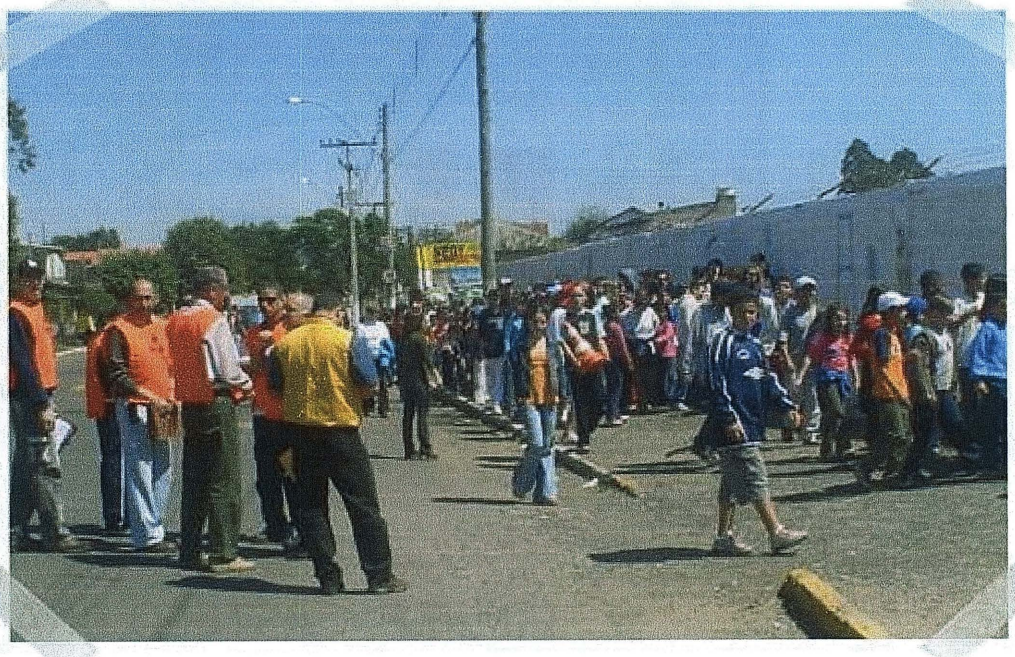
EMEF Tancredo de A. Neves

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
COMDEC

SIMULADOS



E.M.E.F. ARTHUR IOCHINS



www.defesacivilcanoas.rs.gov.br
comdec@defesacivilcanoas.rs.gov.br

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
COMDEC



E.M.E.F. NELSON PAIM TERRA



E.M.E.F. CASTELO BRANCO

www.defesacivilcanoas.rs.gov.br
comdec@defesacivilcanoas.rs.gov.br

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
COMDEC



E.M.E.F. JACON LONGONI



E.M.E.F. TANCREDO NEVES

www.defesacivilcanoas.rs.gov.br
comdec@defesacivilcanoas.rs.gov.br

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
COMDEC



E.M.E.F. SANTOS DUMMONT



E.M.E.F. RIO GRANDE DO SUL

www.defesacivilcanoas.rs.gov.br
comdec@defesacivilcanoas.rs.gov.br